

ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

MENSAGEM

À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1973

ARTHUR CARLOS GERHARDT SANTOS
GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



MENSAGEM
À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

1973

SECRETARIA DE ECONOMIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA



ARQUIVO PÚBLICO DO ESP. SANTO	
BIBLIOTECA	
N.º	DATA
5529	24.11.89

MEMORANDUM
N.º 1



Senhores Deputados

Quando se reiniciam os trabalhos legislativos desta 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, desejo, inicialmente, manifestar a Vossas Excelências, a esperança de que a atividade que no decorrer deste ano se desenvolverá no âmbito dessa Augusta Casa de Leis será, mais uma vez, a afirmação de que o Legislativo e o Executivo em permanente harmonia e na convivência de mútuo respeito que a independência lhes assegura, se empenharão na conjunção de esforços visando ao maior desenvolvimento do Espírito Santo e ao bem estar coletivo.

2. Nestes dois anos de meu mandato, tenho procurado propiciar condições para o desenvolvimento harmônico do Estado, pela deflagração de suas potencialidades e pela melhoria das condições do homem capixaba.

3. Assim é que, enquanto tentamos atrair e estimular investimentos industriais, promovemos a diversificação da nossa agricultura, esperando, com isso, abrir novas oportunidades para o homem urbano e dar melhores condições ambientais para fixação do homem no campo.

4. A valorização do homem, além de se constituir num esforço ditado pelas necessidades do desenvolvimento, é, especialmente, o dever que nos impõe uma viva consciência humanista.

5. No curso do esforço para alcançar a industrialização, já não se pode discutir a constatação da ineficiência da poupança e da tecnologia internas, o que nos obriga a desenvolver um empenho muito especial com vistas a atrair investimentos externos a fim de que não vejamos frustrado ou diminuído o sucesso do esforço de modernização da economia estadual.

6. Esse empenho em convocar, para áreas específicas, a colaboração de esforços externos não se antepõe certamente ao propósito de dinamizar as iniciativas do empresariado local, que dessa orientação colherá sem dúvida positivo estímulo e saberá aproveitar os benefícios advindos dessa convivência pelo exercício de métodos e de práticas mais avançados, fruto da estratificação de usos e técnicas que ainda não possuímos.

7. É necessário que todos os capixabas, aqui legitimamente representados, tenham total consciência da orientação que o Governo Federal empresta à sua política de desenvolvimento, basicamente orientada no sentido de integrar o país no contexto das nações industrializadas, através de uma agressiva política de comércio externo.

8. O Espírito Santo, particularmente privilegiado por sua localização ímpar, detém, assim, invejáveis condições para se constituir num dos principais polos voltados para a dinamização e execução dessa política, haja vista a eleição do porto de Vitória como um daqueles pontos ancoradouros nacionais transformados em terminais de corredores de exportação.

9. Estamos cuidando de despertar uma vocação irremediavelmente adormecida durante séculos, permanentemente insinuada nas páginas de nossa história econômica e, hoje, imposta como a saída óbvia, a alternativa primeira, o caminho certo.

10. É natural, portanto, que esse esforço, pelo seu sentido pioneiro, ao sacudir hábitos, impor mentalidade, ao fugir à rotina, ao empurrar para o alto nossas ambições, sofra reações e censuras dos que, pelos limites de seus horizontes, não puderam, ainda, alcançar o momento e compreender sua expressão. O amadurecimento desse esforço é um processo, e como processo não se realizará de imediato, em desfile de novas chamínés, na velocidade que o civismo de muitos exige, mas a seu tempo, em se atendendo ao complexo do sistema decisório que a sua efetivação requer. É de mister dotar de uma complementação adequada o complexo instrumental que irá possibilitar o definitivo encontro com essa vocação, a partir do aparelhamento do Porto de Vitória, o fator condicionante de tal política. Nesse sentido, foram celebrados, no exercício de 1972, os contratos referentes ao Cais de Capuaba, terminal de cereais, terminal de Aríbiri e derrocagem de pedras submersas no cais comercial.

11. Para a melhor utilização desse importante equipamento portuário, faz-se mister aprimorar os meios de comunicação com o interior capixaba, partindo da estrutura viária federal existente.

12. Na avaliação do volume de responsabilidades outorgadas ao setor próprio do governo, para a execução dessa tarefa, é necessário registrar que no exercício de 1972 foram pagos 46 milhões de cruzeiros pela construção de rodovias em benefício de diversos municípios.

13. Ainda em função de nossas possibilidades no mercado externo, tem o Governo procurado assistir a atividade agro-pastoril de maneira mais efetiva.

14. Uma dinâmica política de eletrificação rural que permitiu a construção somente em 1972 de 573 mil metros de linhas de transmissão é, inevitavelmente, um instrumento de alta eficácia nesse sentido.

15. Registrem-se, também, entre as realizações de 1972 a campanha de renovação e melhoria da lavoura cafeeira, em franco desenvolvimento os trabalhos específicos na área de produção do milho, do arroz e outros cereais.

16. No que concerne à assistência à pecuária persistiu o Governo do Estado, na campanha de combate à febre aftosa, com a aplicação de 1.587.763 doses de vacina. No combate à brucelose foram atendidos 9.571 proprietários, enquanto que o programa de desenvolvimento de criação de gado, em execução com recurso do BIRD, atendeu, no exercício, a 261 projetos, num montante de, aproximadamente, 28 milhões e 500 mil cruzeiros.

17. A construção, iniciada em 1972, de um empreendimento industrial, no município de Viana para o aproveitamento do excedente do leite, estimulada e amparada pelo sistema financeiro, num investimento total de Cr\$ 20.000.000,00 virá, sem dúvida, resolver um grave problema de sérias implicações de ordem psicológica na área da iniciativa privada, pois ninguém ignora quão denosamente repercute no espírito do produtor o aviltamento do preço de sua mercadoria por excesso de produção.

18. A inserção do Espírito Santo no esquema que a política de exportação de carnes fixou, no qual se incluem nossos mais importantes frigoríficos com cotas

unitárias de 250 toneladas anuais e a inclusão, no Comitê Nacional de Exportação, do Consórcio de exportação capixaba, são expressivas conquistas que enriquecem sobremaneira esse Quadro de apoio e estímulo à pecuária.

19. O sistema financeiro estadual ofereceu apoio decisivo à agricultura, tendo o Banco do Estado do Espírito Santo aplicado em crédito rural, em operações contratadas em 1972, cerca de 63 milhões de cruzeiros, para 53 milhões em 1971 e 26 milhões em 1970, enquanto que o Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado aplicou, no período indicado, em lavoura e re-florestamento, a quantia aproximada de 8 milhões de cruzeiros.

20. Esses esforços só frutificam se, paralelamente, cumprir o poder público, uma política de assistência efetiva e direta ao homem, propiciando-lhe as condições para, aproveitando esses estímulos, fazer o desenvolvimento e usufruir, nesse crescente bem estar, os seus resultados.

21. Com esse espírito, o Governo, no exercício passado, através de uma reforma na estrutura administrativa da Secretaria de Educação, procurou dar ao órgão uma maior funcionalidade, tornando mais flexíveis seus setores mais imediatamente responsáveis pelos encargos de decisão e execução.

22. As construções escolares atingiram no ano de 1972, um volume de 16 mil metros quadrados, sem contar os oito novos ginásios polivalentes, construídos no exercício. Serão, pois, no decorrer deste ano, 16 estabelecimento dessa espécie em funcionamento.

23. No setor da Saúde Pública prosseguimos na execução de cinco projetos básicos, acrescidos do referente à Central de Medicamentos. Foram aplicados cerca de 152 mil cruzeiros na construção de novas unidades, 112 mil cruzeiros na conservação e ampliação delas e 472 mil cruzeiros na compra de equipamentos.

24. O Fundo Rural elevou para 1 milhão, quatrocentos e setenta mil cruzeiros suas aplicações no projeto de fixação de profissionais de medicina no interior, o que permitiu ao Estado dispor de médicos em todas as suas unidades sanitárias, exceção a uma delas.

25. Uma importante contribuição no campo da Saúde Pública, foi sem dúvida, o convênio articulado em 1972, com o I.N.P.S., pelo qual aquela entidade interveio de maneira substancial, no custeio do tratamento ambulatorial. Outro convênio reuniu a Secretaria de Saúde e a Central de Medicamentos — órgão da Presidência da República, permitindo a extensão da assistência em medicamentos, antes só prestada na área previdenciária, a toda a população, indistintamente.

26. A CESAN, por seu turno, iniciou a construção ou ampliação dos sistemas de água de Conceição da Barra, Mucurici, Mantenópolis, Pinheiros, Boa Esperança, Apiacá, Iúna, Muqui e Castelo. Cuidou, ainda, a empresa, da elaboração e encaminhamento ao B.N.H. e D.N.O.S. do ante projeto do novo sistema de captação, adução e tratamento d'água para a grande Vitória, visando à obtenção de financiamento no valor de 40 milhões de cruzeiros para a execução da primeira etapa. Contratou e realizou, os relatórios preliminares das localidades de Santa Teresa, Itarana, Venda Nova, sistema integrado Anchieta — Iriri — Piúma. Sistema integrado Nova Almeida — Jacaraípe — Mangui-nhos — Praia Grande, Rio Novo do Sul, Atilio Vivacqua, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Nova Venécia, São Gabriel da Palha e Ibatiba, Montanha,

Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Ecoporanga, Castelo e Barra do Jucu.

27. Procurou o Governo através de uma ação racional, promover, dentro do possível, a integração dos desajustados sociais, através da Secretaria própria.

28. Atuando em consonância com a orientação do Governo Federal no que tange ao programa habitacional, desenvolvimento comunitário, política de emprego e integração dos desajustados sociais, promoveu o Governo Estadual, tanto quanto lhe permitiram os recursos financeiros de que dispunha, eficiente ação no sentido de alcançar esses objetivos. Não obstante os naturais empecilhos e as dificuldades de toda ordem que, em geral, se opõem à solução de tais questões, os resultados colhidos nesse setor compensam de sobejo os esforços empreendidos.

29. A recuperação do menor, do mesmo modo, mereceu atenção especial do Governo, tendo, inclusive, prosseguimento normal, a execução do Programa de Readaptação ao Menor, pioneiro no Brasil e que vem servindo de modelo no país.

30. Ainda neste exercício de 1973, deverá ser entregue à comunidade o Centro de Reeducação Masculina, obra no valor de 800 mil cruzeiros, construída em convênio com a FUNABEM.

31. A Companhia Habitacional do Espírito Santo concluiu e negociou 425 casas residenciais que integram conjunto residencial Goiabeiras 3, cujo custo foi de 4 milhões e 500 mil cruzeiros, aproximadamente. Ainda em 72, foi iniciada a construção de mais 650 unidades em Santa Mônica, no valor de 6 milhões de cruzeiros, tendo sido encaminhados projetos para as localidades de São Mateus, Linhares e Cariacica. Receber, nosso maior apoio e incentivo o movimento de caráter preponderantemente social, em permanente atuação, através do qual se organizam entidades comunitárias de influência no meio delimitado da coletividade a que servem. O "Natal Comunitário" já é, por isso mesmo, uma iniciativa vitoriosa e pioneira se considerarmos os meios e processos que dimensionam sua ação.

32. Uma política humanista de valorização do funcionário, com ênfase de uma melhor remuneração do pessoal e que obteve importantes etapas no exercício passado, sobre se constituir numa prática que vise à melhoria de produtividade da máquina administrativa, representa a indicação de um propósito de solidariedade e compreensão.

33. Ressalta-se, nesta oportunidade, o estreito vínculo de colaboração e assistência, que o Governo, através de sua Secretaria específica, vem mantendo com os municípios.

34. Com vistas a possibilitar ao Estado um desenvolvimento racional, cuidamos de ativar e estimular o estudo e a pesquisa, tendo-se concluído inclusive no exercício, os entendimentos com a Società Generale Per Protezione Consulenze e Partecipazione — ITALCONSULT, para realização de estudos que definirão as oportunidades industriais do Estado.

35. Realizamos, ainda, a pesquisa de indústria de transformação no Espírito Santo, o programa de desenvolvimento da agro-indústria, a definição das atividades dinâmicas para a recuperação econômica do Espírito Santo, as pesquisas das vantagens locais para a implantação de um estaleiro de reparos navais, e, ainda, os projetos da Fundação de Pesquisas Agrícolas, de Expansão do Sistema de Extensão Rural, das Estradas Vicinais e da Central de Abastecimentos.

36. O Governo pesquisou, através das áreas competentes a situação atual e potencial dos produtos relacionados com a programação do Corredor de Exportação e executou a pesquisa de produção e comercialização do artesanato.

37. Em termos de amparo direto ao investidor, deve-se registrar o desempenho do Banco de Desenvolvimento que aprovou, em 72, investimentos no valor total de 187 milhões de cruzeiros, que deverão criar 1.337 empregos diretos.

38. O sucesso verificado na captação de depósitos de toda natureza, titulados pelo setor privado, assinalou o ponto alto da presença do BANESTES em 72. Sua expansão se mede pelo movimento de sua carteira de depósitos do público no montante de 141 milhões de cruzeiros, registrando em números relativos o crescimento nominal de 70%, sabendo-se que os depósitos em bancos comerciais, excluídos o Banco do Brasil, cresceram no país cerca de 28% no ano passado. Os empréstimos ao setor privado atingiram a cifra de 168 milhões de cruzeiros.

39. Encerrando todo esse sistema organizacional preocupa-se agora o Governo com a implantação definitiva do seu Centro Industrial. Assim é que a SUPPIN deu sequência às obras de infraestrutura do CIVIT no sentido de proporcionar ao setor secundário os benefícios que os conglomerados industriais irreversivelmente oferecem.

40. No campo do Turismo, foi dado o grande passo, com a criação do CONESTUR, cujas atividades se entrosam harmonicamente com a programática estabelecida pela EMBRATUR, de criar e desenvolver serviços nesse campo de atividades em que o Governo acredita possa o Estado tirar o melhor proveito na exploração sistematizada dos seus atrativos naturais.

41. O problema urbanístico da capital do Estado tem sido um dos itens da diuturna preocupação do Governo e em prosseguimento ao planejamento realizado, a urbanização da Praia do Suá e Ilha do Boi recebeu a maior atenção da CONDUSA no sentido de acelerar as obras naquela vasta área residencial, permitindo, assim, ampliar as alternativas habitacionais de Vitória, em local privilegiadamente situado à entrada da baía.

42. Da mesma forma, acreditamos que em futuro próximo a nova ponte a ser construída paralelamente à atual Florentino Avidos ligando Vitória ao Continente se constituirá em poderosa alavanca propulsora do desenvolvimento e progresso da Grande Vitória.

43. As crescentes atividades no âmbito da Fazenda Estadual merecem especial destaque dentro da expressão conjuntural já alcançada no processo evolutivo da demarcação econômica do Estado. A linha ascendente da Receita Pública vem assinalar acentuadamente a solidez das fontes produtoras da economia capixaba, sua contribuição ao processo produtivo, como reação evolutiva.

44. Note-se que o crescimento da Receita Própria em relação ao ano de 1971, teve um aumento de 63,44% em termos de ICM alcançando um total de Cr\$ 202.719.374 em termos totais.

45. Não obstante a melhor organização, o aperfeiçoamento e supervisão do mecanismo fiscal terem também sua parcela de contribuição no cômputo geral, o êxito alcançado deve ser considerado excelente se considerarmos a permanência de fatores que em igualdade de outras condições continuam contribuindo para que não se obtivessem resultados mais significativos.

46. Assim é que, a participação do ICM incidente sobre a operação em café, representou em 1972 apenas 13,31% da receita arrecadada, num valor equivalente

a Cr\$ 23.642.388,74 contra uma participação de 14,70% em 1971 e 25% em 1970.

47. Assim também, a redução da alíquota de ICM na ordem de 0,5% dentro da política de desescalada fiscal posta em prática pelo Governo Federal, participa no mesmo sentido, o que corresponde a um decréscimo de aproximadamente Cr\$ 1.000.000,00,

48. Também a continuidade da aplicação da Lei 2.480 regulamentada pelo Decreto 077-N que concede incentivos fiscais às indústrias que se instalarem no Espírito Santo e às que ampliarem a sua linha de produção contribui com parcela substancial de agravo de natureza fiscal e não obstante permitir no amanhã o crescimento da parcela principal de arrecadação, corresponde hoje a um decréscimo na receita da ordem de Cr\$ 11.700.000,00.

49. Ainda, como fatores incidentes podemos citar a parcela de 5% do ICM que o Estado transfere à classe empresarial através da lei n. 2469/69 correspondendo a Cr\$ 10.000.000,00 de acréscimo e os convênios assinados ICM de diversos itens.

50. Inelutavelmente, ao crescimento da Receita segue-se, em paralelo, o da despesa. O fenômeno se repete inexoravelmente e já se tornou (truísmo) evidenciá-lo. A razão principal da elevação da Despesa no exercício recém findo se traduz na inadiável necessidade de compatibilizar os níveis de vencimento do funcionalismo à teoria da valorização da função pública, viga mestra do sistema estrutural da Reforma Administrativa.

51. Continuo perfilhando a tese segundo a qual o funcionário deve ser remunerado ao exato nível dos encargos que lhe são atribuídos e responsabilizados pelos atos e omissões de que resultem prejuízos ao Erário.

52. Coerentemente com esse ponto de vista os estudos de atualização dos modernos fundamentos da política de pessoal e seu método de aplicação no serviço público constituem um processo em permanente evolução.

53. Talvez não se colham de imediato, em toda sua extensão, os efeitos úteis dessa sistematização, mas, em termos de administração pública, não há porque pretender resultados próximos, quando se rompem velhos conceitos e se seguem novas doutrinas.

54. Nesta Mensagem exponho, em linhas gerais os atos e fatos que mais marcantemente se destacaram nas realizações de que o Governo participou no decorrer do ano de 1972.

55. Numa análise mais detida e pormenorizada de dados comparativos, distingue-se, nitidamente, na tessitura da composição de obras, empreendimentos, planos e projetos, que a Administração objetivou, afinal, a valorização do homem, a melhoria do seu padrão de vida.

56. No saneamento de áreas insalubres, na instalação de serviços de abastecimento d'água, na execução de planos e programas de prevenção e combate às doenças, na expansão da rede escolar, na proteção à infância desamparada, aos desajustados e aos marginalizados sociais, na mobilização de recursos e empresários de que decorre a criação de novos empregos, na extensão de novas linhas de distribuição de energia elétrica, dentre outras iniciativas, está todo um enorme esforço coordenado e intencionalmente dirigido no sentido do bem estar coletivo.

57. Permitam-se Vossas Excelências que, ao encerrar esta fala despretenciosa, mas objetiva e de propósitos claros, deixe consignado, mais uma vez, o alto apreço com que distingo, o valioso concurso desta nobre Assembleia Legislativa na solução dos assuntos de interesse do Estado e do seu povo. A só esperança de poder contar com o elevado espírito de colaboração do Poder Legislativo, induz o Chefe do Poder Executivo a confiar nos excelsos destinos do Espírito Santo."

Gabinete Civil e Gabinete Militar
Consultoria Geral do Estado
Banco do Estado do Espírito Santo
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo
Conselho de Desenvolvimento Economico

GABINETE CIVIL E GABINETE MILITAR

Não há mais apropriada qualificação para os serviços a cargo do Gabinete Civil e Militar do que a de Serviços Auxiliares da Governadoria.

A natureza dos encargos atribuídos ao seu pessoal, o caráter das tarefas executadas são típicos de serviços que se situam na área do assessoramento, da assistência administrativa, de ordem técnica, especializada ou não, prestados diretamente ao chefe do Executivo no deslinde dos assuntos administrativos que sobem a sua decisão e dos quais decorrem atos formais ou simples despachos interlocutórios.

Para que o desempenho de tais encargos se efetue em nível de eficiência, mantém o Gabinete Civil em funcionamento e convenientemente entrosado com órgãos federais e com a administração da Guanabara e de São Paulo os Escritórios de Representação do Estado em Brasília e nas Capitais dos mencionados Estados, os quais, graças à flexibilidade de sua organização e ao suporte financeiro que o Fundo de Manutenção, criado pelo Decreto 111-N de 2.2.1971, garante, têm-se constituído em instrumento de importância capital na realização do trabalho a cargo do Gabinete Civil.

Preparando mensagens e projetos de Leis e Decretos; fixando as diretrizes da política de informações do Governo; redigindo a correspondência protocolar às autoridades; promovendo e supervisionando o serviço de segurança do Governador; organizando e coordenando a realização de atos solenes de comemoração de recepções e homenagens, estiveram o Gabinete Civil e o Gabinete Militar executando seus misteres específicos de auxiliares da atividade do Governador do Estado, animados do propósito de bem servir, de colaborar com a maior exatidão.

CONSULTORIA GERAL DO ESTADO

No exercício da função de assessoramento ao Governador a Consultoria Geral do Estado, um dos órgãos centrais do Sistema de Programação e Administração Geral atuou com a maior eficiência, desincumbindo-se da árdua atribuição com zelo e espírito público empenhando-se, na defesa dos interesses do Estado, com denodo e rara abnegação.

O modo de agir do Consultor Geral, a correta linha de conduta que o orienta no desempenho do cargo, disciplinam o procedimento da assessoria jurídica das Secretarias de Estado e sem dúvida, a esse exemplo de renúncia e desprendimentos se deve o normal andamento dos serviços nesse setor.

34 foram os pareceres normativos de autoria do Consultor Geral e 4 informações para instruir julgamento de mandados de segurança.

Em diversos processos em que, pela natureza do assunto a ser decidido, não se justificava a emissão de parecer normativo que, pela sua maior formalidade e hierarquia, deve ser reservado às matérias complexas e controvertidas, sobre as quais se imprime o entendimento jurídico da administração aplicável a todas as hipóteses semelhantes, o órgão pronunciou-se através de informações e despachos pareceres que totalizaram trinta e oito opinamentos.

Pessoalmente o Consultor Geral do Estado prestou assistência em diversos assuntos à Governadoria, a algumas Secretarias e mesmo autarquias, em casos de relevantes importância, que demandam apoio jurídico de maior responsabilidade.

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A. (BANESTES)

A evolução dos principais itens financeiros do espelho contábil do BANESTES, operada no correr de

1972 (Fluxo de Fundos) está fielmente registrada e comentada nas páginas que se seguem.

1 — RECURSOS PRÓPRIOS

O capital de giro próprio do Banco apresentou incremento de cerca de 10,6%, decorrendo seu crescimento mais discreto com relação ao ano anterior da redução da taxa de juros e da necessidade de serem feitos investimentos em equipamentos para atender ao reaparelhamento do Banco, bem como expansões no seu patrimônio, com vistas a melhor servir.

Durante o exercício em apreço as Reservas a Fundos Globais do BANESTES evoluíram Cr\$ 5.018.866. Permanecendo o Capital em Cr\$ 21.000.000 a rubrica "Capital e Reservas" totalizou, em 31.12.72, a importância significativa de Cr\$ Cr\$ 39.279.670. Observa-se, portanto que as Reservas e Fundos Globais evoluíram nominalmente 37,8% no ano em foco.

2 — RECURSOS ORDINÁRIOS DO SETOR PRIVADO

O sucesso verificado na captação de depósitos de toda a natureza titulados pelo Setor Privado, marcou o ponto alto da presença do BANESTES em 1972.

Com efeito, após intenso trabalho de conscientização de seus gerentes, integrando-os na nova política do Banco frente ao setor, o BANESTES logrou notável expansão, consienando ao final do ano de 1972 a cifra de Cr\$ 141,7 milhões em depósito do público, registrando pois crescimento nominal de 70%. Sabese, agora, que os depósitos em Bancos Comerciais excluído o Banco do Brasil — cresceram, no Brasil, cerca de 28% em 1972, pelo que se pode avaliar a expressiva conquista do BANESTES no particular.

3 — RECURSOS ORDINÁRIOS DO SETOR PÚBLICO

Verifica-se que os depósitos titulados pelo Setor Público sofreram queda nominal de 16,6%, tendo o seu decréscimo sido mais significativo no segundo semestre do ano em foco.

No cômputo global dos recursos obtidos, a posição do BANESTES apresentou expressiva melhoria eis que no final de 1971 a média de captação por agência que já era satisfatória, registrava Cr\$ 3,85 milhões ao passo que o final de 1972 acusou a média de Cr\$ 4,86 milhões mesmo com quatro novas agências iniciando operações.

4 — RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Compõe-se de dois sub-itens. O primeiro refere-se a "Refinanciamentos e Repasse Internos" tendo evoluído de Cr\$ 45,2 milhões para Cr\$ 58,8 milhões no período, com crescimento nominal de 30%, refletindo o esforço do BANESTES na obtenção de recursos forâneos para assistir aos setores produtivos da economia capixaba.

A outra parcela refere-se a empréstimos contraídos junto ao Banco Central, tendo passado de Cr\$ 7,1 milhões para Cr\$ 25,4 milhões no ano de 1972, principalmente em função do recurso obtido para repasse ao DER referente ao I Acordo do Trigo Canadense, no valor de Cr\$ 14,8 milhões.

5 — RECURSOS EXTERNOS

Manteve-se praticamente a mesma dívida externa do BANESTES em moeda estrangeira. Apenas mostrou-se aconselhável promover a correta tradução monetária em cruzeiros, por culto à verdade, providência esta que também se refletiu no Ativo, na conta respectiva, relativa ao repasse de empréstimos externos ao setor viário (DER), de Cr\$ 10 milhões.

6 — FUNDOS EM TRANSITO

Como indicador da presença do Banco na prestação de serviços à comunidade econômica, a rubrica revela ter o BANESTES sustentado sua posição, considerando-se, sobretudo, que no ano analisado foram desfeitos alguns convênios com correspondentes bancários que se revelaram desvantajosos para o Banco.

USOS

1 — ENCAIXE - 2 — QUASE ENCAIXA

As rubricas em referência experimentaram evolução de Cr\$ 37,9 milhões em 31.12.71 para Cr\$ 53,1 milhões em 31.12.72, situando o coeficiente de liquidez imediata do BANESTES ("Encaixe total/Depósitos Clobais") no final do período analisado, em 30,3%, plenamente compatível com a boa técnica bancária, eis que corresponde ao indicador corrente no sistema bancário brasileiro.

3 — EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO

Durante 1972 os empréstimos ao Setor Privado observaram a evolução nominal de 24,4%, referentes ao aporte de Crédito de Cr\$ 33,0 milhões, dos quais Cr\$ 23,4 milhões agregados ao crédito à Produção que assumia, do total a quantia de Cr\$ 196,7 milhões, sendo ao Comércio Cr\$ 37,2 milhões e ao Setor Famílias Cr\$ 24,3 milhões; assim, somando o global de Cr\$ 168,2 milhões de empréstimos ao setor.

4 — EMPRÉSTIMOS AO SETOR PÚBLICO

Do global apontado (Cr\$ 150,3 milhões), Cr\$ 85,4 milhões fazem referência a repasse de recursos internos e externos ao setor viário, que, inclusive, tiveram sua expressão em cruzeiros corrigida na data observada.

Dos restantes Cr\$ 64,9 milhões, a quantia de Cr\$ 64,3 milhões diz respeito à assistência financeira do BANESTES ao Tesouro Estadual observando-se, no período, um crescimento desta parcela da ordem de 60%, em termos nominais.

5 — OUTROS CRÉDITOS VALORES E BENS

Apresentou esta rubrica incremento de quase 100% no ano em foco, graças ao crescimento da participação

do BANESTES, sob a forma societária sempre observado o sentido complementar ou supletivo, em empresas de economia mista de interesse para suas atividades ou para o desenvolvimento estadual, passando tal parcela de Cr\$ 4,1 milhões em 31.12.71 para Cr\$ 8,5 milhões em 31.12.72.

ESTRUTURA DE FONTES E USOS

Para análise da estrutura do Fluxo de Fundos no BANESTES, em 31.12.71 e 31.12.72 e sua alteração, examinamos os valores referentes a repasses de empréstimos externos e ao repasse de recursos provenientes do I Acordo do Trigo Canadense, objetivando reduzir distorções.

Em resultado, podemos observar que, a rigor, apenas a formação dos recursos ordinários apresentou modificação expressiva, com evidente elevação do peso dos recursos oriundos do setor privado e visível queda dos recursos advindos do setor público. A alteração do item "Outras Fontes" embora expressiva em termos relativos, perde substância face a seu pequeno significado financeiro.

De outra parte, ficou patente a parcimônia conferida à concessão da assistência financeira ao setor privado, louvada no espírito de reciprocidade e compatibilização FONTES e USOS, que a atividade bancária necessita observar. Também de importância, em termos relativos, a modificação do item "Outros Créditos Valores e Bens" não chega a ser relevante, face a seu reduzido peso financeiro.

No que se refere ao ano de 1973, houve logo no início do exercício, redução institucional da taxa de juros com reflexo imediato nas receitas. De outro lado, por bem a administração realizar um esforço de redotação funcional e reaparelhamento do Banco, com vistas a melhor dotá-lo para o exercício de suas funções, o que provocou ligeira acréscimo de custo em termos relativos.

O resultado final, contudo, pelas notícias e observações que temos colhido junto ao sistema bancário brasileiro, nos autoriza pensar que o BANESTES prossegue obtendo fundos compensadores de seu trabalho, situando-se entre os estabelecimentos que detêm os mais apreciáveis indicadores de comportamento bancário do País.

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

FLUXO DE FUNDOS

Em milhões de cruzeiros

	Dez-71	Jun-72	Dez-72	Jun-72 —% Dez-71	Dez-72 —% Jun-72	Dez-72 —% Dez-71
FONTES:						
1. Recursos Próprios	17,9	18,8	19,8	5,0	5,3	10,6
2. Recursos do St. Privado	83,3	103,6	141,7	24,4	36,8	70,1
3. Recursos do St. Público	39,9	38,0	33,3	— 4,8	— 12,4	— 16,6
4. Recursos Extraordin.	52,3	59,4	84,2	13,6	41,7	60,9
5. Recursos Externos	50,9	50,9	68,7	—	34,9	34,9
6. Fundos em Trânsito	23,1	34,3	28,2	48,5	— 17,8	22,0
7. Outras Fontes	3,7	4,6	6,7	24,5	45,6	81,0
Total	271,1	309,6	382,6	14,2	23,5	41,1
USOS:						
1. Encaixe	31,2	26,1	42,5	— 16,4	62,8	36,2
2. Quase Encaixe	6,7	11,9	10,6	77,6	11,0	58,2
3. Emprést. St. Privado	135,2	153,1	168,2	13,2	9,8	24,4
4. Emprést. St. Público	92,4	108,1	150,3	16,9	39,0	62,6
5. Outros Créd. Val. e Bens	5,6	10,4	11,0	85,7	5,7	96,4
Total	271,1	309,6	382,6	14,2	23,5	41,1

BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

ESTRUTURA DE FONTES E USOS EXCLUÍDOS RECURSOS EXTERNOS E RECURSOS
PROVENIENTES DO I ACORDO DO TRIGO CANADENSE

DESIGNAÇÃO	Dez-71	Jun-72	Dez-72	Dez-72 —% Dez-71
FONTES:				
1. Recursos Próprios	8,2	7,3	6,6	— 19,6
2. Recursos do St. Privado	37,8	40,0	47,4	25,3
3. Recursos do St. Público	18,1	14,7	11,1	— 38,7
4. Recursos Extraordinários	23,8	23,0	23,2	— 2,5
5. Fundos em Trânsito	10,5	13,3	9,4	— 10,5
7. Outras Fontes	1,6	1,7	2,3	43,8
Total	100,0	100,0	100,0	—
USOS:				
1+2. Encaixe total	17,3	19,7	17,8	2,9
3. Empréstimo ao Setor Privado	59,9	59,2	56,2	— 6,2
4. Empréstimo ao Setor Público	20,9	22,1	22,3	1,8
5. Outros Créditos Valores e Bens	2,5	4,0	3,7	48,0
Total	100,0	100,0	100,0	—

DIVERSOS INDICADORES FINANCEIROS

Damos, abaixo, alguns informes sobre diversos indicadores, referentes ao período 1968/1972:

Em Cr\$ 1,00

EVOLUÇÃO DO CAPITAL E RESERVAS

Datas	Aumento Capital	Capital	Reservas	Capital + Reservas
31.12.68	3.500.000	5.000.000	1.489.107	6.489.107
31.12.69	5.000.000	10.000.000	3.445.996	13.446.996
31.12.70	11.000.000	21.000.000	4.547.805	25.547.805
31.12.71	—	21.000.000	13.260.864	34.260.864
29.12.72	—	21.000.000	18.289.670	39.279.670

Em Cr\$ 1,00

EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS

Anos	Setor Público	Setor Privado	Total
1968	12.265.985	33.578.294	45.844.279
1969	17.981.127	44.545.382	62.526.509
1970	27.987.444	70.932.679	98.920.123
1971	39.867.687	83.308.423	123.175.110
1972	33.328.033	141.675.792	175.003.825

Cr\$ 1,00

APLICAÇÕES

Anos	Setor Público	Setor Privado	Total
1968	5.101.094	39.486.373	44.587.467
1969	13.441.178	73.993.719	87.434.897
1970	48.584.729	114.543.146	163.127.875
1971	92.350.519	135.158.248	227.508.767
1972	150.302.887	168.199.352	318.502.243

Cr\$ 1,00

CRÉDITO RURAL/OP. CONTRATADAS

Anos	Valores
1968	10.263.322
1969	11.659.612
1970	26.118.033
1971	53.670.494
1972	63.094.192

Cr\$ 1,00

RESULTADOS

Anos	Receita	Despesa	Lucro
1968	8.630.573	6.144.667	2.485.906
1969	15.115.226	9.480.925	5.634.301
1970	23.040.967	15.142.376	7.898.591
1971	37.076.127	24.206.535	12.869.592
1972	47.989.826	34.364.954	13.624.872

COEFICIENTES DIVERSOS

Procedemos, agora, ao oferecimento de coeficientes de rentabilidade, custo e lucratividade, nos cinco últimos anos, como segue:

COEFICIENTES DE RENTABILIDADE

Anos	Receita Cap + Res %	Receita Depósitos %	Receita Aplicação %
68	133.0	18.8	19.4
69	112.4	24.2	17.3
70	90.2	23.3	14.1
71	108.3	30.1	16.3
72	122.2	27.4	15.1

COEFICIENTES DE CUSTO

Anos	Despesa Cap + Res %	Despesa Depósitos %	Despesa Aplicação %
68	94.7	13.4	13.8
69	70.5	15.2	10.8
70	59.3	15.3	9.3
71	70.7	19.7	10.6
72	87.5	19.6	10.8

COEFICIENTES DE LUCRATIVIDADE

Anos	Lucro Líquido	Lucro Líquido	Lucro Líquido
	Cap + Res	Depósitos	Aplicação
68	38,3	5,4	5,6
69	41,9	9,0	6,5
70	30,9	8,0	4,8
71	37,6	10,4	5,7
72	34,7	7,8	4,3

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO — BANDES

Nas diretrizes da estratégia do desenvolvimento estadual, continua o BANDES participando como instrumento de ação dos mais positivos.

PRE-INVESTIMENTOS

Sua atuação na área de pre-investimentos faz-se sentir nos seguintes aspectos:

- Aprimoramento de Recursos Humanos
- Estudos, Projetos e Mobilizações
- Financiamentos com recursos da FINEP
- Aprimoramento de Recursos Humanos

A carência de mão de obra altamente qualificada no Estado levou o BANDES a proporcionar aos formados nos diversos cursos superiores a oportunidade de fazerem cursos de Pós-Graduação ou Especialização em universidades brasileiras ou estrangeiras.

Dessa forma foi instituída a linha de Financiamento para Bolsas de Estudos, com prazos e taxas especiais, obedecendo-se a critérios e prioridades indispensáveis.

Foram aprovados 8 (oito) financiamentos em 1972 no valor total de Cr\$ 279,4 mil, todos para cursos a nível de mestrado ou doutorado, sendo 3 para o exterior.

APROVAÇÃO DE FINANCIAMENTOS PARA BOLSAS DE ESTUDO — 1972

Área de Estudo	Número Bolsas	Valor Financiado	Valor Liberado 1972
Administração	2	72.265	40.612
Transportes	2	27.850	10.840
Economia	2	112.198	41.594
Geriatrics-Gerontologia	1	56.985	14.799
Elaboração Análise de Projetos	1	10.144	9.824
TOTAL	8	279.442	117.669

O próprio banco ressentiu-se da falta de pessoal qualificado e por isso vem mantendo, permanentemente, funcionários realizando cursos de especialização e outros de curta duração, além de contratar consultores especializados para orientar o pessoal em assuntos específicos. Dentro deste objetivo, dispendeu em 1972 Cr\$.. 185,3 mil.

ESTUDOS, PROJETOS E MOBILIZAÇÕES

A necessidade de informações estatísticas adequadas sobre a economia estadual fez com que o BANDES realizasse diversos estudos globais e setoriais da economia local.

No ano de 1972, movido pelo interesse do Governo Estadual em identificar novas oportunidades de investimento no Espírito Santo o banco contratou o consórcio de firmas Latinoconsult Brasileira Ltda. e Italconsult — Società Generale Per Progettazione Consulenze

e Partecipazioni SP.A para a execução dos estudos necessários e ao mesmo tempo mobilizar empresários para a realização dos empreendimentos identificados.

Ainda com o mesmo propósito acima foi assinado convênio com o IDEIES — Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo, para a elaboração de Perfis Industriais.

Dentro do Programa de Assistência a Pequena e Média Empresa o BANDES firmou convênio também com o IDEIES a fim de dar apoio não só as empresas por ele financiadas como também a outras firmas que dele necessitem.

Por outro lado, dando continuidade ao seu programa de trabalho o Departamento de Estudos e Programação, atual Departamento de Estudos Econômicos, continuou no ano de 1972 a Pesquisa da Indústria de Transformação no Espírito Santo, iniciada em 1971, que abrange cerca de seiscentos (600) estabelecimentos nos diversos gêneros e ramos.

A referida pesquisa deverá estar concluída no 1º semestre de 1973, e a partir da mesma, realizará estudos globais e setoriais para orientar a política de aplicação do Banco.

A fim de atender ao programa do Corredor de Exportação, no sub item Agroindústria, o DEE elaborou o respectivo Programa de Desenvolvimento da Agroindústria no Espírito Santo com a finalidade de alocar recursos do convênio BIRD/BACEN.

Além disso, dois importantes trabalhos foram elaborados e publicados pela Diretoria de Programação:

- Atividades Dinâmicas para Recuperação Econômica do Espírito Santo;
- Vantagens locais de Vitória para implantação de um Estaleiro de Reparos Navais;

Como mostra o quadro anexo, foram aprovados e/ou contratados em 1972 Cr\$ 9.429,6 mil para cobrir os referidos estudos, tendo sido desembolsado apenas Cr\$... 406,4 mil.

Foi concluído e entregue o PROMAG — Programa de Modernização da Agricultura, elaborado pela BRASTEC e contratado em 1971 constados seguintes estudos:

- Projeto da Fundação de Pesquisas Agrícolas (FPAI), com investimento total no valor de Cr\$ 4.188,0 mil;
- Projeto de Expansão do Sistema de Extensão investimento total de US\$ 2.100,0 mil;
- Projeto de Estradas Vicinais com investimento total da ordem de US\$ 13.269,9 mil e,
- Projeto da Central de Abastecimento, prevendo investimento total de Cr\$ 12.942,0 mil.

FINANCIAMENTO COM RECURSOS DA FINEP

A fim de apoiar empresas públicas e privadas e outras entidades públicas na elaboração de estudos de viabilidade econômica, técnica e financeira, o BANDES 1.007,3 mil, tendo desembolsado como contrapartida Cr\$ 1.007,3 mil, tendo desembolsado como contrapartida Cr\$ 160,00 mil.

Finalmente, cabe destacar que do total aplicado em 1972 em Pré-Investimentos, Cr\$ 591,7 mil foi a fundo perdido, conforme mostramos abaixo:

Fontes	Fundo Perdido	Financiamentos
Recursos Próprios BANDES	398,7	277,7
FUNRES/SOC	193,0	—
FINEP	—	1.007,3
TOTAL	591,7	1.285,0

BANDES - PROGRAMA DE PRÉ-INVESTIMENTOS DESENVOLVIDOS EM 1972

RECURSOS APLICADOS

DISCRIMINAÇÃO	RESPONSÁVEL P/ELABORAÇÃO	VALOR TOTAL Cr\$ 1.000,0	FONTES DE RECURSOS	DESEMBOLSO/72 Cr\$ 1.000,00
1- APERFEIÇOAMENTO RECURSOS HUMANOS		464,7	-	303,0
1.1- Financiamentos de Bolsas de Estudo.....	-	279,4	BANDES	117,7
1.2- Treinamento do Pessoal do Quadro.....	-	185,3	BANDES	185,3
2- ESTUDOS PROJETOS E MOBILIZAÇÕES		9.429,6	-	406,4
2.1- Oportunidades de Investimentos no E.Santo (Projetos)...	LATINOCONSULT/ITALCONSULT	9.000,0	-	15,0
		800,0	FUNRES/SOC	187,0
		300,0	FUNDAI	-
		600,0	CVRD/FMDZRD	-
		300,0	SIC/FUNDOES	-
		7.000,0	ITALCONSULT	-
2.2- Perfis Industriais.....	IDEIES - Inst.Desenvolvimento Ind. Espírito Santo	50,0	FUNRES/SOC	6,0
2.3- Programa de Assistência à Pequena e Média Empresa....	IDEIES/CEBRAS	80,0	FUNRES/SOC	-
2.4- Pesquisa Ind. do E. Santo...	Departamento de Estudos Econômicos	169,1	BANDES	81,9
2.5- Programa Agroindústrias - BIRD/BACEN/BANDES.....	Departamento de Estudos Econômicos	131,5	BANDES	131,5
3- FINANCIAMENTOS FINEP		1.476,5	-	1.167,3
3.1- SUPPIN.....	-	(*) 553,0	BANDES	453,0
		63,0	BANDES	63,0
		490,0	FINEP	390,0
3.2 - CONDUSA	-	124,0	-	64,8
		16,0	BANDES	4,8
		108,0	FINEP	60,0
3.3 - IRMÃOS FERREIRA	-	123,5	-	123,5
		16,2	BANDES	16,2
		107,3	FINEP	107,3
3.4 - DER/ES	-	676,0	-	526,0
		76,0	BANDES	76,0
		600,0	FINEP	450,0

(*) Aprovados em 1971.

PROMOÇÃO DE INVESTIMENTO

Foram aprovados 110 operações de financiamento, sendo 52 no primeiro semestre e 58 no segundo, representando um investimento total de Cr\$ 186.973 mil, sendo a cobertura financeira solicitada de Cr\$ 160.522

mil e a poupança mobilizada (recursos próprios do mutuário) de Cr\$ 25.419 mil.

Comparando com o exercício de 1971, temos:

DISCRIMINAÇÃO	1971		1972		1972 (*)	
	Cr\$ 1.000,00	%	Cr\$ 1.000,00	%	Cr\$ 1.000,00	%
Investimento total	77.397	100,00	186.973	100,0	150.850	100,0
Cobertura Financeira	48.503	62,7	160.522	85,9	124.399	82,5
Poupança Mobilizada	20.184	26,1	25.419	13,6	25.419	16,9

(*) Exclusiva FUNDAP.

Verificamos um acréscimo no investimento total aprovado de 142%. Quanto à participação relativa da Cobertura Financeira e Poupança Mobilizada, a elevação da primeira em detrimento da segunda deve-se em parte às operações específicas de giro, como o caso do

FUNDAP e a outras aplicações a médio prazo de giro exclusivo.

Analisando os investimentos aprovados sob o ponto de vista setorial temos o seguinte confronto:

DISCRIMINAÇÃO	1971		1972		1972 (*)	
	Cr\$ 1.000,00	%	Cr\$ 1.000,00	%	Cr\$ 1.000,00	%
Primário	1.130,1	1,5	9.076,7	4,9	9.076,7	6,0
Secundário	60.908,7	78,7	121.490,6	65,0	121.490,6	80,5
Terciário	15.358,6	19,8	56.405,6	30,1	20.282,4	13,4
TOTAL	77.397,4	100,0	186.972,9	100,0	150.849,8	100,0

(*) Exclusive FUNDAP

O Setor Secundário continua mantendo a mesma participação de 1971, recebendo aproximadamente 80% (oitenta por cento) dos recursos a serem aplicados, sendo quase a totalidade (99,3%) destinados a Indús-

tria de Transformação. Os ramos mais beneficiados foram os seguintes: Produtos Alimentares, com 45,5%, Madeira, com 10,7% e Minerais não Metálicos com 9,8%, conforme mostra o quadro anexo.

O Setor Primário cresceu razoavelmente sua participação onde se destacam as aplicações na Agrosuco, Aracruz Florestal e COPESA.

Quanto ao terciário, afora as operações via FUNDAP não sofreu incremento digno de nota, sendo os sub-setores Transportes e Administração Pública os mais favorecidos seguido do Turismo.

Das oito microregiões em que se divide o Estado, seis foram beneficiadas, ficando excluídas a MRH-203 (Alto São Mateus) e MRH-208 (Vertente Oriental do Caparaó).

A MRH-203 (Vitória) deteve 63,2% dos investimentos aprovados, predominando as aplicações no setor

industrial. Segue-se a MRH-205 (Baixada Espírito Santense) com 11,3%, MRH-204 (Colatina) com 7,6%, MRH-209 (Cachoeiro de Itapemirim) com 5,6% e MRH-210 (Litoral Sul Espírito Santense) com 2,8%.

Verificou-se, também, uma alocação pluri-regional com 9,1% do total, referente a empreendimentos que beneficiam mais de uma região. Encontram-se neste caso, o financiamento de máquinas para o DERMAG, bolsas de estudo para pós-graduação.

Das operações aprovadas, que possuíram projetos de implantação ou expansão apuraram-se alguns dados sobre o efeito gerado no incremento da renda e da mão de obra.

DISCRIMINAÇÃO	GERAÇÃO DE RENDA		GERAÇÃO DE EMPREGO	
	Valor Cr\$ 1,00	%	Nº	%
SETOR — PRIMÁRIO	592.662	7,8	144	10,7
SECUNDÁRIO	6.524.948	86,8	1.142	82,4
TERCIÁRIO	316.369	5,4	51	3,9
TOTAL	7.509.352	100,0	1.337	100,0
MICROREGIAO — MRH-204	769.728	10,2	145	10,8
MRH-205	1.687.274	22,4	368	27,5
MRH-206	—	—	—	—
MRH-207	4.486.550	59,7	749	56,1
MRH-209	565.800	7,7	75	5,6
MRH-210	—	—	—	—
TOTAL	7.509.352	100,0	1.337	100,0

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972

INVESTIMENTOS APROVADOS POR SETOR

QUADRO I - DISCRIMINAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

		Cr\$ 1,00				
COD.	DISCRIMINAÇÃO	Nº	INV. TOTAL	INV. FIXO	GIRO	OUTROS INVEST.
1.00.00	SETOR PRIMÁRIO	4	9.076.769	2.064.120	7.006.020	6.629
1.01.00	Lavouras	1	4.050.000	1.050.000	3.000.000	—
1.02.00	Reflorestamento	2	3.894.596	—	3.894.596	—
1.04.00	PESCA	1	1.132.173	1.014.120	111.424	6.629
2.00.00	SETOR SECUNDÁRIO	52	121.490.591	70.216.563	38.648.224	12.625.804
2.02.00	Indústria de Transformação	52	120.680.380	69.456.352	38.598.224	12.625.804
2.02.01	Indústria de Transformação (1)	2	8.851.932	—	—	8.851.932
2.02.10	Minerais não metálicos	8	11.875.118	8.986.118	3.097.500	208.500
2.02.11	Metalúrgica	5	3.522.600	2.573.100	901.200	48.300
2.02.15	Madeira	4	12.900.776	6.625.376	5.638.800	636.600
2.02.16	Mobiliário	3	5.775.200	4.523.200	926.000	326.000
2.02.17	Papel e Papelão	2	4.581.274	3.632.487	846.087	102.700
2.02.22	Perfumaria, Sabões e velas	1	10.560.600	7.584.600	2.317.000	659.000
2.02.23	Produtos de Mat. Plástica	3	928.795	278.795	650.000	—
2.02.25	Vestuário, calçados e art. de tecidos	1	104.726	104.726	—	—
2.02.26	Produtos alimentares	18	54.953.859	32.938.007	19.806.080	2.209.772
2.02.27	Bebida	2	3.557.500	—	3.557.500	—
2.02.29	Editorial e gráfica	1	228.000	—	228.000	—
2.02.30	Diversas	1	2.600.000	2.209.943	390.057	—
2.02.99	Outras	1	240.000	—	240.000	—
2.03.00	Indústria de construção Civil	7	810.211	760.211	50.000	—
3.00.00	SETOR TERCIÁRIO	47	26.405.620	13.281.565	41.977.248	1.146.807
3.01.00	Transportes	14	6.411.940	6.398.015	—	13.925
3.01.00	Transportes (2)	1	13.925	—	—	13.925
3.01.10	Rodoviário de Passageiros	10	5.171.596	5.171.596	—	—
3.01.11	Rodoviário de Carga	3	1.226.419	1.226.419	—	—
3.03.00	COMÉRCIO	16	36.123.180	—	36.123.180	—
3.03.10	Trânsito Portuário	16	36.123.180	—	36.123.180	—
3.04.00	Turismo	3	3.085.000	2.141.575	774.068	169.357
3.04.10	Conjuntos Integrado	2	715.000	—	715.000	—
3.04.11	Alojamento	1	2.370.000	2.141.575	59.068	169.357
3.05.00	Serviços Urbanos	1	753.751	—	—	753.751
3.05.12	Sistema viário	1	753.751	—	—	753.751
3.06.00	Serviço de Apoio ao Setor Agrícola	1	2.880.000	2.880.000	—	—
3.07.00	Serviço de Apoio a outros Setores	10	2.141.605	1.861.975	80.000	—
3.07.10	Consultoria e Assistência Técnica	8	257.601	—	80.000	177.691
3.07.12	Serviços Especializados	2	1.883.914	1.861.975	—	21.939
3.09.00	Saúde e Assistência Médico Hospitalar	1	10.144	—	—	10.144
3.11.00	Administração Pública	1	5.000.000	—	5.000.000	—
TOTAL		110	186.972.980	85.562.248	87.631.492	13.779.240

(1) - Estudos sobre Indústria de Transformação

(2) - Curso sobre Transporte

FONTE: DPA

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972

INVESTIMENTOS APROVADOS POR SETOR

QUADRO II - ORIGEM DOS RECURSOS

<u>COD.</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>INV. TOTAL</u>	<u>REC. PRÓPRIOS</u>	<u>COB. FINANCEIRA (*)</u>	<u>OUTRAS FONTES</u>
1.00.00	<u>SETOR PRIMÁRIO</u>	9.076.769	62.173	9.014.596	-
1.01.00	LAVOURAS	4.050.000	-	4.050.000	-
1.02.00	REFLORESTAMENTO	3.894.596	-	3.894.596	-
1.04.00	PESCA	1.132.173	62.173	1.070.000	-
2.00.00	<u>SETOR SECUNDÁRIO</u>	121.490.591	23.440.424	97.616.610	433.557
2.02.00	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	120.680.380	23.259.460	96.987.363	433.557
2.02.00	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1)	8.851.932	900.000	7.951.932	-
2.02.10	Minerais não metálicos.....	11.875.118	1.450.421	10.204.697	220.000
2.02.11	Metalúrgica.....	3.522.600	610.700	2.911.900	-
2.02.15	Madeira.....	12.900.776	2.247.343	10.653.433	-
2.02.16	Mobiliário.....	5.775.200	1.674.800	4.100.400	-
2.02.17	Papel e papelão.....	4.581.274	1.021.274	3.560.000	-
2.02.22	Perfumaria, sabões e velas.....	10.560.600	2.289.300	8.271.300	-
2.02.23	Produtos de matéria plástica.....	928.795	55.760	873.035	-
2.02.25	Vestuário, calçados e art.tecidos	104.726	83.781	20.945	-
2.02.26	Produtos alimentares.....	54.953.859	12.330.891	42.409.411	213.557
2.02.27	Bebida.....	3.557.500	-	3.557.500	-
2.02.29	Editorial e gráfica.....	228.000	-	228.000	-
2.02.30	Diversas.....	2.600.000	595.190	2.004.810	-
2.02.99	Outras.....	240.000	-	240.000	-
2.03.00	INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	810.211	180.964	629.247	-
3.00.00	<u>SETOR TERCIÁRIO</u>	56.405.620	1.916.678	53.891.084	597.858
3.01.00	TRANSPORTES	6.411.940	468.225	5.943.715	-
3.01.00	TRANSPORTES (2)	13.925	-	13.925	-
3.01.10	Rodoviário de Passageiros.....	5.171.596	382.136	4.789.460	-
3.01.11	Rodoviário de Carga.....	1.226.419	86.089	1.140.330	-
3.03.00	COMÉRCIO	36.123.180	-	36.123.180	-
3.03.10	Trânsito Portuário.....	36.123.180	-	36.123.180	-
3.04.10	TURISMO	3.085.000	750.000	2.335.000	-
3.04.10	Conjuntos Integrados.....	715.000	-	715.000	-
3.04.11	Alojamento.....	2.370.000	750.000	1.620.000	-
3.05.00	SERVIÇOS URBANOS	753.751	227.751	526.000	-
3.05.12	Sistema Viário.....	753.751	227.751	526.000	-
3.06.00	SERVIÇO DE APOIO AO SETOR AGRÍCOLA	2.880.000	-	2.880.000	-
3.06.13	Mecanização e Engenharia Rural....	2.880.000	-	2.880.000	-
3.07.00	SERVIÇO DE APOIO A OUTROS SETORES	2.141.605	470.702	1.073.045	597.858
3.07.10	Consultoria e Assistência Técnica.	257.691	-	257.691	-
3.07.12	Serviços especializados.....	1.883.914	470.702	815.354	597.858
3.09.00	SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR	10.144	-	10.144	-
3.11.00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5.000.000	-	5.000.000	-
	<u>TOTAL</u>	<u>186.972.980</u>	<u>25.419.272</u>	<u>160.522.297</u>	<u>1.031.415</u>

(*) - Financiamentos através do BANDES

(1) - Estudos sobre Indústria de Transformação

(2) - Curso sobre Transporte

RS/mal

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972

INVESTIMENTOS APROVADOS POR SETOR

QUADRO III - EFEITOS SOBRE ACRÉSCIMO DE RENDA E EMPREGO

COD.	DISCRIMINAÇÃO	GER.EMPREGOS	GER.RENDA
1.00.00	<u>SETOR PRIMÁRIO</u>	144	668.036
1.01.00	LAVOURAS	141	592.662
1.02.00	REFLORESTAMENTO	-	-
1.04.00	PESCA	3	75.374
2.00.00	<u>SETOR SECUNDÁRIO</u>	1.142	6.524.948
2.02.00	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-	-
2.02.00	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (1)	-	-
2.02.10	Minerais não metálicos	69	1.369.592
2.02.11	Metalúrgica.....	34	176.460
2.02.15	Madeira.....	246	1.155.900
2.02.16	Mobiliário.....	119	456.000
2.02.17	Papel e papelão.....	90	480.080
2.02.22	Perfumaria, sabões e velas.....	182	658.968
2.02.23	Produtos de Mat. Plástica.....	-	-
2.02.25	Vestuário, calçados e artefatos de tecidos.	-	-
2.02.26	Produtos alimentares.....	356	1.890.134
2.02.27	Bebida.....	-	-
2.02.29	Editorial e gráfica.....	-	-
2.02.30	Diversas.....	46	337.814
2.02.99	Outras.....	-	-
2.03.00	INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL	-	-
3.00.00	<u>SETOR TERCIÁRIO</u>	51	316.368
3.01.00	TRANSPORTES	-	-
3.01.00	TRANSPORTES (2)	-	-
3.01.10	Rodoviário de Passageiros.....	-	-
3.01.11	Rodoviário de Carga.....	-	-
3.03.00	COMÉRCIO	-	-
3.03.10	Trânsito Portuário.....	-	-
3.04.00	TURISMO	34	125.520
3.04.10	Conjuntos Integrados.....	-	-
3.04.11	Alojamento.....	34	125.520
3.05.00	SERVIÇOS URBANOS	-	-
3.05.12	Sistema viário.....	-	-
3.06.00	SERVIÇOS DE APOIO AO SETOR AGRÍCOLA	-	-
3.06.13	Mecanização e Engenharia Rural.....	-	-
3.07.00	SERVIÇO DE APOIO A OUTROS SETORES	-	-
3.07.10	Consultoria e Assistência Técnica.....	-	-
3.07.12	Serviços Especializados.....	17	190.848
3.09.00	SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR	-	-
3.11.00	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	-
	<u>TOTAL</u>	1.337	7.509.332

(1) - Estudos sobre Indústria de Transformação

(2) - Curso sobre Transporte

Fonte: DPA

RS/mal

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972

INVESTIMENTOS APROVADOS POR MICROREGIÃO

QUADRO II - ORIGEM DOS RECURSOS

COD.	DISCRIMINAÇÃO	INV.TOTAL	REC.PRÓPRIOS	COR.FINANC (%)	OUTRAS FONTES
MRH-204	<u>COLATINA</u>	14.218.286	2.113.244	12.105.042	-
	Colatina.....	14.218.286	2.113.244	12.105.042	-
MRH-205	<u>BAIXADA ESPÍRITO SANTENSE</u>	21.044.861	3.355.823	17.689.038	-
	Conceição da Barra.....	11.571.973	1.664.973	9.907.000	-
	São Mateus.....	554.596	-	554.596	-
	Linhares.....	5.578.292	1.690.850	3.887.442	-
	Aracruz.....	3.340.000	-	3.340.000	-
MRH-206	<u>COLONIAL SERRANA ESPÍRITO SANTENSE</u>	862.617	24.317	838.300	-
	Domingos Martins.....	720.000	-	720.000	-
	Santa Teresa.....	21.439	-	21.439	-
	Itarana.....	121.178	24.317	96.861	-
MRH-209	<u>VITÓRIA</u>	118.186.298	18.219.356	99.149.084	817.858
	Serra.....	21.291.829	2.700.738	18.591.091	-
	Vitória.....	43.846.775	1.616.795	41.412.122	817.858
	Vila Velha.....	21.220.395	4.465.060	16.755.335	-
	Viana.....	31.827.299	9.436.763	22.390.536	-
MRH-209	<u>CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM</u>	10.460.801	806.535	9.440.709	213.557
	Cachoeiro de Itapemirim.....	5.800.621	359.912	5.440.709	-
	Mimoso do Sul.....	4.010.180	446.623	3.350.000	213.557
	Bom Jesus do Norte.....	650.000	-	650.000	-
MRH-210	<u>LITORAL SUL ESPÍRITO SANTENSE</u>	5.172.500	-	5.172.500	-
	Guarapari.....	115.000	-	115.000	-
	Itapemirim.....	5.057.500	-	5.057.500	-
	<u>ESPÍRITO SANTO (PLURI-REGIONAL)</u>	17.027.617	900.000	16.127.617	-
	<u>TOTAL</u>	186.972.980	25.419.275	160.522.290	1.031.415

(*) - Financiamentos através do BANDES

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972

INVESTIMENTOS APROVADOS POR MICROREGIÃO

QUADRO III - EFEITOS SOBRE ACRÉSCIMO DE RENDA E EMPREGO

COD.	DISCRIMINAÇÃO	GER.EMPREGOS	GER.RENDA
MRH-204	<u>COLATINA</u>	145	769.728
	Colatina.....	145	769.728
MRH-205	<u>BAIXADA ESPÍRITO SANTENSE</u>	368	1.681.274
	Conceição da Barra.....	249	1.231.274
	São Mateus.....	-	-
	Linhares.....	119	456.000
	Aracruz.....	-	-
MRH-206	<u>COLONIAL SERRANA ESPÍRITO SANTENSE</u>	-	-
	Domingos Martins.....	-	-
	Santa Teresa.....	-	-
	Itarana.....	-	-
MRH-207	<u>VITÓRIA</u>	749	4.486.550
	Serra.....	241	2.302.862
	Vitória.....	79	600.662
	Vila Velha.....	324	1.217.426
	Viana.....	105	465.600
MRH-219	<u>CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM</u>	75	565.800
	Cachoeiro de Itapemirim.....	-	-
	Mimoso do Sul.....	75	565.800
	Bom Jesus do Norte.....	-	-
MRH-210	<u>LITORAL SUL ESPÍRITO SANTENSE</u>	-	-
	Guarapari.....	-	-
	Itapemirim.....	-	-
	<u>ESPÍRITO SANTO (PLURI-REGIONAL)</u>	-	-
	<u>TOTAL</u>	1.337	7.509.352

AÇÃO FINANCIADORA

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

OPERAÇÕES PASSIVAS

a) - Repasses Contratados

Uma das preocupações do Banco neste exercício foi aumentar a relação entre recursos de terceiros e recursos próprios. Conforme mostra o quadro I foram mobilizados recursos da ordem de Cr\$ 70.332,8 mil, onde se destacam tres novas fontes de recursos: o BNDE/PEB (Programa Especial de Apoio a Bancos de Desenvolvimento), o BACEN com uma operação específica para a CCPL Cooperativa Central dos Produtos de Leite e a CEF/PIS, cujos recursos foram utilizados sob a forma de redescontos. Comparativamente ao exercício de 1971, quando este montante atingiu Cr\$ 29.314,2 mil e acréscimo foi da ordem de 140% (cento e quarenta

por cento). Cabe ressaltar que estes números não representam valores liberados mas, apenas assegurados.

Além das novas fontes nacionais mobilizadas, o BANDES manteve contatos com o Export-Import Bank of the United States - EXIMBANK, tendo em 07-06-72 recebido comunicação de que o mesmo estava preparado para assistência financeira dentro do plano de "Facilidade para Financiamento Cooperativo" até o limite aproximado de US\$ 2.200.000.00. Entretanto, nenhuma operação de importação de equipamento chegou a ser realizado em 1972.

b) - Recursos Efetivamente Obtidos

O ingresso de recursos para aplicações financeiras foi de Cr\$ 125.001,2 mil representando um acréscimo de aproximadamente 224% (duzentos e vinte e quatro por cento) sobre o exercício de 1971.

BANDES — EVOLUÇÃO DOS RECURSOS PARA APLICAÇÕES

Cr\$ 1,00

Fontes	1971		1972		%
	Valor	%	Valor	%	72/71
Recursos Próprios	5.532.614	14,3	9.548.217	7,6	172,6
Depós. Incentivos	14.385.034	37,3	22.103.141	17,7	153,7
Fundos Locais	14.798.134	38,3	48.690.307	39,0	329,0
Repasses	3.878.183	10,1	44.659.183	35,7	1.151,6
T O T A L	38.593.965	100,0	125.001.230	100,0	323,9

Verificamos que a participação relativa de recur-sões da programação orçamentária, tendo os incen-sos extra estaduais sofreu um acréscimo bastante signi-tivos da Lei 2.469 superado as previsões em relação ao ficativo. Quanto aos fundos locais, o desenvolvimento DL-880. Contribuiu para este crescimento da arrecada-das atividades do FUNDAP foi o responsável pela ele-ção, da ordem de 54% (cincoenta e quatro por cento), vação considerável dos recursos.

A arrecadação de incentivos correspondeu às pre-em convênio com o BANESTES.

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS P/APLICAÇÃO — 1972

RECURSOS PRÓPRIOS — DEPÓSITOS — FUNDOS LOCAIS

Cr\$ 1,00

Discriminação	1971	1972
1 — RECURSOS PRÓPRIOS	5.532.614	9.548.217
1.1 — Reservas e Provisões	276.465	443.785
1.2 — Retorno de Financiamentos	2.256.149	5.479.003
1.3 — Redescoto PIS	—	3.000.000
1.4 — Saldo a Disposição da Assembléia	—	625.429
1.5 — Integralização do Capital	3.000.000	—
2 — INCENTIVOS FISCAIS — DL/880	9.269.319	11.486.495
2.1 — Pessoas Jurídicas	8.737.761	10.545.524
2.2 — Pessoas Físicas	531.558	940.971
3 — INCENTIVOS FISCAIS — Lei 2.469/69	5.115.715	9.229.969
4 — INCENTIVOS AINDA NÃO CLASSIFICADOS	—	1.386.677
5 — FUNRES/SOC	6.692.897	8.332.105
5.1 — Dotação Orçamentária (Governo Estado Esp. Santo)	4.000.000	5.000.000
5.2 — Retorno IBC/GERCA	2.632.844	2.548.851
Principal	2.072.089	2.113.315
Encargos	560.755	435.536
5.3 — Retorno Financiamentos	—	203.714
5.4 — Receitas	60.053	579.540
6 — FUNDAP	2.867.380	3.592.426
6.1 — Dotação Orçamentária (GES)	2.867.380	3.500.000
6.2 — Receitas	—	92.426
7 — FUNDAP	5.237.857	36.765.776
T O T A L	34.715.782	80.341.665

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS — 1972
REPASSES — MOEDA NACIONAL

Cr\$ 1,00

Fonte	Fluxo de Caixa		Saldos	
	Recebimentos	Amortizações	31/12/71	29/12/72
IBC/GERCA	—	2.113.317	11.650.430	9.537.113
FIPEME/234	—	331.613	770.298	438.685
FIPEME/313	—	200.000	900.000	700.000
FIPEME/357	1.826.332	—	966.600	2.792.932
FIPEME/394	40.000	—	—	40.000
FIPEME/395	789.000	—	—	789.000
FIPEME/396	2.522.194	—	—	2.522.194
FINAME	4.777.508	555.181	1.356.761	5.579.088
B.N.H.	3.815.382	164.943	222.237	3.872.676
FUNDECE	600.000	—	400.000	1.000.000
FINEP	955.310	—	200.000	1.155.310
BNDE/PEB	20.000.000	—	—	20.000.000
GOV. do ESTADO	—	—	881.850	881.850
T O T A L	35.325.726	2.254.137	17.348.176	49.308.848

Fonte: DPA

MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS — 1972
REPASSES — MOEDA ESTRANGEIRA

Cr\$ 1,00

Fonte	Fluxo de Caixa		Saldos	
	Recebi- mentos (*)	Amortizações	31/12/71	29/12/72
FIPEME/357	2.354.696	—	—	985.379
FIPEME/394	3.756.906	—	—	—
FIPEME/396	3.222.235	—	—	—
T O T A L	9.333.839	—	—	985.379

(*) — Valores realmente liberados diretamente p/FIPEME ao fornecedor estrangeiro. Difere do Exigível por não ter a contabilidade recebido os avisos a tempo do fechamento do balanço.

Fonte: DPA

OPERAÇÕES ATIVAS

a) — Segundo as Fontes de Recursos
CONTRATAÇÕES

Foram contratadas no exercício, operações no valor total de Cr\$ 145.370,6 mil, sendo Cr\$ 122.179,3 mil (84%) de Financiamentos, Cr\$ 13.355,7 mil (9,2%) de

Participações Societárias e Cr\$ 9.835,6 mil (6,8%) de Prestação de Aval.

Analisando as contratações sob o enfoque das fontes de recursos, temos o seguinte confronto com o exercício de 1971:

BANDES — EVOLUÇÃO DAS OPERAÇÕES CONTRATADAS

Cr\$ 1.000,00

Fontes	1971		1972		72/71
	Valor	%	Valor	%	%
BANDES/Rec. Próprios	16.176,7	31,2	23.260,3	16,0	143,8
BANDES/PIS	—	—	3.000,0	2,1	—
BANDES/PEB	—	—	22.952,9	15,8	—
FIPEME	7.880,0	15,1	11.915,6	8,2	151,2
FINAME	1.864,5	3,6	4.816,6	3,3	258,3
FINEP	490,0	0,9	665,3	0,5	135,8
FUNDECE	250,0	0,5	750,0	0,5	180,0
FUNDAI	—	—	2.878,6	2,0	—
B.N.H.	222,7	0,4	3.450,0	2,4	1.549,2
FUNDAP	5.904,0	11,3	36.123,2	24,8	611,8
FUNRES/SOC	3.450,0	6,6	11.352,4	7,8	329,1
INCENTIVOS FISCAIS	14.875,0	28,6	11.101,4	7,6	74,6
FUNRES/SIF	355,3	0,7	758,1	0,5	213,4
FUNRES/SPS	583,2	1,1	446,2	0,3	76,5
BACEN	—	—	11.900,0	8,2	—
T O T A L	52.051,4	100,0	145.370,6	100,0	279,3

O total das contratações sofreu um acréscimo de 180%, sendo que as fontes mais utilizadas foram, em ordem decrescente, o FUNDAP, BANDES/R.P., BANDES/PEB, FIPEME, BACEN, FUNRES/SOC e INCENTIVOS. Esta última, que no exercício anterior foi a segunda mais utilizada (28,6%) caiu para 7,6%, tendo, inclusive, decrescido em valor cerca de 25%.

DESEMBOLSOS

O desembolso, durante o exercício foi da ordem de Cr\$ 120.467,2 mil, sem Cr\$ 106.567,7 (88,5%) para financiamentos e Cr\$ 13.899,5 mil (11,5%) para Participações Societárias. Verificou-se em relação ao exercício de 1971, uma elevação da ordem de 252%.

BANDES — EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS

Cr\$ 1.000,00

Fontes	1971		1972		72/71
	Valor	%	Valor	%	%
BANDES/Recursos Próprios	11.245,2	32,8	12.699,8	10,5	112,9
BANDES/PIS	—	—	3.000,0	2,5	—
BANDES/PEB	—	—	17.937,9	14,9	—
FIPEME	1.910,5	5,6	15.327,4	12,7	802,3
FINAME	1.381,9	4,0	6.131,3	5,1	443,7
FINEP	—	—	1.007,3	0,8	—
FUNDECE	190,2	0,6	809,9	0,7	425,8
FUNDAI	—	—	1.952,8	1,6	—
BNH	222,7	0,7	3.568,4	3,0	1.602,3
FUNDAP	5.237,9	15,3	36.765,8	30,5	701,9
FUNRES/SOC	1.608,4	4,7	9.038,6	7,5	562,0
INCENTIVOS FISCAIS	11.517,9	33,6	10.823,7	9,0	94,0
FUNRES/SIF	355,3	1,0	958,1	0,8	269,7
FUNRES/SPS	583,2	1,7	446,2	0,4	76,5
TOTAL	34.253,2	100,0	120.467,2	100,0	351,7

As fontes de maior participação foram o FUNDAP, o BNDE/PEB e o BNDE/FIPEME. Quanto aos incentivos fiscais, teve o mesmo comportamento das contratações.

As amortizações de financiamentos, atingiram um total de Cr\$ 8.842,5 mil, durante o exercício, contra Cr\$ 4.492,1 mil em 1971. As fontes que mais contribuíram foram BANDES/REC. PRÓPRIOS e IBC/GER-

CA, sendo este último transferido para a conta FUNRES/SOC.

b) — Segundo a Alocação Setorial

Obedecendo à mesma alocação dos investimentos aprovados (item 20), o setor secundário foi o mais favorecido, seguido do terciário e do primário. Observa-se o mesmo comportamento para as contratações e desembolsos, com uma pequena variação nas amortizações a favor do setor primário.

BANDES — OPERAÇÕES ATIVAS SEGUNDO OS SETORES

1972

Valor: Cr\$ 1.000,00

Setores	Contratação		Desembolso		Amortização	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Primário	10.238,2	7,0	8.655,2	7,2	1.734,4	19,6
Secundário	85.109,5	58,5	64.254,8	53,3	5.431,4	61,4
Terciário	50.022,9	34,5	47.557,2	39,5	1.676,7	19,9
TOTAL	145.370,6	100,0	120.467,2	100,0	8.842,5	100,0

Analisando-se separadamente as operações de financiamento e participações societárias, observamos que as primeiras seguiram o comportamento do total quanto à alocação setorial, enquanto o setor primário foi mais favorecido do que o terciário. O setor secundário manteve a liderança, inclusive nas operações de aval, onde o valor das contratações foi quase idêntico para o setor terciário.

Quanto aos ramos do setor secundário mais favorecidos, temos: Produtos Alimentares, Minerais não metálicos, metalurgia e madeira.

Confrontando-se com o exercício de 1971, a alocação setorial dos recursos foi praticamente a mesma, havendo apenas uma redução relativa do setor secundário de 1971 para 1972, a favor dos demais setores:

BANDES — OPERAÇÕES ATIVAS SEGUNDO OS SETORES

1971

Valor: Cr\$ 1.000,00

Setores	Contratação		Desembolso		Amortização	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Primária	1.468,1	2,8	1.393,6	4,1	1.183,8	26,4
Secundário	32.684,6	62,8	23.115,3	67,5	2.268,6	50,5
Terciário	17.898,7	34,4	9.744,3	28,4	1.039,7	23,1
T O T A L	52.051,4	100,0	34.253,2	100,0	4.492,1	100,0

Os acréscimos verificados de 1971 para 1972, por setor, nas operações realizadas no exercício foram os seguintes:

EM %

	Contratações	Desembolsos	Amortizações
Primário	597,4	521,1	46,5
Secundário	160,4	178,0	151,2
Terciário	179,5	388,1	61,3

Os números acima indicam uma tendência de diminuição no ritmo das aplicações no setor secundário e um esforço para propiciar maiores recursos aos setores primário e terciário.

c) — Segundo a Alocação Regional

A microregião mais favorecida foi a MRH-207 — Vitória que deteve 67,8% das contratações e 70,3% dos desembolsos. Justifica-se pela concentração da maioria das indústrias na Grande Vitória. Segue-se a MRH-209 — Cachoeiro de Itapemirim, MRH-205 — Baixada Espírito Santense e MRH-204 — Colatina.

BANDES — OPERAÇÕES ATIVAS SEGUNDO LOCALIZAÇÃO

1972

Valor: Cr\$ 1.000

Micro-Regiões	CONTRATAÇÃO		DESEMBOLSO		AMORTIZAÇÃO	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
MRH-203	—	—	—	—	2,7	0,0
MRH-204	8.733,8	6,0	6.117,3	5,1	590,0	6,7
MRH-205	13.218,1	9,1	6.935,4	5,8	1.703,7	20,3
MRH-206	838,5	0,6	837,1	0,7	399,5	4,5
MRH-207	98.548,3	67,8	84.737,1	70,3	4.152,8	47,0
MRH-208	—	—	—	—	28,9	0,3
MRH-209	12.001,6	8,3	15.607,3	13,0	760,4	8,6
MRH-210	4.891,0	3,4	3.713,8	3,1	578,6	6,5
ESP. SANTO	7.139,3	4,9	2.519,1	2,0	536,0	6,1
T O T A L	145.370,6	100,0	120.467,1	100,0	8.842,6	100,0

Verificamos que a alocação de recursos concentrou-se nas regiões economicamente melhor dotadas do Estado, e onde localizam-se as indústrias e empresas prestadoras de serviços mais relevantes. Como a par-

ticipação do setor primário é pouco significativa, nestas operações, as regiões cuja economia é voltada predominantemente para esse setor, tiveram uma baixa participação relativa.



BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972
OPERAÇÕES ATIVAS - TABULAÇÃO POR FONTE E MODALIDADE

FONTES	CONTRATAÇÕES			DESEMBOLSOS			AMORTIZAÇÕES	
	FINANCIAMEN TO	PARTICIPA- ÇÃO SOCIETÁRIA	AVAL	FINANCIAMEN TO	PART.SOCIETÁRIA INTEGRALIZ ZAÇÃO	BONIFI CAÇÃO	FINANCIA- TO	P.SOCIET. DESIMOBIL LIZAÇÃO
1- BANDES - MN..	12.624.648	50.000	8.620.000	11.278.262	671.400	534.020	5.479.003	68.000
2- BANDES/PIS...	3.750.000	-	1.145.588	3.750.000	-	-	-	-
3- BANDES/FUN...	22.992.914	-	-	17.937.314	-	-	-	-
4- PIPEME - MN..	8.111.505	-	-	5.993.595	-	-	535.120	-
5- FINAME.....	3.804.117	-	-	9.333.839	-	-	-	-
6- FUNDE.....	4.816.640	-	-	6.131.342	-	-	505.172	-
7- FUNDE.....	665.310	-	-	1.007.310	-	-	-	-
8- FUNDAI.....	750.000	-	-	809.844	-	-	2.216	-
9- IEC/SERCA....	1.872.566	1.000.000	-	952.835	1.000.000	-	2.113.315	-
10- ENH.....	3.449.978	-	-	3.568.444	-	-	-	-
11- GOVERNO DO ES	-	-	-	-	-	-	-	-
12- FUNDAP.....	36.123.130	-	-	36.765.776	-	-	-	-
13- FUNRES/SOC...	11.392.419	-	-	9.038.571	-	-	203.714	-
14- INCENTIVOS FIS	-	11.101.366	-	-	10.823.655	-	-	-
15- FUNRES/SIF...	-	758.136	-	-	958.136	-	-	-
16- FUNRES/SPS...	-	446.223	-	-	446.223	-	-	200.000
17- BACEN.....	11.900.000	-	-	-	-	-	-	-
T O T A L	122.179.287	13.355.725	9.835.588	106.567.732	13.899.514	534.020	8.842.540	268.000

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972

OPERAÇÕES ATIVAS - CONTRATAÇÃO

SETOR	CONTRATAÇÕES		
	FINANCIAMENTO	P. SOCIEDADE	AVAL
1.00.00 - SETOR PRIMÁRIO	7.964.596	2.273.546	-
1.01.00 - Lavouras	3.000.000	-	-
1.02.00 - Reflorestamento	3.894.596	-	-
1.04.00 - Pesca	1.070.000	2.273.546	-
2.00.00 - SETOR SECUNDÁRIO	69.941.776	10.332.179	4.835.588
2.02.00 - Indústria de Transformação	69.367.835	10.332.179	4.835.588
02.10 - Minerais não metálicos.....	12.025.394	2.751.042	-
02.11 - Metalurgia.....	4.945.808	1.575.000	1.134.107
02.14 - Materiais de transporte.....	-	-	-
02.15 - Madeira.....	4.479.500	750.000	3.701.481
02.16 - Mobiliário.....	385.600	-	-
02.17 - Papel e papelão.....	140.000	-	-
02.19 - Couro e peles.....	-	-	-
02.23 - Produtos de matéria plástica.....	1.260.034	550.000	-
02.24 - Têxtil.....	-	-	-
02.25 - Vestuário, calçados.....	85.405	-	-
02.26 - Produtos alimentares.....	41.962.094	3.656.137	-
02.27 - Bebida.....	3.276.000	1.050.000	-
02.29 - Editorial e gráfica.....	228.000	-	-
02.99 - Outras.....	580.000	-	-
2.03.00 - Indústria de Construção Civil	573.941	-	-
3.00.00 - SETOR TERCIÁRIO	44.272.915	750.000	5.000.000
3.01.00 - Transporte	3.618.259	-	-
01.10 - Rodoviário de passageiros.....	2.927.929	-	-
01.11 - Rodoviário de carga.....	690.330	-	-
01.15 - Aéreo.....	-	-	-
3.02.00 - Comunicações	-	-	-
02.99 - Outros.....	-	-	-
3.03.00 - Comércio	36.123.180	-	-
03.10 - Trânsito portuário.....	36.123.180	-	-
3.04.00 - Turismo	715.000	750.000	-
04.10 - Conjuntos integrados.....	715.000	750.000	-
3.05.00 - Serviços Urbanos	650.000	-	-
05.12 - Sistema viário.....	526.000	-	-
05.99 - Outros.....	124.000	-	-
3.06.00 - Apoio ao setor agrícola	1.728.000	-	-
06.13 - Mecanização e engenharia rural.....	1.728.000	-	-
3.07.00 - Apoio a outros setores	961.849	-	-
07.10 - Consultoria e assistência técnica.....	146.495	-	-
07.12 - Serviços especializados.....	815.354	-	-
07.13 - Outros.....	-	-	-
3.08.00 - Educação	-	-	-
3.09.00 - Saúde e assistência hospitalar	476.627	-	-
3.10.00 - Intermediários financeiros	-	-	-
3.11.00 - Administração pública	-	-	5.000.000
T O T A I S	122.179.287	13.355.725	9.835.588

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972
OPERAÇÕES ATIVAS - DESEMBOLSOS E AMORTIZAÇÕES

SETOR	DESEMBOLSOS			AMORTIZAÇÕES	
	FINANCIA MENTO	PART.SOCIETÁRIA INTEGRAL.	BONIFIC.	FINANCI AMENTO	P. SOC. DESIMOB.
1.00.00 - SETOR PRIMÁRIO	7.708.799	946.420	-	1.734.379	-
1.01.00 - Lavouras	3.000.000	-	-	-	-
1.02.00 - Reflorestamento	3.916.469	-	-	1.701.416	-
1.04.00 - Pesca	792.330	946.420	-	32.963	-
2.00.00 - SETOR SECUNDÁRIO	52.096.730	12.158.094	-	5.431.405	268.000
2.02.00 - Indústria de transformação	51.522.789	12.158.094	-	5.338.915	268.000
02.10 - minerais não metálicos.....	17.825.786	5.442.898	-	144.260	-
02.11 - Metalurgia.....	5.185.632	1.268.000	-	95.520	-
02.14 - Materiais de transporte.....	-	-	-	11.500	-
02.15 - Madeira.....	2.217.000	-	-	299.665	-
02.16 - Mobiliário.....	385.600	-	-	32.521	-
02.17 - Papel e papelão.....	444.000	41.121	-	35.250	-
02.19 - Couro e peles.....	-	-	-	67.200	-
02.23 - Produtos de matéria plástica.....	1.029.034	100.000	-	43.800	68.000
02.24 - Têxtil.....	-	1.015.130	-	865.840	-
02.25 - Vestuário, calçados.....	85.405	-	-	148.849	-
02.26 - Produtos alimentares.....	20.546.332	2.556.519	-	3.460.325	200.000
02.27 - Bebida.....	3.276.000	1.334.426	-	5.149	-
02.29 - Editorial e gráfica.....	228.000	400.000	-	-	-
02.99 - Outras.....	300.000	-	-	129.036	-
2.03.00 - Indústria de construção civil	573.941	-	-	92.490	-
3.00.00 - SETOR TERCIÁRIO	46.762.203	795.000	534.020	1.676.756	-
3.01.00 - Transportes	6.001.284	-	-	732.545	-
01.10 - Rodoviário de passageiros.....	5.310.954	-	-	503.843	-
01.11 - Rodoviário de carga.....	690.330	-	-	150.702	-
01.15 - Aéreo.....	-	-	-	78.000	-
3.02.00 - Comunicações	-	-	66.840	-	-
02.99 - Outros.....	-	-	66.840	-	-
3.03.00 - Comércio	36.765.776	-	-	-	-
03.10 - Trânsito portuário.....	36.765.776	-	-	-	-
3.04.00 - Turismo	715.000	455.000	-	171.950	-
04.10 - Conjuntos integrados.....	715.000	455.000	-	171.950	-
3.05.00 - Serviços Urbanos	590.840	-	-	87.246	-
05.12 - Sistema viário.....	526.000	-	-	72.000	-
05.99 - Outros.....	64.840	-	-	15.246	-
3.06.00 - Apoio ao setor agrícola	1.746.900	-	-	104.663	-
06.13 - Mecanização e engenharia rural....	1.746.900	-	-	104.663	-
3.07.00 - Apoio a outros setores	335.820	-	-	111.403	-
07.10 - Consultoria e assistência técnica.	92.030	-	-	-	-
07.12 - Serviços especializados.....	228.991	-	-	110.981	-
07.13 - Outros.....	14.799	-	-	422	-
3.08.00 - Educação	-	-	-	14.749	-
3.09.00 - Saúde e assistência hospitalar	453.000	-	-	-	-
3.10.00 - Intermediários financeiros	-	340.000	467.180	-	-
3.11.00 - Administração pública	153.583	-	-	454.200	-
T O T A I S	106.567.732	13.899.514	534.020	8.842.540	268.000

BANDES - RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 1972
OPERAÇÕES ATIVAS - TABULAÇÃO POR LOCALIZAÇÃO E MODALIDADE

MICRO-REGIÕES	CONTRATAÇÕES			DESEMBOLSOS			AMORTIZAÇÕES	
	FINANCIA- MENTO	PARTICIPA- ÇÃO SOCIE- TÁRIA	AVAL	FINANCIA- MENTO	PART. SOCIETÁRIA		FINANCIA- MENTO	P. SOC. DESIMBILIZ
					INTEGRALI- ZAÇÃO	BONIFICA- ÇÃO		
MRH-203- Alto S. Ma- teus.....	-	-	-	-	-	-	2.740	-
- Mucurici.....	-	-	-	-	-	-	2.740	-
MRH-204- Colatina	6.193.757	2.300.000	240.000	4.923.601	1.193.698	-	590.036	200.000
- Colatina.....	6.193.757	2.300.000	240.000	4.923.601	1.193.698	-	510.611	200.000
- São Gabriel da Pa- lina.....	-	-	-	-	-	-	79.425	-
MRH-205- Baixada E. Santense.	9.766.636	750.000	3.701.481	6.815.538	119.860	-	1.793.666	-
- Conceição da Barra	4.727.000	750.000	3.701.481	2.757.000	119.860	-	2.216	-
- São Mateus.....	554.594	-	-	573.496	-	-	912.312	-
- Linhares.....	145.042	-	-	145.042	-	-	53.688	-
- Aracruz.....	3.340.000	-	-	3.340.000	-	-	825.450	-
MRH-206- Colonial S. E. Santense	838.500	-	-	837.136	-	-	399.531	-
- Alfredo Chaves...	-	-	-	-	-	-	13.710	-
- Santa Teresa.....	21.639	-	-	20.275	-	-	21.481	-
- Afonso Cláudio...	-	-	-	-	-	-	1.693	-
- Domingos Martins.	720.000	-	-	720.000	-	-	135.679	-
- Itarana.....	96.861	-	-	96.861	-	-	217.412	-
- S. Leopoldina.....	-	-	-	-	-	-	4.560	-
- Ibiracema.....	-	-	-	-	-	-	4.996	-
MRH-207 - Vitória	89.466.075	8.188.125	894.107	74.593.149	10.142.930	-	4.152.772	-
- Vitória.....	46.130.976	1.273.346	150.000	41.849.037	1.226.560	-	496.236	-
- Serra.....	17.341.065	2.625.000	744.107	23.251.871	6.450.977	-	341.935	-
- Vila Velha.....	3.994.034	1.800.000	-	3.492.241	950.876	-	216.874	-
- Cariacica.....	-	1.042	-	-	1.016.172	-	806.648	-
- Viana.....	22.000.000	488.537	-	6.000.000	492.345	-	2.291.079	-
MRH-208 - Vertente Oriental do Caparaó	-	-	-	-	-	-	28.870	-
- Conc. do Castelo	-	-	-	-	-	-	21.450	-
- Iuna.....	-	-	-	-	-	-	7.420	-
MRH-209 - C. Itape- mirim	9.883.989	2.117.600	-	13.789.683	1.817.600	56.840	760.380	68.000
- Cac. Itapemirim.	5.923.435	1.750.000	-	7.785.593	1.450.000	-	727.012	-
- Alimoso do Sul...	3.300.000	367.600	-	5.340.536	387.600	-	27.170	-
- S. José do Calçado	658.554	-	-	563.554	-	-	-	68.000
- Alegre.....	-	-	-	-	-	66.840	1.500	-
- Muqui.....	-	-	-	-	-	-	4.698	-
MRH-210 - Lit. Sul E. Santen	4.891.000	-	-	3.429.373	254.426	-	578.574	-
- Guarapari.....	115.000	-	-	115.000	-	-	244.140	-
- Itapemirim.....	4.776.000	-	-	3.314.373	284.426	-	326.237	-
- Pres. Kennedy...	-	-	-	-	-	-	8.197	-
Espírito Santo Pla- ni-Regional	2.139.330	-	5.000.000	2.179.252	340.000	467.180	535.971	-
T O T A L	122.179.287	13.355.725	9.835.508	106.567.732	13.899.514	534.020	8.842.540	268.000

MOVIMENTO FINANCEIRO

a) - Fluxo Global de Caixa

O total dos recursos registrados com base no caixa foi de Cr\$ 143.095,7 mil, segundo as fontes relacionadas no quadro abaixo. Este valor é superior ao

apresentado no item 3.1, alínea b, porque além das aplicações em financiamentos e participações Societárias que é o objetivo primeiro do Banco, foram aqui consideradas, a receita e despesa operacional e os investimentos realizados pelo Banco, necessários ao seu bom funcionamento.

BANDES - FLUXO GLOBAL DE CAIXA POR FONTE
1972

Cr\$ 1,00

FONTES	Ingressos p/fonte	Saídas p/uso
Recursos Próprio	19.427.730	27.428.079
Incentivos	19.990.018	10.869.137
FUNDAI	3.592.426	2.235.917
FUNDAP	36.765.776	36.765.776
FUNRES/SOC	8.414.626	9.231.360
FUNRES/SIF	885.366	794.536
FUNRES/SPS	391.588	446.223
PIPEME	15.050.485	15.859.046
FINAME	5.282.681	6.686.528
FINEP	955.310	1.007.310
FUNDECE	602.216	809.844

B. N. H.	3.815.382	3.986.149
BNDE/PEB	20.000.000	17.937.914
DISPONÍVEL	(1) 7.922.102	(2) 9.037.887
T O T A L	143.095.706	143.095.706

(1) — Disponível em 31-12-71

(2) — Disponível em 29-12-72

Nota-se que em algumas fontes o valor da saída é superior ao do ingresso. No caso de Recursos Próprios, dada a insuficiência de recursos, são aplicados encaixes de terceiros disponíveis. Quanto as demais fontes a diferença é coberta pela disponibilidade do exercício anterior.

b) — Evolução do Ativo e Passivo

O aumento considerável das operações financeiras conforme foi apresentado no item anterior foi o res-

ponsável pelo crescimento de 163,7% (cento e sessenta e três vírgula sete por cento) do Ativo, motivado pelo acréscimo significativo do Realizável. Nas demais contas embora tenha sido registrado um crescimento de valor, houve um decréscimo na participação relativa, com exceção do Pendente que cresceu tanto em valor como na participação relativa. Justifica-se pelo lançamento nesta conta de despesas com as novas instalações do Banco, que serão posteriormente transferidas para o Imobilizado.

BANDES — EVOLUÇÃO DO ATIVO
Cr\$ 1,00

Discriminação	1 9 7 1		1 9 7 2		%
	Valor	%	Valor	%	72/71
Disponível	7.922.102	9,3	9.037.887	4,0	114,1
Realizável	72.560.145	85,3	207.357.731	92,5	285,8
Imobilizado	3.719.750	4,4	5.121.957	2,3	137,7
Pendente	821.763	1,0	2.695.539	1,2	328,0
T O T A L	85.023.760	100,0	224.213.114	100,0	263,7

Quanto ao Passivo, o acréscimo do Exigível deve-se ao volume de recursos de terceiros recebidos pelo Banco. O crescimento do Exigível verificou-se tanto em valor, aproximadamente 200% (duzentos por cento), como em termos relativos. Esta situação representa uma exigibilidade superior a cinco vezes o Não Exigível. Entretanto, se deduzirmos os depósitos de in-

centivos e fundos locais a relação cairá em 50% (cincoenta por cento). A situação do Não Exigível não é muito alentadora. Se considerarmos a taxa de inflação que foi de 15,9% (quinze vírgula nove por cento) em 1972. Urge, portanto, uma elevação do capital ainda neste exercício, a fim de compensar pelo menos os efeitos inflacionários.

BANDES — EVOLUÇÃO DO PASSIVO

Cr\$ 1,00

Discriminação	1 9 7 1		1 9 7 2		%
	Valor	%	Valor	%	71/72
Não Exigível	24.658.669	29,0	25.102.454	11,2	101,8
Exigível	47.125.143	55,4	140.973.639	62,9	299,2
Pendente	13.239.948	15,6	58.132.022	25,9	439,1
T O T A L	85.023.760	100,0	224.213.115	100,0	263,7

c) — Evolução do Resultado Operacional

A receita teve um acréscimo de 74,8% (setenta e quatro vírgula oito por cento) em relação a 1971, enquanto a despesa alcançou 86,5% (oitenta e seis vírgula cinco por cento). Em consequência do acréscimo da despesa ser maior do que a receita o resultado cresceu em apenas 54,3% (cincoenta e quatro vírgula três por cento) o que representa uma relação resultado/Receita em decréscimo.

Dado o volume de recursos para repasse recebidos em 1972, as despesas operacionais tiveram um acréscimo de mais de 400% (quatrocentos por cento), tendo a sua participação relativa no total das despesas passado de 11,1% (onze vírgula um por cento) para 31,4% (trinta e um vírgula quatro por cento). Quanto às despesas administrativas, notadamente as de Pessoal, embora tenham decrescido relativamente, se excluirmos as despesas operacionais verificamos que sua participação aumentou de um exercício para outro, conforme mostra o quadro abaixo. O aumento do quadro de pessoal foi o que acarretou este acréscimo.

BANDES — EVOLUÇÃO DO RESULTADO OPERACIONAL

%

Discriminação	1 9 7 1		1 9 7 2	
RECEITAS	100,0	—	100,0	—
Receitas de Financiamento	69,3	—	74,1	—
Participações Societárias	7,4	—	6,1	—
Prestação de Garantia	1,0	—	0,6	—
Adm. Incentivos e Fundos	6,6	—	7,7	—
Outras Receitas	15,7	—	11,5	—
DESPESAS	100,0	100,0	100,0	100,0
Operacional	11,1	—	31,4	—
Administrativas	73,7	82,9	57,3	83,5
Pessoal	(45,0)	(50,6)	(36,6)	(53,3)
Pré-Investimentos	—	—	1,5	2,1
Outras	15,2	17,1	9,8	14,4
Resultado/Receita	36,5	—	32,2	—

Fonte: DPA

BANDES — EVOLUÇÃO DO ATIVO — PASSIVO — 1971/1972

Discriminação	1 9 7 1	1 9 7 2
ATIVO	178.216.045	486.813.748
Disponível	7.922.102	9.037.887
Caixa	52.899	935.109
Bancos C/ Depósitos	7.869.203	8.102.778
Realizável	72.560.143	207.357.731
Financiamentos c/ Rec. Nacionais	39.096.188	135.769.825
Recursos Próprios	14.493.921	43.289.713
Recursos BNDE/FIPEME	3.452.657	17.299.353
Recursos BNDE/FINAME	1.354.193	5.430.464
Recursos FUNDECE	190.156	997.784
Recursos IBC/GERCA	11.043.232	8.808.489
Recursos Governo Esp. Santo	856.850	856.850
Recursos B. N. H.	222.682	4.043.888
Recursos FINEP	—	1.007.310
Recursos FUNRES/SOC	2.244.640	11.079.497
Recursos FUNDAP	5.237.857	42.003.634
Recursos FUNDAI	—	952.836
Encargos de Financiamentos com recursos Nacionais ...	16.034.090	53.457.413
Recursos Próprios	8.107.692	8.155.913
Recursos BNDE/FIPEME	2.257.233	5.514.428
Recursos BNDE/FINAME	545.006	2.066.130
Recursos FUNDECE	102.694	368.455
Recursos IBC/GERCA	713.315	725.018
Recursos Governo Esp. Santo	9.363	8.146
Recursos B.N. H.	—	106.968
Recursos FINEP	—	450.763
Recursos FUNRES/SOC	516.307	5.278.533
Recursos FUNDAP	3.782.480	30.213.176
Recursos FUNDAI	—	569.823
Recuperação d. Financiamentos	788.542	1.424.415
Créditos em Regularização	483.519	205.647
Créditos em Liquidação	305.023	1.218.768

Outras Operações Financeiras	14.220.775	13.928.09
Títulos Mobiliários	12.911.201	13.241.141
Letras de Câmbio	692.834	578.008
Depósitos p/ Compra de Ações	—	108.946
Depósitos a prazo fixo	616.740	—
Outros Ativos Correntes	2.420.550	2.777.983
Devedores p/ Convênio	135.741	396.154
Devedores Diversos	2.190.339	2.351.820
Outros	94.470	30.900
Pendente	821.763	2.695.539
Despesas Semestres Futuros	693.429	2.495.522
Adiantamentos	39.622	58.003
Almoxarifado	88.712	142.011
Imobilizado	3.719.750	5.121.957
Imobilizações Técnicas	1.999.573	2.594.580
Imoveis de Uso	800.000	800.000
Construção em Andamento	262.206	280.214
Instalações	37.975	314.578
Bens Móveis	772.926	1.199.739
Imobilizações Financeiras	1.720.177	2.527.377
Participações Societárias	1.720.177	2.527.357
Cauções	—	20
Compensado	102.192.285	262.600.633
Contratos de Financiamentos	47.499.559	132.488.039
Contratos de Prestação de Garant.	9.602.000	15.733.107
Contratos de Compra e Venda	1.112.000	1.112.000
Contratos de Serviços	1.307.089	9.645.116
Contratos de Repasse	37.852.801	93.252.780
Contratos de Subscrição de Ações	260.000	260.000
Convenios	1.134.452	1.434.989
Cauções	600	4.085.030
Títulos em Garantia	3.211.171	2.846.172
Títulos em Cobrança	212.613	804.400
Valores em Garantia	—	939.000
PASSIVO	187.216.045	486.813.748
Não Exigível	24.658.669	25.102.454
Patrimônio Líquido	24.539.603	24.851.451
Capital	24.000.000	24.000.000
Reserva p/ Aumento Capital	194.051	194.051
Reserva Legal	157.104	313.028
Reserva Especial	154.773	310.697
Correção Monetária Ativo Imobilizado	33.675	33.675
Provisão / Depreciação do Imob.	119.066	251.003
Imóveis de Uso	—	12.000
Instalações	3.227	19.622
Bens Móveis	115.839	219.381
Exigível	47.125.143	140.978.639
Depósitos	26.047.279	79.903.253
Incentivos	6.138.425	12.924.179
Fundos	19.908.854	66.979.074
Obrigações Contratuais	17.572.611	54.651.592
Financiamentos	17.348.236	50.295.019
Encargos de Financiamentos	224.375	1.356.573
Títulos Redescontados	—	3.000.000
Exigibilidades Correntes	3.505.253	6.423.794
Contas a Pagar	556.269	285.779
Contribuições a Recolher	81.357	30.734
Dividendos a Pagar	480.000	1.431.000
Imposto s/ Operações Financeir	—	201.052
Gratificações a Pagar	100.231	430.657
Cauções	64.794	243.611

Contas Correntes	333.673	784.218
Credores p/ Captação Incentivos	1.888.929	3.016.743
Pendente	13.239.948	58.132.022
Pecúnia de Semestres Futuros	9.158.829	15.368.753
Créditos a classificar	4.081.119	42.137.839
Lucro a Disposição da Assembléia	—	625.430
Compensado	102.192.285	262.600.633
Financiamentos Contratados	47.499.559	132.488.039
Prestações Garantia Contratadas	9.602.000	15.733.107
Compra e Venda Contratadas	1.112.000	1.112.000
Prestação de Serviços Contratados	1.307.089	9.645.116
Repasse Contratados	37.852.801	93.252.780
Subscrição de Ações Contratadas	260.000	260.000
Convênios	1.134.452	1.434.959
Cauções	600	4.085.030
Garantias de Títulos	3.211.171	2.846.172
Cobrança de Títulos	212.613	804.400
Deposítários de valores em Garantia	—	939.000

Fonte: DPA

es

4.0 — SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

4.1 — Imobilizações Técnicas

Visando a melhoria de instalações e condições de trabalho, o BANDES adquiriu em fins de 1971 quatro andares do Edifício Caparaó, que necessitaram ser adaptados para proporcionar um ambiente de serviço, satisfatório.

Foi dispendido no exercício um total de Cr\$ 1.446,6 mil em mobilizações técnicas para a sede, conforme mostra o quadro abaixo.

Discriminação	Cr\$ 1.000,00
Amortização valor imóvel	240,0
Instalações Edifício Caparaó	779,7
Bens Móveis	426,9
Móveis e Utensílios	130,1
Máquinas de Escritório	225,5
Veículos	55,5
Biblioteca	15,8
TOTAL	1.446,6

Encontram-se também em construção as instalações do Escritório de Representação na Guanabara, com o qual foram dispendidos no exercício Cr\$ 18,0 mil.

A transferência do Banco para o Edifício Caparaó foi realizada na 1ª (primeira) quinzena de outubro.

4.2 — Organização Interna

A estrutura organizacional do BANDES não sofreu alterações muito relevantes. Foi transferido da Área de Programação para a Área de Coordenação o Departamento de Mobilizações de recursos (DEMOR).

O Departamento de Estudos e Programação (DEP) foi desmembrado em dois, o Departamento de Estudos Econômicos (DEE) e Departamento de Programação e Avaliação (DPA).

Junto a Área de Operações foi criado o Departamento de Operações Especiais (DOE), encarregado de aplicações que não exigem análise de projetos, tipo

FINAME e FUNDAP e também da aplicação de caixa de terceiros a médio prazo em financiamentos notadamente para giro.

Com o objetivo de sistematizar as operações do Banco e poder avaliar o seu desempenho, foi criado o sistema de Relatórios Internos e Plano Mensal de Trabalho, a montagem de uma nova sistemática Orçamentária, definidas normas de enquadramento e de classificação de Operações. Foi criado junto ao DPA o Setor de Relatórios Internos que deverá ter o controle de todas as atividades desenvolvidas pelo Banco, cabendo a este departamento a montagem da programação, seu acompanhamento e avaliação.

Outras atividades de importância desenvolvidas em 1972 foram:

- Montagem da linha de operação do FUNDAI.
- Decisão autorizando a criação, junto à Área de Operações, da Carteira Agrícola, que possibilitará a mobilização de recursos do BACEN/ FUNAGRI e outros;
- Montagem da Linha de Prestação de Garantia.

A Diretoria do BANDES realizou 61 (sessenta e uma) reuniões durante o exercício, tendo baixado 259 (duzentos e cinquenta e nove) decisões. O Conselho Consultivo reuniu-se 15 (quinze) vezes, emitindo 41 (quarenta e um) pareceres.

4.3 — Pessoal e Treinamento

Foram constituídos grupos de trabalho para estudo e definição da classificação de cargo e níveis salariais. Procedeu-se, posteriormente, ao enquadramento e reenquadramento do pessoal dentro dos novos níveis. Também foram revistas as comissões de chefia e definido o novo quadro de pessoal efetivo e afastado, dimensionando as vagas a serem lotadas durante o exercício de 1973. Pelo novo quadro, o número de funcionários passará de 125 (cento e vinte e cinco) para 155 (cento e cinquenta e cinco), isto é, um acréscimo de 24% (vinte e quatro por cento). Foi feita também a normalização quanto aos sistemas de estágio e afastamento de pessoal.

No que tange ao treinamento do pessoal do quadro, o BANDES manteve 2 (dois) técnicos em curso de pós graduação, sendo um no IPE — São Paulo, onde

curso o Pós Graduação em Bancos de Desenvolvimento e outro na PUC - Rio de Janeiro onde frequentou o mestrado de Engenharia Industrial.

Propiciou também aos funcionários a oportunidade de frequentarem cursos de pequena duração realizados em Vitória, conforme relação abaixo.

Discriminação	Patrocinado	Número de Participantes
Cursos de Estatísticas Econômicas	UFES	4 (quatro)
Curso de Desenvolvimento e Planejamento Regional	UFES	3 (três)
Curso de Elaboração e Administração de Projetos	ETESAL	2 (dois)
Curso de Análise de Balanços	UFES	9 (nove)
Curso Treinamento Secretários	BANDES (2ª fase)	16 (dezesseis)
Curso de Revisão Matemática	BANDES	5 (cinco)
1ª (Primeira) Semana Capixaba de Pesquisa Operacional	SOBRAPO/CVRD e outros	3 (três)
V Simposio Brasileiro de Pesquisa Operacional	SOBRAPO/CVRD e outros	

Contratou consultores nas áreas de economia, análise de projetos e informação, que além de desenvolverem trabalhos específicos, contribuíram para o treinamento do pessoal.

Alguns funcionários fizeram estágio no BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná) no BNDE, IPEA e FGV.

A Diretoria do banco participou de um curso de Comunicações para Dirigentes de Sistema, sob o patrocínio do BANESTES no período de 20 a 24 de novembro de 1972.

5.0 — OUTRAS REALIZAÇÕES

Além das atividades internas, o BANDES participou:

- II Congresso Brasileiro de Bancos de Desenvolvimento, patrocinado pela ABDE, realizado em Brasília;
- Seminário de Avaliação e Programação do GERES, realizado em Guarapari;
- GT de Discriminação de Terras (Dec. 214/N de 13/01/72) sob a coordenação da Secretaria da Agricultura;

RELATÓRIO ATIVIDADES - 1972

INVESTIMENTOS APROVADOS

Nº Ord.	Data Aprova-ção	Mutuário	Localização	Ramo	Objetivo	Investimen- to total	Investimen- to Fixo	Giro	Outros Investimen- tos
1	04/01	Irmãos Ferreira S/A. Exp. e Importação....	Vitória	3.03.10	IC-Giro	2.710.552	-	2.710.552	-
2	04/01	IMPORTEC Com. e Imp..	Vitória	3.03.10	IC-Giro	39.181	-	39.181	-
3	06/01	Biomaco Ind. e Comer- cial S/A.	Vitória	3.03.10	IC-Giro	14.894.249	-	14.894.249	-
4	06/01	Gilberto J. Secomandi	ES	3.07.10	PI-ARH	47.500	-	-	47.500
5	06/01	Sebastião J. Balarini.	ES	3.07.10	PI-ARH	47.500	-	-	47.500
6	13/01	Ruy Oseas D. Janiques	ES	3.07.12	PI-ARH	13.925	-	-	13.925
7	13/01	Uberecillas P. Polido.	ES	3.01.00	PI-ARH	13.925	-	-	13.925
8	13/01	Sechim & Cipriano-Ind- ústria Com.Prod.Al..	C.Itapemir.	2.02.26	INV.EXP. (2)	27.320	-	27.320	-
9	14/01	CIBRAPI- Cia.Imp.Bra- sil. Prod.Industr.Lt.	Vitória	3.03.10	IC-Giro	6.295.020	-	6.295.020	-
10	16/01	Pietrangelo V.de Biase	Guarapari	3.04.10	IC-Giro	115.000	-	115.000	-
11	17/01	Soaves Incubação Ltda	D. Martins	2.02.99	IC-Giro	240.000	-	240.000	-
12	20/01	Construtora Modelo Lt	Vitória	2.03.00	IC-Fixo	215.000	215.000	-	-
13	20/01	ICRASA-Ind.Calç. Regi- na e Alvorada S/A....	C.Itapemir.	2.02.25	IC-Fixo	104.726	104.726	-	-
14	20/01	METALOSA - Metalúrgi- ca Lopes S/A.....	Colatina	2.02.11	INV.IMP.	240.000	240.000	-	-
15	03/02	Lucilio G. Pereira...	ES	3.07.10	PI-ARH	33.665	-	-	33.665
16	04/02	CIPASA - Com.Ind. de Prod.Avicolas S/A. ...	Vila Velha	2.02.26	INV,IMP.	1.890.000	1.640.400	249.600	-

Nº Ord.	Data Aprovaç	Mutuário	Localização	Ramo	Objetivo	Investimen to total	Investimen to fixo	Giro	Outros Investimen tos
17	08/02	IMCA- Imp. Exp. Capixaba	Vitória	3.03.10	IC-Giro	6.008.555	-	6.008.555	-
18	08/02	CIV-Com.e Imp.Vit.S/A	Vitória	3.03.10	IC-Giro	144.598	-	144.598	-
19	08/02	Macafê S/A. Imp. e Exp.	Vitória	3.03.10	IC-Giro	2.040.317	-	2.040.317	-
20	24/02	INGRAVIL-Ind. Gráfica	Vitória Ltda.	Vitória	2.09.29	INV.EXP.	228.000	-	228.000
21	03/03	Exp.Vitória de Café	S/A - VICAFE.....	Vitória	3.03.10	IC-Giro	56.355	-	56.355
22	13/03	DER- Deptº de Estrada	de Rod. do Esp. Santo	Vitória	3.05.12	PI-EPM	753.751	-	753.751
23	13/03	GES- Gov.do Esp.Santo	ES	3.11.00	IC-Giro	5.000.000	-	5.000.000	-
24	13/03	LOGASA- Louças Gaggia	to S/A.	Serra	2.02.10	INV.IMP	7.784.200	6.401.100	1.591.600
25	16/03	J.Simonassi & Cia.Lt.	Stª Tereza	2.02.10	IC-Fixo	21.439	21.439	-	-
26	16/03	COIMEX- Com.Ind.e Exp.	Guimarães Ltda.	Vitória	3.03.10	IC-Giro	65.923	-	65.923
27	18/03	Toniato Frigorífico SA	Itarana	2.02.26	INV.EXP.	121.178	121.178	-	-
28	23/03	DERMAG- Deptº e Engº	Rural e Mec.Agrícola	ES	3.06.13	IC-Fixo	2.880.000	2.880.000	-
29	23/03	DOCEMADE- Rio Doce Ma	dairas S/A.	São Mateus	1.02.10	IC-Giro	554.596	-	554.596
30	24/03	EMPROL Emb.Promoc.S/A	Vila Velha	2.02.17	Inv.IMP	3.700.000	2.753.700	860.000	86.000
31	25/03	MARVO'S- Imp.e Exp.Lt	Vitória	3.03.10	IC-Giro	370.915	-	370.915	-
32	28/03	SOBISA - Soc. Bras.de	Imp. e Exp. Ltda.....	Vitória	3.03.10	IC-Giro	861.446	-	861.446
33	31/03	Construtora Itabir.Lt	C.Itapemir.	2.03.00	IC-Fixo	124.000	124.000	-	-
34	06/04	Marcos A.Simonetti..	ES	3.09.00	PI-ARH	10.144	-	-	10.144
35	06/04	METALES -Met.Espiri-	to Santo	Serra	2.02.11	INV.IMP.	2.801.600	2.183.100	570.200
36	12/04	INCOSPAL -Ind.Concre	to São Paulo S/A....	Vitória	2.02.10	INV.EXP.	466.200	249.800	216.400
37	12/04	ONLY Cons.de Frutas.	Itapemirim	2.02.27	INV.IMP.	1.231.500	-	1.231.500	-
38	13/04	Viação Aguiá Branca.	Colatina	3.01.10	IC-Fixo	421.140	421.140	-	-
39	20/04	Viação Itapemirim SA	C.Itapemir.	3.01.10	IC-Fixo	522.318	522.318	-	-
40	20/04	Viação Pretti Ltda..	Colatina	3.01.10	IC-Fixo	145.480	145.480	-	-
41	02/05	Ferácio Com. Imp. e	Exportação.....	Vitória	3.03.10	IC-Giro	2.048.911	-	2.048.911
42	04/05	Construtora R.Doce .	Vitória	2.03.00	IC-Fixo	120.000	120.000	-	-
43	05/05	Aracruz Florestal SA	Aracruz	1.02.10	IC-Giro	3.340.000	-	3.340.000	-
44	10/05	Viação Itapemirim SA	C.Itapemir.	3.01.10	IC-Fixo	324.420	324.420	-	-
45	10/05	Realcafe Sol.do Bra-	sil S/A.	Viana	2.02.26	INV.IMP.	7.827.299	5.500.836	1.565.460
46	16/05	Irmãos Ferreira S/A	Exp. e Importação....	Vitória	2.02.26	PI-EPM	131.882	-	131.882
47	16/05	FRISA -Frig.R.Doce..	Colatina	2.02.26	INV.IMP.	440.000	-	440.000	-
48	02/06	DELEITE -Ind. e Com.	de Leite S/A.	M.do Sul	2.02.26	INV.IMP.	1.460.180	1.558.493	-
49	12/06	Casa Capix.de Cerâm.	Serra	2.02.10	INV.IMP.	2.313.779	2.313.779	-	-
50	23/06	HOSTESS -Hotéis de	Turismo S/A.	Vila Velha	3.04.11	INV.IMP.	2.370.000	2.141.375	59.068
51	28/06	METALOSA - Metalúrgi	ca Lopes S/A.	Colatina	2.02.11	IC-Giro	30.000	-	30.000
52	29/06	CCPL-Coop.Central dos	Prod. de Leite	Viana	2.02.26	INV.IMP.	20.000.000	17.202.200	1.799.200
53	10/07	Osma Peixinho	Colatina	3.01.10	IC-Fixo	58.721	58.721	-	-
54	12/07	ESSE-Esp.Santo Exp.Im-	portação Empreend.Ltda	Vitória	3.03.10	IC-Giro	50.160	-	50.160
55	13/07	José A.Alegro Oliveira	ES	3.07.10	PI-ARH	10.144	-	10.144	10.144
56	14/07	Gilberto J. Secomandi.	ES	3.07.10	PI-ARH	8.641	-	-	8.641
57	14/07	Sebastião José Balarini	ES	3.07.10	PI-ARH	8.641	-	-	8.641
58	19/07	FRISA -Frig.Rio Doce..	Colatina	2.02.26	INV.EXP.	9.330.000	7.014.900	2.023.500	291.600
59	20/07	BARRAFESCA -Cia Pesca	de Conc.da Barra S/A..	C. da Barra	1.04.00	INV.IMP.	1.132.173	1.014.120	111.424
60	20/07	COBRAICE- Cia.Brasilei	ra de Ind. e Comércio.	C. da Barra	2.02.15	INV.EXP.	8.382.800	4.476.900	3.269.300
61	21/07	Irmãos Cade Ltda.....	C.Itapemir.	3.03.10	IC-Giro	38.438	-	38.438	-
62	27/07	João Paulo S. de Barros	ES	3.07.10	PI-ARH	21.600	-	-	21.600
63	28/07	ALPHA -Ind.Reunidas SA	Vila Velha	2.02.22	INV.IMP.	10.560.600	7.584.600	2.317.000	659.000
64	28/07	Linhares Diesel Ltda..	Linhares	3.01.11	IC-Fixo	53.492	53.492	-	-
65	28/07	SERCOP-Serv.de Raciona	lização e Contr.Operac.	Vitória	3.07.12	INV.EXP.	1.869.989	1.861.975	-
66	03/08	Dante Tres & Cia.Ltda.	Vila Velha	2.02.10	IC-Giro	200.000	-	200.000	-
67	04/08	Pavan Engº e Ind.Ltda.	Vitória	2.02.26	PI-EPM	25.000	-	-	25.000
68	10/08	MOBRASA -Móv.Brasilei	ros S/A.....	Linhares	2.02.16	INV.EXP.	5.524.800	4.550.800	648
69	17/08	Viação Pretti Ltda....	Colatina	3.01.10	IC-Fixo	75.031	75.031	-	-
70	17/08	Construtora R.Doce Lt.	Vitória	2.03.00	IC-Fixo	143.845	143.845	-	-

Nº Ord.	Data Apro- vação	Mutuário	Localização	Ramo	Objetivo	Investimen- to total	Investimen- to fixo	Giro	Outros Investimen- tos
71	17/08	ERG-Engenharia Ltda...	Vitória	2.03.00	IC-Fixo	22.000	22.000	-	-
72	22/08	Fábrica de Colchões de Mola Bantanai Ltda....	Colatina	2.02.16	IC-Giro	278.000	-	278.000	-
73	24/08	CONSINAL-Eng.Industri- al Comércio Ltda.....	M. do Sul	2.03.00	IC-Giro	50.000	-	50.000	-
74	24/08	Atlantic Veneer do Bra- sil S/A.	Serra	2.02.15	INV.EXP.	2.148.476	2.148.476	-	-
75	25/08	IDEIES -Inst.de Desen. Econôm.e Ind.do E.Santo	ES	2.02.00	PI-EPM	50.000	-	-	50.000
76	29/08	Móveis S.Geraldo Ltda.	C.Itapemir.	2.02.16	INV.EXP.	(1)-27.600	-27.600	-	-
77	31/08	Tonovita Ind.Plást.S/A	B.J.do Norte	2.02.23	IC-Giro	650.000	-	650.000	-
78	12/09	AGROAVE-Agr.e Avic.Lt.	D. Martins	2.02.26	IC-Giro	480.000	-	480.000	-
79	22/09	AGROSUCO Industrial SA	Serra	1.01.11	INV.IMP.	4.050.000	1.050.000	3.000.000	-
80	05/10	DELEITE -Ind. e Comér- cio de Leite S/A.....	M. do Sul	2.02.26	IC-Giro	1.500.000	-	1.500.000	-
81	05/10	IMFORTEX- Imp. e Exp. de Metais Ltda.....	Vitória	3.03.10	IC-Giro	473.499	-	473.499	-
82	19/10	Realcafé S.do Brasil	Viana	2.02.26	IC-Giro	4.000.000	-	4.000.000	-
83	19/10	BANDES/ITALCONSULT....	ES	2.02.00	PI-EPM	8.801.932	-	-	8.801.932
84	26/10	Cheim Transp.e Com.Lt.	C.Itapemir.	3.01.11	IC-Fixo	722.927	722.927	-	-
85	09/11	IDEIES -Inst. de Desen volv.Econ.e Ind.do E.S.	ES	3.07.10	IC-Giro	80.000	-	80.000	-
86	16/11	Viação Pretti Ltda.....	Colatina	3.01.10	IC-Fixo	199.914	199.914	-	-
87	16/11	Construtora R.Doce Lt.	Vitória	2.03.00	IC-Fixo	135.366	135.366	-	-
88	16/11	Viação Itapemirim S/A.	C.Itapemir.	3.01.10	IC-Fixo	1.712.286	1.712.286	-	-
89	16/11	Viação Itapemirim S/A.	C.Itapemir.	3.01.10	IC-Fixo	787.286	787.286	-	-
90	16/11	Viação Itapemirim S/A.	C.Itapemir.	3.01.10	IC-Fixo	925.000	925.000	-	-
91	16/11	COBRAICE- Cia.Bras.de Ind. e Comércio.....	C. da Barra	2.02.15	IC-Giro	2.057.000	-	2.057.000	-
92	16/11	SEMETAL- Serra Metal Ind. e Comércio Ltda..	Vitória	2.02.11	INV.EXP.	301.000	-	301.000	-
93	16/11	Lux Stones do Brasil..	Vitória	2.02.30	INV.IMP.	2.600.000	2.209.943	390.057	-
94	16/11	FRISA -Frig.Rio Doce..	Colatina	2.02.26	IC-Giro	3.000.000	-	3.000.000	-
95	16/11	Refinaria Aliança S/A.	Vila Velha	2.02.26	IC-Giro	1.506.000	-	1.506.000	-
96	24/11	PLASTICAL- Plástico Ca- pixaba Ltda.....	Vila Velha	2.02.23	IC-Fixo	75.600	75.600	-	-
97	30/11	Kiel Kulning Import. e Exportação Ltda.	Serra	2.02.15	INV.IMP.	312.500	-	312.500	-
98	04/12	LOGASA -Louças Gaggia- to S/A.	Serra	2.02.10	INV.EXP.	1.000.000	-	1.000.000	-
99	04/12	José Neffa S.Merc. S/A	Vitória	3.04.10	IC-Giro	600.000	-	600.000	-
100	04/12	DELEITE- Ind. e Comér. de Leite S/A.	M. do Sul	2.02.26	IC-Giro	1.000.000	-	1.000.000	-
101	07/12	EMBASA -Ind. de Emb.SA	Serra	2.02.17	INV.IMP.	881.274	878.787	-14.213	16.700
102	07/12	PLASTICAL - Plástico Capixaba Ltda.....	Vila Velha	2.02.23	IC-Fixo	203.195	203.195	-	-
103	07/12	Usina Paineiras S/A...	Itapemirim	2.02.26	IC-Giro	1.500.000	-	1.500.000	-
104	20/12	COTRAL - Com.Internaci- onal Ltda.	Vitória	3.03.10	IG-Giro	25.061	-	25.061	-
105	21/12	Ramiro S/A. Ind.e Com.	Vila Velha	2.02.26	INV.EXP.	715.000	-	715.000	-
106	29/12	SEMETAL- Serra Metal Ind. e Comércio Ltda..	Vitória	2.02.11	INV.EXP.	150.000	150.000	-	-
107	29/12	ONLY Cons.de Frutas SA	Itapemirim	2.02.27	INV.IMP.	2.326.000	-	2.326.000	-
108	29/12	E. Bernardino Brito ..	C.Itapemir.	2.02.10	IC-Giro	50.000	-	50.000	-
109	29/12	E. Bernardino Brito ..	C.Itapemir.	2.02.10	INV.EXP.	(2) 39.500	-	39.500	-
110	29/12	Hélio Peixoto Rosa - Transportes	C.Itapemir.	3.01.11	IC-Fixo	450.000	450.000	-	-
TOTAL						186.972.980	85.562.248	87.631.492	13.779.240

Obs. - Os valores negativos representam alteração na distribuição do investimento nas operações de reforço

(1) - Redução de Financiamento

(2) - Incorporação dos Juros ao Principal

Fonte: DPA
/cs.

Nº	Data	Mutuário	Investimen	Recursos	Cobertura	Gera	Geração
Ord.	Apres		to.	Próprios	Finance	ção	Renda
	tação		Total		ra (*)	Empre	
						gos	
1	04/01	Irmãos Ferreira S/A.-Exp. e Importação	2.710.552	-	2.710.552	-	-
2	04/01	IMPORTEC Com. e Importação Ltda.	39.181	-	39.181	-	-
3	06/01	Blomaco Industrial e Comercial S/A.....	14.894.249	-	14.894.249	-	-
4	06/01	Gilberto José Secomandi	47.500	-	47.500	-	-
5	06/01	Sebastião José Balarini	47.500	-	47.500	-	-
6	13/01	Ruy Oscar Dias Janiques	13.925	-	13.925	-	-
7	13/01	Uberecillas Fernandes Polido	13.925	-	13.925	-	-
8	13/01	Sechim & Cipriano-Ind.Com.Prod. Aliment.	(2) 27.320	-	27.320	-	-
9	14/01	CIBRAPI- Cia. Imp.Bras. de Prod. Indust.	6.295.020	-	2.295.020	-	-
10	16/01	Pietrangelo Vivacqua de Biase	115.000	-	115.000	-	-
11	17/01	Soaves Incubação Ltda	240.000	-	240.000	-	-
12	20/01	Construtora Modelo Ltda.	215.000	43.000	172.000	-	-
13	20/01	ICRASA - Ind. de Calç. Regina e Alvorada	104.726	83.781	20.945	-	-
14	20/01	METALOSA - Metalúrgica Lopes S/A.	240.000	-	240.000	-	-
15	03/02	Lucilio Gonçalves Pereira	33.665	-	33.665	-	-
16	04/02	CIPASA - Com. Ind. de Prod.Avicolas S/A	1.890.000	510.000	1.380.000	31	89.00
17	08/02	IMCA - Importadora e Exp. Capixaba S/A.	6.008.555	-	6.008.555	-	-
18	08/02	Nacafé S/A- Import. e Exportação.....	2.040.317	-	2.040.317	-	-
19	03/02	CIV - Comércio e Import. Vitória S/A..	144.598	-	144.598	-	-
20	24/02	INGRAVIL - Ind. Gráfica Vitória Ltda...	228.000	-	228.000	-	-
21	03/03	Exportadora Vitória de Café S/A- VICAPE	56.355	-	56.355	-	-
22	13/03	DER -Depts de Estr. de Rod. do Esp.Santo	753.751	227.751	526.000	-	-
23	13/03	GES- Governo do E. do Espírito Santo ..	5.000.000	-	5.000.000	-	-
24	13/03	LOGASA - Louças Gagliato S/A.	7.764.200	1.284.221	6.499.979	53	1.297.592
25	16/03	J. Simonassi & Cia. Ltda.	21.439	-	21.439	-	-
26	16/03	COINEX - Comercial Imp. e Exp. Guimarães	65.923	-	65.923	-	-
27	18/03	Toniato Frigorífico S/A.	121.178	24.317	96.861	-	-
28	23/03	DERMAG - Depts e Engª Rural e Mecaniza					
		ção Agrícola.....	2.880.000	-	2.880.000	-	-
29	23/03	DOCEMADA - Rio Doce Madeira S/A.	554.596	-	554.596	-	-
30	24/03	EMPROL Embalagem Promocional S/A.....	3.700.000	360.000	2.840.000	77	343.932
31	25/03	MARVO'S - Imp. e Exportadora Ltda.....	370.915	-	370.915	-	-
32	28/03	SOBISA - Sociedade Bras. de Imp. e Lt	861.446	-	861.446	-	-
33	31/03	Construtora Itahira Ltda	124.000	37.200	86.800	-	-
34	06/04	Marcos Amara Simonetti	10.144	-	10.144	-	-
35	06/04	METALES - Metalúrgica Esp. Santo.....	2.801.600	610.700	2.190.900	34	176.460
36	12/04	INCOSPAL - Ind. de Concreto São Paulo.	466.200	166.200	300.000	16	72.000
37	12/04	ONLY Conservas de Frutas S/A.	1.231.500	-	1.231.500	-	-
38	13/04	Viação Aguiá Branca.....	421.140	84.048	337.092	-	-
39	20/04	Viação Itapemirim S/A.	522.318	104.464	417.854	-	-
40	20/04	Viação Pretti Ltda	145.480	29.096	116.384	-	-
41	02/05	Perário Com. Imp. e Exportação Ltda...	2.048.911	-	2.048.911	-	-
42	04/05	Construtora Rio Doce Ltda.	120.000	24.000	96.000	-	-
43	05/05	Aracruz Florestal S/A.	3.340.000	-	3.340.000	-	-
44	10/05	Viação Itapemirim S/A.	324.420	64.428	259.992	-	-
45	10/05	Realcafé Soluvel do Brasil S/A.	1.827.299	5.436.763	2.390.536	-	-
46	16/05	Irmãos Ferreira S/A. Exp. e Importação	131.882	13.188	118.694	-	-
47	16/05	FRISA - Frigorífico Rio Doce S/A.....	440.000	-	440.000	46	170.448
48	02/06	DELEITE - Ind. e Com. de leite S/A.....	1.460.180	446.623	800.000	75	565.800
49	12/06	Casa Capixaba de Cerâmica S/A.....	2.313.779	-	2.313.779	-	-
50	23/06	HOTESS - Hotels de Turismo S/A.....	2.370.000	750.000	1.620.000	34	125.520
51	28/06	METALOSA - Metalúrgica Lopes S/A.....	30.000	-	30.000	-	-
52	29/06	CCPL - Coop. Cental dos Prod. de Leite	20.000.000	4.000.000	16.000.000	105	465.600
53	10/07	Osmar Peixinho	58.721	17.616	41.105	-	-

Nº Ord.	Data Aprovaçao	Mutuário	Investimen	Recursos Próprios	Cobertura Financeira (%)	Geraçao Empre	Geração Renda
			to Total			gos	
54	12/07	ESSE - Esp.Santo Exp. Imp. Empreendimen.	50.160	-	50.160	-	-
55	13/07	José Augusto Alegre Oliveira	10.144	-	10.144	-	-
56	14/07	Gilberto José Secomandi	8.641	-	8.641	-	-
57	14/07	Sebastião José Balarini	8.641	-	8.641	-	-
58	19/07	FRISA - Frigorífico Rio Doce S/A.....	9.330.000	1.900.000	7.430.000	99	599.280
59	20/07	BARRAPESCA - Cia. de Pesca de C. da Barra	1.132.173	62.173	1.070.000	3	75.374
60	20/07	COBRAICE - Cia. Bras. de Ind. e Comér.	8.382.800	1.602.800	6.780.000	246	1.155.900
61	21/07	Irmãos Cade Ltda.	38.438	-	38.438	-	-
62	27/07	João Paulo Soares de Barros	21.600	-	21.600	-	-
63	28/07	ALPHA - Indústrias Reunidas S/A.....	10.560.600	2.289.300	8.271.300	182	658.968
64	28/07	Linhares Diesel Ltda.....	53.492	16.050	37.442	-	-
65	28/07	SERCOP - Serv. Racional e Contr. Operac.	1.869.989	470.702	801.429	17	190.848
66	03/08	Dante Tres & Cia. Ltda.	200.000	-	200.000	-	-
67	04/08	Pavan Engenharia e Indústria Ltda.....	25.000	-	25.000	-	-
68	10/08	MOBRASA - Móveis Brasileiros S/A.....	5.524.800	1.674.800	3.850.000	119	456.000
69	17/08	Viação Pretti Ltda.	75.031	22.510	52.521	-	-
70	17/08	Construtora Rio Doce Ltda.	143.845	43.091	100.754	-	-
71	17/08	ERS - Engenharia Ltda.	22.000	6.600	15.400	-	-
72	22/08	Fábrica de Colch. de Molas Santenai....	278.000	-	278.000	-	-
73	24/08	CONSINAL - Engª Industrial Com.Ltda....	50.000	-	50.000	-	-
74	24/08	Atlantic Veneer do Brasil S/A.....	2.148.476	644.543	1.503.933	-	-
75	25/08	IDEIES - Inst. de Desen. Econ. Ind. ES.	50.000	-	50.000	-	-
76	29/08	Móveis São Geraldo Ltda.	(1)-27.600	-	-27.600	-	-
77	31/08	Tonovita Indústria de Plásticos S/A....	650.000	-	650.000	-	-
78	12/09	AGROAVE - Agrícola e Avícola Ltda.....	480.000	-	480.000	-	-
79	22/09	Agrocuco Industrial S/A.....	4.050.000	-	4.050.000	141	592.662
80	05/10	DELEITE - Ind. e Com. de Leite	1.500.000	-	1.500.000	-	-
81	05/10	IMPORTEX - Imp. e Exp. de Metais Ltda..	473.499	-	473.499	-	-
82	19/10	Realcafé Solúvel do Brasil S/A.....	4.000.000	-	4.000.000	-	-
83	19/10	BANDES/ITALCONSULT	8.801.932	900.000	7.901.932	-	-
84	26/10	Cheim Transpor. e Com. Ltda.....	722.927	70.039	652.888	-	-
85	09/11	IDEIES - Inst. de Desen. Econ. Ind. ES..	80.000	-	80.000	-	-
86	16/11	Viação Pretti Ltda.	199.914	59.974	139.940	-	-
87	16/11	Construtora Rio Doce Ltda.	135.366	27.073	108.293	-	-
88	16/11	Viação Itapemirim S/A.	1.712.286	-	1.712.286	-	-
89	16/11	Viação Itapemirim S/A.	787.286	-	787.286	-	-
90	16/11	Viação Itapemirim S/A.	925.000	-	925.000	-	-
91	16/11	COBRAICE - Cia. Bras. de Ind. e Comerc.	2.057.000	-	2.057.000	-	-
92	16/11	SEMETAL - Serra Metal Ind. e Com. Ltda	301.000	-	301.000	-	-
93	16/11	Lux Stones do Brasil S/A.	2.600.000	595.190	2.004.810	46	337.814
94	16/11	FRISA - Frigorífico Rio Doce S/A.....	3.000.000	-	3.000.000	-	-
95	16/11	Refinaria Aliança	1.506.000	-	1.506.000	-	-
96	24/11	PLASTICAL - Plástico Capixaba Ltda....	75.600	15.120	60.480	-	-
97	30/11	Kiel Kulning Impor. e Exp. Ltda....	212.500	-	312.500	-	-
98	04/12	LOGASA - Louças Gaggiato S/A.....	1.000.000	-	1.000.000	-	-
99	04/12	José Neffa Super Mercados S/A	600.000	-	600.000	-	-
100	04/12	DELEITE - Ind. e Com. de Leite S/A.....	1.000.000	-	1.000.000	-	-
101	07/12	EMBASA - Ind. de Embalagem S/A.....	881.274	161.274	720.000	13	136.148
102	07/12	PLASTICAL - Plástico Capixaba Ltda....	203.195	40.640	162.555	-	-
103	07/12	Usina Paineiras S/A.	1.500.000	-	1.500.000	-	-
104	20/12	COTRAL - Comércio Internacional Ltda..	25.061	-	25.061	-	-
105	21/12	Ramiro S/A. Indústria e Comércio	715.000	-	715.000	-	-
106	29/12	SEMETAL - Serra Metal Ind. e Com.Ltda.	150.000	-	150.000	-	-
107	29/12	ONLY Conservas de Frutras S/A.	2.326.000	-	2.326.000	-	-
108	29/12	E. Bernardino Brito	50.000	-	50.000	-	-
109	29/12	E. Bernardino Brito	(2) 39.500	-	39.500	-	-
110	29/12	Hélio Peixoto Rosa - Transportes.....	450.000	-	450.000	-	-
TOTAL			186.972.980	25.419.275	160.522.200	1.337	7.509.352

Obs: Os valores negativos representam alteração na distribuição do investimento nas operações de reforço.

(1) - Redução de Financiamento

(2) - Incorporação dos juros ao principal

(*) - Financiamentos através do BANDES

Fonte: DPA

RS/cs.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CODEC)

A ação do CODEC se faz, em cada Secretaria do Estado, através de Assessorias Setoriais de Programação e Orçamento, as quais, durante o exercício de 1972, desenvolveram intensa atividade de acompanhamento e assessoramento, mantendo na área orçamentária, um ritmo de desempenho compatível com a dinâmica própria desses serviços.

Além das tarefas normais de assessoria, foram os seguintes os principais trabalhos realizados pelo CODEC:

- 1 — Elaboração do Orçamento Programa para 1973.
- 2 — Plano de Aplicação do Fundo de Participação do Estado para o bienio de 1972/1973.
- 3 — Plano de Aplicação do Fundo Especial do Estado para o bienio de 1972/73.
- 4 — Reformulação dos Planos de Aplicação dos Recursos Federais para o exercício de 1972.
- 5 — Coordenação e Orientação aos Órgãos da Administração Direta e Indireta na elaboração dos Projetos para os Fundos Federais.
- 6 — Consolidação dos projetos incluídos nos planos.
- 7 — Análise dos Orçamentos da Administração Indireta.
- 8 — Análise dos Fundos Especiais.
- 9 — Elaboração das normas básicas para controle, acompanhamento e avaliação físico-financeira das programações constantes do Orçamento Plurianual de Investimentos — Decreto 222-N de 17.02.72.
- 10 — Elaboração das normas básicas para controle e acompanhamento da execução orçamentária — Decreto 223-N, de 17.02.72.
- 11 — Atualização dos Planos de Aplicação dos Fundos de Participação do Estado e Especial para o exercício de 1973, de acordo com a nova sistemática estabelecida pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.
- 12 — Orientação as Prefeituras de Barra de São Francisco, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Vila Velha, Linhares e Cariacica na elaboração do Plano de Aplicação do Fundo de Participação dos Municípios bienio 1972/1973 e assessoramento as demais quando solicitado.
- 13 — Análise dos Planos de Aplicação do FPM para o bienio 1972/1973 dos Municípios indicados no item 12.

14 — Projeto para Financiamento Externo no valor de US\$ 10.000.000.

15 — Acompanhamento e assessoramento do Projeto junto aos Órgãos Federais.

16 — Participação dos técnicos em diversos Órgãos de Deliberação Coletiva.

17 — Participação no V Simpósio Brasileiro de Pesquisa Operacional.

18 — Convênio celebrado entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico — CODEC tendo como objetivo o desenvolvimento de um programa integrado de estudos e pesquisas sobre o setor público brasileiro, visando aperfeiçoamento dos mecanismos de programação e de avaliação dos resultados da atividade Governamental, sendo que as tarefas a serem executadas para consecução do objetivo acima estabelecido são de duas naturezas:

a) desenvolver e aperfeiçoar o sistema de informações sobre o setor público;

b) realizar estudos integrados sobre diferentes aspectos da atividade governamental.

O desenvolvimento do sistema de informações consiste em:

a) dar continuidade ao trabalho de levantamento da conta consolidada do setor Público Estadual para o Estado do Espírito Santo;

b) realizar levantamento adicionais de informações sobre a estrutura dos principais programas executados pelo Governo, especialmente no que se refere a identificação e quantificação dos recursos humanos, materiais e institucionais utilizados.

19 — Convenio de Intercâmbio de Informações para o Planejamento, entre os Estados e o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, por um período inicial de 2 anos, assinado quando da realização do IV Encontro de Secretários de Planejamento, em Brasília — DF.

Este intercâmbio de informações abrangerá especialmente o seguinte:

I — diretrizes gerais de políticas do Governo;

II — planos, programas e projetos governamentais de desenvolvimento;

III — programação e execução orçamentária;

IV — programa e experiências governamentais relacionadas com os esforços de planejamento, orçamentação e modernização administrativa;

V — indicadores setoriais de desempenho social.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Resolvidos os problemas mais graves, com os quais se defrontou a partir de abril de 1971, a Secretaria de Administração conseguiu, em 1972, entrar em ritmo de trabalho ideal, de modo a consolidar as medidas adotadas para a Reforma Administrativa, equacionar adequadamente as questões da área de pessoal, sobretudo cuidar da seleção do pessoal destinado a complementar os claros existentes nos quadros do Estado.

Prosseguindo a racionalização da legislação iniciada em 1972, a Secretaria de Administração apresentou diversas sugestões de leis e decretos para consolidar as medidas relativas à Reforma Administrativa. Coordenada pela Chefia de Gabinete, a Assessoria Técnica elaborou diversos projetos que deram origem aos seguintes atos:

Lei nº 2.749, de 30-12-72 — que fixou novos limites de idade para os candidatos a concurso, possibilitando o ingresso no Serviço Público de grande parte dos contratados e o aproveitamento de mão de obra experimentada.

Lei nº 2.756, de 03-01-73 — que modificou a legislação referente às férias-prêmio, permitindo que os seus benefícios fossem estendidos aos funcionários que se virem obrigados a gozar licença para tratamento em pessoa de sua família;

Leis nºs. 2.750, 2.751 e 2.755, de 30-12-72 — as quais concederam aumento de vencimento aos Professores Primários e aos membros do Magistério Público e da Magistratura.

Lei nº 2.732, de 17-10-71 — que alterou dispositivos da Lei nº 2.692, de modo a estender aos Professores licenciados em Educação Física os favores da gratificação especial e dirimir dúvidas existentes em relação à vinculação social.

Decreto nº 279-N, de 12-10-72 — que alterou os níveis de escolaridade exigidos para concursos, permitindo aos que estão no exercício de cargos, sem preencher os requisitos de escolaridade estabelecidos no Decreto nº 210-N, ocupar efetivamente os referidos cargos, de que obtenham aprovação na primeira relação para provimento dos mesmos.

Decreto nº 250-N — de 07-07-72 — regulamentando o art. 17 da Lei nº 2.692/71 e estabelecendo normas sobre extensão da carga horária, de modo a padronizar o processamento de prorrogações de jornadas de trabalhos em todo o Poder Executivo.

Decreto nº 210-N, de 11-01-72 — especificando os danos e os fatores de avaliação, de modo a definir claramente as atividades de cada cargo e a permitir um critério mais justo de retribuição.

Decreto nº 677-E, de 24-10-72 — que revogou a Lei nº 2.800 e fixou novas diretrizes para a contratação de pessoal temporário.

Decreto nº 235-N, de 10-05-72 — que transformou em disponibilidade as aposentadorias decorrentes da Lei Delegada nº 21, solucionando a situação de diversos funcionários aposentados transformando as aposentadorias em disponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Decreto nº 249-N e 281-N, de 15-07-72 e 16-10-72 — permitindo a indenização por quilômetro percorrido aos funcionários que usarem seus próprios veículos em serviço do Estado.

Decreto nº 284-N, de 26-10-71 — que redistribuiu numericamente os cargos criados pela Lei nº 2.692, entre vários órgãos do Poder Executivo, permitindo o atendimento efetivo às necessidades dos órgãos da administração estadual.

Cumprindo o disposto na Lei nº 2.615, de 30.8.71, a Secretaria de Administração providenciou o recolhimento aos cofres do Banco do Brasil da importância de (hum milhão, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e três cruzeiros e noventa e hum centavos) Cr\$

1.675. 103.91, destinada a atender aos encargos relativos ao PASEP. Dessa importância, decorrente da contribuição da administração direta e indireta do Estado, participarão, como beneficiários, todos os servidores públicos em atividade, tanto civis quanto militares, subordinados ao regime estatutário ou à legislação trabalhista. A Secretaria de Administração está ultimando as informações cadastrais dos servidores, feito o que poderão eles receber sua participação, movimentando suas contas, quando devidamente habilitados.

Em decorrência da nova sistemática de classificação de cargos introduzida pela Lei nº 2.692, de 23-12-71, foi feita uma relação completa dos funcionários a serem aproveitados nos Quadros Permanente e Suplementar do Poder Executivo.

Foram, assim, relacionados e enquadrados 4.268 (quatro mil, duzentos e sessenta e oito) funcionários, sendo 299 (duzentos e noventa e nove) da Parte Técnico-Científica, 3.778 (três mil, setecentos e setenta e oito) da Parte Executiva e 191 (cento e noventa e hum) do Quadro Suplementar e da extinta Estrada de Ferro Itapemirim.

Na sua faina de executora da política de pessoal e com vistas ao reclamo dos serviços administrativos da administração centralizada e descentralizada, a Secretaria de Administração também opinou em processos de nomeação para 114 cargos de provimento em comissão, 1.265 nomeações efetivas, 10 readmissões, 1 de reintegração 1 de reversão, 1 de aproveitamento 6 de permuta, 4 de estabilidade, 782 contratos de prestação de serviços, 1.534 renovações de contratos dessa espécie, 411 reajustamentos salariais 245 rescisões contratuais, 341 exonerações, 58 aposentadorias e 20 demissões.

Conquanto ainda se mantenha na fase de observação e coleta de dados o que, evidentemente, requer uma cuidadosa e atenta anotação para evitar falsas conclusões, o Setor de Biometria procura averiguar a razão da frequência das doenças que comumente acometem os funcionários pois que os 10.464 pedidos de licença dirigidos àquele Setor converteram-se em 112.200 dias de afastamento ou 3.740 meses.

E de convir que, realmente, os números são alarmantes e o fenômeno que eles revelam merece, por isso mesmo, uma atenção especial, pois que se outras razões não houvesse, só o fato de representar pesadíssimo ônus aos cofres estaduais (calculados na base do salário mínimo seriam Cr\$ 843.744,00) justificaria plenamente a investigação.

A partir de janeiro de 1972, em decorrência da racionalização dos serviços dos novos processos de execução de trabalho, automatizou-se a concessão de gratificação Adicional por tempo de serviço, desburocratizando-se inteiramente a operação processual da vantagem. Em 12-10-72, através do Decreto nº 282-N, a rotina de concessão da gratificação foi alterada elevado o seu percentual e o benefício passou a ser concedido mediante despachos do Secretário de Administração, reduzindo sensivelmente o dispêndio do tempo e de material gasto no processamento.

Para preencher as vagas existentes nos quadros do Estado a Secretaria de Administração, através do DRDI, providenciou a realização de diversos concursos, de cursos preparatórios para os referidos Concursos e da impressão e distribuição de apostilas para os candidatos.

Nos concursos realizados os contratados e interinos tiveram garantida a sua participação, inscritos ex-officio ou em forma de acesso, frequentando os cursos dados pela Secretaria gratuitamente.

Visando à melhoria do pessoal Técnico e administrativo do Estado a Secretaria de Administração através de sua Direção de Racionalização, Documentação e Informática, fez realizar 12 (doze) concursos em 1972, nos quais concorreram 3.922 candidatos, destinados a prover cargos nas seguinte carreiras:

- Técnico de Planejamento Fiscal
- Inspetor Fiscal
- Escrivão de Rendas
- Inspetor Fiscal Auxiliar
- Escrivão de Rendas Auxiliar
- Auxiliar de Fiscalização
- Veterinário
- Motorista
- Escrivão de Polícia
- Cirurgião Dentista
- Guarda de Presídio
- Auxiliar Administrativo

No elenco das atividades-meio a cargo da Secretaria de Administração cabe ressaltar, ainda em perspectiva é bem verdade, por motivo da profunda reforma por que passa, o papel destinado ao Arquivo Público Estadual.

Essa repartição criada pelo decreto nº 135, de 18-7-1908, com denominação de Arquivo Público Espírito-Santense, constitui-se um valioso acervo de documentos oficiais que registram, sob os mais variados aspectos, a história política administrativa judiciária e social da terra capixaba, formalizados em Mensagens Governamentais, Relatórios, Leis, Autógrafos, originais, Decretos, Resoluções, Portarias, Livros de Atas, Livros de Protocolo, Livros de Registro de Cartórios, enfim todo um extenso repertório de informações e dados preciosíssimos, não apenas do ponto de vista do interesse administrativo, mas também da maior utilidade para o pesquisador da verdade histórica.

Esse precioso e farto material documentário que deveria estar convenientemente guardado, preservado de destruição, catalogado em condições, pois, de ser utilizado de forma conveniente e proveitosa, não estava, entretanto, recebendo os cuidados que requer. Desde a catalogação até a guarda, conservação ou manutenção deixavam muito a desejar, pois o empirismo mais anacrônico orientava em prosseguimento a velhas rotinas, a organização do Arquivo Público.

Urgia, pois, substituir os velhos processos rotineiros e já desatualizados e por isso mesmo, hoje incompatíveis com a técnica informática. Era necessário tornar racionalmente produtiva uma repartição de finalidades tão altamente significativas na órbita da ação governamental.

Minudenciar as diversas fases por que está passando a remodelação do Arquivo Público seria, se não fastidioso, sem dúvida impróprio para uma Mensagem de ocorrências gerais mas não posso nem devo omitir que a orientação que agora preside os serviços daquele órgão lhe dá a verdadeira posição de prestígio e destaque no aparelhamento informativo do Estado.

A colaboração do Arquivo Nacional e as permanentes consultas a entidades congêneres tecnicamente constituídas, tem auxiliado bastante a equipe, sobre cujos ombros está a responsabilidade de tão árdua tarefa. Tudo indica que, em breve, a moralização que o Governo deseja ver implantado integralmente no serviço público conduz-lo a prestigiar e a estimular o órgão que está cometida a missão de realizar e rever os processos administrativos instaurados para apurar ação ou omissão dos servidores civis. O apoio governamental que a Comissão Permanente de Inquéritos Administrativos recebe, dá bem a medida de intransigência com que a Administração procura sanear as repartições estaduais, banindo dos serviços oficiais os servidores que o desistem e comprometem.

Se o Governo, como tem feito, promove a valorização da função pública, melhorando níveis de vencimentos, abrindo oportunidades ao aperfeiçoamento funcional, oferecendo conforto e bem estar nos ambientes de trabalho, deve coerentemente, como vem procedendo, impedir que os despreparados moralmente para o

exercício dos cargos continuem a ocupá-los exclusivamente em seu próprio proveito.

Durante o ano de 1972 a COPIA iniciou a apreciação de 115 (cento e quinze) processos 55 (cinquenta e cinco) distribuídos a Primeira Câmara Processante e 60 (sessenta) a Segunda Câmara Processante.

Dos cento e quinze processos recebidos, foram concluídos e devolvidos aos órgãos interessados noventa e dois transferindo para 1973 a conclusão de vinte e três processos, todos eles já em fase de finalização.

Nos diversos processos apreciados durante o exercício de 1972, surgiram inquéritos decorrentes de falsificação de documentos, abandono de cargo, irregularidades fraude, emplacamento de veículo, peculato extorsão e inobservância de normas legais, sobressaindo, por sua incidência maior, os casos de inquéritos provocados por abandono de cargo.

SERVIÇO ESTADUAL DE RACIONALIZAÇÃO E CONTROLE OPERACIONAL

A máquina administrativa estadual foi sensivelmente fortalecida e simplificada com a criação do Serviço Estadual de Racionalização e Controle Operacional.

O SERCOP na execução do seu plano de trabalho elaborado para o decorrer de 1972, procurou ampliar sua capacidade produtiva, desenvolver sistemas específicos para o setor público e elevar os padrões técnicos dos seus serviços com vistas a melhorar ainda mais sua imagem junto aos seus clientes.

Com tais propósitos adquiriu equipamento semelhante ao existente, aumentando porém a capacidade, a qual passou da saída impressa de 600 linhas por minuto para 2.800 linhas por minuto, e instalou uma central de refrigeração que triplicou a capacidade até então instalada; a construção de uma subestação de força para atender suas próprias exigências e o DER, num total de 440 KVA; a inclusão de um regulador de voltagem de 100 KVA na distribuição da baixa tensão para alimentação dos computadores; além das chaves e quadros de proteção ao perfeito funcionamento do equipamento; adaptou o prédio, com ampliação da sala dos computadores, criação da sala de perfuração, filoteca, manutenção, Chefia de Divisão e Departamento, almoxarifado e a instalação para a Divisão de Sistemas que até o início de 1972, funcionava precariamente em dependência de uma residência particular.

Evitando comprometer-se com o desenvolvimento de novos projetos, a Direção de SERCOP procurou restaurar a imagem do Serviço junto a seus clientes colocando em dia as pendências herdadas de exercícios anteriores, além de aprimorar tecnicamente os serviços existentes. O padrão técnico da equipe foi elevado através de treinamentos, permitindo assim conseguir a recuperação necessária, sem necessidade de contratar novos técnicos, mesmo para ocupar as vagas daqueles que se transferiram para outros centros de processamento.

A nova política imposta pela Direção do SERCOP apresentou os resultados esperados, tendo provocado inclusive a obtenção de quatro novos e importantes contratos: com a Administração do Porto de Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo Secretaria de Saúde e Faculdade Espírito-santense de Administração.

Sua receita industrial cresceu em 81% em 1972, apresentando um movimento de Cr\$ 1.890.462,00, enquanto que a despesa cresceu somente 32%, de modo que a margem negativa em 1972 foi de apenas Cr\$... 28.312,00, contra o total de Cr\$ 404.413,00 registrado em 1971.

A direção do órgão considera modesto o crescimento verificado em 1972, apontando dois fatores que impediram um crescimento mais expressivo: 1º — a ado-

ção da política de não firmar contratos que representassem elaboração de novos sistemas e, 2º — a impossibilidade de contar com os dois computadores em funcionamento durante o exercício. Mesmo assim é justo ressaltar que a média de faturamento mensal elevou-se a Cr\$ 158.000,00, enquanto que em 1971, a mesma média não conseguiu ultrapassar a marca de Cr\$ 87.000,00.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

O DIO, cujas atribuições principais consistem na divulgação dos atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além da confecção de impressos destinados às repartições públicas do Poder Executivo, teve um desempenho digno de elogios no exercício de 1972, fechando o ano com todos os seus compromissos em dia e não permitindo que restasse qualquer matéria de publicação.

Durante o exercício foram aperfeiçoadas e melhoradas as instalações do Departamento, recebendo acomodações tecnicamente adequadas o Serviço de Administração, as Assessorias, o Serviço Comercial e de Obras Gráficas. Foi instalada uma sala especialmente destinada aos inspetores do Tribunal de Contas e ampliadas e melhoradas as dependências do Almoxarifado Oficinas, Encadernação, Restaurante e Enfermaria.

O DIO, adquiriu durante o ano de 1972 uma guilhotina rápida, importada da Alemanha pelo preço de Cr\$ 91.838,29, diversos tipos de papéis no valor de Cr\$ 398.460,35, jogos de matrizes e peças para linotipos num total de Cr\$ 80.393,50 e criou uma Biblioteca para a qual adquiriu obras de Direito, Administração, Economia e Literatura, no valor de Cr\$ 25.860,00.

Eis os principais dados estatísticos que retratam o dinâmico funcionamento do DIO durante o exercício de 1972:

Foram extraídos pelo Serviço 1.200 ordens de execução de serviços tendo as oficinas confeccionado cerca de 15.100.500 impressos.

Foram tiradas 245 edições do Diário Oficial do Poder Executivo e Judiciário, num total de 543.953 exemplares e 91 edições do Diário do Poder Legislativo, representando 155.812 exemplares.

A Seção de Material, Compras e Almoxarifado emitiu 369 autorizações de fornecimento de material, no valor de Cr\$ 461.107,17, enquanto que o Almoxarifado apresentou o seguinte movimento:

	Cr\$
Mercadorias em estoque em 31-12-71	401.920,03
Mercadorias recebidas em 1972	455.391,46
Mercadorias fornecidas em 1972	387.860,84
Mercadorias em estoque a 31-12-72	469.450,65

A Seção de Publicação, Assinaturas e Vendas apresentou o seguinte movimento no exercício de 1972:

	Cr\$
Assinaturas do Diário Oficial — à vista	46.800,00
Assinaturas debitadas a Órgãos Públicos ...	179.960,00
Vendas avulsas do DO e outras publicações	13.033,41

Foi o seguinte o movimento da Contabilidade no ano de 1972:

	Cr\$
Receita arrecadada	3.058.307,06
Receita a arrecadar	1.716.193,92
Despesas pagas	2.738.436,06
Despesas a pagar	400.376,94
Superavit no exercício de 1972	1.635.687,98

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA "JERÔNIMO MONTEIRO"

Por não ter sido possível ainda, dado o pesado compromisso financeiro que, acarretará para o Erário Estadual, dar total execução à lei nº 2.562/71, que estabeleceu novas bases para a política de seguridade social, a assistencial e previdenciária dos servidores públicos estaduais está, ainda, assegurada e disciplinada pela lei nº 615/51 através da qual o IPAJM cumpre suas profícuas finalidades quais sejam a de realizar o seguro social dos servidores estaduais; de proporcionar-lhes a aquisição ou construção da própria residência e prestar-lhes, bem como aos seus dependentes, assistência social. Mais detalhadamente, através dos setores específicos, relatam-se as atividades daquela autarquia durante o ano de 1972.

A Divisão de Previdência e Assistência registra 746 (setecentos e quarenta e seis) Pensões, num total de contas (dependentes) de 1.643 (mil seiscentos e quarenta e três), importando a despesa em Cr\$ 2.046.671,16 (dois milhões, quarenta e seis mil, seiscentos e setenta e um cruzeiros e dezesseis centavos).

Neste setor foram concedidos no exercício passado, 72 (setenta e dois) Pecúlios Especiais do IPAJM no total de Cr\$ 119.771,78 (cento e dezenove mil, setecentos e setenta e um cruzeiros e setenta e oito centavos) e pecúlios da extinta CBJM, foram pagos 32 (trinta e dois), num total de Cr\$ 1.050,50 (mil, cinquenta cruzeiros e cinquenta centavos).

Foram concedidos Auxílio-natalidade no valor de Cr\$ 1.462,50 (mil, quatrocentos e sessenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos) Auxílio-funeral do IPAJM que atingiram Cr\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos cruzeiros), Auxílios-funeral da antiga CBJM em Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) e ainda tivemos 3 (três) casos de Invalidez.

Mantém ainda o Instituto três Apólices de Seguro de Vida em Grupo com três Seguradoras — MERIDIONAL — PIRATININGA e PAULISTA — sendo facultativo porém, com aproximadamente, 7.000 adesões, cujos capitais variam com os níveis de vencimentos dos segurados.

O movimento das Carteiras incumbidas de cuidar dos processos concernentes à aplicação de capital indica as diversas operações realizadas:

Empréstimo Ordinário — 38 (trinta e oito) no valor de Cr\$ 7.600,00.

Empréstimo de Emergência — 877 (oitocentos e setenta e sete) no valor de Cr\$ 87.544,80.

Empréstimo Especial — 9 (nove) no valor de Cr\$ 450,00.

Empréstimo a Prazo Curto — 4.753 (quatro mil, setecentos e cinquenta e três) no valor de Cr\$ 940.019,00.

Neste capítulo, pelo vulto do investimento que representa, devem ser destacados os imóveis financiados pelo IPAJM, cujos débitos estão sendo amortizados pelos mutuários:

64 Apartamentos localizados em Maruípe, Distrito da Sede, nesta Capital no valor de Cr\$ 420.805,12.

50 casas adquiridas no conjunto "Ary Vianna", Distrito da Sede no município de Vila Velha no valor de Cr\$ 205.000,00.

306 casas no Conjunto "Antônio Honório", Distrito de Golubeiras município da Capital, no valor de Cr\$ 3.249.597,60.

Total dos financiamentos — Cr\$ 3.875.402,72.

Foi encerrado o Balanço Contábil das atividades do IPAJM relativo ao exercício de 1972, apresentando o mesmo um superavit de Cr\$ 2.618.660,01 (dois milhões,

seiscentos e dezoito mil, seiscentos e sessenta cruzeiros e um centavo) verificado entre as Despesas realizadas e a Receita arrecadada, a saber:

RECEITA		Cr\$
Rendas de Previdência — contribuições ..	5.170.890,09	
Rendas Patrimoniais — investimentos ...	274.490,98	
Outras Receitas	66.408,58	
SOMA	5.511.789,65	

DESPESA		Cr\$
Despesa de Previdência — pensões/pencúlios	2.232.743,94	
Despesas de Assistência — Auxílios	7.974,00	
Despesas de Administração		
	Cr\$	
Pessoal	526.789,10	
Material de Consumo	21.671,16	
Serviços de terceiros	79.576,53	628.036,79
Despesas Patrimoniais e outras despesas ..	23.374,91	
SOMA	2.893.129,64	

Já da análise do ATIVO e do PASSIVO, resulta um déficit técnico de Cr\$ 8.753.705,51 (oito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, setecentos e cinco cruzeiros e cinquenta e um centavos), considerada a reserva matemática de Cr\$ 18.788.981,34 (dezoito milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e oitenta e um cruzeiros e trinta e quatro centavos) calculada pela "STEA" — Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda., órgão técnico contratado para assessoramento deste Instituto em seus problemas atuariais.

EMPRESA FORNECEDORA DE MATERIAL

A EMFORMA, encarregada de atender os pedidos de material das diversas repartições estaduais, cumpriu integralmente o seu Plano Anual de Trabalho, programado para o exercício de 1972.

Emitiu a EMFORMA durante o exercício 2.942 faturas e 3.618 vales de mercadorias. O montante de fornecimentos durante o ano de 1972 atingiu a soma de Cr\$ 3.422.019,21 enquanto que em 1971 tal soma atingira Cr\$ 3.389.402,30 o que mostra claramente que todos os órgãos do Estado procuraram conter os seus gastos de material durante o ano de 1972.

A Seção de Compras preparou e instruiu 525 processos de licitação e tomada de preços, enquanto que a Divisão de Administração e Finanças elaborou 200 expedientes relativos a contatos comerciais e a Seção de Serviços Gerais protocolou cerca de 8.450 processos.

A Tesouraria apresentou o seguinte movimento:

Recebimentos	Cr\$ 3.030.893,92
Pagamentos	Cr\$ 3.066.146,25

A Comissão Permanente de Licitação examinou durante o ano de 1972 três Tomadas de Preços, 185 propostas obtidas através de Cartas-Convite, conseguindo assim controlar de modo eficiente os preços do material adquirido pela Empresa.

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO

Exaustivo trabalho desenvolveu durante o ano de 1972, o Departamento de Patrimônio, tendo as suas atividades, tanto as relacionadas com a execução de obras, quanto as que dizem respeito a tramitação de proces-

sos patrimoniais, triplicado em relação ao movimento verificado em 1971.

Procedeu a vistoria na maioria dos próprios estaduais e encaminhou ao Cartório do 4º Ofício de Notas Privativas dos Feitos da Fazenda Estadual, todos os processos de compra e venda de imóveis, nos quais o Estado fosse parte, em número de 1.200 aproximadamente, ao mesmo tempo em que procedeu a um criterioso levantamento das condições dos imóveis pertencentes ao Estado, organizando um fichário onde estão registrados o seu estado de conservação de modo a permitir a elaboração de um plano de obras que obedeça a um rigoroso escalonamento de prioridade. Além do referido fichário, foi atualizado o cadastro e registro de todos os bens integrantes do patrimônio estadual.

Trabalhando em estreita cooperação com a Procuradoria Geral do Estado e dos demais órgãos jurídicos, o Departamento de Patrimônio propiciou-lhes a posse de todos os elementos indispensáveis à defesa dos bens patrimoniais do Estado; procedeu diversas avaliações, para efeito de aquisição de imóveis, destacando-se as realizadas em relação aos imóveis seguintes: Prédio da Comunidade Evangélica da Paz, em Baixo Guandu. Diversos terrenos para a construção de Ginásios Polivalentes, área situada na Avenida César Helal em Vitória, além de outras avaliações e aquisições.

O Serviço de Expediente e Comunicações atendeu a 2.416 processos e o Serviço de Contabilidade providenciou todos os pagamentos e balancetes, encaminhou a documentação hábil ao Tribunal de Contas e à Contadoria Geral do Estado.

Eis a relação das obras executadas no exercício de 1972, relação que registra as reformas, recuperações, adaptações e construções novas:

a) GRUPOS ESCOLARES, ESCOLAS SINGULARES E JARDINS DE INFÂNCIA

500 obras, em vinte diferentes municípios do Estado;

b) GINÁSIOS E COLÉGIOS:

Reforma do Colégio Estadual, em Vitória.
Construção do Colégio Estadual Honório Fraga — Colatina;

c) OBRAS DIVERSAS:

— Instalação da Consultoria Geral do Estado no Edifício das Repartições Públicas;

— Adaptação do prédio da Secretaria de Educação e Cultura;

— Reforma do primeiro andar do Edifício das Repartições Públicas;

— Reforma do prédio da Cadeia Pública de Iconha;

— Reforma do prédio da Cadeia Pública em Itapemirim;

— Reforma do Quartel da Polícia Militar em Maraupe;

— Reforma do prédio onde funcionou a "MOCCA";

— Adaptação do prédio do Posto de Saúde de Nova Venécia, para nele funcionar a Escrivânia Fiscal;

— Recuperação do Salão de Jogos da residência governamental da Praia da Costa e cobertura do Jardim de Inverno do referido imóvel;

— Instalação de condicionadores de ar no sétimo andar do Palácio da Justiça;

— Recuperação das instalações hiro — sanitárias do imóvel onde está instalado o Departamento Estadual de Estatística, e,

— Construção do Centro de Saúde em Jardim América.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Dentre os órgãos informativos do Estado, não só pela sua natureza especializada mas, ainda, pela finalidade de suas apurações, análises e dedução, sobressai o D.E.E.

Adequado e racionalmente organizado, perfeitamente entrosado e relacionado com o I.B.G.E., age na desempenho da sua função em harmonia sintonizada com os demais setores estatais que se utilizam dos seus trabalhos estatísticos, fornecendo-lhes perspectivas e diagnósticos que lhes propiciem, com antecipação, providências e gestões corretas.

No cumprimento de suas obrigações o DEE pode ressaltar as seguintes divulgações em 1972:

a) **Exportação e Importação:** as estatísticas comerciais, referentes à exportação e importação do Espírito Santo, elaboradas, através das Notas Fiscais e Manifestos e Transportes é um trabalho que requer muita atenção no que refere à crítica do material examinado e à codificação das mercadorias, que tem de ser feita de acordo com a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.

Durante o ano de 1972 o DEE recebeu do SERCOP as apurações referentes aos meses de julho a dezembro de 1971 e o resumo anual da exportação e importação e ainda executou o trabalho referente ao período de janeiro a março de 1972. Ao Centro de Informações Econômico-Fiscais, do Ministério da Fazenda o DEE encaminhou as tabelas referentes a exportação por cabotagem referentes ao período de julho de 1971 a março de 1972, como também os quadros demonstrativos relativos a exportação por Vias Internas, esses enviados à Fundação IBGE, culminando com a remessa aos órgãos regionais dos demais Estados da Federação da "Exportação do Espírito Santo por Destino".

b) **Produção Agrícola** — durante o exercício de 1972, conseguiu o DEE criticar os cadernos referentes à estimativa da Produção Agrícola do Estado, por Municípios, do 4º trimestre de 1970 e 1º, 2º e 3º trimestres de 1971, uma vez que o levantamento é trimestral. Os quadros, referentes a trinta e uma diferentes culturas, foram remetidos à Equipe Técnica de Estatística Agropecuária do Ministério da Agricultura. Nos referidos quadros foram alinhados os dados referentes a dezenove culturas temporárias constando os cálculos referentes a área cultivada por hectare, produção total, rendimento médio por hectare da lavoura e valor da produção. Em relação as 16 culturas permanentes produzidas no solo espirito-santense, foram elaborados quadros dos quais constavam os cálculos referentes a área cultivada, números de pés novos, números de pés em produção, produção total rendimento médio por pé, rendimento médio por hectare, preço médio unitário por produtor e valor da produção.

c) **Produtos de origem animal e população pecuária:** em relação às estatísticas sobre a pecuária o levantamento é feito tendo por base o rendimento anual e não trimestral como na agricultura. O DEE conseguiu criticar e apurar os resultados correspondentes ao ano de 1971 e encaminhá-los à Equipe Técnica de Estatística Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Foram levantados os dados estatísticos referentes à produção de leite, creme, manteiga, queijos, ovos, mel de abelhas, cera de abelha e casulos, sendo discriminada a quantidade produzida, preço médio unitário e o valor da produção.

Em relação à população pecuária foram levantados os dados referentes os rebanhos bovino, equino, asinino, suíno, ovino, caprino, búfalos e aves, diagnosti-

cando o número de cabeças, preço médio e valor da produção.

d) **Automóveis e outros veículos automotores:** o DEE completou o trabalho iniciado em 1971, fazendo uma apuração que vai de 1941 a 1971 mostrando o crescimento do número dos veículos de carga e de passageiros no Espírito Santo durante os trinta anos pesquisados. Pelo levantamento feito ficou demonstrado que o Estado possuía em 1941 um total de 1.688 veículos (874 de passageiros e 814 de carga), número que em 1951 já tinha se elevado para 4.826 (2.023 de passageiros e 2.803 de carga). Já no ano de 1962 os veículos eram 13.016 no Estado (7.244 para passageiros e 5.772 de carga), sendo que o último ano pesquisado ou seja 1971, o número de veículos existente no Estado era de 39.614 (23.342 de passageiros e 11.272 de carga).

e) **Ensino Primário, Pré-Primário e Supletivo:** após a transferência do serviço mecanizado para o SERCOP, somente dez tabelas de apuração do Ensino foram concluídas, restando ainda dezoito por concluir no SERCOP, uma vez que os computadores segundo foi comunicado ao DEE, estavam sobrecarregados de serviço. As dez tabelas concluídas foram remeidas ao Serviço de Estatística de Educação e Cultura do MEC, contendo os dados sobre o número de turmas, de docentes, unidades escolares, número de salas de aulas, entre outros dados não sendo possível, dado o atraso das apurações por parte do SERCOP, enviar à Secretaria de Educação e Cultura os resultados globais do Ensino Primário comum e Pré-primário no Espírito Santo em 1971.

f) **Publicações organizadas, datilografadas e impressas:** foram as seguintes as publicações entregues aos órgãos interessados e ao público em geral durante o ano de 1972 — Anuário Estatístico do Espírito Santo, Ensino Médio Ginásial e Colegial no Espírito Santo em 1966/69, Ensino médio ginásial e colegial no Espírito Santo em 1967/70, Ensino Primário comum e supletivo 1968/69, Ensino Superior 1970/71, Finanças Públicas 1966/70, Gado e aves abatidas — 1968 Gado e aves abatidas — 1969, Gado e aves abatidas 1970, Intercâmbio comercial — 1968/70, Indústrias de mineração e transformação — 1969 e Produção Agrícola — 1969/71.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

Na sua função primordial de adquirir, registrar, guardar e alienar veículos oficiais das repartições integrantes da Administração Centralizada e de lhes disciplinar e fiscalizar o uso o Departamento de Transportes tem tido um desempenho modesto, mas é de esperar-se que, na medida em que a compreensão, o entendimento e o espírito de cooperação se forem desenvolvendo, quando se tiver formado nítida idéia dos objetivos altos que inspiraram a criação do órgão e puder avaliar-se quanto será economicamente produtivo seu pleno funcionamento, as limitações e as dificuldades que ainda reduzem a ação do Departamento de Transportes desaparecerão por certo.

Segundo seus registros, em 1972 foram adquiridos 39 veículos dos quais 6 para a Secretaria do Trabalho e Promoção Social, 2 para o Gabinete Civil, 6 para a Secretaria de Segurança, 1 para a Secretaria de Serviços Públicos Especiais, 9 para a Secretaria de Saúde, 2 para a Secretaria da Fazenda, 4 para a Secretaria de Administração, 2 para o Tribunal de Contas, 2 para a Secretaria de Agricultura, 2 para a Secretaria da Indústria e do Comércio, 1 para a Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, 1 para o Gabinete Militar e 1 para a Secretaria de Educação e Cultura.

Considerados inservíveis para os serviços, foram recolhidos ao depósito do Departamento de Transportes 28 veículos; em suas oficinas estavam sendo recuperados 4 e mediante concorrência pública, 15 foram alienados.

SECRETARIA DE AGRICULTURA

As "Metas e Bases" para a ação do Governo do Presidente Médici evidentemente não de orientar a ação administrativa nacional.

Naquele elenco de objetivos, de estratégias e de linhas de ação, quanto à produção agropecuária, é dada ênfase:

a) à defesa dos produtos de base como café, cacau, açúcar, algodão, tendo em vista o impacto dos preços externos no orçamento monetário do País;

b) à concentração de esforços para a produção dos produtos de mais acelerada expansão de demanda interna e/ou externa;

c) ao desenvolvimento tecnológico de produção, buscando o aumento da produtividade pelo maior uso de fertilizantes, defensivos, mecanização, e maior atenção aos resultados da experimentação e da pesquisa, que, por sua vez, devem ser intensificadas;

d) ao desenvolvimento acelerado da pecuária;

e) ao fortalecimento da infraestrutura agrícola, com vistas à eletrificação rural, às estradas rurais, ao desenvolvimento do Plano Nacional de Irrigação;

f) à modernização do Sistema Nacional de Abastecimento;

g) aos incentivos financeiros e fiscais, tais como a difusão do crédito rural, a segurança ou preço mínimo compensador, os abatimentos no cálculo do imposto de renda, o apoio financeiro na exportação, os créditos fiscais, tudo visando a garantir a adequada rentabilidade no investimento agrícola, inclusive procurando conduzir o preço dos principais insumos — tratores, implementos, fertilizantes, adubos ao nível dos preços internacionais, mediante a concessão de estímulos apropriados.

Em todas essas atividades, direta ou indiretamente, procurou a Secretaria de Agricultura atuar em 1972, conforme passo a relatar:

De 13 de outubro a 06 de novembro, o titular da Pasta empreendeu viagem à Inglaterra, Alemanha, Áustria, Holanda, Bélgica, Itália e Portugal, onde procurou examinar a possibilidade de colocar os produtos da nossa agroindústria e agricultura especializada, ou de atrair capitais para investimento nesse setor de atividades.

Dos seus contatos, observações e entendimentos concluiu que:

I — A possibilidade de colocação de produtos agrícolas não tradicionalmente exportados, no mercado europeu, é bastante ampla.

II — O Espírito Santo pode atrair investidores dada a imagem de segurança, estabilidade institucional, confiança e garantia de que desfruta o País no exterior.

III — É bem verdade que, de imediato, a curto prazo, o Espírito Santo talvez não possa oferecer muitas fontes de atração, comparado a outros Estados da Federação, mas, se iniciar um fluxo racional e decidido de comercialização, tem condições naturais para expandi-lo.

IV — A missão era meramente exploratória; mas a meta foi ultrapassada. Chegou-se a entabular contatos para a negociação de produtos como mandioca, banana, abacaxi, carne, e outros referidos nos itens anteriores.

V — Tudo depende agora da capacidade organizadora, pois os preços, embora vantajosos, não oferecem margens muito amplas, e não de ser mantidos padrões severos de sanidade de qualidade, de tipos de apresentação e fluxo constante da quantidade das mercadorias.

Para produtos tradicionalmente exportados não existe problema nem há exigências especiais.

Entretanto, para os demais produtos agrícolas cuja exportação pretendemos incrementar — mandioca, banana, abacaxi, sucos e outros — excetuando carne para a qual já existe a "Expocarne", creio que o cami-

nho inicial será a instituição de uma empresa, de início estatal e ligada à Secretaria de Agricultura.

A empresa cuidará do problema de modo amplo, pois envolverá mudança de tecnologia agrícola (variedades, colheita, tratamento pós colheita e embalagem), fases agro-industriais, mecanismo de transporte, e comercialização do fluxo exigido de qualidade e quantidade.

VI — Vinculada à Secretaria de Agricultura, já existe a COFAI capacitada para essa tarefa, dependendo apenas de ligeira adaptação e ampliação de setor, e da compatível cobertura financeira. Há a possibilidade de participação da CVRD, que prestaria à COFAI sua experiência no mercado internacional, e aproveitaria desta sua atuação efetiva no meio rural, inclusive com a implantação da agroindústria da mandioca e banana.

Se os entendimentos preliminares mantidos com a direção de alguns setores da Vale se concretizarem (e isto depende mais de nós do que deles) teremos amplas possibilidades.

CONCURSOS DE PRODUTIVIDADE

A fim de estimular melhores práticas agrícolas, a Secretaria de Agricultura lançou o Concurso da Produtividade do Milho nos Municípios de Afonso Cláudio, Itaguaçu, Itarana e na zona baixa de Santa Teresa e o Concurso da Produtividade do Feijão, nos Municípios de Afonso Cláudio, Castelo e Muniz Freire.

Os concursos foram abertos a qualquer agricultor que:

a) se registrasse no Escritório local da ACARES;

b) cultivasse pelo menos um (1) hectare de feijão ou dois (2) de milho, até uma área máxima controlada, que não necessite de mais de 200 toneladas de corretivos do solo;

c) plantasse semente selecionada;

d) mecanizasse a área selecionada para a implantação do programa;

e) procedesse à análise do solo no Laboratório da Secretaria de Agricultura e seguisse as formulações de calagem e adubação recomendadas;

f) preenchesse cuidadosamente o Livro de Anotações fornecido pela Secretaria, o qual constitui a contabilidade para comprovar o rendimento econômico da agricultura tecnificada.

Os Concursos previam a necessidade de financiamento por crédito rural orientado e o oferecimento de 50% do custo do calcário, além dos prêmios em insumos modernos.

Tanto esses Concursos como as atividades do Plano de Renovação da Cafeicultura, conduzindo e financiado pelo IBC, são os grandes responsáveis pela aplicação no Estado de 3.000 toneladas de calcário e 8.600 toneladas de fertilizantes, escala jamais verificada entre nós.

PLANO NACIONAL DE SEMENTES

Em 18 de julho foi assinado o Convênio com o Ministério da Agricultura, disciplinando a participação do Governo Estadual, através da Secretaria de Agricultura, na execução regional do Plano Nacional de Sementes.

O Plano prevê o financiamento de capital de giro para as empresas produtoras de semente, investimentos nas instalações de pesquisa e beneficiamento, assistência técnica e fiscalização da produção e do comércio de sementes, visando a elevar substancialmente a proporção de sementes melhoradas no total de sementes plantadas.

Cabe à Secretaria de Agricultura, na área estadual, desenvolver os trabalhos relativos às seguintes atividades nacionais:

Projeto I — Pesquisa sobre tecnologia e Análise de sementes;

Projeto III — Produção, Multiplicação e Beneficiamento de Sementes;

Projeto IV — Organização da Produção de Sementes Melhoradas;

Projeto V — Fiscalização do Comércio de Sementes;

Os trabalhos são desenvolvidos de forma sistemática, com autonomia estadual mas dentro de normas nacionais;

Os recursos previstos são os seguintes, em cruzeros:

Exercícios	Empréstimo			Total
	B.I.D.	União	Estado	
1972	115.800,00	62.800,00	100.000 00	278.600,00
1973	113.400,00	156.700,00	242.800 00	512.900,00
1974	68.400,00	267.300,00	269.800 00	605.500,00
Valor do				
Convênio	297.600,00	486.800,00	612.600 00	1.397.000,00

PREÇOS MÍNIMOS E ARMAZENAGEM

A nova política nacional de combate à inflação se volta para o custo de vida, o qual, por sua vez, é pon-

deravelmente influenciado pelo preço dos produtos agropecuários.

Dai a orientação que o eminente Presidente Médico imprimiu nas Metas e Bases do Governo, no setor da Agricultura, visando, como já se assinalou, ao desenvolvimento tecnológico das atividades produtoras do campo, à modernização do sistema nacional do abastecimento e dos métodos de comercialização, cuidando ainda dos incentivos financeiros e fiscais que estimulam a produção abundante, especialmente através dos acréscimos da produtividade.

A política dos preços mínimos pretende agora assegurar ao produtor a rentabilidade no investimento agrícola, porque desde logo lhe oferece a garantia do preço do custo da produção, tanto quanto possível nas bases dos preços internacionais.

O Quadro nº 1 mostra a posição do financiamento de suporte da garantia de preço mínimo, nas safras de 1971 e de 1972, nas Agências do Banco do Brasil, neste Estado.

Nenhum financiamento, entretanto, foi feito a Cooperativas, o que revela a ainda muito fraca consciências agremiativas dos nossos agricultores, que não se unem coesos na defesa econômica dos frutos do seu trabalho.

Prosseguiram os entendimentos no sentido de, mediante convênio se unirem os recursos de pessoal e da capacidade armazenadora da CIBRAZEM e da CAGES unificando-se a ação de ambas as entidades, com vistas a se oferecer aos nossos produtores a armazenagem que condicione a mais ampla difusão do financiamento de suporte do preço mínimo.

BANCO DO BRASIL — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FINANCIAMENTO DE SUPORTE DA GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

Quadro nº 1

Produto	Mutuário	SAFRA 1971			SAFRA 1972		
		N.	Cr\$	Toneladas	N.	Cr\$	Toneladas
Algodão	Produtores	—	—	—	—	—	—
	Beneficiadores	2	399.999,00	244,1	1	350.810,00	158,0
Arroz	Produtores	15	77.099,00	258,0	153	761.287,00	1.646 9
	Beneficiadores	11	194.657,00	556,9	6	137.231,00	266,9
Feijão	Produtores	47	266.970,00	363,6	109	499.671,00	657 6
	Beneficiadores	—	—	—	—	—	—
Milho	Produtores	93	311.785,00	1.928 4	150	500.329,00	2.474,6
	Beneficiadores	4	49.359,00	256,0	—	—	—

DIVISÃO DE PROMOÇÃO E PRODUÇÃO

Os objetivos de Divisão de Promoção e Produção são promover uma melhoria de produtividade do agropecuarista, para atingir, economicamente, as metas traçadas, porém dentro de um menor espaço de tempo.

Sabendo que muito há que fazer neste Setor Agropastoril, e conscientizados do que seria o exercício de 1972, por advertências superiores, quanto à nova sistemática de serviço, a Divisão de Promoção e Produção lançou-se a uma intensa etapa de trabalho.

Para sua melhor atuação, foi o Setor, de Defesa Sanitária Animal, dividido em serviços com certa especificação de trabalho, como: Combate à Raiva, Profilaxia de Brucelose, Laboratório de Ornitopatologia,

Cursos em convênio com PIPMO, e atividades diversas, englobando nestas, todas as vacinações, vermifugações, mineralizações, consultas clínicas, visitas à propriedades para levantamento, reuniões, coletas de material, conforme quadro anexo, a respeito do qual deve-se observar:

1 — O número de vacinações contra Febre Aftosa não compreende as vacinações feitas pela Campanha de Combate à febre Aftosa — GECOFA, que proporcionalmente vai aumentando sua área de ação, estando atualmente na 2a. área, que abrange todo o norte do Estado.

2 — Por ser a Raiva uma doença cíclica, as vacinações são efetuadas de acordo com prognósticos de evolução da doença, ou, sendo possível uma motivação,

em forma de Campanha, para evitar o surto. Deste modo, há oscilações do número de vacinações a cada ano.

3 — O Carbúnculo Sintomático é vacinação normalmente feita pelo próprio criador espiritosantense; os dados, portanto, são de atendimentos esporádicos.

4 — Chegou-se à conclusão de que não há surto de Carbúnculo Hemático no Estado, sendo dispensável fazer-se sua profilaxia, salvo onde existem casos duvidosos; daí a baixa numérica neste atendimento.

5 — A suinocultura racional em todo o Estado está passando por uma fase de reestruturação, e a Defesa

Animal não tem tido problema quanto à sua atuação neste ramo de exploração pecuária.

6 — Ressaltamos aqui os cursos coordenados pela Divisão, mediante acordos firmados entre a Secretaria de Agricultura e o Plano Integrado de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), onde 20 (vinte) elementos foram qualificados para dar assistência à pecuária de um modo geral, atendendo a uma demanda de mão de obra aperfeiçoada, além de um curso para Auxiliares de Veterinária, onde os mesmos foram motivados para participar com maiores atividades de ensinamento ao homem do campo.

DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

DISCRIMINAÇÃO	1969	1970	1971	1972
IMUNIZAÇÃO	851.198	624.950	461.352	343.023
* Vac. contra Brucelose (bezerras)	33.586	43.777	59.630	—
Vac. contra Febre Aftosa	641.322	447.680	316.187	262.258
Vac. contra Raiva (bovina)	62.335	28.795	21.679	25.622
Vac. contra C. Sintomático	43.977	56.361	19.615	37.181
Vac. contra C. Hemático	53.886	31.858	42.945	15.386
Vac. contra Peste Suína	9.993	12.118	12.005	386
Outras	6.099	4.421	5.103	2.190
ZOO — SANITÁRIA				
Animais Vermifugados	32.641	26.038	24.117	16.052
Animais Mineralizados	—	21.124	20.124	12.300
Coleta de Material	—	2.509	6.105	1.333
ATIVIDADES DIVERSAS				
Número de Municípios	53	53	53	53
Propriedades Atendidas	9.049	8.336	4.320	8.843

* Ver adiante detalhamento das atividades do Combate à Brucelose.

Brucelose

Vacinação de Bezerrões	50.396
Exame de Brucelose pelo método de Soro Aglutinação Rápida	26.330
Propriedades Atendidas em cada etapa	3.765
Milk Ring Test	9.677
Propriedades Atendidas pelo Milk Ring Test ..	5.805
Total de Propriedades Atendidas (com vacinação e exames de Brucelose)	9.571

Febre Aftosa

O combate a essa zoonose no Estado, se entronca no Plano Nacional de Combate à Febre Aftosa, em consequência do Convênio assinado com o Ministério da Agricultura em cinco de novembro de 1970, segundo o qual o Grupo Executivo de Combate à Febre Aftosa — GECOFA, sob a Coordenação Nacional de Brasília, aplica recursos federais, estaduais, bem como os do financiamento do BJD destinado às despesas de capital.

Os recursos estaduais liberados em 1972 montaram a Cr\$ 524.223,02.

Para a implantação do plano regional, foi o Estado dividido em quatro áreas, praticamente duas acima e duas abaixo do rio Doce, que deveriam ser cobertas em quatro anos.

Em 1972 recuperou-se o pequeno atraso da partida e vimos cobertas as áreas I e II; pretende-se antecipar

para 1973 a total cobertura de todo o território estadual, o que se previa só ocorrer em 1974.

Em 1972 foram imunizados 892.492 animais, com a aplicação de 1.570.929 vacinas.

INSTITUTO BIOLÓGICO

Vem trabalhando estritamente com recursos do Ministério da Agricultura, aliás pequenos, sem um programa efetivo de trabalho. Atende às necessidades, que modestamente lhe são reclamadas.

Laboratório de Ornitopatologia

Está montado para ser um órgão básico no diagnóstico de doenças de aves, fazendo no momento algumas pesquisas.

Executou:

visitas	76
necropsias	481
diagnósticos	2000

SEÇÃO DE ZOOTECNIA

Exposições Pecuárias

O movimento das 19 exposições realizadas está refletido no resumo abaixo:

Número de Exposições Realizadas	19
Número de Expositores Participantes	581
Número de Animais Expostos	4.669
Número de Animais Premiados	1.202
Financiamento Rede Bancária	2.567.700,00
Auxílio Financeiro da Secretaria de Agricultura	111.800,00

Temos como meta prioritária para início do ano vindouro, o reaparelhamento do Parque de Itacibá, bem como ajardinamento e outras melhorias nos demais Parques.

Swinecultura

As atividades desenvolvidas neste Setor foram de promoção do porco tipo carne, baseando este trabalho em três fatores de capital importância para a implantação definitiva do mesmo:

- 1 — Alimentação.
- 2 — Tipos de Ração Aconselhada.
- 3 — Graus de Cruzamento.

Os resultados colhidos no campo da experimentação, foram bastante satisfatórios e permitiram estabelecer orientação e recomendações da mais alta valia para os criadores.

Apicultura

O Setor de Apicultura tem se esforçado ao máximo em conter o avanço das Abelhas Adansonii, abelhas africanas, e diminuir seus efeitos nocivos, já que não é possível remestrar os apiários com rainhas européas, que não se conseguem.

A apicultura capixaba continua sofrendo a maior derrota de todos os tempos, porque nossas matas continuam infestadas de abelhas africanas, se bem que à força do combate sistemático e bem conduzido, os prejuízos tem sido bem menores que nos anos anteriores.

Os poucos apiários que restam nas terras altas e frias, tiveram sua produção diminuída em 80%, e os apicultores lutam desesperadamente contra a rapina e invasão das Adansonii.

Piscicultura

Dentro do Setor de Piscicultura, oito (8) novos piscicultores receberam assistência na confecção de seus açudes.

Quarenta e dois (42) piscicultores já existentes, receberam instruções.

O Setor não chegou a distribuir alevinos por ter havido um atraso na organização da Piscicultura do Parque de Exposições.

Foi organizado o mapa do Estado, com demarcação das fontes chaves, onde serão lançados os peixes com a finalidade de repovoar os nossos rios.

Pecuária de Corte

Atua no Estado o Projeto de Desenvolvimento de Criação de Gado, financiado pelo BIRD, e constituindo o Fundo Para o Desenvolvimento da Pecuária, gerido pelo Banco Central do Brasil, através do CONDEPE.

O Programa financia a pecuária de corte, em áreas selecionadas, proporciona assistência técnica, e vem se desenvolvendo principalmente na área a partir de Vitória para o Norte do Estado.

Em 1972 recebeu 272 propostas e tem 261 projetos aprovados, no montante de Cr\$ 28.419.934,00.

Agrostologia

Em apoio ao Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte, financiado pelo Banco Central e pelo BIRD, executado pelo CONDEPE, foi firmado em 19 de setembro o convênio visando especialmente problemas relativos à fertilidade dos solos, manejo de sistemas de exploração de pastagens, e manejo, nutrição e melhoramento de bovinos.

Entre os trabalhos realizados, é de se destacar o estudo das cigarrinhas das pastagens, que atinge cerca de um milhão de hectares, com uma população bovina de aproximadamente 900.000 cabeças. Estima-se que a redução de suporte das pastagens é de ordem de 14%, o que equivale a uma redução de 110.000 cabeças adultas. Os prejuízos são devidos à quantidade da seiva sugada e à concomitante introdução de toxinas pelo inseto, ao sugar a planta forrageira.

Os estudos se concentram no controle biológico, que parece apresentar vantagens técnicas e econômicas sobre o controle químico e o mecânico cultural.

O controle biológico baseia-se principalmente na aplicação do fungo *Matarrhizium anisopliae*, que parasita as formas jovens e adultas das cigarrinhas, concorrendo-se a introdução de insetos predadores e parasitas destes.

DIVISÃO DE EXPERIMENTAÇÃO E PESQUISA

Sua principal finalidade é a de promover estudos e pesquisas agropecuárias, objetivando identificar os meios de produção que melhores resultados econômicos possam proporcionar a agricultores e pecuaristas em seus empreendimentos. Tal trabalho vem sendo desenvolvido diretamente ou sob a forma de convênios onde a Divisão participa como colaboradora interessada na sua execução.

PEDOLOGIA

No decorrer do exercício de 1972, desenvolveram-se as seguintes atividades:

a) — Identificação de unidade do solo para instalação de ensaios experimentais do programa F.A.O. — ANDA-ABCAR da Secretaria de Agricultura e do IPEACS.

b) — Complementação do mapa de interpretação de uso do solo.

c) — Determinação das unidades de solo mais indicadas para as culturas de citros, abacaxi e banana.

FERTILIDADE DO SOLO

a) — Análises de rotina no Programa de Análise Rápida do solo "PANRS".

MES	1970	1971	1972
Janeiro	5	174	393
Fevereiro	87	195	286
Março	180	330	223

Abril	253	342	365
Maio	198	431	314
Junho	322	285	356
Julho	199	228	515
Agosto	324	566	863
Setembro	357	542	776
Outubro	212	640	502
Novembro	133	621	252
Dezembro	131	237	112
TOTAL	2.401	4.591	4.957

Como se pode verificar no quadro acima, o trabalho de análise de solo tem encontrado excelente receptividade por parte dos agricultores capixabas. Esses valores tendem a crescer com a elevação do índice de atendimento técnico às propriedades agropecuárias.

Estágios e Cursos:

O Laboratório de Solos concedeu estágio a 5 (cinco) estudantes de Agronomia e ministrou cerca de 5 cursos sobre fertilidade dos solos, para rizicultores e bananicultores.

Ensaio Experimental:

Instalado um ensaio de adubação mineral em batatinha, no município de Domingos Martins.

Análise de Calcário:

Trabalho objetivando orientar a COFAI na aquisição de calcário dolomítico e calcítico, para atender o programa de modernização da agricultura capixaba.

ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS

Estação Experimental de Santana:

Sua principal atividade constitui o apoio do "Programa do Porco Tipo Carne". Funcionando como centro coordenador.

Estação Experimental de Jucuruaba:

Limitou-se a melhorar as condições de meio criatório para a manutenção de aproximadamente 70 bovinos de raça GIR, pertencentes ao rebanho da Estação Experimental de Criação "Monte Libano".

Estação Experimental de Café de Venda Nova:

Adquirida no final de 1971, sendo objeto do Convênio IBC-GERCA — Governo do Estado do Espírito Santo, para trabalhos experimentais específicos na cultura de café.

Está com suas instalações projetadas em vias de conclusão. No exercício próximo vindouro deverá estar devidamente aparelhada para passar a constituir-se em importante centro de apoio ao programa de pesquisas com café que está sendo desenvolvido pelo IBC-SERAC-ES-1, com colaboração da Secretaria de Agricultura.

Estação Experimental de Café de Marilândia:

Dedicou-se à instalação de ensaios experimentais em café, sob orientação técnica do IBC-SERAC-ES-1, relacionados com o problema da Ferrugem e tratos culturais.

Estação Experimental de Viti-Fructicultura "Mendes da Fonseca":

- Ampliação das coleções de videiras, macieiras, pereiras, ameixeiras e pessegueiros.
- Introdução da maçã Brasil na região, com resultados bastante promissores.
- Produção de mudas de fruteiras de clima temperado para distribuição a agricultores da região.
- Orientação técnica a um viverista de tais mudas que se instalou recentemente na região.

Estação Experimental Fructicultura Tropical de Viana:

Limitou-se a formar mudas enxertadas de laranja e complementação do pomar de matrizes de citrus.

Estação Fructicultura de Santa Maria de Jetibá:

As atividades desta Estação consistiram tão somente em trabalhos de manutenção de suas instalações e produção de algumas mudas de rosa.

É possível que, em futuro convênio com a Cooperativa Agrária local, suas instalações deem um rendimento mais positivo.

Estação Experimental de Criação "Monte Libano" e o Posto Zootécnico de São Mateus:

Dedicou-se aos trabalhos de seleção de gado GIR NELORE e GUZERÁ, tipo leiteiro principalmente.

Laboratório de Análise de Sementes:

- Análise de 357 amostras de sementes de arroz, feijão, milho e hortaliças.
- Visita a 90 firmas comerciais de sementes para fins de registro.
- Beneficiamento de 111.348 kg de sementes de arroz, 34.850 kg de sementes de feijão e 181.447 kg de sementes de milho.

As atividades do Laboratório de sementes tendem a evoluir com o desenvolvimento do AGIPLAN.

PROGRAMAÇÃO E ANÁLISE DE EXPERIMENTOS

Dos 50 subprojetos tendo em vista o "Programa Estratégico de Desenvolvimento" para o triênio 1972/74, e cujo orçamento foi estimado em Cr\$ 6.000.000,00,

cerca de 70% referem-se à pesquisa agropecuária, tomando-se como base as prioridades estabelecidas pelo Governo.

Encontram-se em fase de execução os seguintes:

- a) — Sub-projeto SAES/DEP — 001/1972-74 e Sub-projeto SAES/DEP — 005/1972-74: referem-se à identificação das pragas e diagnose das doenças das principais culturas, através do funcionamento do Laboratório de Defesa Fitossanitária, em fase final de instalação, localizado em Tucum.
 - b) — Sub-projetos SAES/DEP — 013, 015 e 043/1972-74: relativos a ensaios com a cultura da soja, no que diz respeito à competição de cultivares, época de plantio e adubação. Esses ensaios experimentais estão sendo conduzidos nos municípios de Conceição da Barra, São Mateus e Serra, totalizando um número de 20 (vinte) experimentos, graças às valiosas contribuições das empresas: Aracruz Florestal S.A., Docemade e Agrosuco Industrial S.A.
 - c) — Sub-projeto SAES — 017/1972-74: relativo à análise de amostras de sementes, estando o seu desenvolvimento relatado nas atividades do Laboratório de Sementes.
 - d) — Sub-projeto SAES/DEP — 018/1972-74: refere-se à fiscalização do comércio de sementes, colocado recentemente em prática, através de Convênio firmado com o M. Agricultura, através do AGIPLAN.
 - e) — Sub-projeto SAES/DEP — 020/1972-74: "Beneficiamento e Armazenamento de Sementes" — relatado nas atividades da Usina de Beneficiamento de Sementes.
 - f) — Sub-projeto SAES/DEP — 021/1972-73: relativo à eficiência do uso de inseticidas na conservação de sementes em ambiente natural (com o delineamento experimental esquematizado e em fase inicial de instalação).
 - g) — Sub-projeto SAES/DEP — 025/1972-74: refere-se sumariamente ao funcionamento do Laboratório de Solos, relatado em outro capítulo.
 - h) — Sub-projetos SAES/DEP — 032 e 041/1972-74: relativos à formação de coleções de macieiras, videiras, pereiras, ameixeiras e pessegueiros, relatados nas atividades desenvolvidas pela Estação Experimental "Mendes da Fonseca".
 - i) — Sub-projeto SAES/DEP — 035/1972-74, relativo à produção de mudas de citrus pela Estação Experimental de Viana, comentado em outro tópico.
 - j) — Sub-projeto SAES/DEP — 033/1972-74: comportamento do pastoreio rotativo e racional pelo sistema Voisin na Bacia Leiteira do Sul do Estado, coordenado pela Estação Experimental "Monte Líbano".
 - k) — Sub-projeto SAES/DEP — 040/1972-74: "Melhoramento e conservação das instalações da Estação Experimental de Santana".
- Paralelamente à execução dos sub-projetos supra-mencionados, vêm-se conduzindo os seguintes trabalhos:
- a) — Estudo e controle da cigarrinha das pastagens, através de Convênio com o CONDEPE;
 - b) — Análise estatística e conclusão de um ensaio sobre adubação mineral em batatinha;
 - c) — Idem sobre a influência da bruzone na germinação de sementes de arroz;
 - d) — Delineamento experimental de ensaios com "a eficiência do uso de inseticidas na conservação de sementes em ambiente natural". "eficiência da qualidade das rações comercializadas no Estado, no que concerne à postura de aves, etc.

SOJA

Ensaios em Conceição da Barra, São Mateus e Jacaraípe.

4 (quatro) ensaios de época de plantio.

6 (seis) ensaios de competições de variedades (14 variedades), em grupos de 10 (dez) variedades cada ensaio.

8 (oito) ensaios de adubação (4 de potássio e fósforo com nitrogênio constante de 4 variações dos três elementos).

CARTA DE SOLOS

Finalmente foi impressa a Carta de Solos do Estado, levantada com a cooperação do Ministério da Agricultura. No momento cogita-se da impressão do trabalho consequente sobre a "Aptidão Agrícola dos Solos" do Estado.

DIVISÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS RESERVAS FLORESTAIS E PARQUES

A fiscalização de toda a área da Reserva Florestal de Duas Bocas é mantida ininterruptamente por uma equipe de Guardas Florestais, que permanecem atentas, evitando a desobediência do Código Florestal (Lei n. 4.771/65) e Lei n. 5.197/67, que dispõe sobre a proteção à fauna.

Foram distribuídas 2.396 mudas nessa Estação; o Posto de Produção de Vargem Alta distribuiu 32.766.

Quanto à passagem da Reserva Florestal de Cornobols para o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, está deliberado que a mesma será transferida após o levantamento da área.

Com o propósito de obter o melhor resultado no desempenho de suas tarefas, os guardas florestais são submetidos a contínuo treinamento e recebem adequadas instruções.

Dentre outros trabalhos realizados devem ser mencionados os de arborização, de proteção a espécies animais ameaçadas de extinção, os de ampliação do mapa de Zoneamento Bioclimático do Estado, de produção de sementes, e ainda, projetos experimentais com peroba e palmito; projetos-linha sobre germinação de sementes e plantio em terreno sem sombreamento e adubação e, finalmente, um projeto para formação de plantas ornamentais.

DIVISÃO DE ECONOMIA RURAL

BOLETIM MENSAL

Iniciou-se a publicação do Boletim Mensal "Preços Agrícolas — Informações", com tiragem mensal de 280 exemplares, onde se divulgam:

- a) — Relação mensal de preços médios do mercado atacadista de Vitória, relativo a 45 produtos agropecuários (gêneros alimentícios);
- b) — Relação mensal de preços médios do mercado varejista de Vitória, relativo a 90 produtos (gêneros alimentícios);
- c) — relação mensal de preços médios, da Praça de Vitória, relativo a 125 fatores de produção;
- d) — Dados mensais de Recuperação, Venda Local, Exportação e Industrialização processadas nas 11 (onze) Cooperativas de Laticínios do Estado do Espírito Santo.

PREVISÃO DE SAFRA

As estatísticas baseadas em processos subjetivos e desatualizados, têm sido responsáveis por muitas importações desnecessárias e pela fixação de preços de custo nem sempre condizentes com a realidade, advindo daí, desestímulo às atividades agropecuárias.

Urgia, assim, de modo a que se evitassem conclusões imprecisas, distantes da realidade, obter apurações

estatísticas racionalizadas, nas quais seja possível confiar para decidir corretamente.

Foi com esse propósito firmado acordo com o IBC, pois suas estatísticas cafeeiras, de alto padrão técnico, são uma garantia de que os dados da agricultura e da pecuária exprimirão estados reais.

O plano da amostra, estendendo as indagações aos demais produtos de interesse da Secretaria de Agricultura, será preparado pelo IBC e formalizado de forma a permitir o conhecimento das cifras por Municípios e micro-regiões.

A Secretaria de Agricultura e a ACARES, com o seu pessoal, complementarão as equipes do IBC que, por amostragem, visitam as propriedades cafeeiras. Essas visitas se estenderão a todas as propriedades rurais do Estado, em três pesquisas anuais, a primeira de 1º a 15 de novembro e a 2ª de 1º a 15 de março e a 3ª de 1 a 15 de julho.

Nos dois levantamentos feitos em 1972, visitaram-se as 1.653 propriedades sorteadas, procedeu-se a crítica e revisão, listagem e mapeamento dos questionários, cuja apuração está entregue ao serviço de computação do IBC.

O Plano Estadual para Aplicação de Crédito Rural PESAC, para 1972, foi elaborado em atendimento às exigências do Banco Central do Brasil, tendo sido o mesmo objeto de análise e aprovação pela CEPA e, após, remetido ao Banco Central.

COOPERATIVISMO

No Setor de Cooperativismo, o Governo tem atendido a todos os elementos das Cooperativas do Estado tem participado de várias assembleias gerais e reuniões de Diretoria e, também, prestado assistência administrativa e contábil a algumas delas. Apropriadamente aparelhada a Divisão, com vistas ao Convênio Incra/Governo Estado do Espírito Santo, através de treinamento e recrutamento de técnicos, foi elaborado o Plano de Trabalho para o mesmo Convênio que, afinal, recebeu aprovação daquela Autarquia Federal. Todavia, todo esse trabalho foi perdido, em face da não efetivação do referido convênio. Ainda neste setor, cumpre ressaltar os trabalhos desenvolvidos pela Divisão para a instalação entre nós da Organização das Cooperativas do Estado do Espírito Santo (OCEES), ao qual o Governo dá total cobertura.

Acrescentem-se, ainda, os trabalhos da assistência técnica dada "in locum" pelo técnico da Divisão às seguintes Cooperativas:

- a) — Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro da Itapemirim;
- b) — Cooperativa Agrária dos Cafeicultores de Santa Teresa;
- c) — Cooperativas de Laticínios de São Mateus, Nova Venécia, Colatina e Alfredo Chaves.

Através do Convênio com o BANESTES, foram elaborados e encaminhados à sua Carteira Agrícola 23 (vinte e três) Planos de Crédito Rural Orientado, no montante de Cr\$ 1.676.249,03 (um milhão, seiscentos e setenta e seis mil duzentos e quarenta e nove cruzeiros, três centavos) dentro das seguintes Linhas de Crédito: Mecanização, Gado de Leite, Campos de Cooperação para produção de sementes, Horas de Trator do DERMA, Fruticultura de Clima Temperado e FERU.

Informação do Mercado Agrícola

Visando à instalação da Agência DIMAG no Espírito Santo, bem como o estabelecimento de um Convênio de que será executora a Divisão de Economia Rural, foram altamente positivos os resultados dos contatos e entendimentos mantidos com a Divisão de Informação do Mercado Agrícola do Ministério da Agricultura (Brasília e Guanabara). Com a próxima vinda de representante daquele órgão federal a Vitória concluir-se-ão as providências que levarão ao objetivo visado.

ACARES

Atua hoje com 288 servidores, sendo 142 nas atividades administrativas e 146 nas atividades técnicas. Nestas, 82 Extensionistas Agrícolas são de nível superior e 32 de nível médio, 16 Extensionistas Domésticas são de nível superior e 11 de nível médio, dispondo ainda, em outras atividades técnicas, de 3 servidores de nível superior e 2 de nível médio.

A entidade mantém constantes cursos de treinamento e atualização de conhecimentos de seu pessoal.

A ACARES cooperou na execução de atividades a cargo de outros órgãos, tais como pesquisas estatísticas e levantamento de dados sócio-econômicos do meio rural, nos ensaios de adubação do Projeto FAO-ANDAB-ABCAR, no Programa Super-Safra 71/72, nos Planos Nacionais de Sementes e de Revigoramento da Cafeicultura, e no Concurso de Produtividade do Milho promovido pela Secretaria de Agricultura, bem como na pesquisa da previsão de safra, segundo o plano de amostragem constante do acordo feito pela mesma Secretaria com o IBC.

A entidade atuou especificamente objetivando expandir a produção, motivar o agricultor para o uso das modernas técnicas, e na melhoria do sistema de comercialização, inclusive através do cooperativismo, especialmente em arroz, batata, feijão, milho, algodão, café, cana de açúcar, pimenta do reino, mamona, amendoim, soja, abacaxi, banana, citrus, tomate, na avicultura e na bovinocultura leiteira.

A avaliação da ACARES sobre os efeitos da sua assistência técnica, consta do Quadro n. 3.

O EFEITO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Quadro nº 3- Influência da Tecnologia Extensionista
no acréscimo do valor da produção.

PROJETOS	MENSURAÇÃO		Rend. (1.000 kg)		Produção (1.000 kg)		Aumento Prod. (1000 kg)	Acréscimo no valor da produção (Cr\$)
	ÁREA (ha)	CAB (Unid)	Comum	Com técnica	Comum	Com Técnica		
Arroz	6282		2,40	3,00	15.077	18.846	3.769	2.336.780,00
Batata	322		9,00	11,00	2.898	3.542	644	354.200,00
Feijão	1152		0,65	1,00	749	1.152	403	346.580,00
Milho	16116		1,50	1,80	24.174	29.009	4.835	1.498.850,00
Algodão	87		0,60	1,20	52	104	52	53.560,00
Café	1219		0,36	0,96	439	1.170	731	1.608.200,00
Cana de Açúcar	903		40,00	55,00	36.120	49.665	13.545	352.170,00
P. do Reino	43		0,60	2,00	26	86	60	180.000,00
Mamona	31		0,60	1,20	18	36	18	9.000,00
Amendoim	22		0,85	1,50	19	33	14	8.400,00
Soja	259		-	1,50	-	388	1	174.600,00
Abacaxi	655		6,00	12,00	3.930	7.860	3.930	1.965.000,00
Banana	1327		10,00	15,00	13.270	19.905	6.635	1.327.000,00
Citrus	766		2,40	3,60	1.838	2.758	920	155.600,00
Tomate-Oleric.	358		30,00	50,00	10.740	17.900	7.160	3.938.000,00
Bovin. Leiteira		28.000	0,60	1,20	16.800	33.600	16.800	9.240.000,00
Avicultura								
Ovos (duz.)		368.000	7	20	2.576.000	7.360.000	4.784.000	7.176.000,00
Carne		825.000	0,0012		990	1.485	495	1.732.500,00

COFAI

A Companhia de Fomento Agroindustrial — COFAI, sociedade de economia mista, órgão de apoio das atividades de modernização das práticas agrícolas, incumbiu-se especialmente, sem necessariamente limitar-se a isso, de levar ao meio rural os insumos que a moderna tecnologia da produção agropecuária reclama.

A quantidade de insumos vendidos dessa forma, ao mesmo tempo que reflete um estágio de desenvolvimento rural, também reflete o grau de eficiência dos órgãos incumbidos de promoverem o desenvolvimento cultural do produtor.

Teoricamente a COFAI deve suprir as deficiências do comércio convencional, na função de oferecer os produtos necessários ao desenvolvimento tecnológico da produção rural, o que poderia prejudicar-lhe a lucratividade. Sem embargo, vem a entidade sempre aperfeiçoando suas técnicas administrativas, atenta ao controle de estoques, à programação das compras, ao custo do transporte, aos fluxos de caixa, ao aperfeiçoamento das técnicas contábeis para a mais correta apuração dos resultados, conseguindo excelentes índices de liquidez.

A empresa, chamada pelo Governo Estadual, cooperou com diversas cooperativas que encerravam suas atividades por motivos diversos. Desta forma adquiriu o

estoque de insumos da Cooperativa Agrária de Santa Maria de Jetibá, da Cooperativa de Cafeicultores de Venda Nova e da Cooperativa de Cafeicultores de Itarana.

Entabulou negociações para adquirir as instalações da Centralcope, em cuja administração permaneceu por 42 dias, espaço de tempo que permitiu reanimar a exploração do frango de corte, já em fase de declínio.

Dentro da programação da Secretaria de Agricultura de dar sustentação às culturas não tradicionais, adquiriu toda a produção local de soja e sorgo cultivados no Estado, oferecidos pela comercialização.

Igualmente promoveu a comercialização do excedente da safra de abacaxi que ameaçava a produção de Itapemirim, colocando-a na rede de super-mercados da área do Grande Rio. Essa intervenção da Companhia no mercado, reanimou os compradores habituais, que se mantinham apáticos pela ausência da concorrência.

A COFAI, em 1972, passou a oferecer fertilizantes formulados para corrigir as deficiências de micro nutrientes frequentemente encontrados nos solos do Estado, tendo os técnicos aprovado a iniciativa.

Embora composto por valores monetários inflacionados, o Quadro n. 4 é um demonstrativo da evolução da aplicação de insumos modernos pelo nosso homem rural.

DEMONSTRAÇÃO DE VENDAS

EXERCÍCIO DE 1969, 1970, 1971 e 1972

(QUADRO Nº 4)

	1969 Cr\$	1970 Cr\$	1971 Cr\$	1972 (*) Cr\$
Implementos Agric. Ferram.	441.081,73	389.131,99	415.468,73	651.859,47
Produtos Veterinários	224.965,87	437.776,76	598.409,09	801.626,12
Corretivos/Fertilizantes	2.948,36	179.869,18	431.476,12	1.775.172,12
Sementes	343.187,06	395.412,36	1.132.763,23	1.707.889,93
Vacinas	3.032,80	135.704,79	230.041,29	355.185,61
Outras Mercadorias	5.472,05	232.581,28	473.675,22	472.163,38
Rações	954.171,42	1.600.600,29	2.447.720,82	2.913.427,47
Defensivos Agrícolas	10.029,38	495.161,15	754.518,15	925.559,87
T O T A I S	1.984.888,67	3.902.237,80	6.484.072,65	9.602.883,97

(*) Até 30.11.1972.

DERMAG

O Departamento de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola, ainda que por vezes construa estradas públicas da alçada do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem ou dos Municípios, normalmente opera dentro das suas atribuições específicas de prestar serviços aos agricultores.

No exercício de 1972 acusou 60.815 horas trabalhadas, 297 mais do que no ano anterior, no montante tarifário de Cr\$ 3.465.822,37 e a receita efetiva de Cr\$ 2.782.586,31.

Atuou em 42 municípios, atendendo a 616 agricultores.

Os serviços realizados foram os seguintes: movimento de terra, 6.170 m³; estradas novas, 478.440 m; estradas reformadas, 357.420 m; terraplanagem, terreiro e curral, 48.215 m²; aração e gradagem, 690,1 ha; barragem, 51.033 m³; desmonte e corte, 16.820 m³; desmatamento e destocamento, 2.614,2 ha; aterro, 242.242 m³; escavação, 74.885 m³; terraplanagem, 453.698 m³; tanque, 14.190 m²; recuperação área de plantio, 150.600 m²; abertura de ruas, 800 m; nivelamento de plantio, —; curva de nível, 48.550 m; carreadores, 30.350 m.

DEPARTAMENTO DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

A atividade de colonização é praticamente inexistente.

Há 12.862 processos tramitando no Departamento, tendo sido encaminhados a Cartório para lavratura das escrituras 1.051 processos. As medições procedidas somaram a área de 346.323.274,55 m².

DEPARTAMENTO DE AEROFOTOGRAMETRIA E FOTOINTERPRETAÇÃO

Em 1972, o Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação — DAF, com os recursos financeiros com que contou, realizou considerável número de trabalhos de mais alta qualidade dentro de sua especialidade, para atendimento de vários órgãos públicos e privados.

Apesar de significativo, fatores alheios a nossa vontade impediram que este número fosse mais expressivo e o DAF atingisse a expansão e dinamização prevista em 1971.

Como trabalho marcante e de alto interesse para o Espírito Santo realizado em 1972, é digno de registro

a elaboração do Inventário do Uso Agrícola Atual do Espírito Santo, em fase de relatório e impressão de mapas, que fornecerá dados reais sobre a cafeicultura e áreas florestadas no Estado, bem como outros valiosos subsídios indispensáveis à elaboração de um bom planejamento e execução de diversas atividades, principalmente as de caráter agrícola.

Até maio de 1972, o número de Servidores e suas respectivas situações funcionais e empregatícias no DAF, pode ser especificado da seguinte maneira:

I — Pessoal pertencente a outros órgãos (ACARES, INCRA, MA, SA) prestando serviços ao DAF mediante disponibilidade.

a) Pessoal Técnico:

- Engenheiro Agrº Fotointérprete (Diretor Geral) 1 (um)
- Engenheiro Agrônomo Fotointérprete . . 3 (tres)

b) Pessoal Administrativo e Auxiliar:

- Auxiliar Administrativo 1 (um)
- Motorista 1 (um)
- Contínuo 1 (um)

II — Pessoal Contratado sob regime CLT em caráter temporário:

- Fotogrametrista 1 (um)
- Auxiliar de Fotogrametrista 1 (um)
- Desenhista 1 (um)
- Contador 1 (um)

III — Pessoal prestando serviços ao DAF sem vínculo empregatício, remunerado através pro-labore por conta do Convênio IBC-GERCA/S.A.

- Auxiliar de Fotointerpretação 2 (dois)
- Desenhista 2 (dois)
- Auxiliar de Desenhista 1 (um)

IV — Pessoal sem vínculo empregatício permanente (contra-recibo).

- Engenheiro Cartógrafo 1 (um)

Por determinação de seu Conselho Deliberativo, o DAF realizou em princípios de maio de 1972, concurso público para regularização das atividades funcionais de seus servidores e preenchimento de alguns cargos que se fazia necessário de acordo com o seu Organograma de Pessoal. Após a realização e apuração deste concurso, a situação de pessoal do DAF passou a ser a seguinte:

I — Pessoal pertencente ao quadro do DAF:

- Engenheiro Agrônomo 1 (um)
- Fotogrametrista 2 (dois)
- Topógrafo 1 (um)
- Desenhista 2 (dois)
- Datilógrafo 1 (um)
- Contínuo 1 (um)

II — Pessoal contratado sob regime CLT em caráter temporário:

- Auxiliar de Topógrafo 1 (um)
- Contador 1 (um)

III — Pessoal pertencente a outros órgãos (ACARES, INCRA, MA, SA) prestando serviços ao DAF mediante disponibilidade.

a) Pessoal Técnico:

- Engenheiro Agrº Fotointérprete (Diretor Geral) 1 (um)
- Engenheiro Agrônomo Fotointérprete . . 3 (tres)

b) Pessoal Administrativo e Auxiliar:

- Auxiliar Administrativo 1 (um)
- Motorista 1 (um)
- Contínuo 1 (um)

IV — Pessoal sem vínculo empregatício permanente (contra-recibo).

- Engenheiro Cartógrafo 1 (um)

Dentro da modalidade "Serviços técnicos prestados" contou o DAF com a colaboração de assessores em questões referentes a Programação e Orçamento, Assuntos Administrativos Correntes e Jurídicos.

Ainda em 1972, sob a forma de estágio, prestaram serviços ao DAF, 4 (quatro) estudantes universitários do último ano de seus respectivos cursos.

2.2 — RECURSOS FINANCEIROS

2.2.1 — RECEITA

O orçamento do DAF previsto e aprovado para o exercício financeiro de 1972, foi da ordem de Cr\$.. 1.060.000,00 (um milhão e sessenta mil cruzeiros) compreendendo recursos provenientes de contribuição do Governo do Estado no montante de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros) e recursos gerados por este Departamento (Receita Industrial) no montante de Cr\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros), a serem empregados em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Da parte de orçamento referente a contribuição do Estado, foram entregues ao DAF Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), em dezembro de 1972.

Apesar das oscilações verificadas durante o ano por parte do mercado de trabalho e o não recebimento de alguns serviços executados para órgãos públicos, a Receita Industrial ultrapassou o esperado, o que possibilitou ao DAF embora com alguma dificuldade, saldar todas suas despesas correntes e adquirir alguns equipamentos e um veículo indispensáveis à produção de novas rendas.

Os recebimentos verificados durante o exercício de 1972 acham-se discriminados abaixo.

	Cr\$
1.3.1 Receita de Serviços Industriais	375.061,71
1.4.6 Contribuições do Estado ..	
a) última parcela exercício/71	10.000,00
b) Contribuições exercício/72	50.000,00
— Contribuições Sociais —	
Servidores do DAF	15.747,85
— CAIXA	
Saldo do exercício anterior	59.954,36
TOTAL (Receita Orçamentária e Extra-Orçamentária)	510.763,92

3 — DESPESA

O orçamento das Despesas por elementos para o exercício de 1972, ficou assim distribuído:

	Cr\$
3.1.1 — Pessoal Civil	395.544,00
3.1.3 — Material de Consumo	33.900,00
3.1.4 — Serviços de Terceiros	122.358,00
3.1.5 — Encargos Diversos	76.100,00
3.1.6 — Despesas de Exercícios Anteriores	33.000,00
3.2.5 — Salário Família	500,00
3.2.8 — Contribuições p/Previdência Social	72.298,00
4.1.2 — Equipamentos e Instalações	181.300,00
4.1.3 — Material Permanente	45.000,00

A despesa efetiva por elemento verificada no exercício de 1972, foi a seguinte:

3.1.1 — Pessoal Civil	165.301,87
3.1.3 — Material de Consumo	19.825,72
3.1.4 — Serviços de Terceiros	94.793,07
3.1.5 — Encargos Diversos	48.655,95
3.1.6 — Despesas de Exercícios Anteriores	2.989,07
3.2.5 — Salário Família	240,00
3.2.8 — Contribuições p/Previdência Social	42.638,88
4.1.2 — Equipamentos e Instalações	59.266,83
4.1.3 — Material Permanente	7.859,21

SOMA Cr\$ 441.570,60

— RESTOS A PAGAR	40.000,00
— Recolhimento de Contribuições Sociais dos Servidores	14.016,74
— SALDO EM CAIXA (31.12.72)	15.176,58

TOTAL Cr\$ 510.763,92

4 — CONVENIO IBC-GERCA/S.A.

Os recursos e despesas referentes ao Convênio IBC-GERCA S.A. para execução do Inventário do Uso Agrícola Atual do Estado do Espírito Santo, durante o exercício de 1972, como nos anos anteriores, foram contabilizados em separado, da receita, uma vez que oficialmente a prestação de contas relativas aos trabalhos desse Convênio está afeta diretamente à Secretaria de Agricultura, sendo a movimentação da verba feita pelos executores do Convênio designados pelos citados órgãos, de acordo com um Plano de Aplicação Específico.

Os recursos e despesas verificados em 1972 com os trabalhos do Convênio foram:

	Cr\$
RECURSOS — 1972	127.539,06
DESPESAS — 1972	127.539,06

Discriminação das Despesas:

Pro-labore aos técnicos	84.992,64
Locomoção e Diárias	39.764,20
Eventuais (Material de Consumo)	2.782,22
TOTAL	Cr\$ 127.539,06

5 — ATIVIDADES

As atividades executadas pelo DAF durante o exercício de 1972, podem ser distribuídas de acordo com o esquema abaixo:

5.1 — SERVIÇOS EXECUTADOS

5.1.1 — Serviços executados para o Rio Doce Madeiras S/A. — DOCEMADE.

5.1.1.1 — Conclusão da restituição aerofotogramétrica na escala 1:5.000 de área do município de São Mateus — ES.

5.1.1.2 — Término do fotocadastro de propriedades rurais em área de 200 km² no município de São Mateus — ES.

5.1.1.3 — Confecção de fotomosaicos em escala 1:25.000 abrangendo área de 7.600 km² da região Nordeste do Estado do Espírito Santo.

5.1.1.4 — Montagem dos fotomosaicos citados acima, em escala reduzida para 1:100.000.

5.1.1.5 — Mapeamento da cobertura vegetal existente na área referida no item 5.1.1.3, utilizando-se como base cartográfica os fotomosaicos reduzidos.

5.1.2 — Término dos serviços referentes a restituição aerofotogramétrica na escala 1:2.000 de área nos municípios de Cariacica e Vila Velha — ES., para a Companhia Espírito Santense de Saneamento — CESAN.

5.1.3 — Conclusão dos serviços relativos a restituição aerofotogramétrica de área do Campus Universitário da UFES.

5.1.4 — Restituição aerofotogramétrica de áreas pertencentes a AGROSUCO INDUSTRIAL S/A., nos municípios de Aracruz e Serra — ES.

5.1.5 — Restituição aerofotogramétrica na escala 1:2.000 em áreas de interesse da Superintendência de Polarização dos Projetos Industriais — SUPPIN, no município de Serra — ES.

5.1.6 — Restituições aerofotogramétricas nas escalas 1:2.000 e 1:5.000 de diversas propriedades particulares em alguns municípios do Estado (Domingos Martins, Guaçuí, Guarapari, Vila Velha e Vitória).

5.1.7 — Delimitação de áreas com diferentes graus de declividade nas bacias dos rios Viçosa e Viçosinha, para a Secretaria de Agricultura.

5.1.8 — Determinação de referências de nível em diversos pontos do Território espírito-santense, através levantamento barométrico, para o Serviço Regional de Assistência a Cafeicultura do IBC-GERCA no Estado do Espírito Santo (SERAC-E.S.).

5.1.9 — Confecção de plantas representativas do modelado do terreno, compreendendo o traçado da planimetria e curvas de forma, em áreas de ação da Associação de Crédito e Assistência Rural Espírito Santo — ACARES.

5.1.10 — Elaboração de memoriais descritivos de propriedades adquiridas pela AGROSUCO INDUSTRIAL S/A.

5.1.11 — Determinação e localização das áreas de concentrações cafeeiras situadas no Estado do Espírito Santo, para a Secretaria de Agricultura.

5.1.12 — Levantamento e mapeamento por município das áreas de concentrações das principais culturas existentes no Estado, para o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo — BANDES.

5.1.13 — Confecção de mosaicos aerofotográficos na escala 1:25.000 de área de interesse da Companhia Ferro e Aço de Vitória — COFAVI, abrangendo parte dos municípios de Cariacica, Domingos Martins, Viana, Vila Velha e Vitória.

5.1.14 — Montagem de painel com fotomosaicos de parte central da região da Grande Vitória, para a Secretaria de Segurança.

- 5.1.15 — Execução de trabalhos diversos, compreendendo: Traçados de rede de drenagem e sistema viário, confecção de pequenos mosaicos, orientações técnicas, etc. . . .

5.1.16 — **CONVENIO IBC-GERCA/S.A.**

Durante o exercício de 1972, em cumprimento ao Convênio IBC-GERCA/S.A. para execução do Inventário do Uso Agrícola Atual do Estado do Espírito Santo, foram executadas as seguintes atividades:

- 5.1.16.1 — Conclusão dos trabalhos de fotointerpretação (mapeamento, verificação de campo e revisão) referentes as foto-imagem das categorias consideradas e especificadas abaixo:

- cn — café novo não em nível
- cn — café novo em nível
- cf — café formado não em nível
- cf — café formado em nível
- cd — café decrépito
- Fn — floresta natural
- Fa — floresta artificial
- Cap — capoeira.

- 5.1.16.2 — Conclusão do traçado das redes de drenagem e viária existentes no Estado.
- 5.1.16.3 — Inspeção quantitativa e qualitativa dos fotomosaicos referentes a cada um dos municípios do Estado.
- 5.1.16.4 — Traçado dos limites municipais e estaduais nos fotomosaicos.
- 5.1.16.5 — Justaposição sobre os fotomosaicos das imagens mapeadas em papel acetado nas fotografias e confecção dos "overlays".
- 5.1.16.6 — Comutação das áreas das imagens fotográficas, referentes a cada uma das categorias do mapeamento considerados, e cálculo das áreas reais correspondentes.
- 5.1.16.7 — Confecção de "overlays", destacando em coloração preta todas as imagens relativas a cafezais, visando a representação cartográfica na escala 1:400.000.

6 — CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do DAF — CONDAF, a exemplo do ano anterior, no exercício de 1972 contribuiu de maneira decisiva para o bom desempenho das atividades deste Departamento.

Os representantes dos órgãos que o constituem permaneceram os mesmos do exercício passado, mudando apenas a pessoa que o secretaria.

No período de janeiro a dezembro de 1972, o CONDAF reuniu-se 33 vezes, sendo 24 reuniões ordinárias e 9 extraordinárias.

6.1 — ASSUNTOS TRATADOS

- 6.1.1 — Apreciação dos Balancetes do DAF referentes aos exercícios de 1971 (outubro a dezembro) e 1972 (janeiro a agosto).
- 6.1.2 — Fixação do quantitativo de vagas para preenchimento dos diversos cargos existentes no

DAF, de acordo com o seu Organograma Funcional.

- 6.1.3 — Apreciação do Orçamento Analítico do DAF para o exercício de 1972.
- 6.1.4 — Realização do concurso público para preenchimento do quadro de pessoal do DAF.
- 6.1.5 — Reformulação do Orçamento para 1972.

6.2 — RESOLUÇÕES

- 6.2.1 — Aprovação dos Balancetes referentes a outubro a dezembro de 1971 e janeiro a agosto de 1972.
- 6.2.2 — Aprovação do quantitativo de vagas para os cargos existentes no DAF.
- 6.2.3 — Aprovação do Orçamento Analítico para 1972.
- 6.2.4 — Autorização para realização de concurso público.
- 6.2.5 — Realização de transferência de recursos dentro do orçamento do DAF.

7 — CONCLUSÕES:

7.1 — No exercício de 1972, houve uma grande oscilação por parte do mercado de trabalho no que diz respeito a utilização dos serviços técnicos especializados do DAF, o que determinou consequentemente a sensível variação mensal verificada em sua Receita Industrial, que no período de julho a outubro teve seus valores mínimos.

7.2 — Em 1972, os trabalhos relativos ao término do Inventário do Uso Agrícola Atual do Espírito Santo, limitaram as atenções do DAF para a obtenção e realização de outros serviços.

7.3 — A demora por parte das firmas executoras das coberturas aerofotográficas da região da Grande Vitória e do Estado do Espírito Santo em atender os pedidos de aquisição de materiais fotográficos provenientes das citadas coberturas, tem determinado um retardamento na execução de vários serviços desempenhados pelo DAF, principalmente os referentes às restituições aerofotogramétricas.

7.4 — É imprescindível que se conscientizem e motivem os órgãos públicos e empresas privadas atuantes no Estado, em relação aos reais benefícios e vantagens trazidos pela utilização de aerolevantamentos executados pelo DAF, quer sob o ponto de vista qualitativo, quer sob o ponto de vista econômico, quando comparados com os métodos tradicionais de levantamentos.

7.5 — A carência de recursos tem impedido que o DAF promova um melhor aperfeiçoamento de seus técnicos e realize um maior trabalho de divulgação e motivação, empreendimentos estes tão necessários à expansão de suas atividades.

7.6 — Para certas finalidades, tais como o uso atual do solo, cadastramento de propriedades, etc., a não utilização a curto prazo do material fotográfico proveniente da cobertura aerofotográfica do Estado do Espírito Santo realizada no período de 1970-1971, determinará a perda de sua validade como fonte de informações.

**DEMONSTRATIVO FINANCEIRO-ORÇAMENTARIO
EXERCÍCIO: 1972**

RECEITA

RECEITAS CORRENTES

Receita Industrial	
Receita de Serviços Industriais	375.061,71
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
Contribuições do Estado	60.000,00

CONSIGNAÇÕES DIVERSAS

Contribuições dos Servidores do DAF, para
o INPS, IMP. de RENDA, IMP. SINDI-
CAL, IPAJM 15.747,85

CAIXA

Saldo do Exercício Anterior 59.954,36

TOTAL Cr\$ 510.763,92

DESPESA

Cr\$

3.1.1. — Pessoal Civil 165.301,87
3.1.3 — Material de Consumo .. 19.825,72
3.1.4 — Serviços de Terceiros .. 94.793,07

3.1.5 — Encargos Diversos 48.655,95
3.1.6 — Despesas de Exerc. An-
teriores 2.989,07
3.2.5 — Salário Família 240,00
3.2.8 — Contrib. p/Previdência
Social 42.638,88
4.1.2 — Equipamentos e Insta-
lações 59.266,83
4.1.3 — Material Permanente .. 7.859,21 441.570,60
RESTOS A PAGAR 40.000,00 40.000,00

CONSIGNAÇÕES DIVERSAS

Recolhimento das contribuições dos Servido-
res do DAF, para o INPS, IMP. RENDA,
I.SINDICAL, IPAJM 14.016,74
CAIXA — Saldo do exercício de 1972 15.176,58

TOTAL Cr\$ 510.763,92

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

O ano de 1972 encontrou a Secretaria de Educação e Cultura às voltas com o planejamento e implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, delineada na Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971.

A sistemática aplicada ao planejamento, coordenação, execução e avaliação das diversas atividades desenvolvidas pela Secretaria, na gestão anterior, conseguiu um entrosamento e flexibilidade nunca dantes alcançados, o que lhe permitiu um desempenho tal, que coloca não apenas a burocracia, como também a própria administração em padrão de elevada eficiência.

Dando continuidade a essa sistemática, a Secretaria caminhou e caminha a passos largos na implantação integral da Reforma do Ensino, adequando, inclusive, a própria estrutura administrativa da Pasta educacional às necessidades mais prementes do momento histórico brasileiro que vivemos.

Assentada firmemente sobre a dinâmica executiva, pôde a Secretaria de Educação e Cultura no ano de 1972 alcançar os resultados que, em cada qual dos seus setores, a seguir se descrevem.

I — DIVISÃO DE ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO E FUNDAMENTAL

O advento da Reforma de Ensino veio efetuar na Divisão de Ensino Pré-Primário e Fundamental, algumas mudanças básicas. Visando a descentralização e simplificação dos trabalhos, foi extinta a Diretoria do Ensino Primário, com o aproveitamento do seu pessoal, que foi remanejado dentro da nova Divisão.

Como metas prioritárias a Divisão tratou de levantar a situação global dos Estabelecimentos que compõem a Rede Oficial de Ensino, e baseada nas condições encontradas, foram realizadas diversas atividades de ordem técnico-administrativa, destacando-se as seguintes:

a — Levantamento das necessidades de construção, ampliação e reparos de estabelecimentos da rede oficial de todo o Estado, através dos Núcleos de Supervisão com posicionamento da extensão das obras carentes e, em escala de prioridade;

b — Levantamento da situação de serventes lotados nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas de Aplicação, planejamento da redistribuição, e novas lotações através da determinação de excesso de déficit;

c — Adoção de critérios para renovação de Convênios com Entidades particulares para funcionamento de classes primárias e de excepcionais;

d — Atendimento concentrado às classes de 1º e 2º níveis;

e — Recuperação de alunos remanescentes;

f — Realização de Cursos de Especialização e Habilitação;

Atendidos 1.269 participantes
Atualização — 50 Municípios

Atendidos — Vitória, Vila Velha e Cariacica — Estudos Adicionais — Vitória, Vila Velha, Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim — Reciclagem

Classes

e) Implantação do ensino de 1º grau na Rede Oficial de Ensino 184
f) Construção e reforma de prédios escolares;
g) Confecção de Mapas de distribuição.

I — 2 — SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE EXCEPCIONAIS

Súmula da Situação Educacional e das Atividades

a — Classes Especiais	74
b — Professores em Classes Especiais	74
c — Escola Especial	1
d — Professores em Escola Especial	10
e — Escolas em Convênio	4
f — Professores em Escolas em Convênio	88
g — Alunos atendidos durante o ano	937
h — Visitas a Estabelecimentos	206
i — Reuniões Pedagógicas	13
j — Reuniões da Equipe do Serviço	6
l — Palestras	14
m — Alunos submetidos a teste de acuidade visual	1.634

I — 3 — DIRETORIA DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

Súmula das Atividades de 1972

a — Obras concluídas em Estabelecimentos dos municípios de Pinheiros, Guarapari, Apicá e Conceição da Barra;

b — Ampliação, reconstrução, restauração e modificação em Jardins de Infância de Guarapari, Rio Novo do Sul, Domingos Martins, Vitória, Muqui e Nova Venécia;

c — Convênios firmados com Jardins de Infância de Vitória, Conceição do Castelo, Pluma e Cariacica;

d — Termos Aditivos aos Convênios com Jardins de Infância em Barra de São Francisco e Colatina;

e — Inaugurações em Conceição da Barra e Santa Leopoldina;

f — Concurso de Remoção de Professor Pré-Primário;

g — Reuniões para orientação técnica e administrativa;

h — Promoção do 1º Encontro de Professores Pré-Primários no Espírito Santo;

i — Providências junto ao Instituto de Educação no sentido de que fosse incluído em sua programação o Curso de Habilitação Específica para o Magistério — Jardim de Infância, de acordo com o Parecer 349/72 do Conselho Federal de Educação;

j — Elaboração do Plano do Curso acima referido, na parte que se refere a Formação Especial — 425 horas, em atendimento à solicitação daquele Estabelecimento;

l — Participação como representante do Espírito Santo, na IX Semana Nacional de Estudos sobre o Pré-Escolar, na Guanabara;

m — Providências com relação ao preenchimento das 12 Bolsas de Estudo para o Curso de Ballet, de acordo com o Convênio firmado entre esta Secretaria e Lenira Borges — Ballet Studio.

RESUMO DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL DO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO EM 1972

a — Parques Infantis	2
b — Jardim de Infância	43
c — Jardins de Infância em Convênio	12
d — Alunos em Estabelecimentos Oficiais	7.639
e — Alunos dos Jardins de Infância	841
f — Professores Pré-Primários	253
g — Educadores Musicais	8
h — D.E.N. em Jardim de Infância em Convênio	30
i — D.E.N. em classes vagas	45
j — D.E.N. em substituição	51
l — Classes em Estabelecimentos Oficiais	289
m — Classes em Estabelecimentos em Convênio	30
n — Prédios Próprios	35

o — Prédios cedidos	10
p — Prédios Alugados	1
q — Salas de Aula	143

II — DIVISÃO DE ENSINO MÉDIO

A Divisão do Ensino Médio sofreu um desdobramento em 1972, cedendo o curso ginásial à Divisão do Ensino Pré-Primário e Fundamental. Apesar disso suas atividades não se limitaram apenas ao curso colegial ou 2º grau, abrangendo ainda nessa fase da implantação da Reforma do Ensino, os dois setores do 1º e 2º graus.

Os contatos mantidos por diretores, professores e secretários de colégios com a Divisão durante o exercício de 1972 foram satisfatórios apesar da carência de pessoal, seja quantitativa ou qualitativamente.

Foram as seguintes as atividades dessa Divisão:

a — Participação ativa e efetiva no Encontro realizado pelo "Sindicato de Professores de Ensino Comercial" sobre a Reforma de Ensino.

b — Encontro de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Médio realizado no "Instituto de Educação Professor Fernando Duarte Rabello".

c — Visita para Orientação Técnica e Administrativa aos Municípios de: Guarapari, Guaçu, Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Mimoso do Sul, Muqui e Vila Velha;

d — Realização de duas reuniões com a Direção do Instituto de Educação "Professor Fernando Duarte Rabello" para estudo do Regimento Interno e análise e discussão dos objetivos desse estabelecimento de Ensino em face das outras Escolas Normais do Estado.

e — Realização dos Concursos de Ingresso e Remoção dos Professores do Ensino Médio, constando as seguintes vagas:

Discriminação	1º Ciclo	2º Ciclo	Total
Vagas Existentes	422	159	681
Vagas Preenchidas ..	83	70	153
Vagas Restantes	339	89	428

f — Realizações de um levantamento para verificação dos cargos vagos, do pessoal administrativo e técnico do Ensino Médio, conforme especificação abaixo:

Discriminação	Vagos	Lotação por Concurso de Remoção	Nomeação por Concurso	Contratos Novos	Contratos Renovados
PROFESSORES	330	59	—	—	—
C. ADMINIST.	198	—	—	182	230
SERVENTE	—	—	66	—	—
TOTAL	528	59	66	182	230

g — Transferência da sede do Divisão do Ensino Médio das instalações situadas na Avenida Beira Mar (Sede da Secretaria de Educação e Cultura), para o 2º andar do Edifício São Jorge, onde permanece;

h — Participação da Divisão do Ensino Médio no 1º Encontro de Professores e Orientadores de Moral e Cívica em Goiânia;

i — Reuniões várias com os Professores dos Colégios Estaduais de Vitória, objetivando a elaboração dos novos Currículos para o Ensino do 2º Grau;

j — Realização de um estudo objetivo da pesquisa na comunidade de Maruípe com a finalidade de instalação de um Centro Educacional;

l — Seleção de 48 professores candidatos do Espírito Santo aos cursos patrocinados pela "CECIGUA";

m — Realização no CETAPES de um Curso de Ciências;

n — Realização de um levantamento na DEM para verificação do gasto por aluno nos vários cursos de nível médio.

DESPESA COM ALUNO E CURSO

Discriminação	Ginásial	Científico	Normal	Total
NÚMERO DE ALUNOS	27.134	4.968	4.937	37.039
CUSTO POR CURSO	10.293.282,90	1.884.610,80	1.872.850,95	14.050.744,65

Custo por aluno em 1971, sem computar pagamentos de exercícios anteriores .. Cr\$ 379,35

o — Elaboração de uma relação das habilitações profissionais nos setores primário, secundário e terciário da economia, abrangendo atividades agro-pecuárias, comerciais, industriais, sanitárias, alimentares, administrativas e de transporte;

p — Concessão de Bolsas de Estudos no valor de Cr\$ 18.570,00

Abaixo discriminados:

Colégio Salesiano Cr\$ 13.100,00
Colégio Americano Cr\$ 4.110,00

Colégio Maristas Nossa Senhora da Penha Cr\$ 500,00
Escola Técnica Comércio Capixaba Cr\$ 160,00
TOTAL Cr\$ 18.570,00

DESPESA ANUAL DO ENSINO MÉDIO

Vencimentos, Gratificação Adicional, Gratificação — Nível Universitário, Gratificação Assiduidade, Salário Família, Funções Gratificadas Cr\$ 8.051.145,12
Aulas Extraordinárias Cr\$ 4.081.280,03
Substituições Cr\$ 294.517,03
C.L.T. Cr\$ 1.256.099,29
Material de Consumo Cr\$ 257.816,41
Exercícios Anteriores Cr\$ 109.979,93
TOTAL Cr\$ 14.050.825,81

Dois diretores estiveram em exercício na Diretoria de Ensino Normal durante o ano de 1972: primeiro o Professor Ruy Barbosa, que, ainda em período de adaptação, afastou-se, sendo colocado à disposição da Inspetoria Estadual de Ensino. Na mesma data, 21 de agosto, assumiu a chefia a Professora Maria Meila Geaquinto. Na ausência do Professor Ruy Barbosa durante o mês de julho, respondeu pela Chefia, em caráter particular, a Professora Nemyr Menezes Pagani, designada pela Chefe da D.E.M.

Encontram-se em funcionamento 69 Estabelecimentos de Ensino Normal, sendo 33 oficiais e 36 particulares.

A Diretoria de Ensino Normal, realizou em 1972 as seguintes atividades:

a) Visitas de Inspeção e Supervisão aos seguintes Estabelecimentos:

- Escola Normal "Hugo Viola"
- Escola Normal "São Judas Tadeu"
- Escola Normal da Serra (particular)

b) Orientação às Escolas Normais acerca do Ensino Normal;

c) Orientação sobre a Reforma do Ensino;
d) Análise dos Currículos e carga horária das Escolas Normais Oficiais do Espírito Santo;
e) Levantamentos nas Escolas Normais oficiais para verificação da situação do pessoal docente e administrativo;

f) Várias reuniões no Instituto de Educação "Prof. Fernando Duarte Rabello", com o fim de analisar e discutir o problema da filosofia de Educação adotada por aquele Estabelecimento. Discute-se ainda a necessidade de ser elaborado um regimento interno para Estabelecimento.

g) Realização de várias palestras por ocasião da Semana da Normalista nas seguintes Escolas Normais:

- Escola Normal Conde de Linhares
- Escola Normal Elísio Imperial
- Escola Normal da Serra
- Escola Normal Jerônimo Monteiro

III — ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior promovido pelo Estado, no Espírito Santo, encontra-se ainda engatinhando, porém de maneira decisiva vai se expandindo, não apenas quantitativa, mas sobretudo qualitativamente, procurando atingir uma faixa cada vez maior da população capacitável escolarizável a nível superior, e contribuir intensamente para o progresso dos diversos setores da vida do Estado do Espírito Santo.

Apresentamos a seguir o relatório sucinto das Escolas Superiores do Estado.

III — 1 — FACULDADE DE FARMÁCIA E BIOQUÍMICA DO ESPÍRITO SANTO

A Faculdade de Farmácia e Bioquímica do Espírito Santo, cuja importância na vida da nossa população é indiscutível se bem que ainda não tenha alcançado um nível de funcionamento à altura das exigências regionais do meio onde atua, vem cumprindo razoável desempenho didático-pedagógico.

Suas atividades, superadas as dificuldades conjunturais ainda existente, deverão fluir normalmente dentro do esquema estabelecido, conforme especificação abaixo:

Exames Clínicos:

- a) Parasitológicos
- b) Microbiológicos
- c) Bioquímicos
- d) Hematológicos

Exames Toxicológicos e Peritagens Legais

Exames Bromotológicos

- a) Leite
- b) Bebidas
- c) Doces
- d) Conservas em geral

Exames de água para consumo e do mar

Exames de pureza e qualidade

Controle de Insumos para uso Farmacêutico

Controle de Poluição Atmosférica

Classificação Geral das plantas, especificamente daquelas que contenham substâncias medicamentosas. Outras atividades afins

INDUSTRIALIZAÇÃO — Fabricação de:

Analgésicos
Antitérmicos
Antibióticos
Anti-Helmínticos
Sulfas

Outros medicamentos também de uso constante no tratamento dos males mais comuns que atingem a coletividade.

COMERCIALIZAÇÃO

Farmácia-Piloto, com atendimento em função dos convênios a serem celebrados com outras instituições que necessitam de colaboração da Faculdade.

III — 2 — ESCOLA SUPERIOR DE AGRONOMIA DO ESPÍRITO SANTO

A entidade educativa a que nos referimos agora, foi criada em 1969 e seu concurso vestibular foi realizado em março de 1971, iniciando-se o ano letivo no prédio do Colégio Estadual e Escola Normal "Aristeu Aguiar".

A transferência para um prédio próprio só se deu início em outubro, passando o seu funcionamento a estabelecer-se mais dentro de uma esquemática traçada, a qual sofre necessariamente agora, o problema geral de manutenção, que atinge todo o ensino brasileiro.

SITUAÇÃO EDUCACIONAL DA ESCOLA

A Escola possui um corpo docente composto de 12 professores.

O Corpo Discente conta com 77 alunos.

A dotação orçamentária da Escola em 1972 foi da ordem de Cr\$ 1.038.601,00 (um milhão, oito mil e seiscentos e um cruzeiros).

PERSPECTIVAS PARA 1973/74

Laboratórios de Química Analítica, Orgânica e Biológica.

Laboratório de Física de solos
Laboratório de Anatomia
Laboratório de Zoologia

III — 3 — ESCOLA DE MÚSICA DO ESPÍRITO SANTO

A Escola de Música do Espírito Santo apresentou no exercício de 1972 uma programação intensa, procurando adaptar-se ao novo regime adotado nas Universidades, agora implantando a Reforma Universitária nos seus antigos sistemas.

Foram as seguintes as suas atividades:

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E DOCENTES

- Realização de Concurso Vestibular para novos cursos de graduação em Piano, Violino e Canto.
- Realização de Concurso Vestibular também para os Cursos preparatórios.
- Adoção do Regime de Crédito para os alunos matriculados no curso de Graduação.
- A maior parte dos alunos se apresentou em Recitais, em face do novo sistema de aprovação adotado pela Escola.
- Organização e Catalogação de livros e discos em fichários próprios.
- Elaboração de Propostas Orçamentárias, Orçamento Analítico, Balancetes, Relatórios, Balanço Patrimonial e outros.
- Aquisição de Material Permanente, incluindo partituras musicais diversas, livros didáticos, instrumentos musicais, 1 coleção MOSARI e 49 LPS diversos.
- Diversas atividades burocráticas incluindo ofícios, editais, instruções de serviços, errata, contratos e aditivos, convites etc.
- Diversas reuniões do corpo docente.

OBSERVAÇÃO: — A Escola de Música do Espírito Santo possui um corpo discente de 233 alunos.

ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS

- Aula Inaugural de 1972
- Recital no Teatro da A.E.I.
- Apresentação do Duo Camerístico
- Apresentação da Orquestra da Escola de Música em Colatina.
- Apresentação do Coral e Orquestra da Escola de Música do Espírito Santo.
- Realização da "Semana da Música"
- Apresentação do Quarteto de Cordas da Escola de Música do Espírito Santo.
- Apresentação do Conjunto de Violinos.

ATIVIDADES DIDÁTICAS

- Visita de Professores da Escola de Música a Estabelecimentos de Ensino de Vitória.
- Participação da Escola de Música da Banca Examinadora para a seleção de Bandas, em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.
- Participação do Professor da Escola na Seleção de candidatos a Bolsa de Estudos para o curso da Escola de Ballet.

— Participação da Escola de Música do Espírito Santo no 1º Seminário Internacional de Música Erudita em Porto Alegre.

IV — DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

As atividades realizadas pela Divisão de Administração e Encargos Diversos no exercício de 1972, que se

seguem abaixo discriminadas, superaram em muito as expectativas, especialmente se levarmos em consideração a carencia de pessoal quantitativa e qualitativamente. Apesar desse fator transtornante, o funcionário está consciente de seu papel dentro da estrutura e produtividade de serviços, como o melhor instrumento para um bom relacionamento. SECRETARIA/PUBLICO. Isso é de importância capital para a existência e bom funcionamento dessa Divisão, uma vez que a maior parte do seu trabalho diz respeito ao atendimento ao público.

Foram as seguintes as atividades realizadas:

IV — 1 — DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Serviço de Pessoal

O Serviço de Pessoal conta com quarenta e um servidores para a execução das atribuições inerentes à sua competência, distribuídos nos setores de Pessoal Docente, Pessoal Administrativo e Pessoal Contratado, assim relacionado:

- 3 (três) Chefes
- 4 (quatro) Oficiais Administrativos
- 15 (quinze) Auxiliares Administrativos
- 1 (um) Técnico em Contabilidade
- 14 (quatorze) Professores Primários
- 1 (um) Docente Primário
- 2 (dois) Auxiliares de Gabinete
- 1 (um) Servente.

a — Revisão do cadastro do pessoal técnico e administrativo;

b — Fichário de cargos em comissão, de diretores de estabelecimento e dos demais cargos administrativos;

c — Lotação numérica e nominal dos cargos das diversas unidades orçamentárias da SEC;

d — Elaboração e impressão da nova ficha de assentamentos funcionais;

e — Atualização dos registros funcionais dos docentes de emergência, interrompidos a partir do ano de 1969;

f — Melhoria dos registros das fichas de Professores de Ensino Médio e de Regente de Aulas Extraordinárias, com informações colhidas através da análise do "Quadro Mensal de Movimento do Pessoal", dos poucos estabelecimentos de Ensino Médio que nos remeteram com assiduidade.

g — Curso de treinamento para funcionários da SEC, denominado "Curso 01 — Fundamentos de Legislação e Noções Elementares de Administração", a duas turmas de alunos, em períodos distintos;

h — Foram mantidos contactos com a E.B.A. da Fundação "Getúlio Vargas", objetivando o treinamento de três funcionários, através de cursos de pequena duração, sobre os assuntos: Organização e Funcionamento de Protocolo, de Arquivo e Administração de Material;

i — Realização dos Concursos de Remoção de Professores Primários e de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário, apresentando o seguinte número de inscritos assim discriminados:

REMOÇÃO	2.673
INGRESSO E REINGRESSO	1.311

j — Organização de novos cadastros de cargos e de pessoal e reconstituição dos que se encontravam esfacelados;

l — Revisão de fichas funcionais visando correção e complementação de registros;

m — Apuração e adoção de providências legais, com referências a funcionários em situação irregular;

n — Padronização de informações sobre assuntos rotineiros, de forma a obter tramitação mais rápida dos processos;

o — Seleção dos processos cujos assuntos devem, realmente, ser examinados pelo Serviço de Pessoal a fim de evitar desperdício operacional;

p — Adoção de pequenas medidas de orientação aos diretores de estabelecimentos e supervisores de ensino, no sentido de evitar informações erradas e contradições, principalmente com referência a exercício de funcionários.

A Diretoria de Administração ainda enfrentou o problema de afastamento dos docentes das salas de aula. No caso do professor pré-primário, primário e de educação física, a substituição foi feita mediante a cooperação do docente de emergência, tendo havido nomeações de substitutos apenas nos casos em que o substituído se afastou sem ônus para o Estado.

No caso do Professor de Ensino Médio o problema do afastamento foi resolvido pela designação do Regente de Aula Extraordinária.

Foi a seguinte a movimentação de substituições em 1971/72:

Ano	Regente de Aulas Extraordinárias	DOCENTE DE EMERGENCIA	
		Normalistas	Leigo
1971	2.547	3.993	4.288
1972	3.602	2.151	2.824

O Cadastro de servidores da Secretaria de Educação e Cultura acusa os seguintes números:

Ano	Total	Efetivo	Comissão	Substituto	Contratado
1971	12.680	11.304	38	353	985
1972	13.537	12.217	55	485	780

V — DIVISÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DA EDUCAÇÃO

A Divisão de Serviços Auxiliares da Educação em 1972 partiu para um trabalho mais harmonioso e mais objetivo, exigindo das Diretorias que a compõem um Plano de Trabalho que pudesse promover o maior entrosamento de idéias entre aqueles órgãos e a Chefia.

V — 1 — DIRETORIA DE RECURSOS AUDIOVISUAIS

Foi desenvolvida por essa Diretoria toda uma gama de recursos de aprendizagem audiovisual, permitindo um desenvolvimento mais harmonioso no intelecto do aluno e sua mais fácil integração no ambiente escolar.

A Diretoria de Recursos Audiovisuais desenvolveu as seguintes atividades:

a — Atendimento a professores e órgãos de administração pública;

b — Preparação de painéis e murais didáticos;

c — Confecção de apostilas e boletins;

d — Confecção de um sem número de cartazes;

e — Confecção de desenhos e ilustrações, organogramas, albuns seriados, etc.;

f — Treinamento no manejo dos equipamentos e orientação técnica na utilização dos recursos audiovisuais;

g — Realização de palestras e aulas;

h — Planejamento e realização de estágios e treinamentos;

i — Realização de um Concurso de Arte Infanto-Juvenil, em comemoração ao Sesquicentenário da Independência do Brasil;

j — Execução de diversos projetos;

l — Confecção de slides, filmes, diafilmes, etc.;

m — Empréstimos de material educativo a professores e alunos;

n — Atendimento fotográfico ao Governo do Estado;

o — Montagem e distribuição do "Boletim Informativo" da Secretaria de Educação e Cultura a partir de outubro de 1972.

V — 2 — DIRETORIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, DESPORTOS E RECREAÇÃO

A Diretoria de Educação Física, Desportos e Recreação conseguiu em 1972, tão excelente entrosamento e tal flexibilidade nos serviços que pôde alcançar toda a Rede Oficial de Ensino com promoções, jogos, cursos, treinamentos, coordenação e supervisão das atividades do corpo docente. Dessa forma, foram possíveis as seguintes realizações:

a — Reunião técnica para apresentação e distribuição do calendário anual de promoções da D.E.F.D.R.;

b — III Jogos Estudantis "Ensino Primário";

c — V Jogos Oficiais Primavera do Espírito Santo;

d — Demonstração de ginástica Olímpica e Calistênica quando das comemorações alusivas ao Sesquicentenário da Independência do Brasil;

e — I Jogos Abertos;

f — III Jogos de Comunidade Cachoeirense;

g — Olimpíadas Escolares;

h — Festival Estudantil de Ginástica e Dança;

i — Orientação Técnico-Pedagógica aos Professores

através de Cursos de Aperfeiçoamento para Professores Titulados, Especialização em Atletismo, Especialização em Ginástica Infantil, Curso de iniciação à Ginástica Olímpica, e de Ginástica Conservação Corretiva e Manutenção de Forma Física;

j — Realização da Jornada Internacional de Educação Física;

l — Levantamentos sobre a Realidade da Educação Física no Estado;

m — Realização do Projeto Escola Clube, brilhante iniciativa dessa Diretoria, com objetivo de integrar associações desportivas, quer profissionais ou amadoras, com estabelecimentos de ensino. Foram escolhidas as áreas do Estado mais carentes de assistência ao desporto, tendo sido dispendido em construção de espaços físicos apropriados a importância de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), concedidos pelo MEC;

n — Ainda com verba federal está sendo desenvolvido trabalho de adaptação do antigo próprio onde funciona o Departamento de Edificações e Obras, para transformá-lo em Ginásio de Desportos.

3 — DIRETORIA DE ENGENHARIA ESCOLAR

O esquema de trabalho traçado por essa Diretoria só pôde ser desenvolvido satisfatoriamente no segundo semestre, devido a problemas de ordem orçamentária, de transportes, aproveitamento de nosso plano anual de trabalho e outros que entravaram suas metas. Apesar disso, o relatório das atividades desenvolvidas pela Diretoria de Engenharia Escolar foi pleno de realizações valiosas, na construção escolar do Estado, como se pode ver no quadro demonstrativo anexo.

VI — PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A execução dos programas de obras, equipamentos e treinamento de pessoal em 1972, foram realizados com financiamentos do Plano Nacional de Educação, Salário Educação — Cota Estadual e Cota Federal.

SALÁRIO EDUCAÇÃO — COTA ESTADUAL — 1972 ENSINO PRIMÁRIO

Especialização	Salas de Aula	Valor Cr\$
Construção . . .	100	2.564.608,86
Ampliação . . .	87	1.304.391,68
Conservação . .	—	112.332,84

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	SALAS DE AULA		PAVILHÃO DE ARTES	VALOR
	Constr.	Ampliação	Construção	Cr\$
Ensino Primário	77	55	1	1.762.312,48

MOBILIÁRIO ESCOLAR

Especificação	Unidades	Valor Cr\$
Salário Educação	7.745	806.951,55
Plano N. de Educação	480	157.558,40

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA — VITÓRIA — ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RECURSOS: SALÁRIO EDUCAÇÃO — COTA FEDERAL E COTA ESTADUAL

APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Discriminação do Curso	Município	Valor Cr\$
Curso de Professores de 5ª e 6ª Série		301.200,00
Curso de Atualização de Professores de 1ª Série		576.180,00
Curso de Estudos Adicionais de Artes Industriais e Educação para o Lar		147.000,00
Curso de Especialização para Professores de Excepcionais	Vitória	20.220,00
Curso de Aperfeiçoamento de Professores Orientadores ..	Colatina	45.200,00
Curso de Formação de Professores Orientadores		19.250,00
Treinamento de Recursos Humanos para o Sistema de Supervisão de Ensino	Colatina	74.108,36
		1.183.158,36

OBRAS EXECUTADAS EM 1972

	CONSTRUÇÃO			AMPLIAÇÃO			CONST. DE MURO CONSERVAÇÃO			
	Pred.	Sal.	m2	Pred.	Sal.	m2	Prédio	ml	Prédio	Salas
Afonso Claudio				1	1	53,00				
Alegre				1	2	149,50				
Anchieta				1	5	321,13				
Aracruz				1	3	272,80				
Baixo Guandu				5	5	270,22				
Barra S. Francisco ..				1	1	55,25				
Cach. Itapemirim	5	29	2.582,78	6	13	810,23	6	1.016,20	2	12
Castelo										
Cariacica	2	12	1.028,42	1	4	203,00	2	450,00		
Celatina	8	57	5.098,61	1	1	64,00	3	430,10		
Con. da Barra	1	4	367,67	1	1	72,16	1	116,80		
Conc. do Castelo				1	2	101,06				
Domingos Martins ...				1	1	40,20				
Ecoporanga				3	4	262,38				
Fundão				1	2	108,52				
Guaçu									1	2
Guarapari	1	8	715,88							
Ibiraçu	2	6	510,49							
Iconha				1	2	105,00				
Itaguaçu				1	2	186,00			1	2
Iúna				1	3	234,99				
Itapemirim				2	5	289,36				
Linhares				3	9	862,16				
Montanha	1	5	379,06							
Mucurici	1	6	377,92	3	9	1.021,83	1	192,00		
Muniz Freire				1	1	64,00				
Muqui	2	9	961,03							
Nova Venécia				1	2	110,50				
Pancas									1	3
São Gabriel				1	1	68,48				
S. Mateus				3	7	465,83				
Viana	1	6	483,52	1	2	116,32	1	183,40		
Vila Velha	4	24	1.683,00				1	915,80		
Vitória	2	20	2.072,78	2	6	307,10				
TOTAL	30	182	16.261,16	44	94	6.671,67	15	3.304,30	5	19

VII — CONCLUSÃO

As atividades desenvolvidas na Secretaria de Educação e Cultura em 1972, apresentam uma visão panorâmica do que os diversos órgãos competentes de sua estrutura puderam realizar.

Nesta fase de implantação do ensino de 1º e 2º graus em dimensão de Sistema, a nova organização técnico-administrativa que vigorará a partir de 1973 representa a esperança de acelerar o processo educacional do Espírito Santo e a do surgimento de uma imagem e de um processo dinâmico de atuação que aquela Secretaria pode e deve apresentar e instituir.

A consecução das metas e objetivos preconizados no Plano Estadual de Implantação do Ensino de 1º e 2º Graus constituiu, em todos os momentos, a tônica da política educacional.

Aceitando-se Sistema como "conjunto de componentes que atuam juntos na execução do objetivo global do todo", as atividades, esforços, propósitos e recursos foram e continuam a ser desenvolvidos e mobilizados na SEC, visando a uma ação planejada, harmônica e participativa de seus componentes, a fim de constituirmos um verdadeiro Sistema educacional e cultural do Espírito Santo, na perspectiva atual e futura de seu desenvolvimento.

SECRETARIA DA FAZENDA

SECRETARIA DA FAZENDA

Execução Orçamentária da Receita

Conforme demonstrativo em anexo, ainda sujeito a retificações no encerramento do balanço, a arrecadação geral do Estado elevou-se Cr\$ 303.646.045,00, tendo a seguinte composição:

	Em Cr\$ 1,00	%
Receita Própria	202.719.832	66,8

Participação em tributos federais e outras transferências	99.972.624	32,9
Operações de Crédito	953.589	0,3

A contribuição do I.C.M. foi da ordem de 87,8% para a receita própria e de 58,6% para a arrecadação global, registrando sobre o montante recolhido no exercício anterior o acréscimo de 63,12%.

O quadro a seguir expõe a evolução da receita geral no triênio 1970/1972:

Em Cr\$ 1,00

TÍTULOS	Arrecadação			Variação Percent.	
	1970	1971	1972	71/70	72/71
Receita Própria	96.359.357	127.680.598	202.719.832	32,5	58,7
Particip. em Tributos Federais e Outras Transferências	58.004.654	80.523.113	99.972.624	38,8	24,1
Operações de Crédito	881.695	8.466.315	953.589	860,2	(—) 88,7
T o t a l s	155.245.706	216.670.026	303.646.045	39,5	40,1

No gráfico nº 3 pode ser examinado o crescimento anual do I.C.M., incluindo a parte dos municípios, nos últimos cinco anos.

Segundo os elementos colhidos, sujeitos a confirmação pelo balanço definitivo, a despesa realizada importou em Cr\$ 397.882.263,00, distribuindo-se da seguinte forma, por programas e categorias econômicas:

Execução Orçamentária da Despesa

Programas	Cr\$ 1,00	% s/Total
Administração Geral	77.179.075	19,4
Administração Financeira	50.299.865	12,7
Justiça e Segurança	27.616.187	7,0
Recursos Naturais e Agropecuários	17.056.096	4,3
Viação, Transportes e Comunicações	41.957.657	10,6
Indústria e Comércio	5.003.319	1,2
Educação e Cultura	111.990.114	28,1
Saúde	19.398.020	4,9
Bem Estar Social	34.006.165	8,5
Serviços Urbanos	13.375.765	3,3
T o t a l	397.882.263	100,0%

Categorias Econômicas	Cr\$ 1,00	% s/Total
Despesas Correntes		
Custeio		
Pessoal Civil	122.885.249	31,0
Pessoal Militar	16.334.247	4,1
Outros Custeios	22.733.777	5,8
Transferências Correntes		
Inativos e Pensionistas	28.888.521	7,2
Salário Família e Contribuições de Previdência Social	6.538.368	1,6
Outras Transferências Correntes	53.879.264	13,5
S o m a	251.259.426	63,2
Despesas de Capital		
Investimentos	58.755.376	14,8
Inversões Financeiras	9.095.626	2,3
Transferências de Capital		
Amortização da Dívida Pública	1.240.184	0,3
Contrib. p/Amortização de dívidas da administração indireta	12.817.097	3,2
Outras Transferências de Capital	40.356.367	10,1
S o m a	146.622.837	36,8
T o t a l	397.882.263	100,0

Os encargos com pessoal civil e militar, inativos e pensionistas, salário família e contribuições de previdência sobre salários, totalizando Cr\$ 174.646.385,00, participam da despesa geral com 43,9% e das despesas correntes com 69,5%. Na sua distribuição por setores ou programas, as maiores cifras se destinaram a:

Educação e Cultura	70.904.877	40,6%
Bem Estar Social	30.742.064	17,6%
Justiça e Segurança	21.819.039	12,5%
Administração Geral	18.965.452	10,9%
Administração Financeira	17.522.814	10,0%
Saúde	8.726.700	5,0%

Em relação ao exercício anterior, os encargos acima referidos sofreram o acréscimo percentual de 41,1, em decorrência das seguintes medidas:

a) reestruturação de cargos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e elevação dos respectivos padrões de vencimentos, na forma das leis ns. 2692, de 31-12-71, 2706, 2711 e 2718, de 1972;

b) elevação dos vencimentos e vantagens do pessoal militar (Lei n. 2701, de 21-6-72);

c) reajustamento dos proventos do pessoal inativo — civil e militar — por força das leis acima mencionadas;

d) provimento de cerca de 600 cargos de magistério e ampliação do número de docentes de emergência e regentes de aulas extraordinárias.

Os recursos transferidos às autarquias e fundações do Estado atingiram Cr\$ 69.418.409,00, destinando-se Cr\$ 32.300.127,00 a despesas correntes e Cr\$..... 37.118.282,00 a obras, equipamentos e outras despesas

de capital. As transferências ao Departamento de Estradas de Rodagem, importando em Cr\$ 53.082.307,00, incluem Cr\$ 12.000.000,00 destinados à redução de sua dívida externa e interna contraída em exercícios anteriores e Cr\$ 18.148.007,00 para aplicação em obras rodoviárias.

Com "Serviços em Regime de Programação Especial" e Fundos Especiais foram dispendidos Cr\$..... 87.044.474,00, cabendo as maiores parcelas às seguintes finalidades:

a) execução de convenios com o Ministério da Educação relativos aos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Salário-Educação — 16.710.867,00

b) execução do convênio MEC/USAI/ESTADO, através da Comissão Executiva do PREMEN-E.S. — 10.806.694,00

c) construção de linhas de distribuição de energia, na forma de convenios com a ESCELSA, a CEMEL e a Empresa Luz e Força Sta. Maria — 3.501.985,00

d) Fundo de Água e Esgotos (FAE) a aplicar pela CESAN — 9.500.000,00

e) Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias (FUNDAP) — 36.331.367,00

f) Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (FUNRES) — 5.000.000,00

g) Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Ind. (FUNDAL) — 3.500.000,00

O quadro seguinte demonstra a evolução da despesa do Estado no triênio 1970/1972, destacando os encargos com pessoal ativo e inativo:

Em Cr\$ 1,00

TÍTULOS	Despesa			Variação Percent.	
	1970	1971	1972	71/70	72/71
Pessoal Civil e Militar	64.300.371	95.952.479	139.219.496	49,2	46,0
Inativos, Pensionistas, Salário Família e Contrib. de Previdência s/Salários	21.034.271	27.848.567	35.426.889	32,4	27,2
S o m a	85.334.642	123.801.046	174.646.385	45,1	41,1
Outras Despesas	93.463.565	120.114.050	223.235.878	28,5	85,8
T o t a i s	178.798.207	243.915.096	397.882.263	36,4	63,1

De Despesa geral realizada foram pagos no exercício Cr\$ 316.491.975,00.

O saldo a pagar inclui a folha de pessoal e encargos previdenciários do mês de dezembro no valor aproximado de Cr\$ 17.500.000,00, compreendendo, também, Cr\$ 9.131.801,00 de recursos a aplicar provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e cerca de Cr\$ 2.200.000,00 referentes a processos que ainda se encontravam em fase de "liquidação" e, por-

tanto, não exigíveis ao encerrar-se a execução orçamentária.

Resultado do Exercício

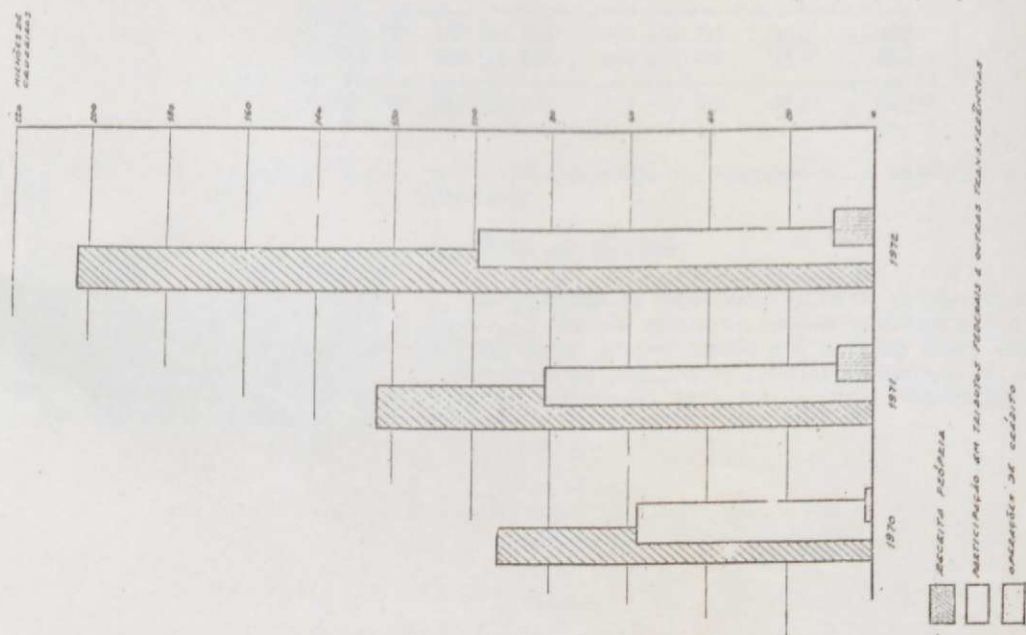
O desequilíbrio verificado entre a receita arrecadada e a despesa realizada resulta principalmente do fato de haver se prolongado até o início deste ano o recebimento do empréstimo externo computado na previsão da receita em 1972, sob o título "Operações de Crédito".

ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 1972

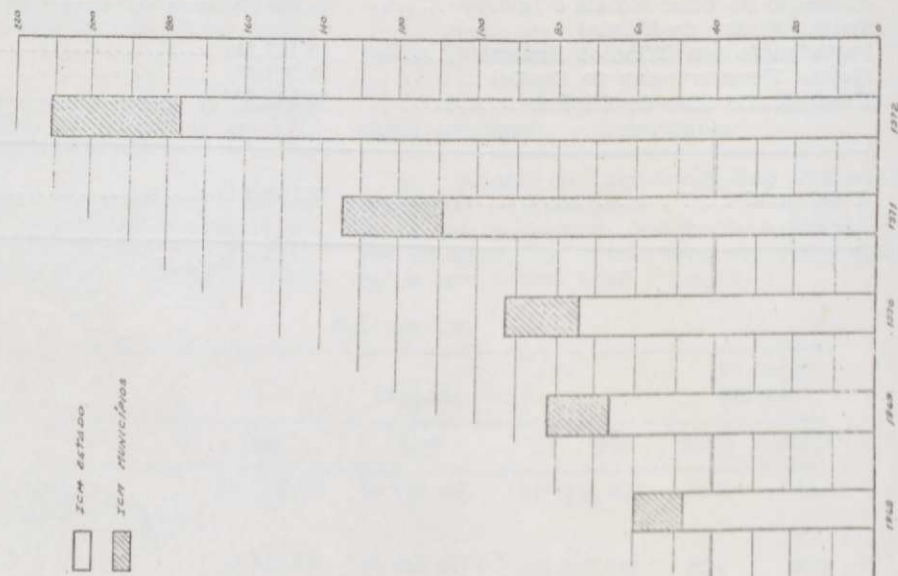
Em Cr\$ 1,00

TÍTULOS	ARRECADAÇÃO	% s/TOTAL
RECEITAS CORRENTES		
Tributária		
Imposto s/Circulação de Mercadorias	177.891.592	58,6
Imposto s/Transmissão de Bens	2.656.786	0,8
Taxas p/Poder de Polícia	70.193	—
Taxas p/Prestação de Serviços	11.469.790	3,8
Total da Receita Tributária	192.088.366	63,2
Patrimonial	2.633.871	0,9
Industrial	117.012	0,1
Transferências Correntes:		
Participação em Tributos Federais	25.509.944	8,4
Outras Transferências Correntes	6.028.925	2,0
Receitas Diversas	6.424.427	2,1
Total de Receitas Correntes	232.802.545	76,7
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	953.589	0,3
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	546.593	0,2
Transferências de Capital		
Participação em Tributos Federais	55.125.347	18,1
Outras Transferências de Capital	14.217.971	4,7
Total de Receitas de Capital	70.843.500	23,3
Total geral	303.646.045	100,0

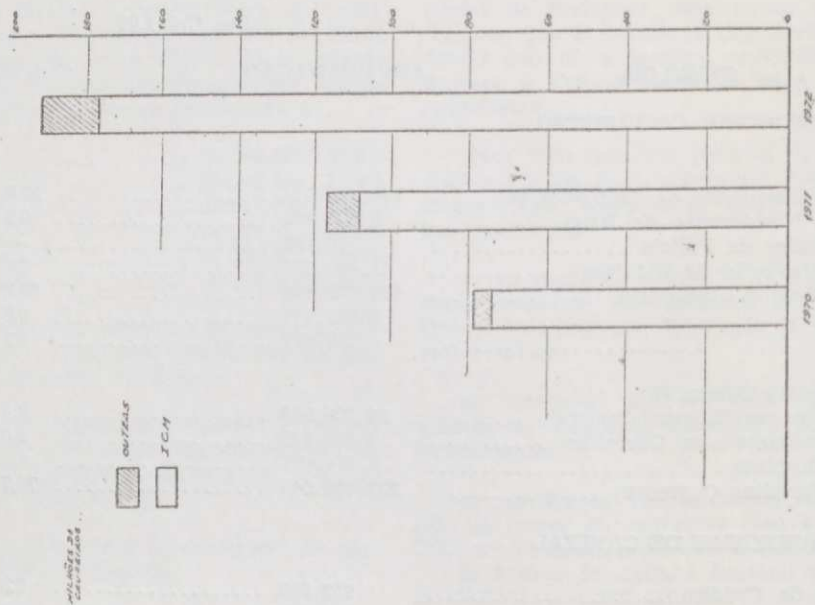
ARRECADAÇÃO ESTADUAL
1970 - 1972



EVOLUÇÃO DE RECEITA DO ICM
INCLUINDO A PARTE DOS MUNICÍPIOS



EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

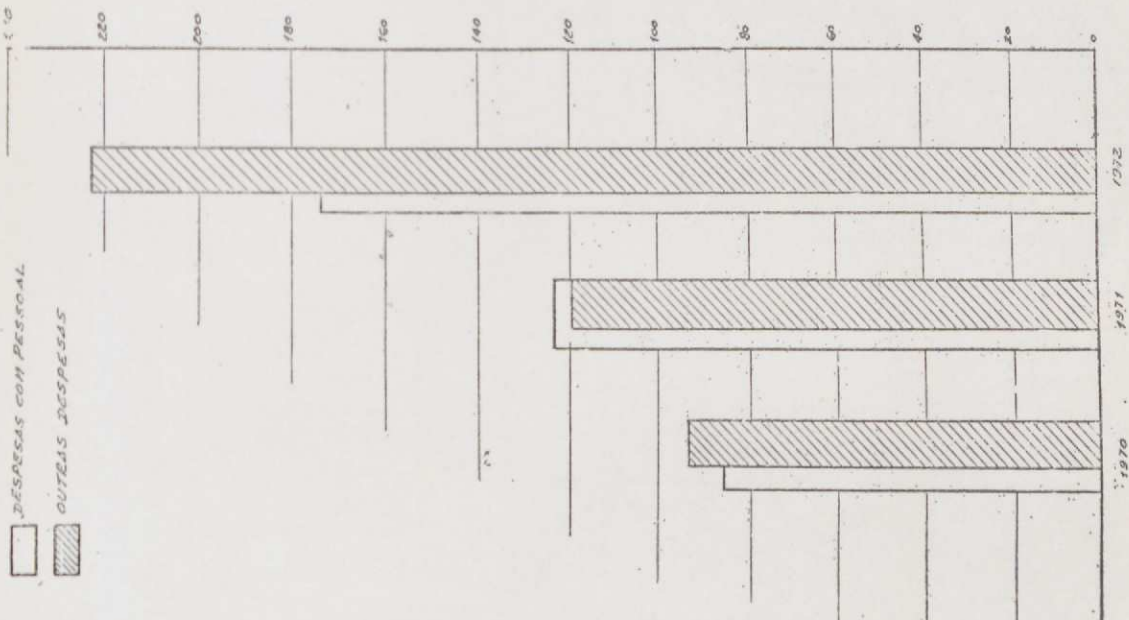


DESPESA ESTADUAL 1970 - 1972

MILHÕES
DE CRUZEIROS

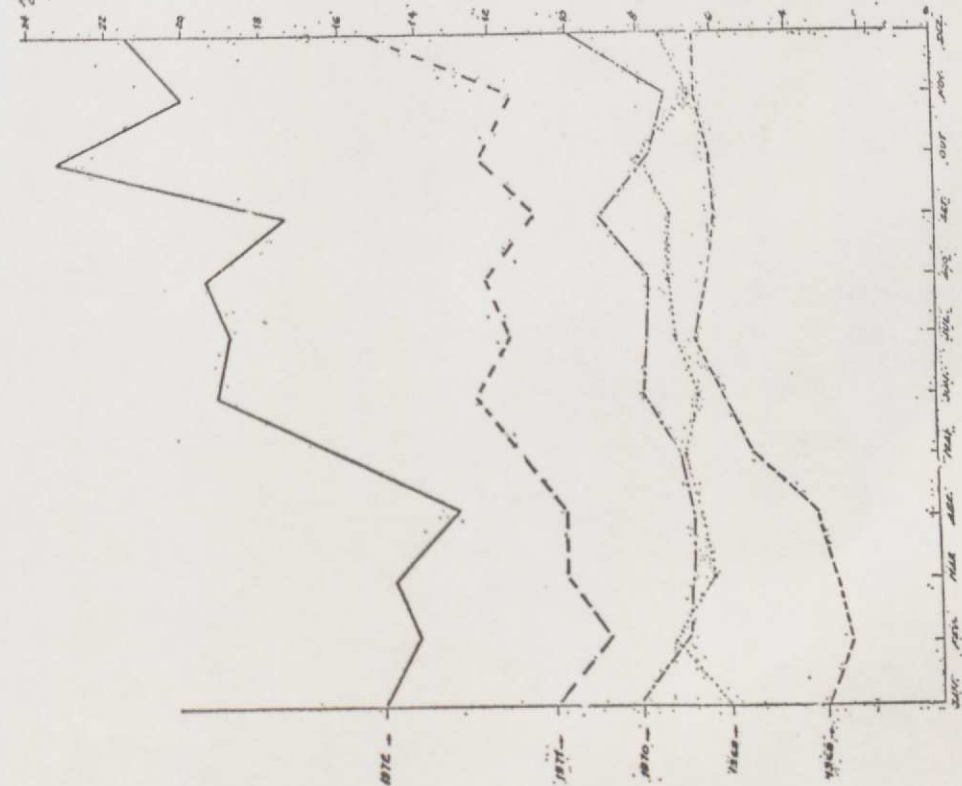
DESPESAS COM PESSOAL

OUTRAS DESPESAS



ALCADAÇÃO DO ICM INCLUSIVE ALICATA DOS MUNICÍPIOS 1968 - 1972

MILHÕES DE
CRUZEIROS



SECRETARIA DO INTERIOR E ASSUNTOS DA JUSTIÇA

Desenvolvendo um complexo de atividades-fins de efeitos diretos e imediatos na garantia da ordem jurídica, a Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça deu cabal desempenho as suas elevadas finalidades.

Por seu intermédio, mais frequentemente, se estabeleceram contatos e se processaram entendimentos entre os Poderes Executivo e Judiciário, no tradicional relacionamento que a harmonia e a independência asseguraram.

Dentro dessa demarcação constitucional o Governo apoiou os justos reclamos e solicitação do Poder Judiciário.

Se em 1971 conseguimos dotar o Palácio da Justiça de condições que permitiram a transferência para aquele imponente edifício do Egrégio Tribunal de Justiça, dotando-o de instalações condignas, no exercício de 1972 não medimos empenho no sentido da instalação, no mesmo prédio, do Tribunal do Juri e das diversas Varas que integram o Fórum de Vitória. Ato solenes e públicos bem demonstraram a satisfação dos membros do Poder Judiciário pelo esforço do Poder Executivo. Também para o citado edifício transferiu-se a Procuradoria Geral da Justiça ocupando um andar, dotado de excelentes instalações. Os gastos que tivemos com os móveis e instalações, em 1972, foram de Cr\$ 108.998,82 (cento e oito mil, novecentos e noventa e oito cruzeiros e oitenta e dois centavos).

No ano de 1972 ocorreram as eleições municipais, nos 53 municípios capixabas, quando se candidataram 133 Prefeitos e Vice-Prefeitos e 1027 Vereadores, para o preenchimento de 52 cargos de Prefeitos e igual número de Vice-Prefeitos e 433 Vereadores. Empréstamos decidido apoio à Justiça Eleitoral, colaborando com o Egrégio Tribunal Regional Eleitoral e os Juizes Eleitorais, sempre vigilantes para que as eleições transcorressem no clima de paz e tranquilidade. Para tanto, mantivemos estreito contato com a Secretaria de Segurança Pública e, por vezes, com a Polícia Federal. O resultado foi auspicioso, pois não ocorreu um só incidente que produzisse preocupação.

Dedicamos a maior atenção aos serviços penitenciários do Estado. Os relatórios respectivos dos órgãos que executam tais serviços revelam o trabalho incansável que se faz nesse sentido. Foi apresentado ao Ministério da Justiça, um plano para construção de um complexo de sistema penitenciário no norte e outro no sul do Estado, nos moldes como temos na área da Grande Vitória. Se obtivermos, como esperamos o apoio do Ministério, temos convicção de que solucionaremos, por alguns anos, o problema penitenciário estadual retirando os condenados das condições sub-humanas em que atualmente são mantidos nas cadeias localizadas nos municípios do Estado. Embora ainda não concluídos, estudos se fazem com o propósito de verificar a conveniência de transferir para o nosso sistema penitenciário a Casa de Detenção que passaria a constituir "prisão fechada", própria para triagem dos reclusos e daqueles de mau comportamento, já que o Instituto de Readaptação Social constitui-se em "prisão semi-aberta" e a Colônia Penal Agrícola de Viana em "prisão aberta". Pela portaria n. 01, de 24.1.72, o titular da Pasta designou Comissão de especialistas no assunto para a reformulação do sistema, mas como não concordasse com suas conclusões, segundo as quais o trabalho deveria ser adiado face à nova Lei das Execuções Penais que surgirá, incumbiu-se Sua Excelência de, pessoalmente, elaborar o estudo e tão logo o Ministério da Justiça se defina sobre o plano das construções das Colônias do norte e do sul, será o assunto submetido à apreciação da Egrégia Assembléia Legislativa Estadual.

Sempre entendemos que o Municipalismo é uma doutrina arraigada tradicionalmente no Direito Brasileiro, desde os tempos do Império, porisso que o fortalecimento dos municípios é condição essencial ao progresso econômico e social do País. Perfilhando tal doutrina, coerentemente tenho agido. E vamos propagan-

do a doutrina do Federalismo Integrado, compreendendo o extermínio da Administração isolacionista, eis que haverá de ser substituída pela Administração Integrada. Aliás foi esta a filosofia que presidiu a elaboração do ante-projeto da nova lei Orgânica dos Municípios, já aprovada em redação final pela Egrégia Assembléia Legislativa Estadual, devendo, dentro de poucos dias, ser o projeto sancionado.

Vimos mantendo estreitas relações com os municípios, assistindo aos Senhores Prefeitos e Vereadores, dentro do possível, e, no sentido da difusão do municipalismo, compreendendo o interesse pelos problemas comuns dos municípios, foram oferecidos cursos de aperfeiçoamento aos servidores municipais no IBAM, SERFHAU e outras entidades.

Como foi programada a realização, em agosto, do VIII Congresso Nacional de Municípios, em Guarapari, patrocinando o Estado a excelente iniciativa da ABM, a Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça realizou, em julho, na cidade de Colatina, o I Congresso Estadual de Municípios, que teve êxito indiscutível. Naquela oportunidade, foi criada a Associação Capixaba de Municípios.

A contribuição do Estado para o VIII Congresso Nacional de Municípios foi de Cr\$ 397.500,00 (trezentos e noventa e sete mil e quinhentos cruzeiros), em favor da ABM. O Brasil quase todo se fez presente no Espírito Santo, pois nada menos de 20 Estados da Federação se fizeram representar, com uma afluência de cerca de 4.000 pessoas. Dada a importância do conclave, os seguintes Ministros de Estado, além de outras personalidades de vulto no País, proferiram palestras para os Municipalistas brasileiros: ALFREDO BUZAI, da Justiça, representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República na abertura do Congresso; MINISTRO COSTA CAVALCANTE, do Interior, no encerramento, também representando Sua Excelência o Senhor Presidente da República; MINISTRO HIGINO CORSETTI, das Comunicações; MINISTRO VICTOR AMARAL FREIRE, do Egrégio Tribunal de Contas da União; DR. ROBERTO CAVALCANTI, Secretário Geral da Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios, representando pessoalmente o MINISTRO REIS VELOSO, do Planejamento; DR. FRANCISCO DE PAULA SCHETINI, representante pessoal do MINISTRO DELFIM NETO, da Fazenda; Governador CESAR CALS, do Ceará e Senador JOÃO DE MEDEIROS CALMON.

Tal a importância do VIII Congresso Nacional de Municípios que constou ele da programação do SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA.

I — PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

Órgão vinculado à Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, sob regime de administração especial, a Procuradoria Geral da Justiça vem desempenhando com raro denodo suas funções de fiscal da aplicação da lei e promovente da ação penal.

Cabe ressaltar a assistência que a Procuradoria vem emprestando a outros órgãos da administração estadual, notadamente no acompanhamento de sindicâncias e inquéritos, aonde faz chegar a experiência de sua especialização.

Além dos Executivos Fiscais, aforadas nas Comarcas do Interior, num valor de Cr\$ 1.971.183,00 (hum milhão, novecentos e setenta e um mil, cento e oitenta e tres cruzeiros) os serviços executados pela Procuradoria Geral da Justiça podem ser verificados no quadro abaixo, que os discriminam detalhadamente:

	Recebidos	Devolvidos
Inquérito Policial	9	9
Processos Administrativos	430	427
Ação Criminal	8	8
Apelação Criminal	182	144
Ação Rescisória	9	9

Mandado de Segurança	29	27
Conflito Negativo de Jurisdição	5	5
Revisão Criminal	48	48
Agravo de Pet. em Mandado de Segurança	28	22
Embargos ao Acórdão	3	3
Recurso Revista na Ap. Cível	6	6
Apelação Cível	268	240
Habeas Corpus	264	264
Agravo de Instrumento	14	8
Agravo de Petição	29	21
Recurso em Sentido Estrito	35	33
Recurso de Habeas Corpus	22	22
Recurso Criminal	10	9
Processo Cons. Penitenciário ...	49	49
	1.448	1.354

II — PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

A esse órgão compete a representação judicial e extra-judicial do Estado em suas relações com as pessoas físicas e jurídicas em geral, bem como a defesa da Fazenda Pública.

A atuação da Procuradoria tem sido constante e eficiente, mas se ressentia de um maior apoio por parte dos demais órgãos da administração estadual, notadamente na rápida comunicação dos fatos que exigem assistência judicial e na prestação de informações necessárias à elaboração das razões do Estado.

Com a integração da Procuradoria da Fazenda junto ao Tribunal de Contas à Procuradoria Geral, mais um elenco de atribuições lhe foi transferido, especialmente a função própria de Ministério Público junto àquela Corte de Contas.

No que diz respeito à cobrança da dívida ativa, em muito tem sido prejudicada a atuação dos Procuradores no acompanhamento dos Executivos Fiscais, pelas imprecisões contidas nos Autos de Infração, inclusive quanto à perfeita caracterização do devedor e o seu domicílio. Inúmeras vezes, em dívidas de montante reduzido, o processo administrativo indica ser desconhecido o paradeiro do devedor, o que determina a publicação de Edital de Citação, com despesas muitas vezes superior ao valor do débito inscrito.

Espíndido êxito, com enorme repercussão na valorização do prestígio do Estado do Espírito Santo no cenário nacional, obteve a Procuradoria Geral do Estado com a realização do IV Congresso Nacional de Procuradores de Estado, na cidade de Guarapari, no período de 9 a 12 de outubro de 1972. A este importante conclave compareceram delegações de 13 Estados da Federação e do Distrito Federal, sendo debatidos assuntos de renomada importância para o aperfeiçoamento da ação do Poder Público em suas atividades no campo judicial.

Como convidado especial do Governo do Estado proferiu palestra, na abertura dos Trabalhos, o Dr. ROMEU DE ALMEIDA RAMOS, digno Consultor Geral da República.

Contando com a estreita colaboração e apoio da Governadoria, pôde a Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, através um de seus órgãos, lograr excelente posição, verificada nos inúmeros elogios e aplausos manifestados em respeito à organização do Congresso. Os gastos com a promoção, ascenderam a cerca de Cr\$. 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros).

Na execução da sua função específica a movimentação dos processos dá fiel informação do volume dos serviços da Procuradoria Geral do Estado:

Executivos Fiscais	44
Ações Ordinárias propostas	37
Assinaturas de Escrituras	41
Incentivos Fiscais assinados	21
Mandados de Segurança	16

Reclamações Trabalhistas	9
Justificações	5
Ações de Usucapião propostas	41
Ações de Usucapião contestadas	3
Audiências realizadas	127
Embargos Interpostos	2
Contestações interpostas	25
Recursos para o Egrégio Tribunal de Justiça	3
Recurso Extraordinário p/o STF	6
Apelação	2
Razões Diversas	21
Agravos de Petição	4
Agravo de Instrumento para o STF	4
Apelação para o Tribunal Federal de Recursos	2
Memoriais	7
Petições Diversas	93
Petições de Executivo Fiscal	46
Petições dirigidas ao Procurador Geral	53
Apresentação de quesitos	3

III — DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS

De uma importância muito especial ao organismo da Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça encontram-se afetos os encargos de fazer desenvolver, ordenadamente, o entrosamento dos Municípios com os demais órgãos das Administrações Federal e Estadual, emprestando-lhes orientação técnica, administrativa e jurídica, quando solicitada.

As atividades executadas, que bem espelham a dinamização que se pretendeu aplicar à DAM, dão conta do vulto do trabalho realizado, com aplicação dos modestos meios disponíveis.

Foi organizada a publicação de um Boletim Informativo, com distribuição endereçada a todas as Prefeituras e Câmaras Municipais, contendo uma coletânea de informações úteis ao administrador municipal, com indicação de um calendário de obrigações, e transcrição de textos legais.

O auxílio prestado pelo Serviço de Orientação Econômico-Financeira da DAM às Prefeituras pode ser verificado nos seguintes números: Exames de Contas — Balancetes: 36 (trinta e seis); Balanços: 2 (dois) e Leis Orçamentárias 2 (duas).

A DAM, a par de seus modestos recursos, não mediu esforços no apoio à organização do VIII Congresso Nacional de Municípios, fato já referido, de marcante repercussão, quando o Estado pôde apresentar uma imagem bem fiel do seu desenvolvimento, através uma bem montada e organizada exposição, com dados sobre seu esforço e estágio de progresso, a cargo da Secretaria da Indústria e do Comércio.

Também ao I Congresso Estadual de Municípios a DAM prestou efetiva colaboração, assim como ao I Seminário de Prefeitos, realizado em Vitória, oportunidade em que se congregaram homens interessados na solução dos problemas municipalistas.

Examina-se a possibilidade de dotar a DAM de estrutura mais flexível, capaz de permitir o desempenho das atividades do órgão em favor dos municípios capixabas, em ritmo mais acelerado.

IV — DIRETORIA DE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

O Espírito Santo tem como divisão administrativa a da Lei nº 1.919, de 31.12.63, que indicou os limites dos Municípios, e a principal preocupação da Diretoria de Geografia e Cartografia tem sido tornar mais precisa e acessível a todos o conhecimento da divisão política estadual.

Destacam-se, entre as tarefas executadas pela Diretoria de Geografia e Cartografia:

1 — Delimitação das áreas das Delegacias Distritais e Subdelegacias da Região da Grande Vitória,

abrangendo os Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana;

2 — Colaboração ao trabalho elaborado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. — BANDES, sobre aspectos da evolução da população e divisão administrativa do Estado, a partir do ano de 1940;

3 — Fornecimento de dados para a elaboração do Anuário Estatístico do Departamento Estadual de Estatística;

4 — Orientação técnica ao PROCARTA, programa do Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Educação e Cultura, na redução de mapas cartográficos;

5 — Organização do Cartograma da Divisão Administrativa do Estado para o ano de 1972, segundo a Lei nº 1.919/63;

6 — Levantamento topográfico de um sítio arqueológico nas proximidades da foz do Rio Doce, com marcação de quadrículos nas direções das linhas geográficas, em cooperação com a Universidade Federal do Espírito Santo;

7 — Trabalho elucidativo, prestando informações referentes às regiões dos Córregos Azul e Limoeiro, face a Lei nº 2.084, de 22.12.1964 e jurisdição do Espírito Santo;

8 — Prosseguimento dos trabalhos de organização das Pastas Municipais.

Com o aprimoramento de sua estrutura no corrente exercício de 1973, terá o órgão melhores condições de execução de suas importantes finalidades.

V — SISTEMA PENITENCIÁRIO

O Sistema Penitenciário Estadual obedece a uma coordenação geral, de molde a que os problemas comuns sejam tratados de forma integrada. O Coordenador do Sistema, a par de exercer a supervisão dos seus órgãos componentes mantém estreito contato com autoridades ligadas à problemática do penitenciarismo, sobretudo com o Dr. Juiz de Direito das Execuções Penais e o Dr. Juiz Federal.

a) INSTITUTO DE READAPTAÇÃO SOCIAL "PROF. JAIR ETIENNE DESSAUNE"

Situado em Pedra D'Água, Município de Vila Velha, o Instituto de Readaptação Social mantém internados 220 (duzentos e vinte) condenados, em regime de prisão semi-aberta, seguindo as diretrizes das novas orientações do Direito Penitenciário, tendo como fundamento de seu modo de operação a terapêutica ocupacional, apoiada na assistência integral ao segregado.

Funcionam normalmente no IRS, e tem prestado inúmeros serviços a órgãos da Administração Estadual mediante módica remuneração, as Seções de:

Mecânica;

Carpintaria;

Sapataria;

Alfaiataria; e

Setor Agrícola, abrangendo: horticultura, jardinagem, pocilga e granja.

A percentagem da população carcerária que realiza atividades produtivas, externas e internas, alcança a 80% (oitenta por cento), sendo a remuneração prestada na base do salário mínimo.

Foram as seguintes as principais realizações concluídas em 1972:

1 — Recuperação das Galerias onde se alojam os internos, com substituição total das instalações elétricas e hidráulicas.

2 — Recuperação total do Refeitório, Cozinha, Alfaiataria e Sapataria, aproveitando-se a rigor, somente as paredes já existentes: obra realizada pelo DEO.

3 — Restauração total do gabinete da Chefia da Seção de Vigilância.

4 — Instalação de um gabinete para o Vigilante de dia, em substituição ao antigo balcão existente no corredor.

5 — Instalação de um sanitário para os funcionários e visitantes.

6 — Recuperação total do hall de entrada para as galerias, pátio interno e refeitório.

7 — Recuperação do galpão do pátio interno.

8 — Construção de uma pocilga com 30 metros de extensão e 10 boxes.

9 — Construção de alambrado com 176 metros de extensão ao longo da alameda General Darcy Pacheco de Queiroz, com estacas de concreto armado e tela, com a finalidade de evitar a entrada de elementos estranhos no setor de agricultura.

10 — Construção de muro com um pórtico de entrada para o pátio da administração.

11 — Construção de um parque de estacionamento à entrada do pátio da administração.

12 — Calçamento e colocação de 2 metros na praça ajardinada do pátio da administração.

13 — Montagem de um sistema de alto-falantes ligados a todas as dependências do Instituto para o entretenimento e higiene mental da população carcerária.

14 — Instalação de 2 salas para o atendimento dos internos pelo Serviço Social.

15 — Pintura e limpeza das demais dependências.

16 — Feitura de 25 mesas revestidas de fórmica para o refeitório.

17 — Instalação do gabinete fotográfico.

18 — Novas instalações do Serviço de Saúde, com um ambulatório que levou o nome da Primeira Dama do Estado, Sra Maria Clementina Vellozo Santos, constituído de uma Enfermaria, cujo equipamento foi doado pela Unidade Comunitária de Integração Social; do Gabinete Médico e da Farmácia.

19 — 2 (duas) salas para as Assistentes Sociais, adequadamente preparadas para melhor instalação das Assistentes Sociais e atendimento dos reeducandos e seus dependentes.

20 — Adaptação de um salão para transferência do Almozarifado.

21 — Adaptação de um alojamento provisório para o Destacamento Policial, enquanto se aguarda a reforma, pelo DEO, das velhas dependências desse alojamento.

22 — Adaptação de um cômodo para instalação do arquivo geral da repartição.

23 — Cobertura, com telhas de eternite, do campo de bocha, no pátio interno.

24 — Instalação de um "Play-Ground" para os filhos dos segregados.

25 — Substituição do piso de ladrilho do corredor da Vigilância por mármore veneziano.

26 — Pintura, interna e externa, de todas as dependências do estabelecimento, sendo uma em julho e outra em dezembro.

b) — Colônia Penal Agrícola

É atualmente de 30 (trinta) o número de internos na Colônia Penal Agrícola, localizada no Município de Viana, e todos se encontram servindo o 3º estágio da pena. Vale ressaltar que deste número total, 13 (treze) se encontram acompanhados das respectivas famílias, em terrenos do estabelecimento.

A CPA presta, além da assistência técnico-agrícola ao segregado, a assistência educacional aos seus familiares, mantendo uma escola primária.

A recuperação do prédio da CPA já se encontra em fase inicial, com o montante da despesa estimada empenhada em favor do DEO.

c) — Manicômio Judiciário

Somam 70 (setenta) os internos no Manicômio Judiciário, unidade de terapia psiquiátrica do complexo penitenciário do Estado, hoje ocupando instalações completamente recuperadas por obras concluídas no decorrer do ano de 1972.

Já se encontram em fase adiantada os estudos para instalação de um pavilhão de internação de doentes mentais Casa de Custódia e Tratamento, conforme exigência da legislação penitenciária moderna.

Conta o MJ com uma equipe médica que faz do regime nosocomial um instrumento da atual técnica de reintegração social do delinquente.

A complementação do complexo penitenciário do Estado, como já afirmamos, se dará com a instalação de duas (2) Colônias Penais Agrícolas, que deverão ser instaladas nos Municípios de Nova Venécia e Alegre, atendendo, respectivamente, 14 e 22 Municípios.

Na escolha dos locais de instalação dessas duas novas unidades penitenciárias, foram levados em conta a situação geográfica, segundo polos de convergência, e a possibilidade de utilização de área de grande extensão.

VI — Conselho Penitenciário

É um dos mais importantes elos dentre os que integram o sistema de controle do meio social, através da verificação das condições de recuperação do delinquente, após submetido ao regime de segregação previsto em nossas leis.

Para a realização das sessões semanais, segundo as diretrizes fixadas pelo Decreto nº 294, de 8.10.63, é utilizada a sala de audiências da Vara de Execuções Criminais da Capital, e os serviços administrativos ficam a cargo da Seção Penal Disciplinar do IRS.

VII — Foruns das Comarcas do Interior

A SIAJ tem procurado dar especial ênfase à construção dos foruns das Comarcas do interior do Estado, pois considera absolutamente necessária a dignidade de instalações para a majestade da Justiça, além dos favoráveis reflexos para a comunidade local. Não fora, sem dúvida, a difícil situação financeira que tem atravessado o Estado, exigindo inclusive o corte de verbas, além de outros fatores, e por certo o nosso programa nessa área estaria bem adiantado. É propósito da SIAJ dotar as Comarcas que ainda estão em falta, de edifício próprio para instalação e funcionamento do Forum.

O Forum de Mimoso teve sua construção ultimada em 1972 e tão logo esteja devidamente mobilado, será inaugurado.

O Forum de Itapemirim se encontra em fase final de construção. Dos Cr\$ 97.939,41 (noventa e sete mil, novecentos e trinta e nove cruzeiros e quarenta e um centavos), já o DEO recebeu Cr\$ 79.804,35 (setenta e nove mil, oitocentos e quatro cruzeiros e trinta e cinco centavos) e aplicou Cr\$ 95.810,64 (noventa e cinco mil, oitocentos e dez cruzeiros e sessenta e quatro centavos). A obra está sendo realizada em convênio com a Prefeitura local, que fez construir no mesmo edifício residências para Juizes. Já estão sendo providenciados os móveis e estima-se serão gastos neles cerca de Cr\$ 31.344,50 (trinta e um mil, trezentos e quarenta e quatro cruzeiros e cinquenta centavos).

Estão paralisadas as construções dos foruns de Colatina e Iúna, este último desde o Governo passado. A situação deles é a seguinte:

COLATINA:

Valor da obra	Cr\$ 228.656,52
Pago ao DEO em 1970	Cr\$ 60.000,00
pago ao DEO em 1972	Cr\$ 100.000,00

aplicado na obra	Cr\$ 13.954,76
programa para 1973	Cr\$ 70.000,00

IÚNA:

valor da obra	Cr\$ 82.347,96
importância empenhada e paga ao DEO em 1970	Cr\$ 53.402,17
importância empenhada e paga ao DEO em 1971	Cr\$ 8.445,79
aplicado na obra	Cr\$ 22.861,38

O Forum de Mucurici teve iniciada sua construção em 1971, a qual ficou paralisada e agora foi reiniciada. O Forum de Ibraçu teve iniciada sua construção em 1972, bem como o de Mantenópolis. Sua situação é a seguinte:

MUCURICI:

valor da obra	Cr\$ 73.081,30
importância empenhada em 1972 . .	Cr\$ 36.480,00
pago ao DEO	Cr\$ 29.184,00
aplicado na obra	Cr\$ 7.295,00
programa para 1973	Cr\$ 43.900,00

IBIRAÇU:

valor da obra	Cr\$ 97.538,78
importância empenhada em 1972 . .	Cr\$ 97.538,78
importância paga ao DEO e aplicada na obra	Cr\$ 12.646,04

MANTENÓPOLIS:

valor da obra	Cr\$ 98.585,41
importância empenhada em 1970 . .	Cr\$ 19.600,00
importância empenhada em 1972 . .	Cr\$ 79.385,41

Nota: obra iniciada, em convênio entre Prefeitura e DEO:

Pretendemos concluir no corrente exercício de 1973 as obras dos Foruns mencionados e iniciá-las nas seguintes Comarcas: Alegre, Barra de São Francisco, Castelo, Domingos Martins, Ecoporanga, Guaçu, Itaguaçu, sendo de assinalar que adotamos providências para sua construção em 1972 sendo suas posições as seguintes:

ALEGRE:

planta pronta

valor da obra	Cr\$ 185.820,03
importância empenhada em 1970 . .	Cr\$ 53.902,17

Nota: estamos aguardando a escritura do terreno que vai ser doado pela Prefeitura e a programação financeira, para início da obra.

BARRA DE SÃO FRANCISCO:

Valor da obra	Cr\$ 113.355,79
importância empenhada e paga ao DEO em 1969	Cr\$ 43.000,00
importância empenhada em 1970 . .	Cr\$ 13.000,00
programado para 1973	Cr\$ 124.000,00

Nota: estamos aguardando a regularização do terreno e aprovação do projeto e a programação financeira para o início da obra

CASTELO:

importância empenhada em 1969 ..	Cr\$ 36.000,00
importância empenhada em 1970 ..	Cr\$ 19.000,00
pago ao DEO em 1972 ..	Cr\$ 35.952,57
previsão orçamentária p/1973	Cr\$ 218.930,00

Nota: O projeto elaborado ficou orçado em Cr\$ 273.876,00

Será revisto agora em 1973 para ajustar-se às condições de construção dos Foruns.

DOMINGOS MARTINS:

Valor da obra em previsão orçamentária	Cr\$ 150.000,00
--	-----------------

Nota: Há poucos dias foi lavrada a escritura de compra do terreno, em decorrência de concorrência pública realizada.

A seguir serão elaborados o projeto e o orçamento para execução da obra.

ECOPORANGA:

Valor da obra	Cr\$ 113.355,79
-------------------------	-----------------

Nota: O projeto e o orçamento já foram aprovados. A obra será iniciada após a assinatura de convênio com a Prefeitura e segundo programação financeira.

GUAÇUI:

valor da obra	Cr\$ 110.163,70
importância empenhada em 1969 ..	Cr\$ 54.952,57
pago ao DEO em 1970	Cr\$ 35.952,57
programação para 1973	Cr\$ 55.218,00

Nota: Aguardamos a doação do terreno e aprovação do projeto.

ITAGUAÇU:

Valor da obra	Cr\$ 91.169,59
importância empenhada em 1972 ..	Cr\$ 20.000,00
programação para 1973	Cr\$ 71.200,00

Nota: Falta a programação financeira para ser autorizado o início da obra.

VII — TAXA DE REAPARELHAMENTO DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA

De acordo com o levantamento feito pelo CODEC e segundo informação da Assessoria de Programação e Orçamento da SIAJ, foi arrecadada até novembro de 1972 a importância de Cr\$ 89.531,92 (oitenta e nove mil quinhentos e trinta e um cruzeiros e noventa e dois centavos), relativa à taxa de reaparelhamento dos serviços da Justiça.

IX — ESTUDOS E PROJETOS DE LEI

Dentro de suas específicas funções, tem a SIAJ participado de estudos e projetos de lei, mantendo perfeito relacionamento com a Egrégia Assembléia Legislativa Estadual e particularmente com os Senhores Deputados. Em 1971 contribuiu para a elaboração da Emenda Constitucional nº 1, reformulando totalmente a Constituição de 1967; agora em 1972 teve a responsabilidade da redação da nova Lei de Organização Municipal, constituída de 165 artigos. Tratava-se de uma exigência de alta valia para os municípios que não poderia mais ser procrastinada, pois objetivava substituir a arcaica Lei nº 65, de 27-12-1947. Sensível à problemática, a Egrégia Assembléia Legislativa, contra apenas um voto, aprovou o documento, em redação final, no curso do período de convocação extraordinária de 20-12-72 a 20-01-73, devendo o projeto ser sancionado ainda no corrente mês. Além disso, revisou o anteprojeto elaborado pela douta Procuradoria Geral da Justiça, referente ao novo Estatuto do Ministério Público e contribuiu para a feitura da proposta do Egrégio Tribunal de Justiça, que resultou na Lei nº 2.711, de 7-7-1972, regulando as atividades dos órgãos integrantes do Serviço Administrativo do Poder Judiciário.

SECRETARIA DA INDUSTRIA E DO COMERCIO

Integrado no sistema do desenvolvimento estadual como instrumental ativo em busca da dinamização e do aceleramento sincronizado de suas fontes produtoras, a Secretaria da Indústria e do Comércio acusou, em 1972, um rendimento apreciável no trabalho realizado nos seus vários departamentos.

Sua presença marcante nos estudos concernentes ao corredor de exportação que se constituirá, inegavelmente, no mais poderoso aparelho do complexo dos transportes nacionais; sua participação na campanha de divulgação dos incentivos fiscais; os entendimentos com as entidades interessadas na plantação de cana de açúcar e na produção açucareira e dos quais se originou o Convênio entre o Instituto do Açúcar e do Alcool e o Departamento de Obras de Saneamento para aplicação de recursos da ordem de 6 milhões de cruzeiros; na coordenação da política do consórcio de exportação de carnes são algumas de suas realizações.

A ampla pesquisa comercial iniciada, com vistas a estabelecer um mais estreito relacionamento entre a atividade privada e os órgãos governamentais, dimensionam bem exatamente a atuação técnico-administrativa da Secretaria da Indústria e do Comércio no curso do ano passado.

Na exposição mais minuciosa de cada órgão setorial, colher-se-ão impressões mais precisas dessas atividades.

DIVISÃO DE FOMENTO INDUSTRIAL E PROMOÇÃO COMERCIAL

Durante o exercício de 1972, a Divisão de Fomento Industrial e Promoção Comercial executou as seguintes tarefas:

1) Análise, instrução e parecer em todos os processos de incentivos relacionados com a Lei 2.480/69.

2) Compilação e distribuição da legislação referente aos incentivos fiscais estaduais, bem como elaboração do resumo da mesma para torná-la mais acessível ao conhecimento do público.

3) Levantamento das potencialidades e problemas dos municípios capixabas e posterior apresentação de relatórios para o encaminhamento das soluções.

4) Promoção da Exposição sobre a Mostra do Desenvolvimento do Espírito Santo por ocasião da realização do Congresso Nacional de Municípios na cidade de Guarapari.

5) Participação na Campanha de Divulgação dos Incentivos Fiscais no interior do Estado, visando maior adesão ao DL-880.

6) Contatos visando a constituição do Grupo de Trabalho para Promoção da Pesca no Estado do Espírito Santo.

7) Estudo da situação atual e potencial dos produtos relacionados com a programação para 1975 do Corredor de Exportação.

8) Execução dos trabalhos de campo da Pesquisa de Produção e Comercialização do Artesanato na área da Grande Vitória.

9) Análise dos Incentivos Fiscais Estaduais com a finalidade de se medir as causas e efeitos na economia do Estado.

10) Divulgação junto aos Empresários do Estado, a realização de Feiras, Exposições, Salões Nacionais e Internacionais em conformidade com o Calendário Turístico da EMBRATUR.

11) Entrosamento junto a UFES sobre cursos técnicos de interesse de nossos empresários após enquête feita pelo Serviço de Cooperação Técnica e Produtividade.

DIVISÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES ECONÔMICAS

Durante o exercício de 1972, a Divisão de Estudos e Análises Econômicas, exerceu as seguintes atividades:

1) Participação na campanha de divulgação dos incentivos fiscais instituídos pelo D.L. 880, realizada no período de janeiro a fevereiro de 1971, conforme quadro anexo 1.

2) Proposição de Decreto autorizativo para liberação dos créditos das Cooperativas de Produção provenientes do incentivo de 5% sobre o saldo do ICM para utilização exclusiva na amortização de financiamentos contraídos para aquisição de máquinas, tratores, etc.

3) Corredor de Exportação — Participação em todos os trabalhos e reuniões realizadas após a visita do Dr. Paulo Yocota e coordenação das tarefas que ficaram a cargo desta Secretaria.

4) FUNDAP — Participação em estudos, elaboração de legislação e normas de execução da política instituída para o desenvolvimento das atividades portuárias.

5) Proposição para a realização de uma pesquisa em convênio com o Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC) e Instituto Brasileiro de Municípios (IBAM), com o objetivo de identificar pelos de desenvolvimento comercial. O CDC já vem realizando esse tipo de pesquisa em outras áreas do país.

6) Conclusão do levantamento das potencialidades e problemas dos municípios, conforme Quadro anexo 1.

7) Participação nas reuniões preliminares sobre a contratação dos serviços técnicos da ITALCONSULT, tendo em vista estudos de viabilidade industrial.

8) Pesquisa Comercial — a) planejamento e contratação de assessoria técnica para a elaboração de execução da pesquisa, compreendendo: questionário, plano de amostragem, plano de tabulação, análise e relatório final. — b) Contratação de empresa especializada para a execução do trabalho de campo que se constitui de entrevista direta ao comerciante.

9) Continuação do levantamento da infra-estrutura — energia elétrica e tarifas portuárias.

10) Execução de trabalhos sobre a comercialização de madeira e seus derivados.

S U P P I N

SUPERINTENDÊNCIA DOS PROJETOS DE POLARIZAÇÃO INDUSTRIAL

1) Início dos trabalhos dos técnicos da SUPPIN que participaram ativamente dos estudos do Plano DIRETOR, contratado com o Consórcio SONDO — TÉCNICA — NEWPLAN, realizando pesquisas relativas ao problema de Abastecimento de Água necessário ao Centro Industrial de Vitória e levantamento aerofotogramétrico indispensável à implantação da estrada de acesso e do emissário de esgoto para servir a região.

2) Levantamento da área para o CIVIT para o fim de declaração de utilidade pública da área em tela (Dec. 653-E, de 19.09.72).

3) Elaboração do projeto da estrada de acesso ao CIVIT, com a cooperação do DER.

4) Elaboração do novo Regulamento da Autarquia, com a finalidade de executar a implantação do Centro Industrial de Vitória.

5) Obtenção da CVRD de um financiamento de Cr\$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil cruzeiros) para fazer face à despesas necessárias ao azeiteamento das obras programadas para a realização do Centro Industrial.

6) Conclusão dos trabalhos do Plano Diretor do Centro Industrial da Grande Vitória e alteração dos estudos, com aprovação do CONSÓRCIO SONDO-TECNICA, dos problemas de tratamento de esgoto.

7) Concorrência pública para execução dos serviços de terraplanagem e compactação da estrada de acesso e sistema viário interno.

8) Estudos realizados com a Fundação SESP visando a assinatura de convênio destinado à fiscalização das obras relativas a projetos de água, esgoto sanitário e pluvial.

9) Elaboração de um roteiro de atualização dos programas de aplicação do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO para o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

COMPANHIA DE PESCA DO ESPÍRITO SANTO — COPESA S. A.

A COPESA encerrou suas atividades de 1972, com pequeno lucro. Tal fato foi possível devido à comercialização de 1.087.871 Kg de pescado in natura, salgado e congelado. O pequeno saldo indica que a COPESA evoluiu positivamente e, a partir de agora sobreviverá sem subvenções.

Além de ter feito aparente, a COPESA teve outras realizações importantes das quais destacam-se:

a) Regularização da posição do Governo do Estado e sua participação na Empresa, em decorrência do Dec. Lei nº 2.287 de 5 de abril de 1967.

A regularização consistiu em obter compromisso do acionista majoritário (17% do capital e 51% das ações ordinárias) de investir Cr\$ 850.000,00 a fim de que sua posição não mude em vista do aumento de capital;

b) Reforma dos Estatutos:

Era necessária para tornar a Empresa dinâmica e de acordo com as técnicas empresariais modernas;

c) Alteração do valor das Ações:

Como as ações da Empresa tinham valor nominal de Cr\$ 10,00, na hora da subscrição do capital, mediante Incentivos Fiscais, verificou-se que valores aquém ou além de múltiplos de Cr\$ 10,00 eram perdidos. A fim de eliminar estas perdas a Empresa modificou o valor das suas ações de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 100 e mandou imprimir novas Cautelas de apresentação impecável:

d) Aumento de Capital:

A fim de garantir rentabilidade da Empresa (15% em 1973 e 48% em 1974) foi autorizado pela Assembléia Geral o aumento de Capital da Empresa para Cr\$ 10.000.000,00;

e) No mês de abril foi lançado o barco COPESA V, que até o presente momento é o maior barco da frota da COPESA;

f) Com a devida autorização do GERES, a Empresa em apenas 3 meses captou Cr\$ 1.200.000,00 fato que demonstra a confiança de público na COPESA S.A.;

g) Reformulação das diretrizes da Empresa:

A fim de assegurar os interesses dos acionistas a Diretoria da COPESA modificou o Projeto da Planave e definiu os setores de investimento e atividades para 1973 e 1974. Na projeção dos lucros chegou-se a prever no exercício de 1973 lucro de 15% e de 48% em 1974;

h) Regularização do Frigorífico Confiança:

A Empresa regularizou a situação da massa falida — Frigorífico Confiança que foi devidamente registrado na Junta Comercial como filial da COPESA.

i) A fim de melhorar sua posição no imóvel em Bento Ferreira e a fim de evitar aparecimento de outros invasores, a Empresa construiu um muro de 120m de comprimento e 250m de altura.

j) Traineira:

Foi dado início de construção de uma Traineira sofisticada para captura de sardinha em Cabo Frio. A produção desta Traineira será oferecida à população de Vitória a preços populares. Sua operação está prevista para o mês de abril;

l) Reforma do Posto I:

A fim de oferecer à população de Vitória peixe de alta qualidade, foi dado início à reforma de vulto das instalações da Empresa na Vila Rubim, tendo sido previsto a sua conclusão no mês de março/1973.

m) Expansão da frota de caminhões:

Foi adquirido um caminhão Truck isotérmico a fim de aumentar a participação da Empresa na compra e venda de pescado, no Porto de Vitória;

n) Seminário:

A Empresa teve participação destacada no Primeiro Seminário Nacional da Política Pesqueira realizado em Santa Catarina, o Dr. NADELSON FERREIRA além de representante da COPESA representou o Governo do Estado e apresentou tese com título — Pesca no Estado do Espírito Santo sua situação atual e suas perspectivas futuras;

o) Peixe congelado:

A Empresa exportou com sucesso para Salvador, 55 mil quilos de Cloba congelada, abrindo assim o enorme mercado baiano para produtos originários do nosso Estado;

p) Estrutura Administrativa:

No exercício de 1972, a Empresa instituiu sub gerências administrativas, análise de custos setoriais, controles de estoques e iniciou o primeiro levantamento de inventário.

FÁBRICA DE TECIDOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Durante o exercício de 1972 apesar da deficiência de energia elétrica e com a maquinária existente e obsoleta, a Fábrica de Tecidos de Cachoeiro de Itapemirim, produziu cerca de 3.134.738 10 metros de tecidos, num valor aproximado de Cr\$ 3.730.465,40 (três milhões, setecentos e trinta mil quatrocentos e sessenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos) e o seu faturamento total foi de Cr\$ 5.850.512,20 (cinco milhões oitocentos e cinquenta mil, quinhentos e doze cruzeiros e vinte centavos) contra Cr\$ 4.478.405,17 (quatro milhões, quatrocentos e setenta e oito mil quatrocentos e cinco cruzeiros e dezessete centavos) do exercício anterior, ou seja um acréscimo de 31,81%.

Não obstante ter a Fábrica lutado contra a competição de fábricas aparelhadas com maquinárias mais

modernas, reduziu a margem de lucro, e conseguiu fazer escoar toda sua produção para locais de pequenas comunidades.

Está a Empresa trabalhando no sentido da sua expansão, e para isso através da Secretaria de Indústria e do Comércio, dois técnicos da Escola Técnica de Indústria Química e Têxtil do SENAI DN já estudaram o assunto visando a esse desideratum, esperando que o problema venha ter solução em 1973.

Toda a maquinária passou por trabalho de recuperação e reparação, fato que contribuiu para o incremento da produção.

Na Usina de beneficiamento de algodão de Jerônimo Monteiro, entraram 659.906 quilos de algodão em caroço, adquiridos no Estado pelo valor de Cr\$ 659.906,00 (seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e seis cruzeiros) pagos a lavradores, que produziram 226.375 quilos de algodão em pluma beneficiados na Usina da Empresa, os quais por sua vez produziram Cr\$ 962.772,87 (novecentos e sessenta e dois mil setecentos e setenta e dois cruzeiros e oitenta e sete centavos) resultando num recolhimento de Cr\$ 107.620,32 de ICM.

Apesar da Empresa não ter ainda fechado o seu balanço do exercício de 1972, prevê-se um resultado bruto de 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil cruzeiros) contra Cr\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil cruzeiros) do exercício de 1971.

COMPANHIA DE ÓLEOS ARARIBÓIA

Adquirindo a matéria prima à Fábrica de Tecidos, a Empresa em epígrafe comprou cerca de 234.483 quilos de semente deslintada de algodão as quais produziram 20.458 quilos de óleo bruto e 96.640 quilos de ração leiteira vendidos a pecuaristas do ESTADO.

FUNDOS

O Fundo de Divulgação das Oportunidades do Espírito Santo FUNDOS, criado pelo Decreto nº 102-E, de 31 de dezembro de 1969, com a finalidade de difundir as possibilidades empresariais oferecidas pelo Estado, resultantes dos incentivos fiscais.

Mesmo dentro das limitações impostas pela escassez de recursos, foi realizada durante o exercício, a Campanha de Incentivos Fiscais em todos os municípios do Estado ilustrada através de palestras, folhetos, quadros e cartazes esclarecedores, visando um aumento no quadro de adesão ao DL-880/69 e Lei Estadual 2.469/69.

Por ocasião do VIII Congresso Nacional dos Municípios, realizado na cidade de Guarapari de 7 a 12 de agosto/72, o FUNDOS patrocinou uma exposição das Oportunidades e Realidades do Estado do Espírito Santo, através dos produtos fabricados no Estado bem como demonstrou a eficiência do setor terciário da economia capixaba — prestações de serviços — como também apresentou um quadro do setor governamental, mostrando as realizações nas áreas de educação, agricultura, saneamento, urbanização e transportes. Para realização da supra citada "MOSTRA DO DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO", o FUNDOS arcou com as seguintes despesas: locação da área, projeto, execução de obras e decoração dos stands.

Foi custeada pelo FUNDOS, parte do 1º Seminário da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, realizado nesta Capital, no período de 27 a 30 de setembro de 1972 com a qual esta Secretaria participou, efetuando uma palestra sobre as oportunidades que oferecem os incentivos fiscais no Estado.

Completo com recursos financeiros, a pesquisa de consumo de produtos industrializados, iniciada no

exercício anterior e tendo seu término programado para 1973.

Foram feitas através de revistas especializadas, divulgação das vantagens e oportunidades oferecidas ao investidor no Estado do Espírito Santo.

EXPOCARNE

O ano de 1972, apresentou-se para o EXPOCARNE como o período de sua efetiva consolidação como entidade de coordenação de todas as atividades relacionadas com o objetivo de exportação estrangeira de carnes dos frigoríficos capixabas.

Ao iniciar-se o ano, fez-se a divulgação do EXPOCARNE junto a todos os órgãos e entidades nacionais que operam no comércio internacional de carnes e seus derivados.

Tal oportunidade propiciou a EXPOCARNE, conhecer e divulgar junto ao FRINCASA, FRISA e TONIFRISA, normas, procedimento e preços que permitiram aos dois primeiros ainda no ano de 1972, iniciarem na exportação internacional. Não menos difíceis foram as atividades do EXPOCARNE junto ao DIPOA para que em tempo hábil fosse promovida a tramitação dos processos dos respectivos frigoríficos, cujos CIF hoje constam do rol dos frigoríficos autorizados a exportar.

Com a A. P. V. mantém-se uma colaboração permanente objetivando o assessoramento necessário à definição do Projeto do Armazém Frigorífico a ser construído no futuro Cais de Capuaba. As plantas e detalhamentos foram aprovados estando o projeto em condições de ser executado.

Seus diversos contatos com o Instituto Rio-Grandense de Carnes e o Sindicato do Frio de São Paulo, objetivaram coletar informes de natureza técnica e comercial para assessoramento aos 3 frigoríficos capixabas.

Em razão destes contatos, veio ao Espírito Santo, procedente do Rio Grande do Sul, um Engenheiro/veterinário (Dr. WIGG) de fama internacional, para fazer algumas recomendações de ordem técnica aos nossos industriais de carne; o referido técnico de nacionalidade argentina, atua no Rio Grande do Sul, assessorando diversos frigoríficos exportadores.

Também um técnico uruguaio, especialista em cortes de carne, desossa e embalagem aqui permaneceu por quase 60 dias orientando e ensinando operários do FRINCASA e FRISA objetivando a desossa de carne para exportação e os "cortes especiais".

Atualmente, este técnico resolveu radicar-se no Espírito Santo e encontra-se trabalhando em um dos nossos frigoríficos.

Estudos sobre a pecuária bovina no Espírito Santo, foram realizados, destacando aspecto de:

1. Localização dos rebanhos e sua composição;
2. Estado sanitário do rebanho e seu desenvolvimento;
3. Comercialização do gado;
4. Fluxo de gado e sistema de transporte;
5. Tipo de matadouros frigoríficos e sua localização;
6. Evolução dos preços de gado;
7. Disponibilidades de bovinos para abate.

Da mesma forma promoveram-se estudos destinados a conhecer a viabilidade de instalação de um curteume no Espírito Santo. Estes estudos concluíram pela favorabilidade da região, havendo um grupo industrial do Estado interessado na execução do Projeto.

O valor de nossas atividades pode ser aferido pelo grau de desenvolvimento de nossas indústrias de carnes, cujos reflexos hoje já podem ser avaliados pela

participação do Espírito Santo no comércio internacional de carnes e o frigorífico a ser instalado no futuro Cais de Capuaba que marcará em definitivo a presença de nosso Estado como exportador de carnes.

CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO

(CONESTUR)

A primeira reunião do CONESTUR realizou-se em 27 de julho e a sua instalação na nova sede verificou-se em 23 de outubro com a realização da quarta reunião ordinária. Em 1972, foram realizadas 6 reuniões ordinárias e além de inúmeros assuntos debatidos, foram aprovadas 11 Resoluções a saber:

Resolução nº 01, de 27/6/72 — Publicada no Diário Oficial de 17.08.72.

"Aprova o Plano de Aplicação de Recursos consignados no orçamento do Estado em favor do Fundo de Fomento ao Turismo";

Resolução nº 03, de 28.08.72 — Publicada no Diário Oficial de 02.09.72.

"Delega atribuições ao Secretário Executivo do CONESTUR de contratar com terceiros a implantação dos setores de Pessoal e Contabilidade da Secretaria Executiva";

Resolução nº 04, de 18.9.72 — Publicada no Diário Oficial de 27.9.72.

"Autoriza o Secretário Executivo do CONESTUR celebrar convênio com o BANDES";

Resolução nº 05, de 26.10.72 — Publicada no Diário Oficial de 1/11/72.

"Aprova tabelas de diárias para os membros do Conselho Estadual de Turismo (CONESTUR) e servidores da Secretaria Executiva";

Resolução nº 06, de 26.10.72 — Publicada no Diário Oficial de 17.11.72.

"Delega atribuições ao Secretário Executivo do CONESTUR de contratar com terceiros a Consultoria Arquitetônica da Secretaria Executiva";

Resolução nº 07, de 26.10.72 — Publicada no Diário Oficial de 17.11.72.

"Delega competência ao Secretário Executivo do CONESTUR de firmar convênio com o BANDES e BANESTES";

Resolução nº 07-A, de 20.12.72 — Publicada no Diário Oficial de 30.12.72.

"Aprova reformulação do Plano de Aplicação de Recursos consignados no orçamento do Estado do Espírito Santo, em favor do Fundo de Fomento ao Turismo";

Resolução nº 08, de 20.12.72 — Publicada no Diário Oficial de 28.12.72.

"Estabelece normas para a integração dos municípios ao Sistema Estadual de Turismo";

Resolução nº 09, de 20.12.72 — Publicada no Diário Oficial de 28.12.72.

"Estabelece normas para a prestação de serviço de informação turística e a organização de um cadastro de Guias Turísticos";

Resolução nº 10, de 20.12.72 — Publicada no Diário Oficial de 03.01.73.

"Aprova zoneamento turístico para o Estado do Espírito Santo.

III — A SECRETARIA EXECUTIVA

Muito embora o Secretário Executivo já viesse prestando diversos serviços, somente após a publicação do Decreto nº 276-N, de 4 de outubro de 1972, que aprovou o seu Quadro Provisório, e a sua instalação efetiva na nova sede, a Secretaria iniciou efetivamente as suas atividades.

1 — INSTALAÇÕES DA SEDE

Em decorrência do convênio firmado com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES), a Secretaria Executiva instalou-se, durante o mês de outubro no 6º andar do Edifício Anchieta, à Rua Nestor Gomes nº 277 nesta Capital. Posteriormente, foi alugado o conjunto nº 503 do mesmo Edifício.

Foi adquirida, através do Departamento de Transportes, uma Viatura do tipo VARIANT, da marca VOLKSWAGEN.

Através da EMFORMA, foram adquiridos móveis, equipamentos e material de consumo, tornando possível o início das atividades.

2 — IMPLANTAÇÃO ADMINISTRATIVA

Obedecendo às melhores técnicas administrativas, aprovado o Quadro de Pessoal, foram realizadas as provas de seleção de Pessoal e estabelecido um programa de treinamento de servidores.

Dentro de um rigoroso critério de contenção de despesas, foram admitidos, até 31 de dezembro, 14 servidores, muito embora o Quadro Provisório tenha criado 25 empregos.

3 — ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

A Resolução nº 01 do CONESTUR aprovou o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo de Fomento ao Turismo.

Em decorrência da contenção de despesas no setor de custeio, foi possível reformular o Plano, através da Resolução nº 07, de 20 de dezembro.

Para uma despesa prevista de Cr\$ 200.000,00, a despesa realizada foi de Cr\$ 149.868,23, verificando-se, assim, um saldo de Cr\$ 50.131,77, que será transferido para o exercício de 1973, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 622-E, de 20 de julho de 1972.

4 — ASSISTÊNCIA AOS EMPREGADOS

Até o ano de 1972, o Conselho Nacional de Turismo não havia ainda aprovado um projeto sequer para o Espírito Santo. Graças à consultoria gratuita que tem sido dada aos empresários, em 1972, foram aprovados dois projetos: o de construção do HOSTESS — PRAIA DA COSTA, em Vila Velha; e o de ampliação do Hotel São José, em Vitória. Enquanto isso, seis projetos encontram-se em diferentes fases de tramitação na EMBRATUR: SERRAMAR HOTEL, em Guarapari; HOSTESS-GUARAPARI, em Guarapari; HOTEL PRAIA DA GUANABARA, em Anchieta; HOTEL IMPERADOR, em Domingos Martins; HOTEL ESPADARTE, em Anchieta e HOTEL CORONADO, em Guarapari.

Por outro lado, dezenas de empresários têm sido recebidos e orientados para a consecução dos seus objetivos, sob os aspectos jurídico, arquitetônico e econômico.

5 — PROGRAMAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE HOTÉIS E RESTAURANTES DE GUARAPARI

Em sintonia com as recomendações da I Reunião dos Órgãos Oficiais de Turismo, realizada em Brasília, foi formulado e executado o Programa de Recuperação de Hotéis e Restaurantes de Guarapari, com vistas à realização do VIII Congresso Nacional de Municípios, programado, para o mês de agosto, naquele balneário.

Foram financiados seis Hotéis e treze Restaurantes, destinando-se os recursos no montante de Cr\$... 172.017,00 à renovação de equipamentos e à formação de estoques. A EMBRATUR contribuiu para o êxito des-

se programa, colocando à disposição o técnico Sr. Manoel Pizão, que orientou os empresários para aplicação mais adequada dos recursos e, ainda, promoveu o treinamento de garçons e cozinheiros. O programa em questão recebeu louvores do Congresso Nacional de Hotelaria, realizado em Friburgo, Estado do Rio.

6 — OPERAÇÃO VERÃO — 73

Face ao êxito do Programa de Recuperação de Hotéis e Restaurantes de Guarapari, foi firmado convênio com o BANDES e o BANESTES para a execução do Programa denominado "Operação Verão — 73", com recursos destacados pelo GERES.

Destina-se o mesmo à renovação de equipamentos dos Hotéis e Restaurantes da Faixa Radioativa, de Maratães a Nova Almeida, visando despertar o empresário para a necessidade de apresentar, em cada verão, melhoria dos serviços e das condições operacionais.

EMPRESA CAPIXABA DE TURISMO S/A.

A empresa, ao ingressar em seu quinto ano de existência, pôde apresentar, no conjunto das muitas responsabilidades que estavam creditadas à sua administração, um saldo apreciável de realizações, já que o ano de 1972 esteve marcado pela conquista de empreendimento, no setor de turismo, que justificam plenamente apoio e entusiasmo que a ele vimos dedicando.

I — CENTRO DE CONVENÇÕES DE GUARAPARI

Esta pode ser apontada como a maior realização da empresa no ano de 1972, exigindo investimentos da ordem de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros). Foi construído dentro da filosofia que visa ampliar a faixa de utilização da capacidade hoteleira da Faixa Radioativa, cujos resultados já se fazem sentir.

O Centro de Convenções de Guarapari, cuja construção foi entregue pela empresa ao Departamento de Edificações e Obras, pode ser apontada como obra de relevante importância nacional, quer pelo seu padrão, quer pelo verdadeiro desafio que representou a sua construção, inteiramente completada em apenas 70 (setenta) dias.

Vale enfatizar uma medida adotada pela empresa, quando efetivou a construção do Centro de Convenções, que já agora se mostra com resultados positivos, ampliando sensivelmente a economicidade do investimento feito. A EMCATUR, ao adquirir a área inicial de 15 mil metros quadrados para a construção do Centro de Convenções, tomou a decisão, prevendo a importância que a obra teria, de adquirir a área remanescente, ao lado do Centro, num total de 8 mil metros quadrados, com a intenção de reservá-la para a construção de um hotel, fato que viria a completar a infraestrutura da área global, hoje da ordem de 23 mil metros quadrados, representando um investimento de Cr\$ 145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil cruzeiros). O acerto desta medida se reflete nas primeiras propostas em poder da EMCATUR, partida de grupos hoteleiros interessados na área, que giram em torno de Cr\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil cruzeiros), o que equivale afirmar que a área do atual Centro de Convenções ficará de graça para a EMCATUR, para não falar, ainda, no benefício indireto que representará a construção de uma moderna unidade hoteleira ao lado do atual Centro de Convenções.

II — SISTEMA ESTADUAL DE TURISMO

A EMCATUR participou, atendendo à determinação governamental, do Grupo de Trabalho responsável

pela criação do atual Sistema Estadual de Turismo, oferecendo a experiência dos seus cinco anos à formulação de uma política que, à curto e médio prazo, deverá representar uma grande e definitiva conquista para o Espírito Santo. Representada pelo seu Presidente no CONESTUR, a empresa espera poder continuar participando das grandes decisões que o turismo reserva para este Estado, marchando lado a lado, da Secretaria da Indústria e do Comércio, do CONESTUR e de sua nova e experimentada Secretaria Executiva.

III — ZONA TURÍSTICA DE JUPARANÁ

Defendendo há algum tempo a necessidade imperiosa de ser estendida ao Espírito Santo a filosofia do PROJETO TURIS (RIO-SANTOS), enquadrando-a no trecho Rio-Vitória-Salvador, pode a EMCATUR se orgulhar de ter conseguido grande motivação em torno do assunto, que junto aos órgãos estaduais, quer junto à própria EMBRATUR, que sempre se mostrou sensível aos problemas do turismo capixaba. Hoje está praticamente definido o propósito do Governo Federal, através da EMBRATUR, de implantar no eixo Rio-Vitória-Salvador o PROJETO TURSA, complementação natural do PROJETO TURIS (RIO-SANTOS).

O Governo do Espírito Santo, antecipando-se à própria decisão do Governo Federal, autorizou a EMCATUR a proceder as medidas preliminares sobre a implantação de uma área turística às margens da Lagoa Juparanã, hoje a apenas 200 metros da transnacional rodovia BR-101.

Este assunto, que será de grande importância quando da efetivação das medidas iniciais que responderão pelo PROJETO TURSA, tem o apoio integral do atual Sistema Estadual de Turismo.

Para definir as preliminares sobre a implantação da ZONA TURÍSTICA DE JUPARANÁ, a EMCATUR contratou os serviços do arquiteto e urbanista Harry James Cole, também autor do projeto da Cidade Sol, para elaborar o documento inicial, concluído em 1972 e já entregue oficialmente.

O estudo inicial é, portanto, uma colaboração da EMCATUR ao processo de maior profundidade que será gerado pela definição global do PROJETO TURSA.

IV — CIDADE DO SOL

O Projeto de implantação da Cidade do Sol e seu Poço sofreu algum atraso em 1972, já que estava o cronograma da empresa apontando o início dos serviços de infra-estrutura direta como uma das etapas a serem realizadas. A alteração de critérios no tratamento do projeto, por recomendação da assessoria técnica da empresa, determinou que após a execução do levantamento aerofotogramétrico de toda a área compreendida entre Ponta da Fruta e Setiba, limites da futura cidade, fosse concedida, para maior segurança, prioridade à execução de um completo levantamento topográfico da área, para fixação definitiva dos seus limites, respeitado o traçado da Rodovia do Sol e demarcação final das linhas dos bulevares e, em especial do Bairro nº 2, o que virá a propiciar um ganho de tempo quando for atacado em definitivo os serviços de terraplanagem.

Para a execução desta importante etapa, a EMCATUR contratou em 1972 os serviços técnicos da firma MAPLAN — Mapeamento e Planejamento Ltda., que obedece ao comando dos técnicos Deolindo Assaf Hadad e Lécio Passos Narciso, cuja autoridade e experiência estão avalizados pela execução sistemática de importantes serviços para o Governo e para as empresas privadas de nosso Estado.

A equipe contratada executou na área da futura cidade os seguintes serviços: medição por caminha-

mento e execução de desenho partindo do marco 15 até o marco 10, representando cerca de 10.500 metros, inclusive sendo feitas as amarrações ao eixo da Rodovia do Sol, conferência dos serviços de amarração anteriores compreendendo os marcos 10, 11, 12 entre si; execução de amarrações em PIs, PCs e PTs ao longo das tangentes, para o eixo da Rodovia do Sol e em alguns casos para o eixo da estrada em compactação; levantamento de seções transversais de 20 em 20 metros; desenho da planta final, apontando todas as novas linhas e deflexões; execução de 14 mil metros de picadas e alinhamentos; abandono do alinhamento feito e realização de um novo com as correções que foram necessárias, já que os originais desenhados e recebidos dos antigos proprietários da área não estavam corretos; abertura de 165 quilômetros de picadas e alinhamentos e implantação dos novos marcos de 300 em 300 metros; amarração final do eixo da Rodovia do Sol, totalizando mais um quilômetro de alinhamento; amarração das duas lagoas, totalizando 3 quilômetros de alinhamento e leituras de novos ângulos, com amarração final na nova planta da área.

A EMCATUR realizou, ainda, na fase de implantação do projeto da Cidade do Sol, através de sua subsidiária EMESA S.A., investimentos que totalizam, inclusive com a aquisição de todo o acervo daquela empresa nos últimos três anos, a cifra de Cr\$.... 1.144.591,36 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um cruzeiros e trinta e seis centavos), dentro da qual também se incluem as despesas com financiamento dos projetos e as despesas de administração necessárias à manutenção da subsidiária no período de julho de 1969 a dezembro de 1972.

Os investimentos feitos pela EMCATUR, através de suprimentos à sua subsidiária estão plenamente garantidos pela viabilidade econômica do empreendimento e pelo apreciável patrimônio da EMESA, que se estimou, consoante avaliação do BANDES, há cerca de dois anos, em Cr\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzeiros). Portanto, a posição da EMCATUR perante sua subsidiária está garantida pelo retorno dos suprimentos que têm sido feitos, tão logo a EMESA possa iniciar a venda das unidades da Cidade do Sol.

Também em 1972 foram iniciados os entencimentos com o Escritório Técnico Saturnino de Brito para a execução do projeto de abastecimento d'água, em nível executivo para o Bairro nº 2 e em termos de definição para o total do conjunto, estudos estes que esperamos executar em 1973, com os recursos orçamentários normais.

V — RADIUM HOTEL

A EMCATUR administrou em 1972 o Radium Hotel de Guarapari, que fora adquirido em 1971 ao Governo do Estado. Sendo este o primeiro ano de administração efetiva e total da EMCATUR no Radium Hotel, podem os resultados ser considerados auspiciosos, pois aquela unidade ofereceu à empresa um lucro líquido anual de Cr\$ 192.470,67 (CENTO E NOVENTA E DOIS MIL, QUATROCENTOS E SETENTA CRUZEIROS E SEXTENTA E SETE CENTAVOS). O Radium Hotel, além do mais, recebeu estreita assistência da empresa, que inteirou-se de todos os seus problemas, procurando racionalizar a sua administração e ampliar, dentro das modestas possibilidades do atual conjunto hoteleiro, os padrões de hospitalidade e conforto. Sabido que o Radium Hotel dispõe de apenas 35 apartamentos e 32 quartos, faltando-lhe, por conseguinte, maior disponibilidade de acomodações condignas para atender a imensa procura, já que os quartos apenas são ocupados nos períodos de alta, por falta de padrão, pode-se considerar o resultado operacional o melhor de toda a história daquela unidade.

A EMCATUR após executar uma reforma superficial no prédio, realizando serviços de pintura externa e interna, recuperando instalações elétricas e hidráulicas superadas, pôde enfrentar um programa de melhoria interna dos apartamentos e das áreas de recreação e estar, promovendo a instalação de novo mobiliário para os apartamentos e a instalação de confortáveis grupos estofados no saguão de entrada e nos salões de estar e jogos.

Releva notar que o Radium Hotel, em 1972, colocou em ordem perante as entidades previdenciárias e organismos trabalhistas, todos os recolhimentos atrasados inclusive o débito perante a Prefeitura de Guarapari.

A EMCATUR, buscando servir, indiretamente, de frente mediadora de custos de diárias, manteve as diárias do Radium Hotel em níveis razoáveis, fixando o preço de diária para casal, em apartamentos frente, em Cr\$ 120,00 (cento e vinte cruzeiros), inclusive refeições quando os preços médios das diárias em hotéis de sua categoria, em Guarapari, oscilam entre Cr\$ 80,00 e Cr\$ 100,00, sem refeições.

O Radium Hotel, portanto, se transformou em 1972 num valioso instrumento de apreciável receita para a empresa, servindo, ainda, como instrumento de apoio ao desenvolvimento turístico de Guarapari, enfeando os dados alinhados uma possível reformulação da política a ser adotada pela empresa com referência a uma melhor utilização do hotel, ampliando-se auspiciosamente as suas faixas de rentabilidade, operando com uma reforma planejada, com a ampliação de apartamentos e melhoria gradual de seus padrões de conforto.

VI — SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O atual capital da empresa, totalmente integralizado, é da ordem de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Os resultados operacionais de 1972, em que pese o pequeno saldo negativo do exercício, se analisados em termos frios, representam a afirmação de que a empresa atingiu sua plena maturidade econômica. Para um prejuízo nominal de balanço da ordem de Cr\$ 123.653,60 (cento e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e três cruzeiros e sessenta centavos), pode a empresa apresentar, em contrapartida, um Ativo Realizável a médio e longo prazo, da ordem de Cr\$.... 3.492.536,65 (Três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quinhentos e trinta e seis cruzeiros e sessenta e cinco centavos). Somente em termos de sua subsidiária a empresa tem um Ativo Realizável da ordem de Cr\$ 1.144.591,36 (um milhão, cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e um cruzeiros e trinta e seis centavos), de retorno assegurado tão logo a EMESA inicie o seu programa de vendas das unidades da Cidade do Sol. Por outro lado o Imobilizado Financeiro da empresa situa-se, em 31 de dezembro, num total de Cr\$ 1.859.794,88 (um milhão, oito-centos e cinquenta e nove mil, setecentos e noventa e quatro cruzeiros e oitenta e oito centavos). O item Receitas Diversas da empresa se fixou no período num total de Cr\$ 531.502,36 (quinhentos e trinta e um mil, quinhentos e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) representando a receita específica do Radium Hotel cerca de 25% (vinte e cinco por cento) do total do item.

As despesas da Administração, num confronto com o ano anterior, foram reduzidas em cerca de 35% (Trinta e cinco por cento). Os investimentos que a empresa foi chamada a realizar, especialmente no que se refere à execução do Centro de Convenções de Guarapari e sua posterior manutenção superaram a dotação específica da obra em cerca de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), dentro desta parcela incluído o débito com o DEO, estimado em cerca de

Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros). Fora do orçamento inicial a EMCATUR teve que realizar inúmeros serviços, especialmente na faixa da rede de energia, de telefones, de urbanização, de mobiliário inadiável que exigiram investimentos aproximados da ordem de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), alguns dos quais pendentes de resgate para este ano, com as dotações que a empresa receberá do Governo do Estado. Vale, ainda, destacar que a execução do Centro de Convenções pela urgência com que foi construído, tem alguns defeitos que procuramos, na medida dos recursos disponíveis em 1972, corrigir e aprimorar.

A manutenção do Centro de Convenções de Guarapari em que pese o período em que operamos em 1972, já pode ser estimado em cerca de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) mensais, representando uma despesa no exercício da ordem de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros).

Em 1972 a empresa, por solicitação do Governo do Estado, ofereceu garantia, representadas por todas as ações da PETROBRAS, de sua propriedade, perante o Banco Nacional de Investimentos, fato que limitou o início dos investimentos que estavam programados e que seriam realizados com a captação, no mercado de ações, através da venda, de recursos capazes de assegurar a dinamização das obras na Cidade do Sol.

Ao mesmo tempo, por força de disposições das Assembleias Gerais da PETROBRAS, em 1972, a EMCATUR exerceu a subscrição de direitos permitida, investindo de seus próprios recursos a alta cifra de Cr\$ 435.008,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e oito cruzeiros), representando idêntico total de ações ordinárias e preferenciais, cujo valor médio em 31 de dezembro é da ordem de cerca de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros).

O ano de 1972 foi para a EMCATUR, dentro da análise de profundidade que esperamos ter feito, um ano economicamente bom, pois estrapola no tempo e no espaço um futuro promissor e pleno de grandes realizações, plantada que está a empresa em números sólidos e de expressiva rentabilidade, focado apenas, para citação de um exemplo, o patrimônio que representa hoje as ações da PETROBRAS, cujo valor global médio, à cotação de 31 de dezembro, é de Cr\$... 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros).

Uma empresa do porte e da importância da EMCATUR, em termos de filosofia da política turística avançada que estamos executando, não pode se constituir para um exercício, mas para a sequência lógica de um programa, cuja base tem exigido sacrifícios, representados pelos custos de sua implantação e afirmação.

Por isto mesmo, em 1972, por análise do GERES e do BANDES, quando oficialmente se estudou o comportamento econômico financeiro das maiores empresas capixabas, orgulhosamente a EMCATUR situou-se entre as 50 maiores sociedades anônimas do Estado, ocupando, mesmo na atual fase de implantação e montagem, um expressivo 32º lugar.

Portanto, é com absoluta tranquilidade que encaramos o resultado aparentemente negativo deste exercício, entendendo-o muito mais como um aspecto puramente circunstancial, do que, propriamente, como uma deficiência de caráter estrutural.

VII — ASSEMBLEIAS GERAIS

Durante o exercício de 1972 a EMCATUR realizou um total de 2 (duas) Assembleias Gerais, destacando como finalidades principais: na primeira Assembleia Geral, realizada no dia 8 de maio de 1972 foram aprovados o Balanço encerrado em 31 de dezembro de 1971, Relatório da Diretoria e Parecer do Conselho Fiscal bem como foi realizada a eleição de Diretoria na segunda Assembleia Geral, realizada no dia 15 de se-

tembro de 1972, foram revogados os Estatutos Sociais da empresa, para atender às exigências da Lei Estadual nº 2.700, de 16.06.1972 e Decreto Estadual nº 622-N, de 20-07-1972.

VIII — NOVAS INSTALAÇÕES

A EMCATUR vinha funcionando há quatro anos num prédio velho localizado à Praça Costa Pereira, 132, cujas instalações ficaram superadas com o crescimento da empresa e por exigência de adaptação funcional aos padrões das sedes das demais empresas e órgãos estaduais. O movimento de visitação, a necessidade quase permanente de apresentação de audiovisuais e palestras a comitivas de turistas e visitantes, determinou que a Diretoria adotasse medidas visando conseguir um novo local para sua sede. O assunto está plenamente resolvido, pois a empresa já está com as novas instalações prontas e funcionará com todos os seus serviços na nova sede no ano de 1973. As instalações da empresa passam, assim, a funcionar no prédio 165 da Rua Graciano Neves, ocupando o primeiro e segundo andares.

IX — CONGRESSOS

Durante o ano de 1972 a empresa esteve representada pelo seu Presidente no Congresso de Turismo de Brasília, no Congresso de Turismo da Organização dos Estados Americanos, realizado na Guanabara e no Congresso das Organizações Turísticas da América Latina (COTAL) realizado em São Paulo. Todas estas oportunidades de convivência e especialização foram altamente produtivas para a empresa, pois sempre nestas reuniões foram estabelecidas novas cabeças de ponte para a dinamização dos investimentos turísticos e para a afirmação da atividade governamental no setor, fixando-se uma imagem produtiva do Espírito Santo.

X — FEIRAS E EXPOSIÇÕES

A EMCATUR, conduziu todas as providências que visavam fixar a imagem do Estado junto a algumas das mais importantes feiras e exposições nacionais. Vale destacar as representações do Estado na Feira da Providência (Guanabara), Feira da Paz (Belo Horizonte), Feira dos Estados (Brasília) e Feira da Caridade (Recife), além, naturalmente, de uma acentuada participação no comando e na montagem da Feira Capixaba dos Municípios, patrocinada pela Primeira Dama de nosso Estado, que se constituiu num autêntico sucesso.

Dentro do programa das Feiras pôde a EMCATUR apresentar com absoluto sucesso a sua programação áudio-visual, com o equipamento Multimage, cuja repercussão garantiu uma posição de destaque para muitos aspectos, não só turísticos, mas, ainda, econômicos e culturais do Estado.

Durante 20 (vinte) dias, no caso específico de Vitória, toda a programação áudio-visual foi apresentada na loja terrea de nossa sede no mês de fevereiro, com um índice de visitação que girou em torno de 5.400 pessoas, em sua maioria, turistas e visitantes.

XI — PROMOÇÕES

No curso do ano de 1972 a EMCATUR patrocinou duas promoções de grande repercussão. No mês de maio patrocinou a Exposição do Pintor Vicente Besugo, no hall nobre do Teatro Carlos Gomes e, no mês de novembro, com repercussão nacional a I Regata Oceânica Rio-Guarapari e Vitória-Rio, com o apoio da Capitania dos Portos, da Associação Brasileira de Veleiros de Oceano e com a participação do Iate Clube do Rio de Janeiro e do Iate Clube do Espírito Santo. Para este importante acontecimento a empresa criou o Tro-

fêu "Arthur Carlos Gerhardt Santos", de posse transitória que voltará a ser disputado nos dois próximos anos.

XII — INVESTIMENTOS

A EMCATUR deu expressiva contribuição ao programa de investimentos governamental, atuando decisivamente na sua faixa de responsabilidade, buscando atrair novos investidores para o turismo estadual. Foram iniciados entendimentos, com a participação do Engenheiro Eliezer Baptista da Silva, com um grupo hoteleiro alemão, que esperamos possa frutificar muito breve. Mantivemos, ainda, entendimentos com grupos americanos e canadenses, franceses e belgas, visando corporificar investimentos turísticos de porte na hotelaria da Faixa Radioativa. Vale adiantar os entendimentos mantidos pela empresa com o Grupo da EMBRAPLAN, que representa no Brasil poderoso consórcio financeiro internacional, cujos entendimentos foram levados à apreciação do Senhor Governador, em entrevista mantida com o engenheiro Roberto Saboya, representando o Presidente do Grupo, Dr. Garrido Torres. Estes entendimentos prosseguem e deverão ser objeto de apreciação quando da próxima viagem do Senhor Governador aos Estados Unidos.

Por outro lado não foram pequenos os entendimentos mantidos pela EMCATUR com grupos nacionais. Entre os mais proveitosos entendimentos mantidos pela empresa, podem ser destacados aqueles travados com os Grupos TUR-ABRIL, COMBRATUR e CASATOUR que deverão gerar novos investimentos no campo hoteleiro estadual. Com o advento do CONESTUR, os entendimentos preliminares travados com a EMCATUR, quando fogem à sua área específica de tratamento, são diligentemente encaminhados à Secretaria Executiva do referido órgão.

De qualquer forma a EMCATUR tem sido, no trato com os empresários que a têm procurado, de uma eficiência que não pode deixar de ser reconhecida, pois as dezenas de visitas feitas pelos seus Diretores e funcionários, acompanhando grupos e investidores privados, à Faixa Radioativa, têm produzido bons resultados. Ao lado desta assessoria direta, a Faixa Radioativa, o traçado da BR-262 em nossa região de montanha e o atual circuito norte da BR-101 têm sido palmilhados quase diariamente por Diretor ou funcionário desta empresa, sendo cada visita complementada com material informativo dinâmico sobre a nossa legislação de incentivos e sobre aspectos turísticos, sociais, culturais e econômicos de nosso Estado, muitas das quais recebem, ainda, a complementação de uma palestra, auxiliada pelos nossos programas audio-visuais.

XIII — MATERIAL PROMOCIONAL

Esta empresa, por força dos critérios que nortearam a sua fundação, teve que exercer, ainda em 1972, o papel de principal órgão fornecedor de material promocional para a cobertura das viagens de representantes capixabas a outros Estados, dos congressistas e convencionais que aqui estiveram, dos Ministérios Federais, das Secretarias de Estado e de todos os demais órgãos da administração descentralizada estadual, bem assim das empresas ou grupos de empresários que nos visitaram, dos estudantes de todos os níveis, tanto capixabas quanto os visitantes, além de fornecer material para a EMBRAPLAN e para as embaixadas e consulados brasileiros no exterior, para agências de viagem, transportadores e grupos hoteleiros de outros Estados. Incluíram-se, ainda, no atendimento da EMCATUR, os pedidos de bibliotecas, colégios governos estaduais e pedidos particulares em correspondência volumosa que se encontra em nossos arquivos, numa maravilhosa demonstração de interesse pelo nosso Estado, que esta empresa não poderia desconhecer.

Para que se tenha uma simples idéia da importância deste trabalho mandamos levantar as nossas ordens de expedição de material promocional, encontrando um volume de atendimento para estes tipos de solicitação da ordem de 85.826 peças diversas sobre o nosso Estado.

Em livros e publicações sobre o Espírito Santo, fomos encontrar um total distribuído da ordem de 17.531 peças; em folhetos promocionais diversos, à cores e em duas cores, fomos encontrar um total de 34.988 peças; em mapas distribuimos 7.307 peças. No âmbito dos congressos, convenções e feiras de que participamos ou que aqui se realizaram fizemos uma distribuição de 26.000 peças promocionais.

Ao lado deste tipo de atendimento, que figura como uma das principais preocupações dos turistas, tivemos que dar a nossa participação, ainda, no atendimento de exigência oficial do Governo, de brindes para as autoridades mais importantes que visitaram o nosso Estado, entre os quais sempre procuramos colocar as elogiadas coleções de pios de caça, peças de nosso artesanato de jacarandá e conchas e medalhas cunhadas especialmente para comemorar o Sesquicentenário da Independência.

Mandamos confeccionar, em 1972, duas peças que faltavam no nosso Estado e que eram sempre uma permanente exigência de nossos visitantes e de nossos próprios coestaduanos. Pela primeira vez o Espírito Santo pode apresentar, realmente, um Mapa Rodoviário e Turístico completo, documentando todos os aspectos de relevante importância turística e rodoviária. Ao lado deste mapa, que tem sido elogiado por todos que o recebem, mandou a EMCATUR confeccionar o primeiro Mini-Guia Turístico da Grande Vitória, trabalho da mais alta importância para os turistas e visitantes.

XIV — DOCUMENTAÇÃO

Continuou a EMCATUR, em 1972, a executar o seu papel de colecionadora de documentários fotográficos sobre os pontos de maior significação turística de nosso Estado, em preto e branco e a cor. Este material tem servido não só à EMCATUR, como também a muitos órgãos estaduais, aos estudiosos de nosso folclore e de nossas tradições religiosas e à ilustração permanente de reportagens e publicações de toda a natureza sobre o nosso Estado. Vale destacar que a EMCATUR conseguiu documentar os tradicionais festejos do Alardo e do Boi de Reis em Conceição da Barra, uma das mais caras tradições folclóricas deste Estado, fato que vinha sendo tentado há alguns anos.

Possui a EMCATUR, portanto, farto e variado material fotográfico sobre todos os importantes balneários e cidades capixabas de significação turística, bem como sobre alguns dos mais destacados aspectos econômicos, culturais, sociais e folclóricos do Espírito Santo.

XV — POLUIÇÃO/SISTEMA

A EMCATUR participou do Grupo de Trabalho que estuda a Poluição da Faixa Radioativa do Estado, que em 1972 realizou duas reuniões.

XVI — PROGRAMAÇÃO

Para o verão a EMCATUR elaborou um programa social recreativo que está encontrando a maior repercussão em Guarapari. Aproveitando o período de verão e a ociosidade compreensível do Centro de Convenções de Guarapari, está em curso um programa de shows e peças teatrais que colhem grande sucesso e muito contribuiu para dar novo colorido às noites de nosso maior balneário. Estas apresentações, cuidadosamente selecionadas, utilizam artistas de renome nacional.

SECRETARIA DE SAÚDE

No desenvolvimento de seu trabalho a Secretaria de Saúde adotou como objetivos:

a) Garantir o pleno funcionamento dos diversos setores de atuação direta, através de um esquema administrativo eficiente e flexível que permitisse a tramitação rápida de expedientes.

b) Executar diversos projetos e atividades dentro do Programa de Assistência Médico-Sanitária, Ambulatorial e Domiciliária, atingindo significativo percentual da população do Estado.

Como integrantes do objetivo número 2 destacam-se os seguintes projetos:

1) **Projeto de Construção, Ampliação, Equipamento e Reequipamento de Unidades Sanitárias:** Trata-se do projeto que se compatibilizou com o programa do Governo Federal que prevê e recomenda a construção de novas Unidades de Saúde e a integração dos serviços locais e regionais do sistema nacional, de promoção, proteção e recuperação da Saúde, compreendendo os níveis federal e estadual e municipal, além da participação comunitária.

No que concerne à construção de novas Unidades Sanitárias, foram alocados recursos, em 1972, na ordem de Cr\$ 152.319,00 (cento e cinquenta e dois mil, trezentos e dezenove cruzeiros).

O setor de conservação, reforma, adaptação e ampliação de Unidades Sanitárias exigiu, também em 1972, recursos da ordem de Cr\$ 112.240,00 (cento e doze mil, duzentos e quarenta cruzeiros).

Paralelamente à construção, reforma, ampliação, conservação e reparos de Unidades Sanitárias, e como meta de significativa importância, pois tem sido crescente o valor das aplicações no setor, tem-se procurado dotar as Unidades Sanitárias de material médico, odontológico e de laboratório, de excelente qualidade.

Procurando-se uniformizar o material adquirido e distribuí-lo padronizado para todas as Unidades Sanitárias, o maior volume de aplicações, tanto em 1971 como em 1972, foi concentrado na aquisição de equipamento para laboratório, como estufas, microscópios, centrifugadores, autoclaves, agitadores e, também, de gabinetes odontológicos portáteis e fixos.

2 — **Projeto de Fixação de Profissionais de Medicina no Interior:** Constitui outro projeto prioritário relacionado pelo Governo Federal, para execução pelos Estados, no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND-1972/1974). Este projeto conta com a participação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Ru-

ral — FUNRURAL que, mediante convênio com o Governo do Estado, promove a suplementação de vencimentos ou salários de médicos, de dentistas e de farmacêuticos como atrativo para sua fixação no interior do Estado.

Em 1972 o FUNRURAL aplicou nesse projeto Cr\$ 1.471.000,00, enquanto o Governo do Estado contribuiu com o montante de Cr\$ 2.483.200,00.

Ao final do exercício de 1972 todos os municípios contam com médicos e das Unidades Sanitárias, apenas a de Santa Marta, no interior do município de Alegre, não dispunha desse tipo de profissional.

FIXAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE MEDICINA NO INTERIOR — 1970-1972

Profissionais	até 1970	em 1971	em 1972	Total
Médicos	107	14	12	133
Dentistas	79	1	2	82
Enfermeiras	2	—	—	2
Engenheiros	—	—	—	—
Farmacêuticos	—	—	2	2
Veterinários	—	—	—	—

O projeto de fixação de profissionais de medicina no interior aliado ao projeto de construção, ampliação, equipamento e reequipamento de Unidades Sanitárias permitiu ao Governo do Estado ampliar a assistência médico-sanitária e melhorá-la quantitativa e qualitativamente, além de contribuir decisivamente para o aperfeiçoamento do sistema estatístico.

As atividades relacionadas a este projeto podem ser especificadas assim:

- a) — Assistência Médico-Sanitária a Adultos
- b) — Assistência Médico-Sanitária a Gestantes
- c) — Assistência Médico-Sanitária a Infantes
- d) — Assistência Médico-Sanitária a Pré-escolares
- e) — Assistência Médico-Sanitária a Escolares
- f) — Alimentação Materno-Infantil

As unidades sanitárias consignaram em 1971 e 1972 o seguinte movimento, em relação às cinco modalidades de atividades acima especificadas:

MOVIMENTO DAS UNIDADES SANITÁRIAS

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — 1971/1972

GRUPOS	inscrição		consultas		comparecimento	
	1971	1972	1971	1972	1971	1972
a) Adultos	78.459	96.384	163.630	242.749	230.160	274.714
b) Gestantes	13.425	11.644	25.299	26.521	29.988	32.025
c) Infantes	18.325	21.828	44.924	59.892	57.520	71.223
d) Pré-Escolares	38.239	47.409	103.945	124.505	147.632	163.429
e) Escolares	34.617	48.916	90.987	144.561	125.814	191.304
TOTAL	183.065	226.181	431.785	589.228	591.114	732.694

Com um total de 589.228 consultas em 1972 a todos os grupos etários considerados, as Unidades Sanitárias prestaram, aproximadamente, 36 consultas a cada dez habitantes do Estado.

Com um comparecimento da ordem de 732.694 em todos os grupos etários, quase que 1 em cada 2 habitantes compareceu às Unidades Sanitárias do Estado.

Um elevado número de laboratórios elementares de saúde pública existente nas Unidades Sanitárias proporcionou um razoável controle das parasitoses intestinais. Sem considerar o movimento dos laboratórios Regionais de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, incluídos em outro programa do setor de saúde, foram as seguintes atividades dos laboratórios locais, isto é, das Unidades Sanitárias.

MATERIAL EXAMINADO	Unidades Sanitárias		Unidades Móveis		TOTAL	
	1971	1972	1971	1972	1971	1972
Fezes	100.297	197.395	38.432	62.338	138.729	259.733
Urina	30.396	33.404	—	—	30.396	33.404
Sangue	9.145	13.928	—	—	9.145	13.928
Outros	4.076	41.258	—	—	4.076	41.258
TOTAL	143.914	285.985	38.432	62.338	182.346	348.323

O movimento dos laboratórios das Unidades Sanitárias inclusive das Unidades Móveis, comprova que mais de 15% da população do Estado foi examinada parasitologicamente (exame de fezes), tendo sido dada prioridade especial, nas Unidades Móveis, ao grupo etário dos escolares (Faixa de 7 a 14 anos).

O total de exames de laboratório em 1972 quase duplicou em relação a 1971. Em face desses dados torna-se evidente a necessidade de maior número de técnicos, já preparados em cursos regulares proporcionados pela própria Secretaria mas ainda não admitidos por carência de recursos financeiros.

3 Projetos de Assistência Domiciliária por Unidades Móveis:

Não tendo sido possível ainda, atender de casa em casa através das Unidades Sanitárias Móveis (USM) procurou-se atingir os escolares instalando, nas maiores escolas de cada localidade, os serviços básicos conduzidos. Dando continuidade ao projeto de 1971, nas localidades trabalhadas em 1972, além da educação sanitária procedeu-se a medicação com antihelmínticos, antibióticos e hematinicos e a vacinação básica além da assistência odontológica.

Concluído o atendimento de escolares, o trabalho se estende a outros grupos de população visando, principalmente, a vacinação, as consultas de urgência e a eventual distribuição ou aplicação de medicamentos.

Em Vitória o projeto tem a denominação de Serviço Escolar Externo porque dedica-se, exclusivamente, ao grupo etário de 7 a 14 anos.

Em 1972 o projeto atingiu 31 municípios do Estado, logrando-se um total de 82.145 atendimentos médicos.

Nesses municípios, a medicação ministrada gratuitamente em 1972 somou a mais de 1 000 000 de unidades.

VACINAS	DOSES APLICADAS		TOTAL
	1971	1972	
contra a febre amarela . .	78.172	170.219	248.391
contra a varíola	75.059	88.914	163.973
contra a poliomielite . . .	45.892	24.378	70.270
contra o sarampo	1.285	—	1.285
contra a difteria	50.220	45.572	96.792
contra o coqueluche	47.306	45.446	92.752
contra o tétano	110.628	94.212	204.840
TOTAL	408.562	468.741	877.388

O controle das helmintoses foi outro objetivo perseguido durante o trabalho das Unidades Sanitárias Móveis dentro do Projeto de Assistência Domiciliária.

PARASITÓSES INTESTINAIS

ESPECIFICAÇÃO	1971	1972
Total de Exames	39.215	63.380
Exames Negativos	1.530	1.652
INFESTAÇÕES:		
Ascaris lumbricoides	27.673	41.819
Ancylostomo duodenal	20.704	28.058
Strongilóides stercoralis . . .	3.912	6.246
Shistosoma mansoni	596	831
Tênias	537	635
Outros helmintos	7.470	11.091
INFECÇÕES:		
Giárdia lãmbia	6.543	8.679
Amebas	4.140	11.039
Outras protozooses	1.109	1.482

Em 1972, foram realizados 54.805 serviços diversos na prestação de assistência odontológica a 22.039 pessoas. Além de 2.905 intervenções diversas os cirurgiões dentistas realizaram 30.032 extrações, sendo 17.855 de dentes decíduos e 12.227 de dentes permanentes. Para a execução dos trabalhos foram trabalhadas 4.326 horas em 735 dias e consumidos 17.203 tubos de anestéticos.

4. Projeto de Controle de Erradicação de Doenças Transmissíveis:

4.1 — Imunização contra doenças evitáveis:

Peça básica do Projeto de Controle e Erradicação de Doenças Transmissíveis, foi a vacinação contra as doenças evitáveis, graças ao intenso trabalho junto às comunidades, que permitiu superar os crescentes totais dos anos anteriores, atingindo-se em 1972 ao recorde de 851.942 doses aplicadas.

IMUNIZAÇÃO 1971/1972

VACINAS	DOSES APLICADAS		TOTAL
	1971	1972	
contra a varíola	196.732	353.606	550.338
contra a febre tifóide . . .	178.902	87.813	256.715

contra a poliomielite	124.623	108.671	233.291
contra o tétano	105.647	113.662	219.304
contra a difteria	92.193	67.275	159.468
contra a coqueluche	86.526	63.587	150.113
contra o sarampo	5.551	411	5.962
BCG (contra tuberculose)	3.970	55.665	59.635
contra a cólera asiática ...	324	133	477
contra a raiva	—	1.099	1.099
TOTAL	784.463	851.942	1.636.405

Dados até outubro

Ainda dando continuidade à execução do Plano Nacional de Controle da Poliomielite em que o Governo do Estado colabora com o Ministério da Saúde, em 1972 procedeu-se à aplicação de 121.816 doses de vacina "sabin".

4.2 — Controle da Tuberculose:

Fatos marcantes na luta contra a tuberculose no Espírito Santo foram em primeiro lugar, a celebração de convênio entre o Governo do Estado, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo e o Instituto Nacional de Previdência Social. Tal convênio veio, realmente, modificar o panorama do combate à referida doença, sob todos os aspectos, entre os quais vale ressaltar o problema econômico desde que o INPS transfere ao Estado mensalmente, através da Fundação Hospitalar do Espírito Santo a quantia de Cr\$ 160.000,00 a partir de março de 1972, para custeio do tratamento vertical (ambulatorial), de seus segurados e dependentes através das Unidades Sanitárias da Secretaria de Saúde, do tratamento horizontal em casos de intercorrências nos no-ocômios da referida fundação, além de permitir a vacinação BCG dos susceptíveis, a investigação epidemiológica para descoberta de novos casos e a quimioprofilaxia maciça dos comunicantes.

O segundo fato significativo foi a assinatura, em outubro de 1972 de convênio entre a Secretaria de Saúde e a Central de Medicamentos CEME, órgão da Presidência da República, que vem suprir as necessidades de tuberculostáticos e permitir a extensão da assistência já prestada aos previdenciários, a toda a população, mesmo aos desprovidos de qualquer vinculação com a Previdência Social.

Em 1972 procurou-se enfatizar a prevenção como em qualquer outra doença contagiosa. Através de inquéritos tuberculínicos foi possível determinar a prevalência da infecção que, embora não possa definir exatamente um parâmetro epidemiológico para toda a área do Estado, em razão das áreas trabalhadas não poderem ser tomadas como "áreas piloto" pela metodologia e critérios adotados. Exprime, entretanto, esse índice tuberculínico, uma média bastante aproximada da realidade, mormente se comparando a índices observados em trabalhos anteriores.

ÍNDICES TUBERCULÍNICOS-1972

População de 0 — 15 anos

MUNICÍPIOS	TESTES			Prevalência (%)
	realizados	positivos	negativos	
Linhares	12.066	785	10.723	6,8
Aracruz	3.725	176	3.549	4,7
Muqui	2.855	111	2.701	4,1
N. Venécia	3.983	102	3.881	2,5

Partindo dos testes tuberculínicos, foram efetuadas 35.932 vacinações com BCG oral, incluindo-se 4.150 sem o teste tuberculínico prévio.

O total geral de vacinações BCG elevou-se a 55.065, sendo 35.932 através de campanhas de massa e 19.733 pelas Maternidades e nas próprias Unidades Sanitárias da rede estadual, de acordo com a seguinte especificação: Vitória (9.948), Cachoeiro de Itapemirim (12.628), Colatina (3.824), Linhares (12.788), Aracruz (3.966), Nova Venécia (7.894), Alegre (1.126), Guaçu (633), São Mateus (177), Itarana (24), Montanha (30) e Muqui (2.633).

CONTROLE DA TUBERCULOSE — 1971-1972

ATIVIDADES	1971	1972	TOTAL
Inscrição de doentes	1.541	2.659	4.200
Inscrição de comunicantes ..	2.101	6.023	8.124
Cons. a comunicantes	2.608	7.463	10.074
Consultas a doentes	5.679	13.419	19.098
Total de comparecimento ...	12.656	31.451	44.107

4.3 — Controle da Lepra:

Após uma fase de transição decorrente da transferência ao Estado da execução da luta contra a doença, cabendo então à Divisão Nacional de Lepra ação exclusivamente normativa, foram delineados planos de trabalho tendo em vista a assinatura de um convênio entre o Ministério da Saúde e a Secretaria, pelo qual aquele Ministério participou com Cr\$ 30.000,00 em 1972 que dificultaram a plena execução das atividades porque não foram liberadas durante o exercício.

Revelou-se como iniciativa de grande valor a modificação do nome da doença através de Instrução de Serviço, ficando condenado o uso do termo lepra e seus derivados e tornando obrigatório o termo hanseníase e seus derivados. A intensão foi eliminar um estigma de origem bíblica.

CONTROLE DA LEPRAS

1971/1972

ATIVIDADES	1971	1972
Inscrições de hansenianos	346	296
Consultas a hansenianos	1.846	2.990
Inscrição de comunicantes	273	651
Consultas a comunicantes	1.017	2.007
Consultas de despistamento de casos	10.097	7.599
Total de comparecimentos	13.108	14.633
Testes de Mitsuda realizados	488	1.300
Altas por cura	3	1.151

4.4 — Controle da Raiva:

Instituída pelo Decreto 1.010-P, de 03 de agosto de 1971, a Comissão de Coordenação do Controle da Raiva no Estado elaborou projeto de trabalho em conjunto, das Secretarias de Saúde e de Agricultura e Prefeituras Municipais de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Serra que contou com a colaboração durante a execução, da Fundação Espírito Santense de Bem Estar do Menor — FESBEM.

O Plano objetivou o controle da raiva nos municípios da Grande Vitória em particular, com uma popu-

lação aproximada de 350.000 habitantes, com os seguintes princípios básicos:

- a) — tratamento anti-rábico humano para todo o Estado;
- b) — vacinação da população canina em municípios da Grande Vitória;
- c) — tratamento de eventuais focos no interior;
- d) — isolamento e observação sistemática de animais mordedores;
- e) — captura sistemática de cães vadios;
- f) — educação sanitária dirigida para o problema e;
- g) — estudos epidemiológicos.

CONTROLE DA RAIVA — 1971-1972

	1971	1972	total
Pessoas mordidas por diversos animais	2.322	2.456	4.778
Pessoas mordidas que necessitam de tratamento	1.209	979	2.188
Animais mordedores:			
Cão	1.039	811	1.850
Gato	91	80	171
Rato	64	48	112
Macaco	11	0	11
Outros	—	40	40
Bovinos	3	0	3
Morcego	1	0	1

Conseguiu-se a redução do número de tratamento, pois anteriormente a vacinação era sistemática, desde que procurado o serviço. Em 1971 a relação mordedura/tratamento foi de 52,07% e em 1972, foi 39,86%. Houve uma redução do índice de 12,21% graças ao sistema de observação de animais mordedores. Esses sistema passou a funcionar mais efetivamente com a inauguração da Unidade de Profilaxia da Raiva que funciona anexa ao Centro de Saúde de Jardim América e conta com consultórios, sala de vacinação humana, sala de vacinação animal e um canil de observação para animais mordedores.

4.5 — Controle das Doenças Venéreas:

O aumento da incidência em todo o mundo das doenças venéreas fez com que o Governo do Estado dedicasse especial atenção ao problema. No centro de Saúde de Vitória e na área de confinamento das prostitutas foram criados serviços especiais funcionando em Vitória de 8:00 horas às 10:00 e em Manguinhos foi instalada uma Unidade Sanitária polivalente mais norteada, notadamente para a solução do problema. A análise estatística do problema revela o seguinte:

DOENÇAS VENÉREAS — 1971/1972

TIPOS DE ATENDIMENTO	1971	1972
Inscrições	1.672	2.699
Consultas	4.477	5.087
Casos confirmados de doenças venéreas	2.884	2.634
Casos que concluíram tratamento	2.228	1.123
Visitas feitas pelo Ser. Epidemiológico	7	49
Inspecções de saúde	1.105	—

4.6 — Controle da Cólera Asiática:

A partir de setembro de 1970, em decorrência da expansão da 7ª Pandemia da Cólera Asiática e em fase da possibilidade da entrada da doença no país através de terminais de Ponta de Tubarão e de Paul, a Secretaria de Saúde passou a exercer a vigilância Internacional nos referidos portos preenchendo uma lacuna do Ministério da Saúde que, no Espírito Santo dispõe de uma Inspeção de Saúde nos Portos de vez que tal atividade é da competência exclusiva da União. O resultado dos trabalhos executados pelo Estado desde 1970 está assim resumido:

VIGILANCIA INTERNACIONAL

ATIVIDADES	1970	1971	1972
Embarcações entradas	207	771	828
Embarcações visitadas	153	499	494
Inspecções sanitárias	10	10	9
Tripulantes desembarcados por doença	11	46	33
Tripulantes isolados	4	1	—
Tripulantes falecidos	—	1	1
Revacinação anti-variólica	69	941	1.321
Revacinação anti-colérica	778	369	281
Autos de infração	3	13	26
Autos de multa	—	71	10
Prorrogação de desratização	—	5	3
Visitas em alto mar	3	5	1

4.7 — Unidade de Investigação Epidemiológica:

Desde a vacinação anti-variólica realizada pelo Ministério da Saúde em 1969, funciona no Estado uma Unidade de Investigação Epidemiológica da Campanha de Erradicação da Varíola que executa sistemática investigação de todos os casos notificados.

No exercício de 1972 foram encontrados 31 casos suspeitos, com a investigação de todos eles não havendo sequer um caso confirmado. Assim, o Espírito Santo caminha para o 4º ano consecutivo sem nenhum caso, podendo ser considerado área de varíola erradicada.

O fundamento primordial — erradicação — e vigilância — é sem dúvida a investigação sistemática de todos os casos suspeitos. Avaliando-se a importância de tal procedimento foi criada a Unidade de Investigação Epidemiológica junto à Secretaria de Saúde que procura investigar não só os casos notificados de varíola como também de outras doenças transmissíveis classificadas segundo a importância em grupo A (Varíola, Poliomielite, Raiva) e grupo B (Difteria, Tétano, Coqueluche, Sarampo, Febre Tifóide, Tuberculose e Hanseníase). Nos moldes e com experiência da Campanha de Erradicação da Varíola a Unidade de Investigação Epidemiológica, criada através de Instrução de Serviço conseguiu firmar-se a partir de outubro, com recebimento de notificações semanais das Unidades Sanitárias. Ainda não definitivamente implantada já é merecedora de critério e, sem dúvida, será das mais valiosas atividades para o decorrer dos próximos anos. A meta primordial da vacinação anti-variólica para 1973 é atingir a faixa etária de 0 a 4 anos que tem merecido preocupação desta Secretaria.

5. — Projeto de Assistência Odontológica:

A assistência sanitária proporcionada pelo Estado é prestada conjuntamente no campo médico-odontológico, trabalhando harmonicamente a equipe, com pro-

jetos conjuntos, também neste setor o trabalho foi dividido em:

- assistência através da rede de Unidades Sanitárias;
- no interior através de Unidades Sanitárias Móveis;
- nos grandes centros através de equipes de Operação Concentrada de Combate à Cárie ou o chamado serviço externo.

ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA EM UNIDADES SANITARIAS

ESPECIFICAÇÃO	Centros de Saúde e Unidades Sanitárias	
	1971	1972
Exames dentários	58.630	95.037
Atendimentos Subsequentes	64.475	59.141
Total de Comparecimentos	123.105	154.178
Total de tratamentos completados	12.415	8.742
Clientes não atendidos	1.139	1.154
Cirurgias	—	—
Extrações de dentes decíduos	23.778	41.348
Extrações de dentes permanentes	180.451	191.895
Total de extrações	204.229	233.243
Outras intervenções	42.921	32.236
Profilaxia	509	2.525
Fluorterapia	104	—
Inspeção	116	2.498
Estatística	—	—
Consumo de anestésicos	135.940	157.100
Horas trabalhadas	67.717	66.332
Serviços executados	306.509	385.594

6 — Pesquisa e Investigação:

Tendo por finalidade básica o diagnóstico etiológico das doenças, este projeto foi desenvolvido pela Diretoria de Laboratórios de Saúde Pública através dos seus 3 Laboratórios Regionais localizados, respectivamente, em Vitória, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina.

Apoiado na elevação do padrão de pessoal auxiliar e na melhoria das instalações e equipamentos — adquiridos com as disponibilidades orçamentárias próprias e com recursos do Fundo de Participação dos Estados — foi possível dirigir os Laboratórios Regionais no sentido de:

- aumento da produção e da produtividade;
- apuração e padronização de técnicos;
- assistência e orientação aos Laboratórios das Unidades Sanitárias;
- centro de treinamento de pessoal auxiliar e;
- dotá-los de maior mobilidade, retirando-lhes a característica de órgãos estáticos.

Os resultados foram altamente auspiciosos, permitindo que o projeto de Pesquisas e Investigação apresentasse um desempenho amplamente satisfatório.

O quadro abaixo espelha as atividades dos laboratórios Regionais engajados no projeto de Pesquisa e Investigação.

Exame	Vitória	Cachoeiro	Colatina	Total
Fezes	25.916	23.331	18.947	68.194
Urina	3.381	12.917	1.282	17.580
Sangue	48.807	10.871	4.024	63.702
Bacteriológico	860	2.834	1.635	5.329
Soma	79.964	49.953	25.888	154.805

No tocante à assistência aos laboratórios da rede de Unidades Sanitárias, deve-se salientar que foram

visitados, respectivamente, por pessoal de nível superior — Farmacêuticos — dos Laboratórios Regionais, que procederam o levantamento de suas necessidades — materiais e humanas — e ensinaram a elaboração de novas técnicas, especialmente, bacterioscopia da tuberculose.

Acrescenta-se que o Laboratório Regional de Vitória preparou e supriu todas as Unidades Sanitárias de reagentes, corantes e meios de cultura.

Por outro lado no decorrer de 1972 os Laboratórios Regionais adquiriram maior mobilidade, tendo suas equipes procedido levantamentos e inquéritos epidemiológicos em diversas localidades, especialmente aquelas dos municípios de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Itapemirim. É verdade, entretanto, que essa tarefa foi limitada pela pequena disponibilidade de pessoal.

Digno de registro ainda, é a dinamização da Seção de Bromatologia, que hoje se constitui em um poderoso instrumento na luta da Saúde.

Com o objetivo de ampliar o projeto de Pesquisa e Investigação, programou-se a criação do Centro de Investigação Sanitária o qual será orientado, prioritariamente, para o controle da poluição ambiental dos alimentos e medicamentos e de investigação das doenças transmissíveis.

7 — Produção de Medicamentos:

Este projeto tem como responsável pela sua execução o Laboratório Químico Farmacêutico, órgão da Diretoria de Laboratórios de Saúde Pública. O objetivo do projeto é suprir as Unidades Sanitárias dos Medicamentos básicos de que carece a população. Por força de convênio celebrado no ano findo com a Central de Medicamentos — CEME — o Laboratório Químico Farmacêutico passou a produzir para a Secretaria de Saúde de Minas Gerais.

PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS

	1971	1972
comprimidos	6.590.900	7.514.000
líquido	139 41	468 6 L
injetável	—	30.000 amp.

Os quadros que se seguem mostram, discriminadamente a produção de líquidos e comprimidos no decorrer de 1972.

LÍQUIDOS

Produto	Volume (L)
Mercurio cromo	424 1
Tintura de Iodo	62,5
SOMA	486 6

COMPRIMIDOS

Produto	Nº de Comprimidos
Adipato de Piperazina	1.751.000
Acido Acetil salicílico	741.000
Metionina	5.000
Sulfadiazina	1.045.100
Sulfaguanidina	174.900
Tri-sulfa	21.000
Protóxalato de Ferro	302.000
Sulfato Ferroso	3.474.000
SOMA	7.514.000

Em decorrência do Convênio com a Central de Medicamentos foram produzidos para o mencionado Or-

gão medicamentos no valor de Cr\$ 31.832,70, conforme demonstra o quadro abaixo:

MEDICAMENTOS PARA A CEME

PRODUTO	Unidade	Quantidade	Valor (Cr\$)
Sulfadiazina	comprimidos	479.100	20.122,20
Sulfaguanidina	comprimidos	174.900	9.619,50
Mercúrio cromo	frs. 500 ml	630	1.575,00
Mercúrio cromo	frs. 60 ml	510	306,00
Tintura de iodo	frs. 500 ml	60	210,00
SOMA			31.832,70

8 — Programa de Assistência Médico Hospitalar:

Dentro de uma nova concepção e conceituação, o hospital se firma e se fixa como o setor básico da saúde pública mais importante e fundamental no desenvolvimento e planificação dos programas de saúde coletiva e bem estar social.

São valiosos, da mesma forma, ressaltar que em função do internamento para fins de tratamento, atividades técnicas são desenvolvidas com eficiência quer para elucidação diagnóstica, início de tratamento ou complementações, dos quais valem citações:

Exames laboratoriais	16.151
Transfusões de sangue e plasma	21.625

Atendimento Ambulatorial	18.475
Radiografias	3.703
Consultas odontológicas	829
Intervenções cirúrgicas realizadas	3.517
Partos efetuados	2.855

O esforço conjunto dos administradores e do corpo médico das Unidades Hospitalares espelha-se claramente na luta pela diminuição do custo do paciente/dia que embora venha apresentando uma acentuada queda, apresenta-se ainda acima do esperado, face às deficiências notórias ainda existentes na maioria das Unidades Hospitalares. Levando-se, entretanto em consideração notadamente, as características desses hospitais, na sua quase totalidade preenchidos por indigentes, a média de Cr\$ 19,44 por paciente/dia é aceitável.

UNIDADE HOSPITALAR	1971	1972
	Valor Cr\$	Valor Cr\$
Hospital Colônia "Adaauto Botelho"	9,83	8,02
Hospital Infantil "N. Senhora da Glória"	30,89	26,40
Sanatório "Oswaldo Monteiro"	28,61	14,33
Pav. Tuberculosos "Samuel Libânio"	27,90	24,32
Pav. Tubercul. "Carlos Lindenberg"	16,35	13,95
Sanatório "Dr. Pedro Fontes"	3,87	4,33
Hosp. "Dr. João dos Santos Neves"	16,44	26,50
Maternidade de Vila Velha	44,27	17,22
Hospital Maternidade "Sílvia Avidos"	32,78	39,89
MÉDIA DE CUSTO	23,43	19,44

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESPÍRITO SANTO ÍNDICE DE FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES HOSPITALARES — 1972

— ANEXO II —

Unidade Hospitalar	ESPECIFICAÇÃO				
	Paciente Dia	Média Diá- ria Pac.	Nº de Lei- to Dia	% de Ocupação	Média Per- manência
Hospital Colônia "Adaauto Botelho"	253.137	692	317.550	88	84,2
Hospital Infantil "N. Senhora Glória"	59.530	163	75.555	79	14,1
Sanatório "Oswaldo Monteiro"	17.393	45	47.450	37	58,7
Pavilhão Tub. "Samuel Libânio"	11.468	33	13.505	85	161,5
Pavilhão Tub. "Carlos Lindenberg"	15.722	44	18.980	83	113,9
Sanatório "Dr. Pedro Fontes"	129.570	364	158.775	82	(*)
Hospital "Dr. João Santos Neves"	19.015	53	26.280	72	9,6
Maternidade de Vila Velha	16.071	46	21.900	73	7,1
Hospital Maternidade "Sílvia Avidos"	16.911	47	28.835	59	7,5
TOTAIS	538.817	165	708.830	76	57,0

(*) Não efetuada em virtude das características próprias do Hospital.

9 — Programa de Construção e Recuperação Física da Rede Hospitalar:

a) — Construção do Almoxarifado e Armazém Central, cujo orçamento foi fixado em Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) e se localiza em terrenos próprios, existentes no Hospital Colônia "Adaauto Botelho".

b) — Prosseguimento e conclusão da Unidade Integrada de Jerônimo Monteiro, para a qual foi destinada a importância de Cr\$ 154.473,40 (cento e cinquenta e quatro mil quatrocentos e setenta e três cruzeiros e quarenta centavos).

c) — Devidamente empenhada a favor do Departamento de Edificações e Obras, a importância de Cr\$.. 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), para conclusão do Pronto Socorro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim, iniciado com recursos do exercício de 1971.

d) — Projeto das redes de força do Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória", Hospital Colônia "Adaauto Botelho" e Sanatório "Dr. Pedro Fontes", num montante de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros).

e) — Reforma e ampliação do Laboratório de Análise Clínica do Hospital Infantil "Nossa Senhora da Glória" no valor de Cr\$ 33.526,00 (trinta e três mil, quinhentos e vinte e seis cruzeiros).

10 — Equipamento e Reequipamento:

Com dotação orçamentária da ordem de Cr\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil cruzeiros) para equipamento e instalações e Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) para material permanente foram adquiridos materiais destinados ao suprimento das deficiências existentes nas diversas Unidades Hospitalares, bem como de viaturas e materiais destinados ao melhor aperfeiçoamento técnico da Central Administrativa.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Na estrutura existente neste Estado, antes da implantação da Reforma Administrativa, instituída através da Lei nº 2.296, de 17 de julho de 1967, a Secretaria do Interior e Justiça competia exercer, além de suas atividades, também as de segurança pública.

Com a vigência da Lei reformista, a tradicional Secretaria do Interior e Justiça foi extinta, surgindo em sua substituição, a Secretaria de Segurança Pública e Secretaria do Interior e Assuntos da Justiça, às quais ficou distribuída a competência antes reservada à Pasta extinta.

Coube, assim, à Secretaria de Segurança Pública a exclusiva atividade de executar a política governamental destinada a manter a ordem e segurança públicas do Estado, bem como assegurar as liberdades e garantias individuais prevenindo e reprimindo a criminalidade, garantindo o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos.

Para consecução deste mister, dispõe, como órgão executivo, da Superintendência da Polícia Civil e Polícia Militar, contando, ainda, com o Departamento Estadual de Trânsito, que lhe é ligado por linha de vinculação, dada sua condição de órgão autárquico, instituído através da Lei nº 2.482, de 24 de dezembro de 1968.

Para assegurar a política governamental e manter a ordem e segurança públicas, bem como a liberdade e garantias individuais, estão registrados na Superintendência da Polícia Civil 42 (quarenta e dois) veículos. Por apresentarem-se perigosas ao próprio uso, foi determinado recolhimento do Departamento de Transporte, dos seguintes veículos:

1 Caminhonete Ford 1960
1 Jeep Willys 1965
1 Perua Chevrolet — 1963
1 Jeep Willys 1951 (de Cariacica)
1 Jeep Willys 1960 (de Ecoporanga)
1 Volkswagen sedan 1968 (de Aracruz)
1 Volkswagen sedan 1968 (de Guarapari)
1 Volkswagen sedan 1969 (de Santa Tereza)
1 Volkswagen sedan 1969 (de Nova Venécia)
1 Volkswagen sedan 1961 (de Montanha)
1 Jeep Willys 1961 (de Montanha)
TOTAL 10 viaturas.

Dos 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado, 14 (catorze) apenas são beneficiados com meios de transporte. 38 (trinta e oito) reclamam pela mesma sorte.

QUADRO DEMONSTRATIVO

Nº De Ordem	Quantitativo De Viaturas	Tipo para o Veículo	Emprego do Plano
1	1	Fiscalização	Gab. Superintendente
2	8	Transp. pessoas	8 Del. Especializadas
3	2	Transp. pessoas	Central Polícia Civil
4	2	Transp. pessoas	Div. Polícia Técnica
5	3	Dilig. Captura	Div. Polícia Civil
6	2	Transp. cadáver	Serv. Médico Legal
7	2	Transp. preso	Del. Vila Velha
8	1	Transp. preso	Del. Cariacica
9	1	Transp. preso	Del. Serra
10	1	Transp. preso	Del. Viana
11	1	Investigação	Serv. Captura
12	1	Transp. pessoas	Serv. Administração
13	2	Transp. preso	Casa de Detenção
14	1	Reb. manutenção	Garagem e Oficina
15	48	Tração 4 rod. (Jeep)	Dels. Municipais
SOMA TOTAL: 82			

Está implantado no Estado o sistema VHF frequência 32.100 na rep e 39 na trm.

Além desta frequência, uma na faixa de 171,97 arma e repetidor do tronco norte e uma outra de 151,97 arma o repetidor do tronco sul.

Está em estudos a fixação de um canal privado que seria de acesso do Secretário de Segurança, Superintendente de Polícia Civil, Gabinete Militar com a Governadoria dentro do mesmo sistema. Para atender a esse propósito já foi adquirido um repetidor na TV Vitória, juntamente com três móveis capacitados com dois canais. O segundo canal teria a frequência de 32,60 na rep e 39,60 na trm.

Para aplicação de expansão do plano de comunicação no sistema de segurança, são necessárias instalações de estações fixas nos seguintes municípios:

Nova Venécia
Pinheiros
Montanha
Mucurici
Conceição da Barra
São Mateus
Guaçu
Iúna
Castelo
Atilio Vivacqua

Durante o exercício de 1972, foram as seguintes as aplicações em obras e reformas:

- Delegacia de Bom Jesus do Norte
- Delegacia de Pancas
- Subdelegacia de Itamira — Município de Mucurici
- Construção do muro da Delegacia de São Mateus (em construção)
- Readaptação de galpão para instalação provisória da Escola de Polícia (em andamento)
- Reforma da Tesouraria da Polícia Civil
- Reformas em cubículos da Superintendência de Polícia Civil.

Aquisição de mobiliários:

Foram adquiridos e distribuídos às Delegacias e Subdelegacias de Polícia:

- 1 Refrigerador Consul de 10 pés
- 10 fichários F.1258 — Marte
- 10 mesas de aço, tampo fórmica
- 30 fichários mistos, mod. 5 — Marte
- 6 armários de aço, mod. A 400 — Marte
- 4 mesas para datilografia, mod. 107 — Marte
- 2 mimiógrafos a tinta Manual GESTETNER

- h) 40 cadeiras Alber-Flex, mod. 900
- i) 1 arquivo de aço, c/7 gavetas INESTAN
- j) 2 mesas de jacarandá, mod. 42
- l) 4 arquivos de aço c/4 gavetas "Securit"
- m) 10 ventiladores de teto "Silmar"
- n) 17 máquinas de escrever "Remington"
- o) 1 duplicador a tinta — elétrico GESTETNER
- p) 1 refrigerador Consul ET-2.707
- q) 1 aparelho de ar condicionado

Aquisição de armamento:

Foram adquiridos para a Superintendência da Polícia Civil:

- 70 (setenta) revólveres de marca Taurus, cl.32
- 70 (setenta) revólveres de marca Taurus, cl.38

Em resumo, a execução orçamentária relativa às despesas de capital, apresentou o seguinte comportamento, conforme quadro a seguir:

Elemento	Revisão Orçamentária	Realizado
4.1.1	800.000,00	88.871,20
4.1.2	243.000,00	131.804,14
4.1.3	157.000,00	112.886,28

POLÍCIA MILITAR:

A Polícia Militar, Órgão em Regime Especial de Administração, dispoñdo de autonomia administrativa e financeira, vinculado à Secretaria de Segurança Pública, como força auxiliar de Reserva do Exército, instituição armada de caráter permanente, organizada com base na disciplina e na hierarquia militar, destina-se a manter a ordem pública em todo o Território Estadual (Art. 13, § 4º, da Constituição Federal, Art. 102 da Constituição Estadual e 2º da Lei Estadual nº 2.579, de 2 de março de 1971).

Considerando as novas responsabilidades, oriundas de regulamentação do Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, quando todas as missões privativas do policiamento fardado passaram à sua competência, inclusive o trânsito e a Rádio Patrulha, sem mencionar a absorção das missões anteriormente a cargo da extinta Guarda Civil, a Polícia Militar sentiu a urgência de se reestruturar convenientemente para atender a tantas frentes de trabalho.

Concomitantemente com a nova organização que foi baixada com a Lei nº 2.579, de 2 de março de 1971, fixou-se o efetivo da Polícia Militar em 3.775 (três mil, setecentos e setenta e cinco) homens, aumentando-o em 1.775 (hum mil, setecentos e setenta e cinco) policiais, majoração esta, que, não sendo ainda absolutamente o ideal, já irá, sem sombra de dúvidas, minorar em parte, o angustiante problema da falta de policiais; mormente no interior, onde o abandono era quase total. O efetivo ideal, entretanto, segundo os índices da

Inspetoria Geral das Polícias Militares, Órgão coordenador das Milícias Brasileiras, seria aproximadamente na ordem de 4.500 (quatro mil e quinhentos homens). Este efetivo resultaria da fixação, sobre a nossa população atual que é de 1.619.477 habitantes, do percentual de 1 policial por 500 habitantes, que daria 3.238 policiais para a execução do policiamento ostensivo e repressivo, número este que seria acrescido do pessoal em serviço no Corpo de Bombeiros (423 homens), na Companhia de Comando e Serviços (390), na Companhia de Manutenção (210), na Banda de Música (70) e ainda em outros órgãos responsáveis pelo apoio logístico (burocratas em geral).

As áreas de zoneamento da Polícia Militar são:

a) 1º Batalhão de Polícia Militar, com sede na cidade de Vitória, no Quartel do Comando Geral de Maraupe;

b) 2º Batalhão de Polícia, com sede na cidade de Nova Venécia, no norte do Estado; e

c) 3º Batalhão de Polícia, no sul do Estado.

Conforme se tem observado na prática, a organização atual da Polícia Militar possui a flexibilidade almejada.

É adequada a situação específica de nosso Estado e tem absoluta condição de funcionalidade, se os outros fatores essenciais (financeiros e materiais) forem convenientemente mobilizados para dinamizá-la.

É mantida excelente coordenação entre os Comandos da área militar em nosso Estado, sendo a mesma orientada pela ação eficiente da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). Sem sombra de dúvidas, esta coordenação vem proporcionar os melhores resultados nas relações da Polícia Militar com os outros órgãos de Segurança, sobretudo, na consciência de formação, tão necessária à unidade de doutrina.

ÓRGÃO DESCENTRALIZADO

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

O Departamento Estadual de Trânsito, criado por força da Lei nº 2.482, de 24 de dezembro de 1969, tendo por finalidade a disciplina e fiscalização dos Serviços de Trânsito e Tráfego dentro das fronteiras Estaduais, bem como o Licenciamento e Fiscalização de Transportes Coletivos e Intermunicipais de Passageiros e demais atividades correlatas ao cumprimento das Leis, Resoluções etc., emanadas do CONTRAN, procurou realizar, durante o exercício de 1972 a programação determinada pela sua Diretoria, dando, não somente à Capital, mas a todo o Estado, uma política de trânsito à altura das necessidades de um tráfego crescente.

Durante o exercício de 1972, foram adquiridos sinais luminosos (semáforos), aparelhos de radiofonia, máquinas e viaturas necessárias aos serviços, com um gasto de Cr\$ 191.447,78, menos de 50% da dotação consignada.

Duas medidas de suma importância na área do trânsito foram firmadas mediante convênios:

a) Com a Secretaria da Fazenda, transferindo ao DETRAN o serviço de licenciamento de veículos;

b) Com a Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim objetivando a execução de um plano de trânsito naquela cidade.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PUBLICOS ESPECIAIS

A Secretaria de Serviços Públicos Especiais, criada pela lei da Reforma Administrativa trouxe consideráveis modificações na estrutura da Administração Descentralizada.

Anteriormente, todos os órgãos descentralizados eram vinculados ao Governador do Estado.

Criada, passou a Secretaria, a coordenar esses órgãos, com atribuições não identificadas nas áreas de competência das demais, e para se encarregar de assuntos específicos e especiais para os quais não haja órgão descentralizado nem Secretaria de Estado deles encarregados.

Hoje, a Secretaria de Serviços Públicos Especiais tem vinculada a si os órgãos autárquicos: DER, APV, DEO, SUDESITA, além das empresas de economia mista, CESAN, CESMEL e COMDUSA.

Os trabalhos de cada um desses órgãos serão relatados adiante.

ENERGIA

Coordenado pela SSPE está em plena execução o Plano de Eletrificação Rural, destinado a prover o interior capixaba de uma infraestrutura que possibilite a interiorização do desenvolvimento, consoante a determinação governamental de combater o êxodo rural e de oferecer ao compônio as condições indispensáveis ao melhor êxito de suas atividades.

Assim é que já podemos apontar, entre outros benefícios advindos da instalação e execução desse Programa, a instalação de uma fábrica de beneficiamento de leite e de seus subprodutos, localizada na região da CESMEL, além de outras que estão em entendimentos para virem também para o Espírito Santo.

No ano que passou, foram gastos Cr\$ 7.561.000,00 (sete milhões, quinhentos e sessenta e um mil cruzeiros), sendo que no biênio 1971-1972 foram atendidos 27 municípios, com a construção de 573 quilômetros de rede.

E já podemos adiantar que em 1973 serão gastos Cr\$ 9.486.000,00 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil cruzeiros) e em 1974 cerca de Cr\$ 11.750.000,00 (onze milhões, setecentos e cinquenta mil cruzeiros).

INAUGURAÇÕES

- 1 — Energia elétrica da Fazenda Barros, no Município de Alegre.
- 2 — RD de São José das Torres, no Município de Muqui, cidade de Mimoso do Sul e Usina Aparecida.
- 3 — Serviços de energia elétrica de Celina e Rive, no Município de Alegre; Santiago, no Município de Guaçu e Divino São Lourenço, onde foram inauguradas outras linhas.
- 4 — LDR e RD em Ponto Belo, Distrito de Mucurici.
- 5 — LDR e RD em Santa Luzia, uma das mais antigas vias de Mantenedópolis, sendo que esta linha irá facilitar os produtores de café na montagem de máquinas de beneficiamento do produto.
- 6 — LDR e RD de 2º Distrito de Muqui (Camará).
- 7 — LDR e RD de São Pedro de Marilândia.
- 8 — RD de Águia Branca.
- 9 — RD Iúna.
- 10 — RD Pequiá.
- 11 — RD Ibatiba.
- 12 — RD São Pedro de Rates.
- 13 — LDR e RD de São Carmelo, Município de Pancas.
- 14 — LDR e RD do Distrito de Parajú, no Município de Domingos Martins, beneficiando os Distritos de Marechal Floriano, Perobas, Perobinhas, Porto Alto e Soído.
- 15 — LDR Jaracatiá-Pongal.
- 16 — RD — Pongal.

Foram ainda assinados os seguintes convênios, dentro do Programa de Eletrificação Rural:

- 1 — Convênio com o INGRA no valor de Cr\$..... 630.000,00 (seiscentos e trinta mil cruzeiros), para aplicação na região de Domingos Martins, Rio Fundo e em Guaçu.
- 2 — Convênio com a ESCELSA, o valor de Cr\$... 6.786.000,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e seis mil cruzeiros), beneficiando os municípios de: Nova Venécia, Conceição da Barra, Pinheiro, Ecoporanga, Boa Esperança, Cachoeiro de Itapemirim, Mucurici, Vila Velha, Guarapari, Itapemirim, Presidente Kennedy e Conceição do Castelo.
- 3 — Convênio com a ESCELSA, no valor de Cr\$... 554.236,00 (quinhentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e trinta e seis cruzeiros), beneficiando o Município de Linhares.
- 4 — Convênio com a ESCELSA, no valor de Cr\$... 607.000,00 (seiscentos e sete mil cruzeiros), beneficiando o Município de São Mateus, a saber:
 - 1 — LDR São Mateus — Jaguaré.
 - 2 — RD — Jaguaré.

RODOVIAS

Encontra-se em plena execução o Plano Rodoviário Estadual, destinado a prover o Espírito Santo de um conjunto de estradas que possibilite o escoamento das riquezas de seu território e que vem sendo executado pelo DER. Este Plano foi elaborado procurando-se estabelecer um perfeito congruamento dos três sistemas de transportes: ferroviário, rodoviário e fluvial, objetivando atender aos reclamos e às necessidades estaduais, à prazo longo.

A partir do momento em que o Governo Federal instituiu o Programa dos "Corredores de Exportação", conferindo ao Espírito Santo, juntamente com Minas Gerais, o privilégio de formar um desses, teve o DER redobrado a sua tarefa.

A criação desses Corredores, cuja própria denominação configura a movimentação de mercadorias em sistemas viários capazes de imprimir maior velocidade aos transportes com vistas à redução dos custos, concebeu um sistema de transportes integrado (rodovia/ferrovia/porto) para maior eficiência na maior movimentação de mercadorias, desde as fontes de produção até aos grandes centros consumidores.

Em busca desses objetivos, torna-se, portanto, necessário fortalecer nossa infraestrutura rodoviária, tornando-a adequada às realidades do momento.

Conforme diretrizes emanadas do Ministério dos Transportes, estamos dirigindo nosso programa rodoviário no sentido da concretização do Corredor de Exportação de modo a que as fontes de produção espírito-santenses também se façam voltar para os canais de transportes, aumentando o fluxo das mercadorias produzidas em toda a área do Corredor.

De acordo com essa política, podemos adiantar que o DER já está concluindo as estradas alimentadoras da BR-101 Sul (trecho entre Vitória e a fronteira com o Estado do Rio), que são as ligações dessa rodovia com Atilio Vivacqua, com Presidente Kennedy e com Santa Leopoldina, passando por Cariacica.

No sul do Estado, estão concluídas as ligações com Bom Jesus do Norte — Apiacá — BR-101 e Itapemirim — Marataízes — BR-101.

No trecho BR-101 Norte já estão prontas as alimentadoras da rodovia que partem de Aracruz, passando por Ibraçu; de Santa Teresa, via Fundão; de Nova Venécia, passando por Pinheiro; a estrada Pinheiro — Montanha — Mucurici.

Ainda no que tange ao sistema de estradas alimentadoras da BR-101, o DER está concluindo a ligação

Linhares — Regência, em convênio com a CEPLAC e cujo valor econômico para a região cacauzeira é indiscutível.

Outro importante empreendimento é a construção de um trecho da BR — 482 entre Guaçuá e Fervedouro (MG), na confluência dessa rodovia com a BR-116.

Também em construção as rodovias Muqui — Cachoeiro e Muqui — Alegre, construídas com recursos do Fundo do Trigo, já em fase de conclusão o serviço de terraplanagem.

Em convênio com o DER - MG, o DER - ES construirá, na área de sua jurisdição, trecho da BR-259, a partir de Colatina (ES) em direção ao território mineiro.

A implantação dessa estrada em nosso território obrigará-nos a construir estradas vicinais voltadas para o escoamento da produção das áreas que venha a exigir maior rapidez e eficiência nos transportes, sendo que esse programa será estabelecido com o levantamento e os respectivos estudos contratados pelo DNER à firma TRANSPLAN.

Com relação a este setor, ainda participamos de uma reunião com o Diretor Geral do DNER, na qual ficou decidido:

- 1 — A construção da segunda ponte entre Vitória e o Continente e cujo custo terá sua metade coberta pelo referido órgão;
- 2 — O recapeamento asfáltico do trecho rodoviário Guarapari — BR-101;
- 3 — A construção da rodovia Colatina — Governador Valadares, beneficiando diretamente a cidade de Baixo Guandú;
- 4 — A construção da ponte de Itapina sobre o Rio Doce, obra da maior importância econômica para a região.

Inauguramos a ponte sobre o Rio Norte e, também, o trecho que liga Aracruz à Aracruz Agro-Industrial, que faz parte do Projeto Espinha de Peixe II, ou seja, alimentadoras da BR-101, e que teve sua construção iniciada em 24.05.71 e foi concluída em 10 de setembro do mesmo ano.

Obtivemos autorização do Ministério dos Transportes para o DER empreender a pavimentação do trecho São Domingos — Nova Venécia, a construção e pavimentação da nova ligação entre Safra e Cachoeiro e da BR-159, no trecho entre Colatina e Governador Valadares.

Foi assinado convênio com o Banco Mundial, que financiará 40% das obras de melhoria de terraplanagem e pavimentação da rodovia que liga São Domingos, em Colatina, a Nova Venécia, sendo que a obra ficará em Cr\$ 23 milhões e o DER já realizou a concorrência para a sua realização, tendo sido vencedora a firma Genésio Gouveia.

Quanto à ponte ligando a ilha de Vitória ao Continente, obra de vultoso investimento financeiro, atualmente estimado em Cr\$ 17 milhões, está prevista sua conclusão para dezembro de 1974. Já tendo sido realizada a concorrência pública, saiu vencedora a firma SERGEN, devendo, dentro de pouco, ser iniciada a construção.

PORTO

Devido à posição geográfica privilegiada em que se situa na costa brasileira, o porto de Vitória será transformado no terminal de um dos mais importantes "Corredores de Exportação", ou seja, o Corredor Minas/Espírito Santo, o que possibilitará a absorção do fluxo de mercadorias destinadas à exportação de uma vasta área geográfica que compreende, além dos Estados mencionados, o sul de Goiás, o norte fluminense, o sul baiano e toda a área matogrossense, absorvendo os influxos resultados do PRODOESTE e do PROVALE.

Em consequência, também tivemos redobradas as nossas responsabilidades, já que toda a implementação deste Corredor depende do aumento da capacidade portuária de movimentação de cargas (embarque e desembarque), a fim de atender, satisfatoriamente, a imensa quantidade de produtos que aqui chegaram.

Embora os níveis de produtividade do porto de Vitória estejam em constante crescimento, este mostra-se frequentemente congestionado em face da grande procura dos exportadores e importadores pelos seus serviços, isto antes mesmo que o Corredor seja implementado.

Este problema estará em parte solucionado com a construção do cais de Capuaba, que deverá iniciar-se proximamente, com um custo em torno de 33 milhões de dólares.

Para tratar desse assunto, recebemos, no ano que passou, as visitas do Ministro dos Transportes e do Diretor Geral do DNPVN, sendo que ambos foram unânimes em destacar a importância desta construção, que possibilitará a exportação de produtos siderúrgicos, frigoríficos, cereais, etc.

Recebemos, ainda, a visita de uma missão do BIRD, juntamente com um representante do GEIPOT, os quais aqui estiveram por recomendação do Ministério dos Transportes, para estudos de um possível financiamento das obras do cais de Capuaba, destacando-se o silo para cereais, destinado a milho e outros grãos com capacidade estática final de estocagem de 50.000 toneladas e o armazém frigorífico, com capacidade final de estocagem de 17.100 toneladas, todos com seus respectivos berços de atracação.

Segundo previsões, o futuro cais de Capuaba, quando for inaugurado, já terá sua capacidade operacional atingida, pois o movimento de cargas será tão intenso que se observarão constantes congestionamentos em função do desenvolvimento natural da rica e vasta hinterlândia do nosso porto. Em decorrência disso, o Ministério dos Transportes já determinou ao DNPVN o início do projeto do cais de Aribiri, considerado como segunda etapa de expansão do porto de Vitória. E no dia 8 de dezembro último, contratamos os serviços do Consórcio Planave-Engevix, visando à elaboração dos estudos de viabilidade técnico-econômica deste cais, cuja construção marcará a transferência definitiva de todas as instalações portuárias de Vitória para a margem continental da baía.

Como providência destinada a dar solvência imediata aos problemas que o nosso porto atualmente enfrenta, está sendo adquirida a área da firma Jabour, com oito armazém (cerca de 6,5 mil metros quadrados de área coberta) e uma área útil descoberta de 27 mil metros quadrados, possibilitando dispor-se de uma área de estocagem da ordem de 117 mil metros quadrados, além de mais oito armazéns de área coberta.

A possibilidade na instalação de um estaleiro de reparos navais na região da baía de Vitória, dentre outros no território nacional, está sendo objeto de estudos pelo Grupo de Trabalho criado pelo Governo Federal.

URBANISMO

No que se refere à urbanização de Vitória, foram assinados, em janeiro, dois convênios para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória. Um deles foi com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU); o outro com o Consórcio MM. Roberto — PLANORTE.

Outro fator que virá determinar a eliminação do crescimento desordenado da Grande Vitória é o fortalecimento da infraestrutura do interior capixaba, através de benefícios dirigidos no setor dos transportes, eletrificação rural, saneamento básico, etc., eliminando, dessa forma o constante êxodo do homem rural rumo à urbe.

A atuação da Secretaria de Serviços Públicos Especiais no todo, ofereceu sem dúvidas, uma grande contribuição para conter a marcha migratória em busca da região da Capital espírito-santense.

Nesse setor, ainda promovemos o asfaltamento da ilha do Boi, dentro da programação da COMDUSA para o ano de 1972, obra que foi entregue à Construtora Araribóia. Dentro do programa, depois do asfaltamento, serão realizadas obras de calçadas, jardins, playgrounds, clube social, restaurante e boate, paralelamente às providências para instalações de água (contrato com a CESAN já assinado) e energia elétrica (contrato de iluminação já aprovado).

Ainda foi assinado um convênio entre a COMDUSA e o Consórcio CBD-EBEC, para o aterro da área limitada pelas praias do Suá, Santa Helena, Comprida e do Canto e pelos enrocamentos ligando as ilhas Sururu, do Bode e do Boi às pontas do Suá de Cima e Formosa.

COMUNICAÇÕES

A SSPE também coube a coordenação de implantação de um plano estadual de telecomunicações, visando dotar os municípios do Estado de um perfeito sistema de comunicações interurbanas.

INAUGURAÇÕES

- 1 — Sistema de telefone interurbano ligando São José do Calçado a Vitória.
- 2 — Nove cabines telefônicas, da CTES, nas dependências da EBCT.

É oportuno registrar que o Sr. Ministro das Comunicações inaugurou na cidade de Guarapari, em agosto do ano passado, a estação automática de 394 terminais, com equipamento de fabricação japonesa, representando investimentos superiores a Cr\$ 560.000,00 realizados inteiramente com recursos da C.T.E.S.

CONSTRUÇÕES

Neste setor, o grande destaque foi a edificação do Centro de Convenções, em Guarapari, para ser palco do VIII Congresso Brasileiro de Municípios, um fato de notória repercussão nacional e até mesmo internacional.

A SSPE, através do DEO, aceitou o desafio e, no prazo de 66 dias, entregou a obra.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Seguindo o que tem sido feito em anos anteriores, o DER-ES vem divulgar um relatório sucinto de suas atividades durante o ano de 1972. O objetivo deste relatório é procurar mostrar o que se realizou, obedecendo a uma programação pré estabelecida e ditada pelo Governo do Estado no seu setor viário.

Com base no orçamento elaborado para o exercício de 1972, demos prosseguimento às obras do Plano Rodoviário Estadual, ficando, portanto, nosso programa de obras restrito unicamente a continuação das obras já programadas, obras estas que se encontram em adiantada fase de construção.

Como foi amplamente divulgado o nosso programa de obras teve como suporte financeiro os recursos oriundos do contrato de financiamento assinado com o BNDE. No presente exercício foi contraído novo empréstimo no valor de Cr\$ 14.800.000,00 (catorze milhões e oitocentos mil cruzeiros), firmado com o Banco Central do Brasil, e seus recursos são provenientes do IIº Acordo do Trigo Canadense, os quais foram destinados à Rodovia do Sol.

Devemos ressaltar que dos projetos aprovados pelo BNDE, face às alterações introduzidas nas especifica-

ções das obras, os custos previstos foram totalmente ultrapassados, o que levou o Estado a participar com um percentual muito além do previsto, o que vem se refletindo, consideravelmente, nos restos a pagar da autarquia. Visando atenuar esta situação, adaptamos às obras, ainda em fase de início, as características dos projetos apresentados ao BNDE, e com este seguimos uma suplementação indireta ao projeto, resultando numa supressão de algumas obras do programa de financiamento, mantendo, entretanto, intacto o valor total do contrato.

Foram os seguintes os trechos suprimidos:

ALIMENTADORAS DA BR-101

Alfredo Chaves	— BR.101
Conceição da Barra	— BR.101
Praia do Sol	— BR.101

PROGRAMA DE VICINAIS

Afonso Cláudio — Baixo Guandu

Devemos, entretanto, ressaltar que a escolha para retirada dos trechos supra-mencionados, do programa de financiamento, baseou-se única e exclusivamente na relação entre o custo total previsto para execução da obra e o valor já investido nos mesmos, o que quer dizer que procurou-se garantir ao máximo os investimentos já executados, de modo a não termos obras semi-construídas, sujeitas a deteriorização de sua terraplenagem, com consequente perda de grande parte do investimento já feito.

A posição geral das obras pode ser visto no quadro em anexo, apresentado pela Divisão de Construção e Pavimentação do DER-ES.

Ainda no exercício de 1972, dois fatos mereceram destaque pela relevância de suas implicações no cenário estadual. O primeiro se refere ao contrato de financiamento assinado pelo Governo do Estado com o Banco Mundial, visando a obtenção de recursos para melhoramentos de terraplenagem e pavimentação do trecho São Domingos-Nova Venécia. O segundo fato refere-se ao Convênio firmado entre o DNER e o Governo do Estado, objetivando a complementação de recursos para a construção da Ponte da Ilha do Príncipe, constituindo-se num dos mais importantes ocorridos no exercício anterior.

No tocante a projetos, procuramos dar ênfase a um programa de estudos e projetos, capaz de nos fornecer elementos necessários para a elaboração de programas futuros, enquadrando assim, o DER-ES nos moldes do DNER. Devemos, uma especial atenção às alimentadoras da BR-259 que estão com seus estudos já em fase adiantada, devendo os levantamentos, com vista no projeto final, estarem concluídos no próximo semestre do presente exercício. Quanto ao projeto de pavimentação, já temos em mãos o projeto final do trecho Castelo-BR-262, entretanto, este projeto nos levará à execução de uma terraplenagem complementar, com vistas ao equilíbrio dos maciços terrosos dos taludes. Os elementos quantitativos do projeto executado constam do anexo apresentado pela Divisão de Estudos e Projetos.

Em relação à Conservação de Rodovias o trabalho foi bastante prejudicado pelo estado físico dos equipamentos velhos, totalmente depreciados e de custo operacional elevadíssimo. Visando melhorar o nível de nossa conservação, juntamente com a equipe da DCM, promovemos o cadastramento de todas as pontes e pontilhões da nossa rede rodoviária, além de promovermos o dimensionamento do equipamento mecânico necessário a uma conservação rotineira eficiente.

Para conservação periódica, acha-se em fase de acabamento um programa intitulado "Plano Piloto de

Conservação Periódica". Este plano, baseado nos fundamentos do relatório GEIPOT, e adaptado às nossas condições locais, nos dará os níveis de melhoramento a ser introduzido em cada trecho, sendo estas informações obtidas através de estudos de custos e benefícios, e consequente determinação de escala de prioridade.

Para atenuar a situação de conservação, foram adquiridas seis motoniveladoras e dez basculantes, equipamentos estes que se acham em pleno funcionamento, sendo, entretanto, insuficientes para a concretização de nossas pretensões de elevarmos o nível de conservação de nossas rodovias.

No setor financeiro, apesar do controle rigoroso imposto e do congelamento de parte do nosso orçamento, o que significa que sempre aplicamos parcelas inferiores às programadas, encerramos o exercício, com um déficit orçamentário, pois a receita arrecadada esteve muito abaixo da prevista. O relatório apresentado pela Divisão de Economia e Finanças demonstra o fato relatado com as minúcias necessárias.

DIVISÃO DE CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO

Compete a esta Divisão executar, fiscalizar e orientar os trabalhos de construção e pavimentação, levando a termo a construção de novas estradas, bem como a sua devida pavimentação.

A seguir é apresentada uma explanação de cada rodovia, reunindo, assim, os trabalhos executados por esta Divisão, durante o exercício de 1972, conforme é demonstrado nos quadros em anexo.

- 1) RODOVIA ES-1: Trecho: São Torquato — Vila Velha — Jucú — Ponta da Fruta — Cidade do Sol — Setiba

Firma: Empresa Construtora Brasil S/A

A obra encontra-se paralisada por falta de recursos orçamentários.

De Vila Velha para São Torquato, a terraplenagem foi executada pelo DER-ES (Administração Direta), sendo que foram atacados 7,34 km e concluídos 5 km.

Neste subtrecho foram empreitadas à Firma TENCOCO, a execução de 3 (três) obras de arte especial, sendo 2 (dois) bueiros celulares e 1 (um) pontilhão, que se acham em construção.

De Vila Velha para Setiba, a terraplenagem encontra-se totalmente concluída, até à Cidade do Sol, necessitando-se, apenas, da execução de um bueiro celular triplo, na saída de Vila Velha (Rua Luciano das Neves), e a ponte sobre o Rio Jucú.

- 2) RODOVIA ES 1: Trecho: BR-101 — Manguinhos — Jacaraípe

Firma: Construtora Oxford Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo BNDE

A obra está totalmente concluída.

- 3) RODOVIA ES-1: Trecho: Jacaraípe — Nova Almeida

Firma: Construtora Modelo Ltda.

A rodovia sofreu uma paralisação dos serviços por falta de recursos orçamentários. Entretanto, aos 29 dias do mês de dezembro de 1972, foi assinado o termo de aditamento para a continuação da obra, no valor de Cr\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros).

A terraplenagem está concluída numa extensão de 8 km, restando, assim, 5 km para o término da obra.

- 4) RODOVIA ES-1: Trecho: BR-101 — Piúma — Anchieta — Meaípe
Firma: Avelpa — Construtora e Comercial Ltda.

Alimentadora da BR-101 —
Obra financiada pelo B.N.D.E.

A rodovia encontra-se com a terraplenagem concluída numa extensão de 9 km, faltando a execução de 1 (um) bueiro capeado, com uma área de vazão de 9 m², cujo projeto já foi encaminhado à firma empreiteira.

- 5) RODOVIA ES-1: Trecho: Cidade do Sol — BR 101
Firma: Construtora Itabira Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Neste trecho, foram implantados somente 3 km, tendo em vista que, logo após, esta rodovia deixou de constar do plano de obras do B.N.D.E.

- 6) RODOVIA ES-1: Trecho: Meaípe — Guarapari — Setiba
Firma: Construtora Queiroz Galvão S/A

Obra concluída

- 7) RODOVIA ES-2: Trecho: Cariacica — Santa Leopoldina
Firma: Engenharia e Construtora Araribóia Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Terraplenagem concluída, restando, apenas, a execução de alguns bueiros de greide e de um bueiro capeado para, em seguida, ser dado o acabamento final no trecho, e a execução de 2 (duas) pontes (obra de arte especial).

- 8) RODOVIA ES-2: Trecho: São Francisco — Colatina
Firma: Construtora Paranapanema S/A

Obra concluída.

- 9) RODOVIA ES-3: Trecho: Santa Cruz — Barra do Riacho — Regência
Firma: Construtora CIOP

Foram executados 10 km de terraplenagem.

A obra se encontra paralisada por falta de recursos orçamentários.

- 10) RODOVIA ES-4: Trecho: Alegre — Calçado
Firma: Rocca Construtora Ltda.
Fundo do Trigo — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Foram executados 20 km de terraplenagem.

Neste trecho, faltam ser construídos diversos bueiros de greide e 3 (três) pontilhões. Além disto, faltam, ainda, ser retirados vários blocos de pedra, ao longo do trecho, para que alguns cortes sejam colocados no greide.

Esta é uma estrada de difícil execução, devido às condições topográficas da região e da característica dos materiais existentes no trecho.

A obra encontra-se paralisada por falta de recursos orçamentários.

- 11) RODOVIA ES-4: Trecho: Alegre — Múqui
Firmas: Construtora St^a Martha Ltda e Bahia Construtora S/A.
Fundo do Trigo — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Foram executados apenas 2 km de terraplenagem, logo em seguida, houve ordem de paralisação dos serviços, tendo em vista que a obra deixou de constar do plano prioritário do B.N.D.E.

- 12) RODOVIA ES-4: Trecho: Ibitirama — Iúna
Firmas: Terraplenagem Alvorada Ltda. e Cunha Guedes Ltda.
Fundo do Trigo — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Foram executados 7 km de terraplenagem, após o que, houve ordem de paralisação dos serviços, tendo em vista que a obra deixou de constar do plano prioritário do B.N.D.E.

- 13) RODOVIA ES-4: Trecho: Calçado — Guaçu
Firmas: Construtora Oxford Ltda. E.T.M. e Cunha Guedes Ltda.
— Obra concluída

- 14) RODOVIA ES-5: Trecho: Alegre — Muniz Freire
Firma: Construtora Rodoviária União Ltda.

Foram executados 5 km de terraplenagem.

A obra está paralisada por falta de recursos orçamentários.

- 15) RODOVIA ES-5: Trecho: Muniz Freire — BR-262
Firmas: Conteobras e Construtora São Jorge Ltda.
Alimentadora da BR-262 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Obra concluída.

- 16) RODOVIA ES-7: Trecho: Afonso Cláudio — BR-262
Firmas: Construtora Oxford Ltda. e Espiritossantense de Obras Ltda.
Alimentadora da BR-262 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Os serviços de terraplenagem acham-se concluídos, restando a execução de drenagem superficial ao longo de todo trecho para, em seguida, dar-se o acabamento final no trecho e aterro nas cabeças das pontes.

- 17) RODOVIA ES-7: Trecho: Baixo Guandu — Afonso Cláudio
Firmas: Construtora São Jorge, Construtora Paranapanema e Espiritossantense de Obras Ltda.
Fundo do Trigo — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Foram executados 3 km de terraplenagem.

A obra está paralisada pelo fato de não mais constar do plano de obras do B.N.D.E.

- 18) RODOVIA ES-7: Trecho: Castelo — Venda Nova
Firmas: Construtora Espírito Santo e Construtora Moraes Ltda.

Obra concluída.

- 19) RODOVIA ES-7: Trecho: BR-262 — Parajú — Peróbas
Firma: Espiritossantense de Obras Ltda.
Fundo do Trigo — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Foram executados 5 km de terraplenagem no subtrecho Parajú — Peróbas, após o que, houve ordem de paralisação por falta de recursos orçamentários.

De Parajú à BR-262, a obra foi concluída.

- 20) RODOVIA ES-8: Trecho: Cachoeiro — Vargem Alta — Castelinho — BR-262
Firmas: Construtora Santa Martha, Caracol, Rocca Construtora e Construtora Itabira Ltda.
Alimentadora da BR-262 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

A obra se encontra praticamente concluída, necessitando, apenas, da retirada de um bloco de pedra no leito estradal, e da recuperação de alguns aterros que deslizaram em virtude de falta de drenagem.

É indispensável o revestimento primário desta rodovia, que se situa numa região topográfica acidentíssima.

- 21) RODOVIA ES-8: Trecho: Pancas — Alto Rio Novo
Firma: Construtora Raimundo Palhano Ltda.

Obra concluída.

- 22) RODOVIA ES-9: Trecho: Bom Jesus — Apiacá — Itabapoana — BR-101
Firma: Empresa Construtora Brasil S/A
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Obra concluída.

- 23) RODOVIA ES-10 (BR-482): Trecho: Alegre — Celina
Firma: Avelpa — Construtora e Comercial Ltda.

Obra Delegada.

Estão sendo executados neste trecho, serviços de melhoramentos do traçado existente, com retificação das curvas perigosas e execução do acostamento ao longo do trecho.

Encontra-se com 8 km de melhoramento da terraplenagem concluídos.

- 24) RODOVIA ES-10 (BR-484): Trecho: Guaçu — Divisa
Firma: Construtora Oxford Ltda.

Obra Delegada.

Foram executados 8 km de terraplenagem e os serviços continuam normalmente.

- 25) RODOVIA ES-10 (BR-484): Trecho: Divisa — Espera Feliz
Firma: Construtora Oxford Ltda.

Obra Delegada.

Foram executados 4 km de terraplenagem e os serviços prosseguem normalmente.

- 26) RODOVIA ES-11: Trecho: Fundão — Santa Teresa
Firma: Contek Engenharia Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

A obra encontra-se praticamente concluída, inclusive com os serviços complementares, tais como meios-fios, calhas, saídas d'água e gramagem dos aterros.

O aterro, que havia desmoronado, já foi recuperado, estando o serviço de terraplenagem pronto, restando a pavimentação do mesmo. Além disto, resta ainda a pavimentação dos acessos às 2 (duas) pontes, para que a rodovia fique completamente pronta.

- 27) RODOVIA ES-11: Trecho: Caldeirão — Itarana
Firma: Espiritossantense de
Obras Ltda.

Foram executados 5 km de terraplenagem.

A obra está paralisada por falta de recursos orçamentários.

- 28) RODOVIA ES-12: Trecho: Linhares — Regência
Firma: Contek Engenharia Ltda.
Verba da CEPLAC

Foram executados 16 km de terraplenagem, e a

obra está paralisada, em virtude de o contrato ter chegado ao limite previsto.

- 29) RODOVIA ES-15: Trecho: Atílio Vivacqua — BR-101
Firma: Construtora Moraes Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo BNDE.

Foram executados 10 km de terraplenagem e os serviços prosseguem normalmente, havendo necessidade de execução de uma ponte.

- 30) RODOVIA ES-15: Trecho: Presidente Kennedy — BR-101
Firma: Construtora Itabira Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo BNDE.

Foram executados 12,5 km e os serviços continuam normalmente.

- 31) RODOVIA ES-15: Trecho: Cachoeiro — Muqui
Firma: Avelpa Construtora e Comercial Ltda.

A obra está praticamente concluída, havendo necessidade, apenas, de colocar o corte da sobreira no greide, e completar o aterro em frente à propriedade do Sr. José França.

- 32) RODOVIA ES-32: Trecho: São Domingos — Bananal
Firmas: Rodocap, Semoviterra, Caracol e Conteobras
Fundo do Trigo — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Neste trecho estão trabalhando 4 (quatro) firmas empreiteiras, e encontram-se concluídos 50 km de terraplenagem:

1) CONSTRUTORA RODOCAP LTDA.

Trecho numa extensão de 28 km, que se acham totalmente concluídos.

2) CONSTRUTORA SEMOVETERRA LTDA.

Trecho numa extensão de 16 km, sendo que apenas 4 km se encontram concluídos.

3) CONSTRUTORA CARACOL LTDA.

Trecho numa extensão de 6 km, totalmente concluídos.

4) CONSTRUTORA CONTEOBRAS LTDA.

Trecho numa extensão de 12 km, com a terraplenagem praticamente concluída, restando apenas, a retirada de alguns blocos de pedras, e a execução de alguns bueiros de greides.

Os serviços continuam normalmente.

- 33) RODOVIA ES-34: Trecho: Pancas — ES-2
Firma: Bahia Construtora S/A
Foram executados 7,8 km de terraplenagem.

Devido às condições topográficas da região, e a alta percentagem de materiais classificáveis, o custo desta rodovia será bem acentuado, razão pela qual foi emitida ordem de paralisação dos serviços, por falta de recursos orçamentários.

- 34) RODOVIA ES-40: Trecho: Pinheiro — Mucurid
Firma: Construtora Cristo Redentor S/A
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo BNDE.

Obra concluída.

- 35) RODOVIA ES-40: Trecho: Pinheiro — Nova Venécia
Firma: Construtora Naceobras Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo BNDE.

Obra concluída.

- 36) RODOVIA ES-40: Trecho: Pinheiro — BR-101
Firma: Construtora Ciop Ltda.
Alimentadora da BR-101 — Obra financiada pelo B.N.D.E.

Obra concluída.

- 37) RODOVIA ES-43: Trecho: São Francisco — Ecoranga
Firma: Construtora Semoviterra Ltda.

Obra concluída.

Há necessidade de construir 2 (duas) Pontes, uma sobre o Rio São Francisco e outra sobre o Rio São Mateus. Entretanto, como este trecho foi incluído no Programa do BIRD, cujo estudo de viabilidade encontra-se pronto, achamos por bem retardar a execução das mesmas para que o projeto seja re-examinado pelo BIRD.

SIGLA DO DER	T R E C H O	KM - REALIZADA		COMPLEMENTO DE TERRAPLENAGEM	TOTAL FATURADO EM 1 9 7 2
		TERRAPLENAGEM	PAVIMENTAÇÃO		
ES - 1	São Torquato - Vila Velha - Jucu - Fonta da Fruta - Cidade do Sol - Setiba	34	2		10.889.313,01
ES - 1	BR.101 - Manguinhos - Jacaraípe ..	-	-	Complementação	361.452,94
ES - 1	Jacaraípe - Nova Almeida	8	-		815.129,80
ES - 1	BR.101 - Pídma - Anchieta -Meaípe	9	-		1.461.232,94
ES - 1	Cidade do Sol - BR.101	3	-		107.247,10
ES - 1	Meaípe - Guarapari - Setiba	-	-		190.732,55
ES - 2	Cariacica - Santa Leopoldina	-	-	Complementação	778.666,54
ES - 2	São Francisco - Colatina	-	-		1.988.578,48
ES - 3	Santa Cruz - Barra do Riacho - Re gência	10	-		666.026,73
ES - 4	Alegre - Calçado	20	-		1.715.704,81
ES - 4	Alegre - Muqui	2	-		203.708,11
ES - 4	Ibitirama - Iúna	7	-		526.392,41
ES - 4	Calçado - Guaçuí	-	-		677.637,15
ES - 5	Alegre - Muniz Freire	5	-		612.615,05
ES - 5	Muniz Freire - BR.262	-	-		487.126,41
ES - 7	Afonso Cláudio - BR.262	-	-		1.261.858,47
ES - 7	Baixo Guandu - Afonso Cláudio	3	-		182.366,87
ES - 7	Castelo - Venda Nova	-	-	Complementação	484.658,30
ES - 7	BR.262 - PARAJU - PEROBAS	5	-		600.000,00
ES - 8	Cachoeiro - Vargem Alta - Caste - línho - BR. 262	-	-	75	1.477.728,20
ES - 8	Pancas - Alto Rio Novo	-	-		70.689,90
ES - 9	Bom Jesus - Apiacá - Itabapoana - BR.101	-	-		454.234,87
ES - 10	Alegre - Celina	-	-	8	850.360,73
ES - 10	Guaçuí - Divisa	8	-		1.388.360,88
ES - 10	Divisa - Espera Feliz - ES/MG	4	-		851.134,86
ES - 11	Fundão - Santa Tereza	-	-	28	1.963.190,15
ES - 11	Caldeirão - Itarana	5	-		356.761,50
ES - 12	Linhares - Regência	16	-		892.505,24
ES - 15	Atilio Vivacqua - BR.101	10	-		1.432.599,32
ES - 15	Presidente Kennedy - BR.101	12,5	-		985.769,67
ES - 16	Cachoeiro - Muqui	25	-		2.917.627,84
ES - 32	São Domingos - Bananal	50	-		2.709.158,01
ES - 34	Pancas - ES - 2	7,8	-		861.237,61
ES - 40	Pinheiro - Mucurici	-	-		599.312,14
ES - 40	Pinheiro - Nova Venécia	-	-		335.614,97
ES - 40	Pinheiro BR.101	-	-		75.000,81
ES - 43	São Francisco - Escoporanga	-	-		410.132,97
					42.641.927,34

SERVIÇOS DE OBRAS DE ARTE ESPECIAL

QUADRO II

EXERCÍCIO DE 1972

SIGLA DO DER	TRECHO	VÃO MTS.	FATURADO	OBSERVAÇÃO
ES - 1	Barra do Jucu - Praia do Sol	39,70	268.356,25	Bueiro Celular Triplo
ES - 1	Muquicaba - Guarapari	-	71.831,60	Reparos na Ponte
ES - 1	São Torquato - Vila Velha	-	80.500,00	2 Bueiros Celulares duplo
ES - 1	São Torquato - Vila Velha	13,00	121.500,00	Ponte s/o canal Aribiri
ES - 7	Afonso Cláudio - BR. 262	20,00	63.814,26	
ES - 8	Cachoeiro-Vargem Alta	-	13.037,00	Fundação da Ponte
ES - 8	Cachoeiro-Vargem Alta	32,00	40.855,00	-
ES - 8	Cachoeiro-Vargem Alta	26,00	80.455,87	-
ES - 9	Bom Jesus - Apiacá - BR.101	25,00	130.404,75	S/ o rio D. América
ES - 10	Safra - Marataizes	-	57.600,86	Bueiro Celular
ES - 11	Fundão - Santa Tereza	-	28.424,36	
			556.779,95	

SERVIÇOS DE CONSULTORIA

QUADRO II

EXERCÍCIO DE 1972

SIGLA DO DER	TRECHO	VALOR DOS SERVIÇOS			OBSERVAÇÃO
		TOPOGRÁFICOS	GEOTÉCNICOS	SINALIZAÇÃO	
ES - 1	São Torquato - Vila Velha - Praia do Sol - Setiba	-	149.083,13	-	
ES - 1	São Torquato - Vila Velha	762.355,45	-	-	Projeto da Ponte da Ilha do Príncipe .
ES - 2	Colatina - São Francisco	-	-	299.998,80	
ES - 7	Castelo - Venda Nova	42.000,00	30.400,00	-	
ES - 9	Bom Jesus - Apiacá - Itabapoana - BR.101	-	31.995,00	-	

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

A Divisão de Estudos e Projetos, no exercício de 1972, coordenou e fiscalizou a execução de vários trabalhos de Estudos e Projetos, como os que abaixo se descrevem:

Nova Ponte sobre a Bahia de VITÓRIA, ligando a ILHA DO PRÍNCIPE a PORTO VELHO e que servirá de acesso da BR. 262 à Cidade de VITÓRIA. Seu projeto foi executado pela Firma **HIDROSERVICE** e prevê uma Ponte em Concreto protendido, com 537 metros de comprimento. Para que se elaborasse dito Projeto a DEP coordenou e fiscalizou a realização de Sondagem ao longo do alinhamento da obra. Este serviço foi executado pela Firma **TECNOSOLO** e compreende aproximadamente 257 metros de Sondagem Rotativa, trabalhos complementares de locação dos pilares e trabalhos topográficos de definição dos futuros alinhamentos de acessos; trabalhos esses que importaram no montante de Cr\$ 86.250,20 (OITENTA E SEIS MIL DUZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS E VINTE CENTAVOS).

Estiveram também sob a coordenação da Divisão de Estudos e Projetos, inúmeros trabalhos de Reconhecimento, Exploração, Projeto e Locação de várias Rodovias, como abaixo se vêem:

Na Rodovia ES — 1, compreendendo as ligações ALECRIM — BARRA DO JUCÚ, BR. 101 — PRAIA DO SOL, IRIRI — MEAÍPE — PIUMA — MONTE H e VITÓRIA — SETIBA, foram feitos 29,90 Km de reconhecimento topográfico para definição de Obras de Arte Especiais e 733,25 metros de Sondagem para Cálculo das fundações dessas mesmas Obras de Arte, sendo pago para a realização de todos esses serviços a quantia de Cr\$ 99.689,15 (NOVENTA E NOVE MIL SEISCENTOS E OITENTA E NOVE CRUZEIROS E QUINZE CENTAVOS).

Na Rodovia ES — 2, compreendendo os sub-trechos SANTA TEREZA — COLATINA e COLATINA — BARRA DE SÃO FRANCISCO, fez-se exploração e projeto de 58,420 Km, incluindo-se 5,640 Km de alternativas de traçado para efeito comparativo de condições Técnicas e Custos. Pagou-se a ETUC, para execução desses serviços a quantia de Cr\$ 99.314,00 (NOVENTA E NOVE MIL TREZENTOS E QUATORZE CRUZEIROS).

No sub-trecho COLATINA — BARRA DE SÃO FRANCISCO realizaram-se Serviços de Sinalização horizontal, tais como pinturas de faixas, numa extensão de 50 Km, para o que se pagou a Firma **PAVIQUÍMICA** a quantia de Cr\$ 90.000,00.

Na ES — 3, compreendendo os sub-trechos BR.101 — JACARAÍPE, JACARAÍPE — NOVA ALMEIDA —

SANTA CRUZ e VILA DO RIACHO — REGÊNCIA executaram-se Serviços de Exploração e Projeto, 52,16 Km; Locação 14,16 Km e ainda levantamento Topográfico e Sondagem para projeto de uma Ponte de Concreto Armado a ser construída futuramente em JACARAÍPE. Por todos esses Serviços foi pago o montante de Cr\$ 146.389,45, (CENTO E QUARENTA E SEIS MIL TREZENTOS E OITENTA E NOVE CRUZEIROS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS).

Na ES — 4, sub-trecho ALEGRE — SÃO JOSÉ DO CALÇADO fizemos a locação de 18,68 Km, sendo pago para sua execução a importância de Cr\$ 29.316,00 (VINTE E NOVE MIL TREZENTOS E DEZESSEIS CRUZEIROS).

Na ES — 7, em que se destacam os sub-trechos BAIXO GUANDÚ — AFONSO CLÁUDIO, BR.262 — PARAJÚ — PEROBAS, AFONSO CLÁUDIO — BR.262; PARAJÚ — BR. 262 e CASTELO — VENDA NOVA, realizaram-se serviços de reconhecimento, exploração e projeto de 65,380 Km; Locação 22,25 Km, sendo pago por esses serviços Cr\$ 127.040,00; (CENTO E VINTE E SETE MIL E QUARENTA CRUZEIROS); levantamento topográfico para projeto de Obras de Arte Especiais 1,250 Km, bem como sondagem para projeto de fundação dessas mesmas obras 282,50 metros, para o que se pagou a quantia de Cr\$ 25.281,36 (VINTE E CINCO MIL DUZENTOS E OITENTA E HUM CRUZEIROS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

No sub-trecho CASTELO — VENDA NOVA foram executados trabalhos de exploração e projeto de 37,300 Km, objetivando o projeto final de engenharia, para pavimentação de ligação referida, pagando-se para isso a quantia de Cr\$ 74.600,00 (SETENTA E QUATRO MIL E SEISCENTOS CRUZEIROS).

Na ES — 9, sub-trecho BOM JESUS — APIACÁ — BR. 101 realizaram-se levantamento topográfico e sondagem para projeto de Obras de Arte Especiais, num montante de Cr\$ 10.988,12 (DEZ MIL NOVECENTOS E OITENTA E OITO CRUZEIROS E DOZE CENTAVOS).

Na ES — 22, sub-trecho IRIRI — BR. 101 fizemos Locação de 12,230 Km e foram pagos Cr\$ 22.014,00 (VINTE E DOIS MIL E QUATORZE CRUZEIROS).

Na ES — 23, sub-trecho ALFREDO CHAVES — MARECHAL FLORIANO fez-se locação de 12,820 Km e foram pagos Cr\$ 19.230,00 (DEZENOVE MIL DUZENTOS E TRINTA CRUZEIROS).

Na ES — 24, CONTÓRNO DE GUARAPARI, exploração de 4,48 Km, pagando-se Cr\$ 7.616,00 (SETE MIL SEISCENTOS E DEZESSEIS CRUZEIROS).

Na ES — 32, sub-trecho NOVO BRASIL — BANANAL foi feita a locação de 16,00 Km, tendo sido para a execução do serviço a quantia de Cr\$ 28.800,00 (VINTE E OITO MIL E OITOCENTOS CRUZEIROS).

QUADRO - II
SERVIÇO DE CONSULTORIA

SIGLA DO DER	TRECHO	VALOR DOS SERVIÇOS			OBS.
		TOPOGRÁFICOS	GEOTÉCNICOS	SINALIZAÇÃO	
ES - 1	Rodovia do Sol - 29,90 Km.....	61.739,00	-	-	Excl. Projeto
ES - 1	Ponte da Ilha - 257 m.....	-	65.260,20	-	Sondagem
ES - 1	Vitória - Setiba 1,13 Km.....	4.290,00	-	-	Serv. Topog.
ES - 1	Rodovia do Sol - 233,25 m.....	-	23.389,15	-	Sondagem
ES - 1	BR. 101 - Praia do Sol - 9,04 Km.....	16.272,00	-	-	Locação
ES - 2	Santa Tereza - Colatina - 58,42 Km.....	59.314,00	-	-	Excl. Projeto
ES - 2	Cariacica - St. Leopoldina - 181,05 m..	-	3.384,15	-	Sondagem
ES - 2	Colatina - São Francisco - 90 Km.....	-	-	90.000,00	Pintura Faixa
ES - 3	Jacaraípe - Nova Almeida - Santa Cruz 14,16 Km.....	25.480,00	-	-	Locação
ES - 3	Jacaraípe - Nova Almeida - Santa Cruz 23,820 - Km.....	45.008,00	-	-	Excl. Projeto
ES - 3	Riacho - Regência - 28,340 Km.....	60.931,00	-	-	Excl. Projeto
ES - 3	BR. 101 - Jacaraípe	-	11.962,45	-	Top. Sondagem
ES - 4	Alegre - Calçado - 18,68 Km.....	29.315,00	-	-	Locação
ES - 7	Parajú - Percoba - 10,53 Km.....	18.954,00	-	-	Locação
ES - 7	Parajú - Percoba - 9,58 Km.....	16.286,00	-	-	Exploração
ES - 7	Beixó Guandú - Afonso Cláudio - 66,60 Km	91.700,00	-	-	Excl. Projeto
ES - 7	Castelo - Venda Nova - 37,30 Km.....	74.600,00	-	-	Excl. Projeto
ES - 7	Afonso Cláudio - BR. 262 - 170 m.....	-	15.354,20	-	Sondagem
ES - 7	Afonso Cláudio - BR. 262 - 0,65 Km.....	1.950,00	-	-	Serv. Topog.
ES - 7	Parajú - BR. 262 - 0,600 Km.....	1.800,00	-	-	Serv. Topog.
ES - 7	Parajú - BR. 262 - 112,50 m.....	-	6.177,15	-	Sondagem
ES - 9	Bom Jesus - Apicá - BR. 101.....	-	10.988,12	-	Sondagem
ES - 22	Iriri - BR. 101 - 12,23 Km.....	22.014,00	-	-	Locação
ES - 23	Alfredo Chaves - Marechal Floriano 12,82 Km.....	19.230,00	-	-	Locação
ES - 24	Contorno de Guarapari - 4,48 Km.....	7.516,00	-	-	Exploração
ES - 32	Novo Brasil - Bananal - 16 Km.....	28.800,00	-	-	Locação
TOTAL		588.308,00	157.514,42	90.000,00	

DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTOS

O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, DER-ES, tem na sua constituição, para a execução dos serviços de conservação de estradas, constantes do Plano Rodoviário Estadual, mais as ligações rodoviárias que apresentam maior interesse aos municípios, e também, as que vêm, por sua natureza, interessando de um modo geral às comunidades, — 3 (três) Distritos Rodoviários — 1º DRE, com sede em Vitória, 2º DRE, com sede em Cachoeiro de Itapemirim e 3º DRE, com sede em Colatina.

Por sua vez, cada Distrito tem, para a execução desses serviços, 4 (quatro) setores de conservação que agem dentro de áreas distribuídas. Além do mais, cada Distrito executa os serviços de melhoramento de maior vulto, com a Patrulha Rodoviária da Conservação, equipes estas, formadas por 2 (duas) pás mecânicas, 8 (oito) caçambas basculantes, 1 (uma) motoniveladora e 1 (um) trator para escavação de solo, trator este, alugado ao DERMAG.

Para os serviços rotineiros de conservação cada Distrito conta com os equipamentos abaixo relacionados, devidamente distribuído entre os seus diversos setores:

- 10 (dez) motoniveladoras
- 12 (doze) caçambas basculantes
- 02 (dois) caminhões
- 01 (um) caminhão pipa
- 05 (cinco) carros leves para atendimentos diversos.

O pessoal operário para estes serviços é aproximadamente 400 (quatrocentos) homens por Distrito que executam serviços tais como:

- 1) — Limpesa, roçagem dos taludes, acostamento e da faixa estradal.
- 2) — Drenagem com assentamento de manilhas de concreto, fornecidos por Fábrica própria do DER-ES; valetas laterais, dreno, etc.
- 3) — Regularização do leito, com espalhamento de material de melhor qualidade etc.
- 4) — Recuperação de melhoria e reconstrução de pontes de acesso etc.
- 5) — Conservação da rede pavimentada, para o que cada Distrito conta com uma turma especializada para este tipo de serviço.

O DER-ES tem à sua responsabilidade a conservação de 4.660 Km de rodovias, assim distribuídas:

Rodovias não pavimentadas	4.200 Km
Rodovias asfaltadas	460 Km

Para o eficiente desenvolvimento das atividades de conservação e melhoramento, a DCM possui outros setores de trabalho que caracterizam a sua infra-estrutura necessária.

Os setores são os seguintes:

Oficina Central — Máquinas Pesadas e Veículos
Fábrica de Manilhas e Meio fios
Fábrica de Placas
Setor de Melhoramento

Os números indicativos das atividades de conservação e melhoramento, desenvolvidos durante o ano de 1972, estão apresentados obedecendo a seguinte ordem:

- 1º — Quadro demonstrativo dos serviços de conservação.
- 2º — Atividades do Serviço de Máquinas Pesadas.
- 3º — Atividades da Fábrica de Manilhas.
- 4º — Atividades do Serviço de Sinalização e Paisagismo.
- 5º — Atividades do Setor de Melhoramento.

1) SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO

O quadro demonstrativo das atividades de conservação desenvolvidas pelo DER-ES, durante o ano de 1972, apresentado a seguir, revela os diversos tipos de serviço com seus respectivos índices quantitativos apresentados por Distritos Rodoviários e total.

Dentro de uma política de otimismo e dinamismo o DER-ES, através de seus setores de conservação, manteve um ritmo de trabalho que permitiu a trafegabilidade em suas rodovias durante todo o ano de 1972, mesmo nos períodos e regiões onde a chuva atuou mais frequente e intensamente.

2) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE MÁQUINAS PESADAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 1972

O Serviço de Máquinas Pesadas, responsável pela manutenção dos equipamentos de propriedade do DER-ES, por intermédio das oficinas dos Distritos Rodoviários e da Oficina Central, proporcionou a assistência mecânica, lavagem e lubrificação dos veículos e máquinas cuja frota é assim composta:

MÁQUINAS PESADAS

Motoniveladoras	38
Pás Mecânicas	6
Tratores de Esteira	2
Tratores de Pneus	2

VEÍCULOS

Caminhões	85
Veículos Leves	46

Os índices que caracteriza o atendimento das oficinas aos equipamentos do DER-ES são bastante expressivos. Durante o ano de 1972, observou-se que vários veículos foram recolhidos às oficinas mais de 40 vezes. Tal fato ocorre em virtude da indisponibilidade de peças no momento necessário e, em virtude também da frota do DER-ES, contar com 50% de seus componentes com vida útil ultrapassada.

O quadro abaixo ilustra o número de atendimentos realizados pelas oficinas mecânicas do DER-ES no ano de 1972, separados em duas categorias de serviços.

Equipamentos	Frota Existentes	NÚMERO DE ATENDIMENTOS	
		Serviços Leves	Serviços Pesados
Máquinas Pesadas	48	192	44
Veículos	131	1.680	180

3) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA FÁBRICA DE MANILHAS

A Fábrica de Manilhas representa para o DER-ES um importante setor de colaboração às atividades de conservação e melhoramento de rodovias.

Mesmo funcionando precariamente, uma vez que os equipamentos de produção já estão com sua vida útil esgotada, inclusive tecnicamente ultrapassados e com pessoal disponível atingindo uma idade média superior a 50 anos, produziu em 1972 manilhas de diversos diâmetros totalizando 4.223 peças.

A equipe da Fábrica de Manilhas sofreu em 1972, por motivos diversos, uma diminuição de 30% dos seus componentes, aumentando entretanto em 25% a sua produção, em relação ao ano de 1971. Tal comportamento se caracteriza, principalmente por medidas rígidas no fornecimento de material, assistência mecânica e orientações diversas.

Os quadros apresentados a seguir revelam o consumo de material em função da produção e a distribuição dos produtos entre os diversos favorecidos durante o ano de 1972.

MATERIAL				PRODUÇÃO				
Cimento Saco	Areia M3	Brita M3	M. Fio Unid.	0,30 Unid.	0,40 Unid.	0,60 Unid.	0,60 D Unid.	0,80 Unid.
2.992	276	304	66	30	3.076	326	556	132

DESTINO	PRODUÇÃO				
	M. Fio	0,30	0,40	0,60/D	0,80
1º D.R.E.	—	—	795	180	62
2º D.R.E.	—	29	945	237	12
3º D.R.E.	—	—	765	131	61
P. Municipal de Vila Velha	—	—	08	—	—
P. Municipal de Itapemirim	—	—	110	12	09
P. Municipal de Mantenópolis	—	—	20	—	—
P. Municipal de Muqui	—	—	50	—	—
P. Municipal de Santa Leopoldina	—	—	54	—	—
Divisão de Conservação e Melhoramentos	—	—	268	157	12
Serviço de Máquinas Pesadas	66	—	14	—	—
Residência do Governador	—	—	57	65	—
Sec. do Trabalho e Promoção Social	—	—	18	—	—
FESBEM	—	—	—	—	20
Serv. de Sinalização e Paisagismo	—	—	—	4	—
Secretaria de Agricultura	—	—	84	—	—
Secretaria de Administração (D. Transportes)	—	—	—	—	03
Rod. Carlos Lindenberg	—	—	37	—	—
Gabinete Militar do Governador	—	—	—	—	04
TOTAL	66	29	3.225	786	183

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS ATIVIDADES DE CONSERVAÇÃO DURANTE O ANO DE 1972

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	Q U A N T I D A D E S			QUANTIDADE TOTAL
			1º D.R.E.	2º D.R.E.	3º D. R. E.	
01	Abertura de Sargetas	m	96.344	6.984	13.182	106.010
02	Acostamento	m2	1.808	4.200	9.429	15.437
03	Arenamento	m3	4.783	2.460	23.238	30.481
04	Recuperação de erosões	m3	7.546	7.735	29.867	45.148
05	Desobstrução de pista	m3	4.614	1.228	3.594	9.436
06	Capina	m2	441.400	626.046	245.279	1.312.525
07	Construção de Bueiro	m	1.094	476	2.448	4.018
08	Construção de Drenos	m	1.574	903	1.230	4.107
09	Construção de Muro de Arrimo.	m	-	-	-	-
10	Construção de Saida d'agua...	m	45.721	11.683	6.855	64.259
11	Construção de Sargeta.....	m	27.612	43.413	9.261	50.286
12	Construção de Valas	m	15.090	13.958	8.298	37.346
13	Construção de valetas	m	12.710	19.600	13.856	46.166
14	Extração de areia.....	m3	5.030	3.960	22.991	31.981
15	Extração de saibro	m3	97.787	174.807	225.614	498.208
16	Extração de pedra.....	m3	559	1.125	907	2.591
17	Ext.de Material e Revestimen- to primário.....	m3	341.449	170.233	303.819	815.501
18	Limpeza de bueiros.....	U	1.897	1.142	2.057	5.096
19	Limpeza de drenos.....	U	232	193	426	851
20	Limpeza de esgotos laterais..	U	4.892	115	338	5.346
21	Limpeza de saída d'água.....	U	6.907	33.666	3.968	44.541
22	Limpeza de sargetas	m	28.123	8.305	124.934	161.362
23	Limpeza de valas	m	21.752	18.202	21.495	61.449
24	Limpeza de valetas	m	16.141	139.571	16.537	172.249
25	Patrolamento Rod.Estadual....	km.	2.762	3.075	4.976	10.813
26	Patrolamento Rod.Estadual....	H	6.617	6.150	10.932	23.699
27	Patrolamento Rod.Municipal...	km	308	1.808	1.050	3.166
28	Patrolamento Rod.Municipal...	H	611	6.664	1.813	9.088
29	Raspagem	m2	4.255	24.105	67.551	95.911
30	Recheio	m	1.334.191	531.117	146.756	2.012.064
31	Recheio de meio fio	m	7.700	28.146	37.812	73.658
32	Reconstrução de bueiros.....	m	448	1.056	1.789	3.293
33	Reconstrução de Drenos	U	798	763	7.395	8.956
34	Reconstrução de Pontes.....	U	11	15	36	62
35	Reparo de pontes.....	U	64	18	25	107
36	ketoque	m	146.950	91.140	79.079	317.169
37	Revestimento com saibro.....	m3	97.787	174.807	225.614	498.208
38	Revestimento Primário.....	m3	341.449	170.233	298.480	810.162
39	Revestimento com pedra.....	m3	559	1.125	1.227	2.911
40	Roçada.....	m2	1.992.301	919.776	2.805.878	5.717.955
41	Transporte de areia.....	m3	5.030	2.460	22.991	30.481
42	Transporte de saibro.....	m3	97.787	174.807	225.614	498.208
43	Transporte de pedra	m3	559	1.125	1.227	2.911
44	Transporte de terra	m3	341.449	170.233	307.019	818.701

4) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO E PAISAGISMO

O Serviço de Sinalização e Paisagismo criado e integrado a Divisão de Conservação e Melhoramentos em julho de 1971, iniciou suas atividades no início de 1972, com a instalação da sua Fábrica Provisória de Placas.

Dada as dificuldades naturais de instalação e início de produção, a atividade que mais se desenvolveu no S.S.P., no ano de 1972, foi a fabricação e implantação de placas, que mesmo tendo sido pequena para as necessidades das Rodovias constantes do Plano Rodoviário Estadual, foi bastante expressiva, se considerarmos a precariedade das instalações e equipamentos e a carência da mão de obra especializada disponível.

As atividades de Sinalização horizontal desenvolvidas sob a administração direta, manualmente, se resumiram na demarcação de faixas das seguintes rodovias:

SAFRA-MARATAIZES

BR.101. — GUARAPARI

RODOVIA CARLOS LINDENBERG

Ainda em termos de sinalização horizontal, o S.S.P. orientou, acompanhou e procedeu as medições dos serviços de demarcação da Rodovia COLATINA — BARRA DE SÃO FRANCISCO, realizados pela Paviquímica.

Diversas providências foram tomadas pelo S.S.P. objetivando a aquisição de uma máquina adequada à demarcação horizontal, aguardando tão somente uma oportunidade para que o DER-ES consolide tal investimento proporcionando então um eficiente desenvolvimento desta atividade.

A aquisição de uma área adequada, situada às margens da Rodovia Cariacica — BR.101, proporcionou o início das atividades de Paisagismo, com a criação do 1º horto florestal.

É intenção do S.S.P. a instalação, no decorrer de 1973, de mais dois hortos florestais, situados nos 2º e 3º Distritos.

Sempre que solicitado o S.S.P. tem procurado realizar, dentro das suas limitações, os serviços que se fazem necessários, a título de exemplo cita-se a execução de um trevo em Aracruz com todo o serviço de grama, pintura de meio-fios, pintura de pontes, colocação de calhas e todo o serviço de paisagismo e urbanização do trevo.

Os quadros seguintes expressam a produção do S.S.P. durante o ano de 1972.

ATIVIDADES DOS MELHORAMENTOS EXECUTADOS NAS RODOVIAS DURANTE O ANO DE 1972

O DER-ES, através de um convênio firmado com o DERMAG — DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA RURAL E MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA, para execução de serviços de Terraplenagem, pode no ano de 1972 realizar diversos melhoramentos de caráter técnico e de segurança em vários trechos rodoviários.

Os melhoramentos considerados de caráter técnicos objetivaram proporcionar melhores condições de trafegabilidade, tais como:

Alargamento da Plataforma.

Escavação de material para revestimento de pista de rolamento.

Rebaixamento de Rampa.

Quanto aos melhoramentos de caráter de segurança, considera-se aqueles que procuraram, dentro de um regime de urgência, reestabelecer as condições normais de trânsito, tais como:

Desobstrução de pista.

Reconstituição do leito estradal.

Recuperação de aterros (cabeceras de pontes)

Serviços de contenção de taludes.

Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA	PLACAS DE FERRO	CAVA- LETES	S. HORIZONT. (M)	Nº DE ORDEN	HISTÓRICO DAS ATIVIDADES	PLACAS DE MADEIRA
----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------	----------------	------------------------	----------------	--------------------------	-------------------------

61 Projeto de um trevo e execução do mesmo em Itaipu - Miraflores.

Além desses serviços, outros foram executados procurando atender as necessidades surgidas, ou mesmo sob aspecto de conveniências ou experiências realizadas em algumas rodovias.

A administração do valor total do convênio Cr\$ 1.650.000,00 (UM MILHÃO, SEISCENTOS E CINQUENTA MIL CRUZEIROS), para aplicação no ano de 1972, proporcionou a realização de 23.426 horas de serviços de tratores, resultando a concretização dos seguintes serviços:

Implantação de novas rodovias 38 km
Reabertura de vários trechos 102 km

Aterros, recuperações, diversos 299.527 m³
Desobstrução de estradas 19.350 m³

Foram excelentes os índices alcançados nas obras da Rodovia Alfredo Chaves - BR.101, onde a qualidade dos serviços e o custo de realização, revelaram a performance dos melhoramentos aplicados.

O custo médio por quilômetro foi da ordem de Cr\$ 13.000,00.

As fotos ilustram a implantação de um dos novos trechos da rodovia em questão:

Nº DE ORDEN.	O B R A	NATUREZA DOS SERVIÇOS	V A L O R E S		
			Q U A N T I D A D E	Nº HORAS	C U S T O
01	BR.101 - Alfredo Chaves.....	Reabertura Impl	11 km	1.947	144.925,00
02	Itabapoana - Fazenda Ventania.....	Desobstrução	880 m3	44	1.760,00
03	Itabapoana - Coop. Cana	Reabertura	3 km	275	11.665,00
04	Dique Santa Rita.....	Aterro	10.590 m3	354	18.060,00
05	Prosperidade - Nicoli.....	Reabertura	0,2 km	10	650,00
06	Cab. Mutum	Reabertura	2 km	212	8.480,00
07	Menino Jesus - Piaço	Reabertura	4 km	337	23.195,00
08	Castelo - S. Manoel.....	Reabertura	6 km	522	35.242,50
09	Ponte de Itaperuna	Aterro	2.950 m3	59	3.835,00
10	Itabapoana - BR.101	Aterro - Pontes	5.410 m3	147	6.140,00
11	Afonso Cláudio - BR.262	Desobstrução	950 m3	19	1.330,00
12	Colatina - Baixo Guandu	Desobstrução	10.825 m3	217	16.237,50
13	P. M. Apicá	Implantação	3 km	300	18.731,00
14	Sta. Lúcia - Sta. Tereza	Reabertura	0,2 km	45	2.250,00
15	P. M. Iconha	Reabertura	8 km	390	20.868,50
16	Rodovia C. Lindenberg	Terraplenagem	106.982 m3	2.981	208.593,75
17	Centro Convenções.....	Terraplenagem	4.320 m3	108	7.729,00
18	Sta. Tereza - Caldeirão.....	Reabertura	0,3 km	70	3.500,00
19	Sta. Joana - Pontal.....	Reabertura	12 km	756	60.433,33
20	Caldeirão - Itarana	Terraplenagem	980 m3	25	1.470,00
21	P. M. Rio Novo do Sul	Reabertura	3 km	274	10.960,00
22	Burarama	Diversos	12.780 m3	426	25.560,00
23	P.M. Afílio Viváqua	Diversos	9.000 m3	300	18.000,00
24	Patrulha do 2º D.R.E.....	Diversos	13.720 m3	343	20.398,00
25	Prosperidade - V. Alta	Reabertura	16 km	1.671	127.842,50
26	Ponte Rio Muqui	Aterro	400 m3	10	450,00
27	P.M. Rio Novo Sul	Reabertura	1 km	110	10.233,50
28	Sta. Tereza - Lombardia	Reabertura	0,2 km	65	1.964,25
29	Jaqueira - Lad. Felix	Implantação	2 km	116	7.507,50
30	Cristal - BR.101	Reabertura	8 km	1.271	95.400,00
31	Aeroporto Vitória	Terraplenagem	11.125 m3	222	14.462,00
32	Mim. Sul - Torres	Reabertura	1 km	51	2.040,00
33	Patrulha 3º D.R.E.	Diversos	24.300 m3	809	42.139,00
34	Domingos Martins - V. Pereira.....	Reabertura	20 km	2.857	211.002,50
35	Bom Jesus - Batatal	Reabertura	1 km	100	6.500,00
36	Duas Barras - Itaócas	Reabertura	8 km	853	60.130,00
37	São Rafael - Panorama	Reabertura	3 km	362	10.172,00
38	Jatibocas - Itarana	Implantação	17 km	1.000	69.555,00
39	Afonso Cláudio - BR.262	Desobstrução	2.355 m3	79	3.140,00
40	Castelo - Venda Nova.....	Diversos	51.850 m3	1.162	78.230,00
41	Soldo - São Bento	Desobstrução	1.500 m3	50	2.000,00
42	G.E.Jardim América.....	Terraplenagem	13.440 m3	336	21.840,00
43	Vazea Alegre - Cazer	Diversos	22.050 m3	471	31.777,00
44	Itaguaçu - Itapina	Reabertura	0,5 km	57	2.280,00
45	Santa Marta - BR.262	Desobstrução	3.300 m3	110	7.146,50
46	Pontal	Reabertura	3 km	132	5.260,00
47	P.M. Itaguaçu	Diversos	1.980 m3	66	2.640,00
48	D. Martins - Costa Pereira	Reabertura	2 km	105	6.825,00
49	Limoeiro - Itarana	Terraplenagem	2.440 m3	61	3.965,00
50	São Paulo - Forno Grande	Implantação	5 km	451	29.315,00
51	Rio Novo - Mantenópolis	Diversos	10.850 m3	217	14.094,10
52	Soturno	Diversos	5.145 m3	176	9.775,50
53	São Miguel.....	Diversos	1.440 m3	48	2.880,00
54	Sapicado - C. Alto.....	Diversos	1.470 m3	49	2.940,00
55	São José - Fruteiras	Diversos	5.955 m3	198	11.314,50

DIVISÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

Tendo esta Divisão por objetivo controlar financeiramente todos os empreendimentos levados a efeito por este Órgão, apresenta neste relatório elementos considerados essenciais para serem a ele integrados.

Entretanto, devemos esclarecer que alguns desses elementos poderão sofrer pequenas oscilações, em face dos lançamentos que se fazem necessários para encerramentos das contas de resultado.

A Receita deste Departamento foi inicialmente prevista, através do Decreto nº 216 N de 28.1.72 em Cr\$ 116.964.350,00 (CENTO E DEZESSEIS MILHÕES, NOVECIENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL E TREZENTOS E CINQUENTA CRUZEIROS), tendo posteriormente sido anulada a importância de Cr\$ 10.082.077,00 (DEZ MILHÕES, OITENTA E DOIS MIL E SETENTA E SETE CRUZEIROS) pelo Decreto nº 685-E de 31.10.72, ficando a mesma fixada em Cr\$ 106.882.273,00 (CENTO E SEIS MILHÕES, OITOCENTOS E OITENTA E DOIS MIL, E DUZENTOS E SETENTA E TRÊS CRUZEIROS), assim distribuída:

RECEITAS CORRENTES	33.494.073,00
Fiscalização Obras Delegadas	280.000,00
Transporte Veículos em Balsa	25.000,00
Contribuição do Estado	27.189.073,00
Taxa rodoviária única	6.000.000,00
RECEITA DE CAPITAL	73.388.200,00
Operações de Crédito	22.000.000,00
Convênio DER/ES — CEPLAC	950.000,00
Cota parte Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes	20.235.818,00
Cota parte Imposto Único s/Minerais	6.000.000,00
Obras Delegadas C/DNER	7.000.000,00
Contribuição do Estado	22.602.382,00
	106.882.273,00

Desta Receita realizamos no exercício de 1972 a importância de Cr\$ 60.138.006,81 (sessenta milhões, cento e trinta e oito mil, seis cruzeiros e oitenta e um centavos) a qual somada a quantia de Cr\$ 10.032.369,83 (dez milhões, trinta e dois mil, trezentos e sessenta e nove cruzeiros e oitenta e três centavos) referente aos restos a receber de 1971, arrecadada em 1972, totaliza a importância de Cr\$ 70.170.376,64 (setenta milhões, cento e setenta mil, trezentos e setenta e seis cruzeiros e sessenta e quatro centavos), como segue:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1972)

	Arrecadada	A Arrecadar
RECEITAS CORRENTES		
Fiscalização de Obras Delegadas	123.912,05	156.087,95
Transporte Veículos em Balsa	7.460,00	17.540,00
Contribuição do Estado	15.915.000,00	11.274.073,00
Taxa Rodoviária Única	—	6.000.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		
Operações de Crédito	15.326.000,00	6.674.000,00
Convênio DER-ES — CEPLAC	450.000,00	500.000,00
Quota parte do IUSCL	15.147.751,70	5.088.066,30
Quota parte do Imposto Único s/Minerais	2.384.391,09	—
Obras Delegadas C/DNER	3.157.491,97	3.842.508,03
Contribuição do Estado	7.626.000,00	14.976.382,00

RECEITAS DE 1971 RECEBIDAS EM 1972

Contribuição do Estado	2.496.000,00	—
Receitas Diversas	86.856,08	—
Fiscalização de Obras Delegadas	8.411,43	47.003,42
Imposto Único s/Combustíveis	1.389.227,86	1.359.516,80
Obras Delegadas	201.874,46	1.128.082,20
Convênio DER-ES — CEPLAC	350.000,00	—
Operações de Crédito		
BNDE — 497	3.000.000,00	5.000.000,00
BNDE — 464	2.500.000,00	1.500.000,00
	10.032.369,83	9.034.602,42
TOTAL GERAL:	70.170.376,64	57.563.259,70

Com referência a receita inicialmente prevista, obtivamos um excesso de arrecadação no valor de Cr\$ 1.616.309,05 (hum milhão, seiscentos e dezesseis mil, trezentos e nove cruzeiros e cinco centavos).

Com relação a despesa, foi inicialmente dotada em Cr\$ 116.964.350,00 (cento e dezesseis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil e trezentos e cinquenta cruzeiros), sendo posteriormente reduzida para Cr\$ 106.882.273,00 (cento e seis milhões, oitocentos e oitenta e dois mil e duzentos e setenta e três cruzeiros).

Damos a seguir a demonstração da despesa realizada em 1972, por categorias econômicas:

Categoria Econômica	Dotação	Realização	Saldo
DESPESAS CORRENTES	38.267.923,00	35.133.804,40	3.134.118,60
Despesas de Custeio	21.071.923,00	19.552.113,99	1.519.809,01
Pessoal	11.602.418,00	11.236.846,27	365.571,73
Material de Consumo	2.345.000,00	1.903.490,98	441.509,02
Serviços de Terceiros	739.582,00	609.581,89	130.000,11
Encargos Diversos	1.317.000,00	1.175.782,74	141.217,26
Desp. Exerc. Ant.	5.067.923,00	4.626.412,11	441.510,89
TRANSF. CORRENTES	17.196.000,00	15.581.690,41	1.614.309,59
Inativos	8.000,00	7.566,83	433,17
Sal. Família (ativos)	10.000,00	9.040,00	960,00
Juros da Div. Pública	14.254.000,00	12.641.083,58	1.612.916,42
Contrib. Prev. Social	2.912.000,00	2.912.000,00	—
Div. Transf. Correntes	12.000,00	12.000,00	—
DESPESAS DE CAPITAL	68.614.350,00	59.602.699,27	9.011.650,73
Investimentos	56.559.660,00	48.914.871,66	7.644.788,34
Obras Públicas	52.451.850,00	45.373.643,70	7.078.206,30
Equip. e Instal.	3.901.560,00	3.361.332,34	540.227,66
Material Permanente	206.250,00	179.895,62	26.354,38
Inversões Financeiras	54.690,00	54.690,00	—
TRANSF. DE CAPITAL	12.000.000,00	10.633.137,61	1.366.862,39
Amortiz. da Div. Públ.	12.000.000,00	10.633.137,61	1.366.862,39
TOTAL GERAL	106.882.273,00	94.736.503,67	12.145.769,33

Realizamos no exercício de 1972, despesas da ordem de Cr\$ 94.736.503,67 (noventa e quatro milhões, setecentos e trinta e seis mil, quinhentos e três cruzeiros e sessenta e sete centavos).

A despesa total realizada foi aplicada da seguinte forma:

DESPESAS DE CUSTEIO	19.552.113,99	20,64%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.581.690,41	16,45%
INVESTIMENTOS	48.914.871,66	51,63%
INVERSÕES FINANCEIRAS	54.690,00	0,06%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.633.137,61	11,22%
	94.736.503,67	100,00%

Com relação aos juros e amortizações, verifica-se no quadro anterior, demonstrativo da despesa realizada no referido exercício, que o DER-ES pagou em 1972 a importância de Cr\$ 23.274.221,19 (vinte e três milhões, duzentos e setenta e quatro mil, duzentos e vinte e um cruzeiros e dezenove centavos).

A seguir damos a relação dos juros e amortizações pagos por financiamentos:

Financiamentos	Juros	Amortização
B.N.D.E. — 403	640.104,92	1.490.093,40
B.N.D.E. — 464	938.315,03	—
B.N.D.E. — 497	288.797,82	—
International Com. Bank	2.701.686,32	4.914.691,32
Banco do Brasil Ag. New York	3.846.551,58	3.532.389,30
C.O.D.E.S./I.B.C./G.E.R.C.A.	116.302,00	288.000,00
F.I.N.E.P.	5.727,80	—
F.I.B.E.N.C.O.	—	129.129,67
Eaton wale & Towne Ltda.	—	278.833,92
Queiroz Galvão S/A.	446.765,02	—

Cunha Guedes & Cia. Ltda.	175.000,45	—
Avelpa — Construtora e Comercial Ltda.	849.653,22	—
Empresa Construtora Brasil S/A.	1.254.557,41	—
BANDES/F.I.N.E.P.	11.386,00	—
B.I.R.D. — Fundo Rotativo	92.749,46	—
Semoviterra	122.208,43	—
BANESTES — Banco Central	1.151.278,12	—
TOTAIS:	12.641.083,58	10.633.137,61

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE VITÓRIA

As diretrizes traçadas por esta Administração, objetivando dotar o Porto de Vitória de instalações capazes de torná-lo um dos mais modernos e importantes do País, política esta de seguimento às linhas mestras dadas pelo Governo Federal no exercício de 1971, "Ano Portuário Nacional", foram no ano de 1972 plenamente alcançadas.

A evolução brusca desta política, em abril de 1972, ensejou transformar o Porto de Vitória em um dos Terminais Marítimos dos Corredores de Exportação do País, validando assim, a correta ação política administrativa empreendida, embora tivéssemos que reformular alguns aspectos de suas diretrizes.

Relativamente às obras de infra-estrutura, com a criação do corredor de exportação — Espírito Santo/Minas — foram celebrados contratos de grande vulto e envergadura, referente ao Cais de Capuaba, Terminal de Cereais, Terminal de Aribiri e Derrocagem das pedras submersas no Cais Comercial, cujas obras serão iniciadas no primeiro semestre de 1973, o que nos leva a considerar que este seja o ano das "Grandes Obras Portuárias".

Assim, no que concerne à aquisição de novos equipamentos operacionais, maquinário moderno para nossas oficinas de manutenção, equipamentos de segurança, modernização de nossos escritórios, assistência social-médica-odontológica e escolar para nosso pessoal e familiares, o plano visado, foi integralmente cumprido.

No referente ao aspecto operacional, o Porto de Vitória atingiu, durante o presente exercício, a índice jamais alcançados em toda sua história, obtendo, em seu pequeno cais comercial, para carga geral, a produtividade recorde de 1.016 ton/metro/ano.

No campo das finanças, todas as estimativas de arrecadação foram ultrapassadas. A receita tarifária proporcionou uma renda de Cr\$ 24.263.506,75 (vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e seis cruzeiros e setenta e cinco centavos), contra uma despesa de Cr\$ 22.283.346,02 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros e dois centavos), apresentando um superávit de Cr\$ 1.980.160,73 (um milhão, novecentos e oitenta mil, cento e sessenta cruzeiros e setenta e três centavos).

A Taxa de Melhoramento dos Portos apresentou um crescimento na arrecadação de 87,65% em relação ao exercício de 1971 proporcionando, assim, maior aplicação nos investimentos portuários.

Os pormenores de nosso trabalho, vão alinhados ao bojo deste relatório.

II — RESULTADOS OPERACIONAIS — MOVIMENTO DE CARGAS

O Porto de Vitória, em 1972, movimentou 31.321.962 (trinta e um milhões, trezentos e vinte e um mil e novecentos e sessenta e duas) toneladas de cargas, no valor de aproximadamente Cr\$ 2.824.846.072,00 (dois bilhões oitocentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e setenta e dois cruzeiros), apresentando um incremento considerável em relação ao ano de 1971, superando, assim, todos os índices já atingidos desde a sua implantação como porto organizado.

A análise dos dados que se visualizam nos quadros demonstrativos, melhor poderá atestar o crescimento obtido.

II-I — MOVIMENTO GERAL DE CARGAS

a) Incluído o Minério de Ferro

1970/1972 — (Em Toneladas)

ANOS	TONELAGEM	AUMENTO %
1970	25.739.687	100,0
1971	29.949.759	116,4
1972	31.321.962	121,7

b) Excluído o Minério de Ferro

ANOS	TONELAGEM	AUMENTO %
1970	1.687.679	100,0
1971	1.747.106	103,5
1972	2.290.567	135,7

c) Importação e Exportação — Incluído o Minério de Ferro (Em Tonelada)

ANOS	IMPORTAÇÃO	AUMENTO %	EXPORTAÇÃO	AUMENTO %
1970	1.389.806	100,0	24.349.881	100,0
1971	1.563.670	112,5	28.386.089	116,6
1972	2.025.090	145,7	29.296.872	120,3

d) Importação e Exportação — Excluído o Minério de Ferro (Em Tonelada)

ANOS	IMPORTAÇÃO	VARIAÇÃO %	EXPORTAÇÃO (*)	VARIAÇÃO %
1970	1.389.806	100,0	297.873	100,0
1971	1.563.670	112,5	183.436	61,6
1972	2.025.090	145,7	265.479	89,1

II-2 — Tonelagem movimentada nas instalações do Pôrto de Vitória

INSTALAÇÕES	TONELAGEM		VARIAÇÃO % (+ —)
	1971	1972	
Cais Comercial	431.949	600.845	+ 39,1
Cais de Paul (CVRD)	141.124	189.744	+ 34,5 *
Cais "Eng. Eumenes Guimarães"	1.182.332	563.087	— 110,0 *
Cais de Carvão (USIMINAS) ..	774.929	964.433	+ 24,5
Terminais de Petróleo	316.021	370.465	+ 17,2
T O T A L :	2.846.355	2.696.574	— 5,6

* O embarque de minério de ferro está sendo transferido integralmente para o Terminal do Tubarão. 11.2.2 — Carga movimentada no Terminal da Ponta do Tubarão 1971 — 1972 (Em toneladas)

Produtos	1971	1972	Variação %
Minério de Ferro	26.879.197	28.309.518	+ 5,32
Prod. de Petróleo	224.207	315.870	+ 40,9

11.2.1 — Produtividade por metro linear de Cais (Em Tons.)

INSTALAÇÕES (Compr. m)	1971 (t)	1972 (t)
a) Cais Comercial (600 m.)	719,9	1.016,0
b) Instalações de Vitória (1.130m)	2.518,9	2.386,3

Como se verifica na tabela acima, o Pôrto de Vitória em seu Cais Comercial para carga geral, com extensão de 600 metros, atingiu, em 1972, a expressiva produtividade operacional de 1.016 ton/m/ano, contra 719 ton/m/ano alcançada em 1971, até então recorde absoluto.

11-3 — Valor das cargas movimentadas — Movimento Geral

(*) (Cr\$ — FOB)

a) Valor Global

Anos	Valor (Cr\$ — FOB)	Variação %
1970	1.641.482.275	100,0
1971	2.228.903.996	135,7
1972	2.824.846.072	169,7

b) Valor das Importações e Exportações — (Cr\$ - FOB)

ANOS	IMPORTAÇÕES (*)	VARIAÇÃO %	EXPORTAÇÕES	VARIAÇÃO %
1970	396.078.237	100,0	1.245.404.038	100,0
1971	750.198.011	189,4	1.478.705.985	115,7
1972	1.239.238.251	312,8	1.585.607.821	127,3

(*) Dados apurados em documentos apresentados ao Pôrto, durante os exercícios em foco, não equivalentes ao total da quantidade movimentada na importação de longo curso.

c) Nas Instalações do Pôrto de Vitória e Terminal do Tubarão

ANOS	PÔRTO DE VITÓRIA		TERMINAL DO TUBARÃO	
	Cr\$ — FOB	VARIAÇÃO	Cr\$ — FOB	VARIAÇÃO
1970	887.284.064	100,0	754.198.212	100,0
1971	1.133.285.178	127,7	1.095.618.819	145,2
1972	1.499.102.164	172,1	1.325.743.908	175,7

11-4 — PRINCIPAIS MERCADORIAS MOVIMENTADAS PELO PÔRTO

Exportação de Ferro Gusa 30.950
T O T A L : 189.744

a) Cais Comercial — 685 navios

c) Cais "Eng. E. Guimarães": — 35 navios

1) Importação	Toneladas
Produtos siderúrgicos	112.004
Máq. veic., apar. e equipamentos	67.220
Metais diversos sob várias formas	35.978
Trigo em grão	32.370
Produtos diversos das indústrias químicas	29.451
Trilhos p/ferrovia	25.369
Arroz	19.197
Materiais de construção diversos	13.028
Sal	10.615
Madeira em bruto p/laminação	10.347
Enxofre e fertilizantes	9.819
Gêneros alimentícios diversos	7.404
Outras	2.288
T O T A L :	375.090

Exportação de Minério de Ferro 563.087

d) Cais de Carvão — 54 navios

Toneladas
 Importação de Carvão Mineral 964.433

e) Terminais de Produtos de Petróleo — 123 navios

Importação	Quantidade (t)
Gasolina	125.614
Óleo combustível	101.027
Óleo diesel	129.220
Querosene	13.836
T O T A L :	369.697

2) Exportação	Toneladas
Produtos siderúrgicos	173.859
Café em grão	31.280
Madeiras	10.915
Cacau	6.546
Piche mineral	5.721
Café solúvel	2.447
Outros produtos industrializados	2.383
Minério de Berilo	345
Outras	259
T O T A L :	233.755

Toneladas
 Exportação
 Derivados de petróleo n.e 768

f) Terminal da Ponta do Tubarão — 506 navios

Toneladas
 Exportação de Minério de Ferro 28.309.518

Importação de Produtos de Petróleo	
Gasolina	18.834
Óleo combustível	204.263
Óleo diesel	92.272
Querosene	501

b) Cais de Minério Fino: — 16 navios
Toneladas
 Exportação de Minério de Ferro 158.794

T O T A L : 315.870

11-5 — Movimento de embarcações no Pôrto de Vitória e Terminal do Tubarão

a)

Anos	Longo Curso	Cabotagem	Alto Mar	Total	Variação %
1970	857	177	179	1213	100,0
1971	894	172	194	1260	103,8
1972	862	265	171	1298	107,0 (*)

* Média de 3,6 navios/dia.

b) No Terminal do Tubarão

ANOS	Nº DE NAVIOS	VARIAÇÃO %
1970	445	100,0
1971	520	116,8
1972	506	113,7

III — MOVIMENTO FINANCEIRO

A receita própria do Pôrto, no exercício de 1972, atingiu ao valor de Cr\$ 24.263.506,75 (vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e seis cruzeiros e setenta e cinco centavos), o que correspondeu a um incremento de 35,32%, em relação à receita auferida no ano de 1971.

Por outro lado, as despesas de custeio do exercício, atingiram ao quantitativo de Cr\$ 22.283.346,02 (vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros e dois centavos), proporcionando um "superavit" no exercício, de Cr\$ 1.980.160,73 (um milhão, novecentos e oitenta mil, cento e sessenta cruzeiros e setenta e três centavos).

Das receitas específicas, no referente especialmente à Taxa de Melhoramento dos Portos, a arrecadação atingiu ao expressivo valor de Cr\$ 19.956.589,00 (dezenove milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e oitenta e nove cruzeiros), correspondente a um desenvolvimento de 87,56% em relação à do ano de 1971.

Para melhor ilustração, apresentamos a seguir os quadros demonstrativos e comparativos.

RECEITA DO EXERCÍCIO

Títulos	Cr\$	Variação %
Receitas Correntes		
Receitas Patrimoniais	424.508,67	1,749
Receitas Industriais	22.806.915,09	93,996
Receitas Diversas	1.032.082,99	4,255
Total:	24.263.506,75	100%

DESPESAS DO EXERCÍCIO

Títulos	Cr\$	Variação %
Receitas Correntes		
Despesas de Custeio		
Pessoal	11.588.813,38	52,007
Material de Consumo	2.534.990,80	11,376
Serviços de Terceiros	2.896.530,09	12,999
Encargos Diversos	2.210.886,21	9,921
Despesas de Ex. Anteriores	200.000,00	0,898
Transferências Correntes		
Previdência Social	2.852.125,54	12,799
Total:	22.283.346,02	100%

DESPESAS DE CUSTEIO — DECRETO Nº 54.295

ART. 6º

Títulos	Parcial Cr\$	Total Cr\$	Variação %
Despesas de Exploração			
Pessoal e Encargos	12.022.021,75		
Material de Consumo	1.133.509,48		
Serviços de Terceiros	4.363.306,43	17.518.837,86	78,618
Despesas de Conservação			
Pessoal e Encargos	2.500.068,14		
Material de Consumo	1.401.481,32		
Serviços de Terceiros	695.957,77		
Quota de Depreciação	102.387,73		
Quota de Amortização			
Capitais	1.047,86		
Remun. de Investimentos	63.565,54	4.764.508,36	21,382
Total:		22.283.346,02	100,000

APURAÇÃO DE RESULTADO NO EXERCÍCIO

Títulos	Parcial	Total
Receitas		
Receitas Patrimoniais	424.508,67	
Receitas Industriais	22.806.915,09	
Receitas Diversas	1.032.082,99	24.263.506,75
Despesas de Custeio		
Operação	17.518.837,66	
Conservação	4.764.508,36	22.283.346,02
Superavit do Exercício		+ 1.980.160,73

RECEITAS E DESPESAS COMPARATIVAS DE 1972/1971

ANOS	RECEITA CR\$	DESPESA CR\$	SUPERAVIT	
			Valor em Cr\$	%
1971	17.930.226,00	16.829.661,00	1.100.565,00	100
1972	24.263.560,75	22.283.346,02	1.980.160,73	180

RECEITAS ESPECÍFICAS

a) Taxa de Melhoramentos dos Portos

ANOS	CR\$	VARIAÇÕES %
1970	4.877.322,00	100,000
1971	10.634.810,00	218,046
1972	19.956.589,00	409,170

b) Fundo de Dragagem

ANOS	CR\$	VARIAÇÕES %
1970	505.133,00	100,000
1971	631.473,00	125,004
1972	825.175,00	163,358

IV — APLICAÇÃO DO FUNDO DE MELHORAMENTO DO PORTO

O programa de aplicação do Fundo de Melhoramento dos Portos, elaborado por esta Administração na ordem de Cr\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil cruzeiros), devidamente aprovado pelo Ministério dos Transportes, foi regamente obedecido e totalmente aplicado dentro do exercício.

Abaixo demonstramos delineadamente a aplicação do referido Fundo:

	Cr\$
a) Projeto Executivo do Sistema Elétrico do Porto de Vitória	93.780,00
b) Aquisição de equipamentos de combate a incêndio (viatura de bombeiro com aparelhamento moderno)	159.600,00
c) Aquisição de 9 (nove) plataformas ferroviárias de 70 toneladas, unitariamente	850.000,00
d) Contrato de execução de derrocagem de pedras submarinas no Porto de Vitória	1.600.000,00
e) Aquisição de conjuntos de eletroimãs para operação portuária	379.887,30

f) Aquisição de moderno centro telefônico (P.A.B.X.)	132.872,70
g) Aquisição de veículos rodoviários tais como: ambulância, basculantes, "pick-up", etc.	181.010,89
h) Aquisição de máquinas e móveis para escritório	49.536,00
i) Aquisição de máquinas para as oficinas mecânicas	41.205,00
j) Estudos geofísicos e dragagem dos cais de acesso e bacia de evolução	800.000,00
l) Aterro do alargamento do pátio de estocagem	200.000,00
m) Estudos e projetos (Capuaba e Aribiri)	1.310.000,00
	5.797.891,89

V — CAIS DE CAPUABA

O Cais de Capuaba, concebido como programa de ampliação do Porto de Vitória, dentro das perspectivas naturais de seu crescimento, levou esta Administração a elaborar um contrato com o consórcio composto das firmas Planave — Escritório Técnico de Planejamento S/A. e Engevix S/A. — Estudos e Projetos

de Engenharia, para execução de seu projeto de engenharia, que deverá ser entregue a esta Administração em Março de 1973.

A política do Governo Federal voltando a atenção nacional para o mar, a fim de exportar, como uma verdadeira nação soberana e independente, revolucionou, em todos os aspectos, o programa portuário, promovendo um aceleração nas medidas a serem adotadas, inclusive transformando o Cais de Capuaba num terminal marítimo, que será um dos corredores de exportação mais importantes do País.

As adaptações de emergência que foram necessárias efetuar no projeto do Cais de Capuaba, levaram esta Administração a promover a celebração de vários aditivos contratuais, a fim de que, o Cais de Capuaba venha a ser dotado de instalações propícias para o futuro fim a que foi destinado.

Assim, celebramos aditivo no valor de Cr\$ 534.000,00 para estudos de viabilidade de instalação de um grande silo para cereais naquela área.

Com a viabilidade do silo, comprovada pelo Consórcio Planave — Engevix, promovemos a assinatura de um novo aditivo no valor de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões, oitocentos mil cruzeiros), para elaboração do projeto de engenharia do terminal de cereais, cuja conclusão, de acordo com dispositivos contratuais, deverá ocorrer em agosto de 1973.

Objetivando atender a programação extensiva às siderurgias produtoras de materiais que não podem ficar expostos ao tempo, firmamos aditivo contratual com o mesmo Consórcio, no valor de Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), visando o projeto de engenharia de um armazém para produto siderúrgico, a ser localizado no Cais de Capuaba, o qual será entregue a esta APV em maio de 1973.

Em função desta política agressiva, e em face do crescimento vertiginoso do nosso movimento portuário, ficou a Administração do Porto de Vitória condicionada aos seus anteriores problemas de exiguidade da área portuária, o que ensejou evoluir para o Cais do Aribiri que, pela programação de expansão natural, só seria estudado em 1975.

Dessa forma, foi assinado o Aditivo Contratual, ainda com o mesmo consórcio, no valor de Cr\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil cruzeiros), para os estudos de viabilidade e alternativa de sua localização, que deverão ser concluídos em junho de 1973.

Os projetos contratados levaram esta Administração a promover também com a firma R.G. Romani Gouveia — Engenharia de Solos Ltda. — aditivos contratuais no valor de Cr\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil cruzeiros), para estudos geotécnicos dos solos, tanto no mar como na terra, objetivando as pesquisas necessárias para elaboração dos referidos projetos.

Para cada projeto contratado por esta APV, foram elaborados os cronogramas físicos, os quais vêm sendo rigorosamente cumpridos, garantindo assim a afirmativa de que todos os prazos contratuais para entrega dos estudos, serão perfeitamente obedecidos.

VI — DEPARTAMENTO DO TRÁFEGO

O Departamento do Tráfego, órgão de atividade fim da Administração do Porto de Vitória, já em 1971 efetuou verdadeiros prodígios operacionais, para atendimento das crescentes exigências do movimento portuário.

Em 1972, a Administração, prevendo o vertiginoso aumento das exportações e importações, procurou estabelecer diretrizes objetivando minimizar os problemas que forçosamente adviriam desse crescimento.

Como o programa estabelecido para a solução definitiva de nossos problemas operacionais somente será

concluído a prazo médio, com a construção de Capuaba e Aribiri, esta Administração procurou estabelecer um outro programa de efeito imediato, visando atingir as principais causas que afligiam este Departamento, procurando adequá-lo do mínimo indispensável para atendimento das exigências dos serviços.

Assim, no que diz respeito a pessoal, promovemos o seu aperfeiçoamento, efetuamos vários concursos internos para o seu melhor aproveitamento e abrimos concursos públicos para admissão de novos empregados, em substituição aos aposentados.

Com referência aos equipamentos operacionais, procedemos a aquisição de novos, de sustentação e segurança, bem como, mantivemos os existentes em pleno funcionamento, através de uma manutenção permanente e rigorosa. Dentro do aspecto físico, contratamos a derrocagem das pedras submersas do cais comercial e bacia de evolução, objetivando proporcionar manobras e atracações de navios de maiores calados, além do melhor aproveitamento do cais existente.

Outro aspecto de suma importância para a operação portuária, foi a aquisição pelo Governo do Estado, das dependências do "Jabour" (8 armazéns), e o alargamento de nosso pátio de estocagem (mais 20.000 m²), que possibilitarão melhor distribuição de carga estocada, bem como os contatos mantidos com a CVRD, que visaram a exportação de ferro gusa através das instalações do Cais de Minério Fino em Paul e operação de navios de carga geral no Cais do Atalaia.

Além disto, para melhoria do controle das mercadorias importadas, criamos o Armazém Alfandegado nº 2, racionalizando, assim, os serviços de importação que, até então, estavam sobre a responsabilidade de apenas um.

As medidas acima transcritas, aliadas a uma operação de 24 horas por dia, com uma produtividade recorde de 1.016 ton./m/ano, fizeram com que transcorressemos todo o exercício de 1972, atendendo com presença e eficiência aos nossos usuários.

SERVIÇO DE LANCHAS

Em 1972, o Serviço de Lanchas Vitória — Paul, apresentou o seguinte resultado:

832.651 passageiros, apresentando uma receita de Cr\$ 170.353,90 (cento e setenta mil, trezentos e cinquenta e três cruzeiros e noventa centavos), receita esta superior a do ano anterior, que foi de Cr\$ 117.110,30 (cento e dezessete mil, cento e dez cruzeiros e trinta centavos), para 740.809 passageiros.

VII — DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

O Departamento de Engenharia, dentre outras atividades, destacou-se pela execução dos seguintes serviços:

1) — Sondagens e Levantamentos

Foram executados serviços de sondagens e levantamentos topográficos nos seguintes locais:

- enrocamento do Pátio de Descarga da Ilha do Príncipe;
- trecho entre o Cais de Atalaia e o Cais da USIMINAS;
- estrada de acesso à Capuaba;
- Ilha das Cobras;
- Armazém Jabour;
- Área localizada em frente à Serraria da Divisão de Oficinas e Transportes;
- Baía do Tagano;
- Linhas férreas;
- Instalações utilizadas pela ESSO;

2) — Manutenção dos Imóveis

Vários imóveis deste APV foram devidamente reparados, objetivando a sua conservação e melhoria de ambiente de trabalho. Dentre estes serviços podemos destacar os seguintes:

- escritório do Cais das Lanchas;
- garagem para empilhadeiras e tratores, no Pátio de Descarga da Ilha do Príncipe;
- 3º pavimento do Prédio anexo ao Armazém nº 5;
- Escola da APV;
- galpão do Pátio de Descarga da Ilha do Príncipe;
- alojamento da Guarda Portuária;
- depósito para material de sondagem;
- escritório do Armazém Alfandegado nº 2;
- caixa forte do Armazém Alfandegado nº 1;
- fachada do Prédio anexo ao Armazém nº 4;
- 1º pavimento do prédio anexo ao Armazém nº 4;
- rede hidráulica de toda a APV.

3) — Linha Férrea

Todo o acesso ferroviário, desde o pátio da CVRD até a faixa do cais, foi devidamente conservado, inclusive com a substituição de dormentes e trilhos, possibilitando, assim, que o intenso tráfego de composições ferroviárias não fosse prejudicado.

Também para poder atender à grande movimentação e manobra de vagões, foram assentadas novas linhas e novos desvios na faixa do cais e Pátio de Estocagem da Ilha do Príncipe, bem como a manutenção dos existentes.

4) — Capuaba

- a) Remoção de pedras da Pedreira — 70.934 m³
- b) Remoção de barro para aterro das áreas mais baixas de Capuaba — 23.986 m³
- c) Produção de brita a partir de outubro — 347 m³

5) — Enrocamento e Aterro no Pátio de Descarga da Ilha do Príncipe

Foram executados 345.40 metros de enrocamento, que consumiram 32.144 m³ de pedras. Foi feito o aterro para a ampliação do Pátio de Estocagem, registrandose 4.840 viagens de areia, num total de 24.200 m³.

DIVISÃO DE OFICINAS E TRANSPORTES

I — Serviços Executados para Terceiros

Foram executados serviços para terceiros, no valor de Cr\$ 77.927,04 (setenta e sete mil, novecentos e vinte e sete cruzeiros e quatro centavos), destacando-se docagem e reforma de diversas embarcações particulares, nos rebocadores: "AUDAZ", "JAIME" e "ATALS" dos Serviços Marítimos CAMUVRANO S/A. a/c de Wilson Sons S/A., Empresa Brasileira de Operações Submarinas e da Lancha Americana "Serhos". Barcos Pesqueiros, além de outros serviços feitos nas oficinas: Naval, Civil e Carpintaria.

II) — Serviços Executados para a APV

- a) Reparos e Manutenção geral em todos os veículos, inclusive reforma geral de duas basculantes e dois caminhões Mercedes Benz.
- b) Serviços diversos na Carpintaria Civil, tais como: conservação geral de todos os móveis,

preparamento de "Palletes", esquadrias, armários, balcões etc.

c) Madeira Serrada: 253.54 m³

d) Manutenção e reparo geral em todas as embarcações, inclusive adaptação da Lancha "João da Silva" e Recuperação do flutuante "Pedro Palácios".

VIII — DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

É da incumbência deste Departamento, o movimento financeiro, a execução orçamentária, o movimento de material, controle do pessoal e o controle estatístico.

Sobre o movimento financeiro e o controle estatístico, já falamos nos capítulos anteriores.

PESSOAL

Em 31.12.71 a APV contava com 841 empregados, tendo sido contratados através de concursos públicos 33 empregados, sendo desligados 4 por falecimento, 31 por aposentadoria e 11 dispensados, contando, pois, em 31.12.72, com 828 empregados.

ANOS	1970	1971	1972
Número de empregados ..	866	841	828

Os concursos públicos realizados, foram para as seguintes categorias:

Conferente
Marítimo
Técnico de Contabilidade
Contador

Além destes, a APV, visando aprimorar a sua mão de obra, realizou concursos internos, os quais foram precedidos de treinamentos ministrados pelos seus próprios empregados especializados.

Desta forma, foi dado ao nosso pessoal oportunidade de promoção para as seguintes categorias:

Guindasteiro

Conferente

Eletricista

Separador

Ajudante de Fiel

Cursos de Especialização

Objetivando propiciar melhores conhecimentos ao nosso pessoal, foram concedidas bolsas de estudos para os seguintes cursos:

- Curso de Tecnologia de Dragagem
- Curso de Administração de Portos e Terminais Marítimos
- Curso de Administração de Pessoal
- Curso de Apropriação, Custos e Controle de Construção Civil
- Curso de Análise de Balanços
- Curso de Inglês

Escola

Dando continuidade ao programa de erradicação do analfabetismo dos empregados portuários e melhoria de conhecimento a outros, esta APV manteve em pleno funcionamento sua Escola, ministrando aprendizagem até o nível de 6ª série.

Além de visar os seus empregados, este ano a aprendizagem propagou-se no atendimento dos seus dependentes, tendo sido registradas 124 matrículas. Ao final do ano letivo, foram conferidos certificados de frequência a todos os alunos.

Uniformes

Em 1972, a todos os empregados do "campo", bem como às servidoras, foram distribuídos uniformes próprios para cada tipo de serviço, oferecendo um aspecto de organização e disciplina no trabalho, além de, indiretamente, proporcionar uma poupança ao empregado que, assim, não arcou com as despesas para seu vestuário de trabalho.

MATERIAL

Em 1972, deram entrada no almoxarifado, materiais de conservação, expediente e manutenção, no valor de Cr\$ 4.594.322,28 que, com o saldo de 1971, no valor de Cr\$ 962.463,71, somou a importância de Cr\$ 5.556.785,99 (cinco milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e oitenta e cinco cruzeiros e noventa e nove centavos). Deste total, materiais correspondentes a Cr\$ 4.835.296,21 foram requeridos ao Almoxarifado, apresentando este, em consequência, um saldo de estoque no valor de Cr\$ 721.489,78 (setecentos e vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e nove cruzeiros e setenta e oito centavos). Em 1971, este mesmo saldo foi de Cr\$ 962.463,71, tendo, pois, neste ano, sido reduzido em Cr\$ 240.973,93.

Para a movimentação acima, foram expedidos:

- 3.525 Entradas de Material
- 9.829 Saídas de Material
- 4.231 Ordens de Fornecimento

SERVIÇO MÉDICO DENTÁRIO E SOCIAL

O Serviço Médico Dentário acusou o total de 7.437 atendimentos, entre empregados e seus dependentes, assim distribuídos:

Serviço Dentário: 450 pessoas, sendo 980 obturações, 341 extrações e 338 curativos;

O Serviço Médico atendeu a 6.987 pessoas, entre dependentes e servidores da APV.

SERVIÇO SOCIAL

No mês de Julho, foi criado o Serviço Social da Administração do Porto de Vitória.

As limitações próprias de um serviço recém-criado, estão sendo vencidas gradativamente, objetivando a consecução de seus fins.

A atuação do Serviço Social junto à empresa, em 5 (cinco) meses de trabalho, permitiu a visualização da área social a ser coberta, possibilitando a elaboração do anteprojeto da sua programação a ser iniciada em 1973.

De certa forma, procurou-se liberar tensões, proporcionando aos servidores que buscaram o concurso do Serviço Social em 1972, a remoção de suas situações problematizantes, a resolução de seus problemas, dando-lhes apoio, efetuando encaminhamentos aos recursos da comunidade, possibilitando-lhes a execução dos seus deveres e obrigações na empresa, com o mínimo de preocupações e desajustamentos sociais.

ESTATÍSTICA DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIRETOS

CONTATOS INTERNOS	114
CONTATOS EXTERNOS	49
PROVIDÊNCIAS	127
ENTREVISTAS INICIAIS	47
ENTREVISTAS DE SEGUIMENTO	18
VISITA DOMICILIAR	13
VISITA HOSPITALAR	7
ESTUDO DE CASOS	26
ORIENTAÇÃO INDIVIDUAL	71
ENCAMINHAMENTOS	35
AJUDA FINANCEIRA	3
ENTREVISTAS DE PESQUISA E PRE- ENCHIMENTO DE FORMULÁRIOS	722
FORMULÁRIOS APURADOS	396
ESTUDO DE PROCESSOS	3

PROCESSAMENTO DE DADOS

Objetivando dotar o setor Administrativo desta APV de eficaz sistema de controle, foi instituído o setor de processamento de dados, o qual já efetua os referentes a pagamento de pessoal, material e estatística de transito de mercadorias.

Para 1973, está programado o controle dos serviços contábeis, ora em fase de implantação.

MICROFILMAGEM DO ARQUIVO

Adotando os modernos sistemas de arquivamento de documentos, a APV firmou em fins de 1972, com o SERCOP, contrato para microfilmagem de toda a sua documentação.

Inicialmente os trabalhos serão realizados na Contabilidade e, uma vez concluídos, passarão a alcançar os demais setores da APV, a fim de que, paulatinamente, seja totalmente modernizado este importante setor administrativo.

COMUNICAÇÕES

Em 1972 a movimentação burocrática apresentou os seguintes resultados:

Expedidos:

Ofícios	2.030
Comunicações Internas	456
Cartas	1.661
Ordens de Serviço	366
Memorandos	747
Atestados	42
Telegramas	167

Além destes, coube a este Setor a atuação, distribuição e controle dos seguintes processos:

Processos Internos	2.132
Processos Externos	5.951
	7.083

CONTRATO ASSINADO

Normalizada a situação do Terminal de Ponta do Tubarão, com a assinatura do contrato de 14.08.72, através do qual, o DNPVN autorizou a CVRD a manter a exploração do Terminal, a título de uso privativo.

Neste mesmo contrato, foram fixadas as taxas das Tabelas "A" e "N" para movimentação de minério e produtos de petróleo.

Com este documento normalizou-se uma situação de fato, bem como ficaram estabelecidas as modalidades para reajustamento dos valores das taxas portuárias devidas pela CVRD.

CONFRATERNIZAÇÃO

I — DIA DO PORTUÁRIO

Coincidindo o Dia do Portuário com a data comemorativa da Abertura dos Portos, a APV, juntamente com a Capitania dos Portos, elaborou um programa para comemorar as referidas datas.

Dentre elas, destacaram-se a missa em Ação de Graças, celebrada no Armazém nº 5 da APV, passeios de lancha para os empregados e familiares, churrasco em Capuaba, palestras proferidas pelo Superintendente da APV e pelo Capitão dos Portos no Estado do Espírito Santo, e encerrando os festejos, realizou-se uma partida de futebol entre as equipes do Porto de Vitória e do Porto de Paranaguá, do Estado do Paraná, especialmente convidada para abrihantar os festejos.

Além destas solenidades foram entregues aos portuários, com 10 e 25 anos de serviços, distintivos de prata e ouro, respectivamente.

2 — FESTA DE NATAL

Com a finalidade de premiar novamente seus empregados a exemplo do que se fez em 1971, e tendo em vista o excelente desempenho dos mesmos em 1972, a APV promoveu a festa de Natal dos portuários.

A festa de Natal contou, mais uma vez, com a presença da primeira Dama do Estado, que foi homenageada pelos empregados da APV. Os empregados Pedro Martins Lyra e Felicidade Albertino Méia, escolhidos como empregados-padrão em 1972 foram, na oportunidade homenageados pela Superintendência.

Culminando com a festa de Natal, encerrou-se mais um alvitreiro exercício que exigiu dos portuários o fiel cumprimento das ordens emanadas, sem o que jamais seriam alcançados os excepcionais resultados apresentados em 1972.

IX — OUTRAS ATIVIDADES

IX.1 — Conselho Portuário

O Conselho Portuário, criado pela Lei Delegada nº 18, de 18-11-68, órgão deliberativo do Porto de Vitória realizou 32 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, apreciando 165 processos, dos quais, 12 balancetes financeiros, 4 transferências de verbas, 14 de homologações de Tomada de Preços e Contratos, 1 de homologação de Concorrência Pública e 134 relativos a pessoa.

IX.2 — Assessoria Jurídica

Coube a este órgão de assessoria as devidas orientações e interpretações da legislação que rege os portos brasileiros emitindo 113 pareceres sobre os mais variados assuntos e destinados à elucidação de problemas suscitados pelos órgãos internos da APV e pelos usuários, bem como a elaboração de 32 minutas contratuais.

Além de suas atividades internas, coube ainda à Assessoria Jurídica a defesa dos interesses da APV em processos movidos por empregados, relativamente a direitos trabalhistas, e por terceiros, referentes à aplicação da legislação portuária. Esta Assessoria acompanha atualmente 10 processos ajuizados na Junta de Conciliação e Juizamento, na Justiça Federal e na Vara Cível.

O Assessor Jurídico é também o presidente da Comissão Permanente de Inquéritos e Sindicâncias, tendo, em 1972, julgado 44 processos desta natureza.

IX.3 — Segurança

Guarda Portuária

Composta de 51 militares da Polícia Militar deste Estado e mais 37 empregados da APV, tem como atribuição a vigilância dos bens da APV, o controle do ingresso de pessoas e viaturas na faixa do cais bem como a manutenção da ordem no ambiente de trabalho do "campo".

A Guarda Portuária expediu 6.978 autorizações para ingresso na faixa portuária, bem como registrou a entrada de 51.076 viaturas para atender aos mais diversos serviços na faixa do cais.

Corpo de Bombeiros

Junto à Guarda Portuária funciona um destacamento do Corpo de Bombeiros, que, em 1971, possuía, apenas alguns extintores. Em 1972, cumprindo a programação de aparelhamento deste setor que cuida da segurança da APV, foram adquiridos materiais modernos de combate a incêndios, destacando-se, entre eles, a adaptação de uma viatura existente em carro de bombeiro dotado de equipamentos modernos, e de uma bomba portátil flutuante.

Assim estamos, agora, dotados dos elementos necessários no combate aos incêndios, promovendo a segurança dos próprios da APV, e de seus usuários.

X — PROGRAMAS FUTUROS

A evolução da política do Governo Brasileiro, voltando suas vistas para o mar em busca dos recursos que possibilitarão seu pleno desenvolvimento, fez com que o ano de 1972 fosse marcado por estudos e projetos objetivando o crescimento do Porto de Vitória.

Assim, ao estabelecer o programa futuro da APV, o fazemos para um período quinquenal, nele incluindo realizações que serão exequíveis no período anual.

a) — Após o recebimento do projeto executivo do Cais de Capuaba (Terminal Marítimo do Corredor de Exportação Espírito Santo/Minas), esta APV o remeterá imediatamente ao Ministério dos Transportes, a fim de possibilitar ao DNPVN a autorização para o início da obra ainda em meados do exercício de 1973.

b) — Da mesma forma deverá ocorrer com o terminal de cereais, com silos, cujo projeto de engenharia já contratado deverá ficar concluído em agosto de 1973.

c) — Contratação do projeto executivo de engenharia para expansão do Porto de Vitória (Cais de Aríbiri), cais os estudos de viabilidade já contratados com prazo de entrega marcado para junho, concuam pela sua plena viabilidade.

d) — Evolui a passos largos os entendimentos de construção de um terminal para exportação de álcool, cujo projeto encontra-se em fase final de elaboração, devendo seu reservatório ser instalado nas imediações da TEXACO e o seu terminal receptor no "dolfing" existente entre os cais do Atalaia e do Carvão. Suas obras deverão ter início no primeiro quadrimestre de 1973.

e) — Um terminal, com silagem própria para exportação de cimento, está sendo estudado entre a Administração do Porto de Vitória e a "Itabira Agro Industrial" que dependendo de viabilidade deverá ser instalado no morro do Atalaia com terminal receptor no "dolfing" existente entre os cais do Atalaia e do Carvão.

f) — Em função das perspectivas de exportação, através do Porto de Vitória, de aproximadamente dois milhões de sacos de açúcar por ano, oriundos das usinas de Campos encontra-se esta Administração estudando as possibilidades de construir, nas dependências adquiridas ao "Jabour", um cais acostável para atender as operações de embarque dessas mercadorias.

g) — De conformidade com o que está estabelecido no contrato firmado entre esta Administração e o Consórcio CBD-BH, daremos continuidade ao processo de derrocamento das pedras submersas no Cais Comercial, promovendo, no exercício de 1973 a retirada de cerca de 2.000 m3 de pedras, melhorando consideravelmente o seu calado e proporcionando a utilização de mais 200 metros de cais a montante do Armazém nº 2.

h) — Execução dos estudos geofísicos do canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Vitória, projeto de retificação do canal e sua dragagem, inclusive com a retirada do baixo do Tagano, a fim de facilitar o acesso aos grandes graneleiros que operarão nos terminais marítimos (Capuaba e Aríbiri) do Corredor de Exportação são outras obras programadas para 1973.

i) — Obras de retirada das dependências da "SHELL" que se encontram nos terrenos, onde deverá ser construído o Cais de Capuaba.

j) — Execução do projeto do novo sistema de eletrificação do Porto, dotado dos requisitos técnicos mais modernos, conforme as especificações contidas no projeto já elaborado e entregue a esta Administração pela firma ENEL — Engenharia Elétrica e Comércio Ltda.

l) — Urbanização da nova área do pátio de triagem, recentemente conquistada ao mar, com sistema de drenagem, calçamento, eletrificação, acesso ferroviário etc.

m) — Reforma do rebocador "Lacerda de Aguiar", com substituição de todo o seu sistema propulsor, a fim de adequá-lo às exigências atuais.

n) — Aquisição de novas plataformas ferroviárias para atendimento do processo de carregamento e descarregamento das mercadorias exportadas e importadas.

o) — Aquisição de novas empilhadeiras para melhor atendimento das constantes exigências dos nossos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho integrado, empreendido pela APV, Governo do Estado e Ministério dos Transportes, possibilitou o cumprimento de nossas metas bem como proporcionou o alcance de índices jamais registrados no Porto de Vitória.

Não seria isto possível, se não contássemos também com a prestimosa colaboração de todos aqueles que militam na orla portuária, principalmente os integrantes dos quadros da APV que diuturnamente trabalham com denodo e eficiência.

Assim, pode o Porto de Vitória, dentro do contexto geral participar decisivamente para o desenvolvimento do comércio nacional do comércio marítimo e do comércio internacional, integrando-se dentro de um esquema de trabalho orientado pelo Governo Federal, objetivando a emancipação econômica brasileira.

Agradecemos por tudo que recebemos de todos e estimulados como e tamos pelas autoridades governamentais, propusemo-nos continuar trabalhando, arrojada-

damente, para cada vez mais, contribuir para a grandeza do Brasil.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS (DEO)

A Divisão de Estudos e Projeto estudou e preparou 61 (sessenta e um) projetos e 98 (noventa e oito) orçamentos.

A Seção Técnica de Cálculos instalada em outubro de 1971 vem prestando relevantes serviços e colaborando efetivamente no dimensionamento das obras de vulto, com grande economia para o DEO. No ano em exame já preparou 32 (trinta e dois) trabalhos de cálculo estrutural de várias obras.

A Divisão de Construção manteve sob seu controle 80 (oitenta) obras, sendo 24 (vinte e quatro) por administração direta e 56 (cinquenta e seis) por meio de empreitada, através de contrato com firmas particulares ou por convênio com as Prefeituras Municipais.

Das obras acima mencionadas já foram concluídas 41 (quarenta e uma) e 26 (vinte e seis) estão em fase bem adiantada, correspondendo ao investimento global da ordem de Cr\$ 8.548.996,98 (oito milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e seis cruzeiros e noventa e oito centavos).

Em separado, uma relação de todas as obras concluídas e as em andamento no ano de 1972, assim como outra relação de projetos e orçamento.

A Divisão de Administração compreende as Seções de Expediente, Pessoal, Compras, Contabilidade e Tesouraria.

a) A Seção de Pessoal, com referência as folhas de pagamento, inclusive os Recibos de Quitação, nos doze meses atingiram um total de Cr\$ 1.702.413,82 (um milhão, setecentos e dois mil, quatrocentos e treze cruzeiros e oitenta e dois centavos).

Administração	Cr\$ 769.668,16
Obras	Cr\$ 932.745,66
Média Mensal da folha de pagamento	Cr\$ 141.867,81

Durante o exercício de 1972 as contribuições salariais dos servidores, incluindo a parte do DEO ao INPS e FGTS somaram Cr\$ 640.493,24 (seiscentos e quarenta mil, quatrocentos e noventa e três cruzeiros e vinte e quatro centavos).

A média mensal de contribuições ao INPS e FGTS é de Cr\$ 53.374,43 (cinquenta e três mil, trezentos e setenta e quatro cruzeiros e quarenta e três centavos).

b) A Seção de Compras cadastrou como fornecedores do DEO 9 (nove) firmas e apresenta os seguintes dados:

Convênios	10
Licitações (Tomada de Preços)	10
Cartas Convites expedidas	212
Firmas que venderam ao DEO	127

c) A Seção de Contabilidade emitiu 639 (seiscentos e trinta e nove) Notas de Empenhos e 1960 (mil novecentos e sessenta) Ordens de Pagamento.

d) A Tesouraria no seu Boletim de Caixa apresenta o seguinte movimento:

Saldo do ano anterior (1971)	7.309,94
Recebimentos em 1972	4.828.616,81
Pagamentos em 1972	4.812.664,40
Saldo em 31-12-72	23.262,35

OBRAS INICIADAS, CONCLUÍDAS OU EM ANDAMENTO NO ANO DE 1972

O B R A (Município)	LOCALIDADE	INICIO	ORÇAMENTO	VALOR	AREA	ESTADO FÍSICO
01) Mesa de Renda e Posto Fiscal de Montanha	Sede	-	72/021-H	16.590,45	32,68 m2	Não iniciada
02) Idem, idem de Boa Esperança	-	-	72/021-D	16.590,45	32,68 m2	Não iniciada
03) Posto Fiscal Pré-Molda do no munic. Linhares	Canivete	-	70/179	6.251,35	32,64 m2	Concluída
04) Idem, idem no município de B.S.Francisco	Três Vendas	-	70/179	6.251,35	32,64 m2	Concluída
05) Idem, idem também no munic. B.S.Francisco	Café Ralo	-	70/179	6.251,35	32,64 m2	Concluída
06) Idem, idem no munic.de Afonso Cláudio	Sobreiro	-	70/179-D	6.251,35	32,64 m2	Concluída
07) Idem, idem no município de Iuna	Pequiã	-	70/179	6.251,35	32,64 m2	Concluída
08) Unidade Policial de Bom Jesus do Norte	Sede	-	71/074	18.281,84	70,65 m2	Concluída
09) Unidade Sanitária no munic. Conc. da Barra	Vinhático	-	71/076	27.105,86	123,08 m2	Em andamento 70%
10) Muro para Cadeia de S. Mateus	Sede	1971	DEP.70/104	16.554,78	-	Em andamento 50%
11) Jardim de Infância de Conceição da Barra	Sede	1971	DEP.70/242	49.494,46	216,00 m2	Em andamento 80%
12) Fórum de Mucurici	Sede	1971	DEP.71/080	61.721,55	233,00 m2	Em andamento 20%
13) Jardim de Infância no município de Colatina	S. Silvano	1971	DEP.71/027	41.253,95	216,00 m2	Em andamento 30%
14) Hospital de Barra de S. Francisco (conclusão)	Sede	1970	DEP.70/078	203.788,96	-	Em andamento 90%
15) Hospital de Barra de S. Francisco (ampliação)	Sede	1971	F.H.E.S.	51.350,02	36,56 m2	Em andamento 90%
16) Muro da Cadeia de Itaçu	Sede	-	DEP.71/091	8.690,62	-	Não iniciada (P.M.I.)
17) Jardim de Infância de Colatina	Sede	-	DEP.71/066	41.253,95	216,00 m2	Não iniciada (P.M.C.)
18) Adaptação de banheiro e construção de muro para o Posto de Saúde de Mantenedópolis	Sede	-	DEP.71/153	10.847,66	-	Não iniciada (P.M.N.)
19) Reforma da Unidade Sanitária de Muqui	Sede	1972	DEP.72/022	18.721,65	-	Em andamento 10%
20) Reforma e ampliação da Unidade Sanitária de Presidente Kennedy	Sede	1972	DEP.72/062	14.950,08	Ampli 33,00 m2	Em andamento 90%
21) Garage do Centro de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim	Sede	-	71/162	7.139,50	32,55 m2	Concluída
22) Centro Psiquiátrico de Cachoeiro de Itapemirim	Sede	1972	DEP.71/106	330.963,23	1.307,25 m2	Em andamento 50%
23) Unidade Sanitária no munic. Afonso Cláudio	Sobreiro	1972	DEP.72/034	38.524,96	94,64 m2	Em andamento 90%
24) Ampliação da Unidade Sanitária de Anchieta	Sede	-	71/163	20.019,66	62,64 m2	Concluída
25) Fórum de Ibiracú	Sede	1972	DEP.72/049	97.538,78	283,43 m2	Em andamento 20%
26) Fórum de Mantenedópolis	Sede	1972	DEP.72/050	98.985,41	283,43 m2	Em andamento 5%
27) Mesa de Renda e Posto Fiscal no município de Linhares	Bananal	-	DEP.72/021	16.590,45	32,68 m2	A iniciar
28) Idem, idem no munic.de Ibiracú	João Neiva	-	DEP.72/021-E	16.590,45	32,68 m2	A iniciar
29) Idem, idem de Pinheiros	-	-	DEP.72/021-I	16.590,45	32,68 m2	A iniciar
30) Idem, idem da Serra	-	-	DEP.72/021-B	16.590,45	32,68 m2	A iniciar
31) Centro Social no município de Cachoeiro de Itapemirim	Boa Esperança	1971	DEP.71/073	31.986,45	110,77 m2	Concluída em 1972
32) Unidade Sanitária de Ibiracú (ampliação)	Sede	1972	DEP.71/161	13.267,36	42,07 m2	Concluída em 1972
33) Unidade Sanitária de Itarana	Sede	1972	DEP.71/180	40.837,44	106,08 m2	Concluída em 1972
34) Unidade Sanitária no munic. de Colatina	São Domingos	1972	DEP.71/182	38.524,96	94,64 m2	Em andamento 90%
35) Idem, idem também no Munic. de Colatina	Baunilha	1972	DEP.71/181	38.524,96	94,64 m2	Em andamento 90%
36) Unidade Sanitária de Bom Jesus do Norte (ampliação)	Sede	1971	DEP.70/079	14.402,74	100,12 m2	Concluída em 1972
37) Fórum de Mimoso do Sul	Sede	1971	DEP.70/227	68.198,59	303,54 m2	Concluída em 1972

OBRAS, INICIADAS, CONCLUÍDAS OU EM ANDAMENTO NO ANO DE 1972

O B R A (Município)	LOCALIDADE	INICIO	ORÇAMENTO	VALOR	AREA	ESTADO
38) Adaptação de salas para montagem de Instalações Radiológicas no Hospital Carlos Lindenberg de Colatina	Sede		71/114	4.114,98		Concluída
39) Idem, idem no Hospital Silvio Avides - Colatina	Sede		71/140	13.103,62		Concluída
40) Lavanderia do Hospital Silvio Avides - Colatina	Sede		72/006	38.007,41	110,18 m2	Concluída
41) Aproveitamento do Pavimento térreo do Centro de Rehidratação de Linhares	Sede		72/017	67.048,67	434,45 m2	Em andamento 90%
42) Reforma do Posto de Saúde no município de Colatina	Marilândia		DEP.71/100	9.994,80	Ampliação 16,85 m2	Não iniciada (P.M.C.)
43) Fórum de Iúna	Sede	1970	DEP.70/180	53.902,17	176,64 m2	Em andamento
44) Fórum de Colatina	Sede	1971	DEP.71/001	228.656,52	398,60 m2	Paralisada pela Prefeitura
45) Fórum de Itapemirim	Sede	1971	DEP.71/040	184.921,18	308,10 m2	Em andamento 60%
46) Jardim de Infância de Montanha	Sede	1971	DEP.71/017	42.000,00	216,00 m2	Concluída em: 1972
47) Cadeia no município de Mucurici	Itamira	1971	DEP.71/018	9.686,85	33,30 m2	Concluída em: 1972
48) Jardim de Infância de Pinheiros	Sede	1971	DEP.71/029	49.494,46	216,00 m2	Concluída em: 1972
49) Piscina de São José do Calçado	Sede	1971	DEP.71/021	207.566,59	-	Concluída em: 1972
50) Jardim de Infância de Alegre	Sede	1970	S.E.C.	42.000,00	363,86 m2	Concluída em: 1972
51) Jardim de Infância de Apicás	Sede	1971	DEP.70/248	41.253,95	216,00 m2	Concluída
52) Jardim de Infância de Guarapari	Muquicoba	1971	DEP.71/030	41.253,95	216,00 m2	Concluída em: 1972
53) Centro de Rehidratação de Linhares	Sede	1971	DEP.71/025	177.581,39	508,87 m2	Concluída em: 1972
54) Cadeia de 4 celas em Pancez	Sede	1971	DEP.71/102	31.346,99	103,60 m2	Concluída em: 1972
55) Unidade Sanitária de Atilio Vivacqua (ampl.)	Sede	1971	71/042	5.407,21	17,68 m2	Concluída em: 1972
56) Hospital de Alegre	Sede	1971	DEP.70/258	385.540,35	562,90 m2	Paralisada
57) Ampliação da Unidade Sanitária de D.S. Lourenço	Sede	1971	70/093	14.807,59	38,60 m2	Concluída
58) Posto Pré-Moldado de Baixo Guandu		1971	DEP.71/055	7.501,41	32,00 m2	Concluída
59) Centro de Conveções de Guarapari	Muquicoba		72/024	1.294.738,46	1.098,00 m2	Concluída
60) Radiológico do Sanatório Cavaldo Monteiro						
61) Centro de Saúde em Vitória	Naruipi		71/178	347.466,18	906,12 m2	Em andamento 15%
62) Reforma de Unidade Sanitária no Município de Cariacica	P. Santana		71/137	8.353,94	-	Concluída em: 1973
63) Reforma do Posto de Saúde no município de Vitória Velha	Glória		71/177	84.728,87	54,90 m2	Em andamento 50%
64) Radiológico do Hospital Colônia Adauto Botelho no munic. Cariacica	Santana		72/066	10.314,80	73,81 m2	Concluída
65) Radiológico do Hospital Pedro Fontes no município de Cariacica	Itanhenga		72/061	20.019,01	50,00 m2	Concluída
66) Posto Fiscal no município de Iúna	Pequiá		72/030	25.558,31	53,77 m2	A iniciar
67) Reforma da Unidade Sanitária de Guarapari	Sede		72/035	27.913,87		
68) Edifício das Fundações em Vitória	Centro	1970	DEP.70/192	2.024.107,63	3.264,00 m2	Em andamento 50%
69) Sede do DEO em Vitória	B. Ferreira	1970	69/073	502.981,32	3.276,00 m2	Em andamento 80%
70) Laboratório do DER-ES em Vitória	Av. B. Mar	1971	DEP.71/087	140.647,76	490,00 m2	Em andamento 85%
71) Centro de Reeducação Masculina em Cariacica	Rozas Velhas	1971	DEP.71/118	800.000,00	2.359,70 m2	Em andamento 75%

O B R A (Município)	LOCALIDADE	INÍCIO	ORÇAMENTO	VALOR	ÁREA	ESTADO FÍS
72) Centro de Recepção e Triagem para Mendigos, inclusive Galpão no município da Serra	Carapina	1971	DEP.71/115 DEP.71/129	247.341,31 18.617,19	825,75 m ² 208,06 m ²	Em anda- 75
73) Unidade de Profilaxia da Raiva em Cariacica	Jardim América	1971	DEP.70/177	49.315,34	197,60 m ²	Concl
74) Cio. Escola Granje Comandante Darcy - Cariacica	Santana	1971	DEP.70/141	157.168,32	776,19 m ²	Concluída
75) Centro da Saúde no município de Cariacica	Jardim América	1970	DEP.70/152 DEP.71/079	279.799,41 6.345,72	900,12 m ²	Concluída em: 1971
76) Reforma e construção de muro do Golfinho late Clube de Vila Velha	Sede	1971	DEP.71/086	15.009,22	848,32 m ²	Concluída em: 1972
77) Faculdade de Medicina - Vitória	Maruípe		71/156 71/157	102.826,33 36.756,75	-	Concluída
78) Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros de Vitória	Centro	1970	DEP.70/074 DEP.71/016 DEP.71/033	190.636,39 29.556,46 42.114,86	1.023,84 m ²	Concluída em: 1972
79) Lavanderia do Hospital Infantil N.S.da Glória	Praia	1971	DEP.70/171	57.307,25	127,41 m ²	Concluída
80) Reforma do Instituto de Readaptação Social - Vila Velha	Glória	1971	71/085	70.590,63	382,14 m ²	Concluída em: 1972
81) Pavilhão Infantil anexo ao Hospital João dos Santos Neves - B. Guandu	Sede	1971	72/033	12.030,63		Concluída em: 1972
			70/105	88.450,43	503,58 m ²	

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO VALE DO ITABAPOANA

S U D E S I T A

A Superintendência do Desenvolvimento do Vale do Itabapoana (SUDESITA), órgão de coordenação e planejamento do desenvolvimento da Bacia do Itabapoana, programou diversas atividades na região de sua jurisdição, no decorrer do exercício de 1972.

Dentre os serviços prestados à região, destacamos como de relevante interesse para o Vale do Itabapoana os seguintes:

1 — Continuação da expansão das culturas de banana e arroz nas micro-regiões ecológicamente adequadas de conformidade com a programação conjunta com a ACARES — órgão de Extensão Rural do Estado.

2 — Deu-se a continuação do programa de plantio de novas lavouras cafeeiras na região com um grande número de formadores de mudas, "do café Novo Mundo", para o fornecimento aos diversos interessados, no cultivo, em 1972.

3 — Foi elaborado em julho p.p. por esta Superintendência e a ACARES, um estudo e um orçamento para recuperação da Fazenda da Rocinha, propriedade agrícola deste órgão, incluindo a aquisição de animais de puro sangue, para reprodução por inseminação ou mesmo natural, um programa de melhoria do rebanho do Vale do Itabapoana. O produto dessa inseminação será vendido aos pecuaristas, melhorando dessa maneira o rebanho da Bacia do Itabapoana e justificando assim a aplicação da despesa.

4 — Foi requerida a rescisão do contrato entre a SUDESITA e os Gaúchos Srs: Ronald Harey Stigger e Ludgero da Conceição Pereira Filho, processo em andamento.

5 — Foi feito por intermédio de Técnicos da Secretaria da Agricultura, estudo sobre a instalação de uma cooperativa agrícola para a região. Embora os referidos Técnicos, tenham demonstrado os melhores propósitos de colaboração com esta Superintendência e a SUDESITA, para os estudos da cooperativa, objetivando promover o desenvolvimento do Vale do Itabapoana, não conseguindo dados necessários para concretizar o ponto vital de uma cooperativa de acordo com as normas técnicas.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO

(CESAN)

Ao final do exercício de 1972, o balanço das atividades desenvolvidas pela CESAN — Companhia Espírito Santense de Saneamento, apresenta um saldo bastante animador.

Dentre os objetivos que haviam sido estabelecidos no exercício anterior podem ser apresentados como realizados os seguintes:

1. Conclusão da reforma e ampliação das instalações do Departamento de Operação e Manutenção e Divisão de Materiais constante de Seção de Compras e Almoxarifado, localizados em Cobalândia.
2. Renovação e ampliação da frota de veículos necessária ao atendimento do serviço, com incorporação de três carros oficinas equipados, especialmente, para manutenção de redes.
3. Instalação de sistema de rádio-comunicação na frota encarregada da manutenção de redes permitindo, assim, maior mobilidade das equipes.
4. Construção de novas instalações em Santa Clara, para abrigar o Departamento de Projetos e Obras, que necessitou urgente mudança para local mais amplo, tendo em vista a grande monta dos encargos com o desenvolvimento do Plano Nacional de Saneamento — PLANASA no Espírito Santo.
5. Aquisição de central telefônica P-ABX, com 100 ramais, em instalação pela CTES no escritório central, interligando-o com todos os setores operacionais da Companhia, no perímetro da Grande Vitória.
6. Início das obras de construção e/ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água das cidades de Conceição da Barra, Mucurici, Mantenedópolis, Pinheiro, Boa Esperança, Aplacá, Iúna, Muqui e Castelo, cuja conclusão deverá ocorrer no primeiro trimestre de 1973 fato motivado por atraso na entrega de materiais e equipamentos por parte dos fabricantes.
7. Elaboração e encaminhamento ao BNH e DNOS do ante-projeto do novo sistema de captação, adução e tratamento para a Grande Vitória, que

permitirá a posterior análise do Projeto da Grande Vitória e a concessão de financiamento de aproximadamente Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para a execução da primeira etapa do projeto, que tem sido a meta principal da Direção da CESAN, tendo em vista o precário estado e a dificuldade de operação do atual sistema que abastece a região da Grande Vitória.

8. Início da elaboração do Projeto de Engenharia do Novo Sistema da Grande Vitória, contratado com a firma SERETE ENGENHARIA S/A, que deverá estar concluído até o final do mês de março de 1973, devendo-se iniciar as obras no segundo semestre de 1973.
9. Início da assessoria para reforma administrativa da Companhia, contratada com a Organização Panamericana da Saúde, por um período de três anos e que na primeira etapa dos trabalhos, já analisou e apresentou relatórios nas áreas de Faturamento e Arrecadação, Contabilidade e Orçamento, Administração de Pessoal, Estrutura Orgânica e Organização e Métodos.
10. Contratação com a COPLASA S/A ENGENHARIA da elaboração dos Relatórios Preliminares das cidades de Santa Teresa, Itarana, Venda Nova, Sistema Integrado Anchieta-Iriri-Piúma, Sistema Integrado Nova Almeida-Jacaraípe-Manguinhos-Praia Grande, Rio Novo do Sul, Atilio Vivacqua, Divino de São Lourenço, Dorcas do Rio Preto, Nova Venécia, São Gabriel da Palha e Ibatiba.
11. Elaboração pela equipe da CESAN dos Relatórios Preliminares das cidades de Montanha, Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Conceição do Castelo, Ecoporanga, Castelo e Barra do Jucú.
12. Contratação com a COPLASA S/A ENGENHARIA da elaboração dos Projetos de Engenharia Final dos sistemas das cidades de Anchieta-Iriri-Piúma, Venda Nova, Itarana e Santa Teresa, cujas obras poderão ser iniciadas no segundo trimestre de 1973.
13. Elaboração pela equipe da CESAN dos Projetos de Engenharia Final das cidades de Castelo e Barra do Jucú.
14. Elaboração pela equipe da CESAN do Projeto de Engenharia da Estação de Tratamento de Duas Bocas que permitirá o aproveitamento daquele manancial, atualmente distribuído "in natura" à população do Município de Cariacica, desde a construção da Barragem de Duas Bocas, há cerca de trinta anos.
15. Manutenção e Operação dos sistemas de abastecimento de água das cidades de Conceição da Barra, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Mantenedópolis, Mucurici, São Gabriel da Palha, Afonso Cláudio, Iúna, Castelo, Muqui e São José do Calçado.
16. Execução do Programa de Obras de Ampliação do Sistema de Distribuição da Grande Vitória, tendo sido construídos 30 (trinta) km de redes de diversos diâmetros.
17. Construção do anel de Jardim América em tubulação de ferro fundido de 200 mm de diâmetro, com extensão de 4.014 metros.
18. Construção da sub-adutora de Jucutuquara em tubulação de ferro fundido de 350 mm de diâmetro com extensão de 3.177 metros.
19. Construção da sub-adutora de Campo Grande em tubulação de ferro fundido de 350 mm de diâmetro com extensão de 2.958 metros.
20. Recuperação de quatro bombas de recalque de 125 HP imprescindíveis à operação do atual sis-

tema de recalque e que serão utilizadas no novo sistema como equipamento de reserva.

21. Celebração de convênio com o 7º Distrito Federal de Obras e Saneamento para manutenção, limpeza e dragagem permanente do Rio Marinho e do Canal Adutor de Cobalândia, com utilização de Drag-Line.

Espera-se no exercício de 1973 dar continuidade ao Programa Estadual de Abastecimento de Água — PEAG, concretizando algumas de suas fases, conforme se segue:

1. Aprovação no BNH, do Projeto Técnico do novo sistema de captação, adução e tratamento da Grande Vitória e do financiamento necessário a sua execução.
2. Início das obras da primeira etapa do novo sistema da Grande Vitória, orçado em Cr\$... 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).
3. Início do Projeto Técnico do sistema de reservação e de distribuição da Grande Vitória.
4. Início e conclusão das obras de implantação ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água das cidades de:
 - Barra de São Francisco
 - Afonso Cláudio
 - Itarana
 - Venda Nova
 - Barra do Jucú.
5. Início das obras de ampliação e/ou melhoria dos sistemas de abastecimento de água das cidades de:
 - Pancas
 - Vila Verde
 - Ecoporanga
 - Santa Teresa
 - Conceição do Castelo
 - Sistema Integrado Anchieta-Iriri-Piúma
 - Sistema Integrado Nova Almeida-Praia Grande-Jacaraípe-Manguinhos.
 - Rio Novo do Sul
 - Atilio Vivacqua
 - Divino de São Lourenço
 - Dorcas do Rio Preto
 - Nova Venécia
 - São Gabriel da Palha
 - Ibatiba
6. Aprovação do Projeto Executivo do sistema de abastecimento da cidade de Montanha, tendo em vista as dificuldades técnicas encontradas para a captação e adução do sistema, que vem retardando a elaboração do projeto.
7. Início e conclusão da Estação de Tratamento de Água de Duas Bocas que permitirá a distribuição de água tratada àquele Município, cuja população da sede e de alguns bairros periféricos ainda recebem água sem tratamento. Esta solução recebeu estudos especiais da equipe da CESAN, que desensolveu um projeto inovador no campo do tratamento de água, com sensível redução do investimento em comparação com as técnicas tradicionais normalmente utilizadas.
8. Início e conclusão do sistema de abastecimento de água para o Bairro de São Sebastião que pela característica especial de sua ocupação vem acarretando sérias consequências à saúde pública.
9. Continuação da segunda etapa da assessoria que a Organização Panamericana da Saúde — OPS vem desenvolvendo para a Reforma Adminis-

trativa da CESAN, com trabalhos nas áreas de Administração de Materiais, Relações Públicas, Processamento de Dados, Hidrômetros, Fiscalização de Obras e Operação e Manutenção.

10. Contratação de Serviços Especializados para execução do cadastro de usuários das cidades de Vitória, Vila Velha e Cariacica e Sistema Integrado de Processamento eletrônico de dados para emissão, entrega e Controle da cobrança das contas de Consumo de Água.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTO-MERIDIONAL DE ELETRICIDADE

(C E S M E L)

O desenvolvimento da CESMEL, com as suas novas dimensões, teve início a partir de 1969, com a aquisição, pelo Estado, dos acervos da antiga Empresa Força e Luz Alegre Veado S.A. e Companhia de Eletricidade Muqui do Sul, ambas então sob ameaça de colapso, desde que suas respectivas produções não satisfizessem às comunidades a que serviam, e sem condições de recuperação de suas máquinas.

Houve o que se pode traduzir como uma intervenção do Governo, atendendo a solicitações urgentes dos usuários de uma e outra coletividades, que culminou na fusão das duas Empresas e na constituição da atual Companhia Espírito Santo-Meridional de Eletricidade.

Em 1969 e 1970 cogitou-se de dar nova dimensão a suas atividades. Recursos financeiros mais amplos puderam criar condições para a implantação da Subestação de Alegre, possibilitando a ampliação de redes de transmissão e distribuição, que em 1971, proporcionaram à Companhia o maior índice de expansão no País: 86,8%.

Em 1972, com concessão nos Municípios de Alegre, Guaçu, Muqui, Divino de São Lourenço e Iúna, e com linhas que se estenderam até Mimoso do Sul, Dolores do Rio Preto e Muniz Freire, além de ter servido a Conceição do Castelo, a CESMEL constituiu-se numa rede para grande parte do Sul Capixaba, até então totalmente carente de Energia Elétrica.

Decorrente dessa expansão, várias Linhas de Eletrificação Rural, bem como Redes de Distribuição, não só nas sedes de Municípios, mas também em povoados, foram implantadas, além de ligações a centenas de propriedades rurais, para cujo atendimento, e na satisfação de mais demandas, está sendo construída a Sub-estação de Guaçu, e duplicada a de Alegre.

Tais realizações foram possíveis, graças à assistência e aos recursos prodigalizados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Serviços Públicos Especiais.

Sob o aspecto administrativo, rotinas e procedimentos foram unificados e padronizados, com a adoção de nova estrutura organizativa.

O Balanço Geral, encerrado em 31 de Dezembro de 1972, demonstrando uma receita de Cr\$ 2.544.996,49 contra uma despesa de Cr\$ 1.732.409,91, importando em uma renda bruta de Cr\$ 812.586,58, atesta o esforço bem recompensado do pessoal da CESMEL.

Deduzidos os encargos previstos nos Estatutos, bem como aqueles decorrentes do Imposto de Renda, o lucro apurado no exercício importa em Cr\$ 649.256,58, que somado aos saldos referentes a exercícios anteriores, na importância de Cr\$ 183.472,66, representa um total de Cr\$ 832.728,74, que a Diretoria coloca à disposição da Assembleia Geral de Acionistas.

O Capital Social em 31/12/71, no valor de Cr\$... 5.745.954,00 foi aumentado durante o exercício, alcançando o total de Cr\$ 6.357.446,00, que se acha integralizado.

O Ativo Imobilizado, em 31/12/71, era de Cr\$... 3.049.504,41, tendo sido elevado para Cr\$ 8.964.799,16.

COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO — COMDUSA

Para o exercício de 1972 a COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO — COMDUSA — firmou os seguintes contratos:

a) — Em 13 de janeiro do mesmo ano contrato de empreitada com a Engenharia e Construtora Araribóia, para a execução dos seguintes serviços:

- 1 — Escavação de valas e assentamento das tubulações e construção de poços de visita e caixas de passagem em terra ou rocha;
- 2 — Escavamento;
- 3 — Regularização do leito das cavas e valas;
- 4 — Fornecimento e assentamento de tubulação de concreto simples de diversos diâmetros;
- 5 — Poços de visitas.

Esse contrato foi firmado para a Ilha do Boi e o prazo para conclusão era de 180 dias a partir da data de sua assinatura.

b) — Em 14 de janeiro de 1972 contrato com os Escritórios Consorciados M. Roberto e Planorte-Escritório de Planejamento Econômico visando a execução de serviços técnico-profissionais para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro-Região de Vitória.

Esse contrato já se encontra em sua fase final.

c) — Em 17 de janeiro de 1972 contrato de emprestimo com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo — SERPHAU, cujos os recursos estão sendo aplicados nos estudos constantes do roteiro aprovado pelo SERPHAU para o Plano de Desenvolvimento Integrado da Micro Região da Grande Vitória.

d) — Em 19 de janeiro do mesmo ano contrato de prestação de serviços com M.C. Peixoto — Operações sub-marinas visando a execução dos serviços abaixo relacionados, na área de dragagem Praia Comprida, Santa Helena e Suá:

- 1 — localização de cabos sub-marinos;
- 2 — balizamento;
- 3 — colocação de boias, cabos de aço, clips e manilhas;
- 4 — Uso de embarcação.

e) — Em janeiro de 1972, no dia 31 contrato de financiamento com o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, tendo como interveniente o Estado do Espírito Santo.

O financiamento focalizado é de Cr\$ 108.000,00 para a Praia do Suá e sofreu uma re-ratificação em 10 de março do mesmo ano, porém conservando o mesmo valor.

f) — Em 28 de abril de 1972 contrato para construção de Redes de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública com a Espírito Santo Centrais Elétricas, para o loteamento da Ilha do Boi.

O prazo para a conclusão desse contrato é de 210 dias a partir da assinatura do mesmo.

g) — Em 22 de maio de 1972 contrato de prestação de serviços técnicos com o Sr. Leonidas Pompei da Costa Matos para a elaboração do projeto, cálculo e detalhamento do sistema de reservação e bombeamento da Ilha do Boi, já concluído.

h) — Em 02 de junho do mesmo ano contrato de prestação de serviços técnicos com o Sr. Luiz Otávio Rezende para a elaboração de Estudos de Viabilidade Econômica do Plano de Urbanização da Praia do Suá.

i) — Em julho de 1972 no dia 7, contrato com a CESAN Companhia Espírito Santense de Saneamento, visando a elaboração de projetos e orçamentos das redes de distribuição e derivações prediais de água e bem ainda o sistema de combate a incêndio do loteamento da Ilha do Boi.

j) — Em 13 de outubro do mesmo ano contrato particular de empreitada de serviços de sondagem geológica para pesquisa de jazida de areia para o aterro da Urbanização da Praia do Suá de 128 metros de sondagem e percussão em água, com a Romani Gouveia-Engenharia de Solos Ltda.

l) — Em 18 de outubro de 1972 contrato particular de empreitada com a firma SOUMAYER-Engenharia Ltda, com a finalidade de elaborar a construção do sistema de Redes de Água e Combate à Incêndio, com os seguintes serviços contratados:

- 1 — Fornecimento, montagem e assentamento de tubos, peças e aparelhos de ferro fundido;
- 2 — Fornecimento, montagem e assentamento de tubos e peças de PUC.

O prazo para a conclusão do presente é de 180 dias.

m) — Em 13 de dezembro de 1972 contrato particular de serviços de aterro hidráulico com o consórcio Companhia Brasileira de Dragagem/Empresa Brasileira de Engenharia e Comércio S/A, visando o aterro hidráulico de cerca de 3.930.000 m³ para a Praia do Suá.

O equipamento previsto para os serviços vão abaixo discriminados e o prazo de conclusão é de 14 meses a partir da data da assinatura do presente contrato:

- 1 — Draga de sucção e recalque de 24" polegadas de diâmetro, com capacidade de produção de 450 m³ p/ hora;
- 2 — Draga de sucção e recalque de 16"/18" polegadas de diâmetro, com capacidade de 350 m³ p/ hora;
- 3 — Outros equipamentos necessários.

Com relação à subsidiária da COMDUSA, CADASTRO S/A-Técnica de Cadastramento podemos afirmar que já foram concluídos os serviços de cadastramento imobiliário urbano do município de Vila Velha, atingindo a um volume de 60.000 unidades cadastradas aproximadamente, fator principal para o aumento de arrecadação do município, uma vez que anterior ao Cadastro eram cadastradas cerca de 18.000 unidades.

Para melhor clareza focalizaremos, em separado, os três Planos de Urbanização da Companhia, durante o exercício de 1972; PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO SUÁ.

A finalidade desse plano já foi descrita anteriormente nesse mesmo relatório e segundo ficou registrado mediante a contratação de vários serviços podemos chegar a conclusão de que essa obra se encontra em plena execução.

Quanto ao aterro hidráulico, foram efetivamente dragados no exercício de 1972, 120.440,00 m³ de aterro.

Com relação ao cronograma de desembolso da obra em 31 de dezembro de 1972 registravam-se os seguintes valores:

Aterro hidráulico com dragas	463.515,44
Execução do Projeto Sanitário	6.841,98
Projeto Urbanístico c/Detalhamento	270.583,80
TOTAL	740.941,22

2 — PLANOS DE URBANIZAÇÃO DA ILHA DO PRINCEPE

A finalidade desse Plano também já foi focalizada.

Entretanto, mister se faz ressaltar que o referido Plano é constante ainda dos seguintes objetivos:

- 1 — Humanizar uma região central que poderá ser de grande valor comercial, transferindo-se uma parte

da população que a habita em condições sub-humanas, para local apropriado e em condições sanitárias favoráveis, o que já está praticamente solucionado.

2 — Criar super-quadras residenciais com áreas de facilidade que poderão com sua rentabilidade, financiar as obras viárias e ao mesmo tempo integrar-se com o bairro que se desenvolve na vertente sul-sudoeste do Morro de Santa Clara, limitado pelo Morro Santo Antonio.

3 — Criar uma área para construção de Rodoviária, Clubes Náuticos, Igreja, Centro de abastecimento, etc.

4 — Reservar uma área para expansão das instalações da Administração do Porto de Vitória.

5 — Criar um esquema viário de ligação com o continente descongestionando o tráfego que atualmente se escoia, unicamente pela Ponte Florentino Avidos.

Com relação ao aterro hidráulico, no exercício de 1972, foram dragados cerca de 166.183,70 m³ e quanto ao Bairro Miramar, ao findar o exercício de 1972, já se encontravam cerca de sessenta (60) barracos dos 326 existentes anteriormente.

O aterro por caminhões, no mesmo exercício, atingiu, efetivamente a 33.200,00 m³.

Em 31 de dezembro de 1972 os valores contidos no cronograma de dezembro desse plano vão abaixo discriminados:

Estudos Geotécnicos	10.612,77
Locação de eixo ruas c/nivelamento para aterro sub-base	967,00
Locação de eixos Ruas c/nivelamento para execução de pavimentação ...	15.073,85
Levantamento Planimétrico c/cadastro local	56.489,11
Projeto Urbanístico c/Detalhamento	204.299,03
Projeto Sanitário e Pluvial c/Detalhamento	29.474,41
Medição aterro hidráulico	4.313,78
Aterro hidráulico c/dragas	2.641.361,52
Aterro c/caminhões	177.780,32
Obras de arte	50.000,00
Desapropriações e Indenizações	794.612,12
Execução de Projetos sanitários	56.596,27
Pessoal	146.140,14
	4.187.720,32

3 — PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ILHA DO BOI

Essa foi a obra mais atacada pela Companhia, como podemos observar pela série de contratos firmados a maioria dos quais já foi concluída.

Durante o exercício de 1972 foram vendidas cerca de 13 lotes que representam a quantia de Cr\$ 992.352,00.

Quanto ao cronograma de Desembolso em 31 de dezembro de 1972, assinala os seguintes resultados:

Projeto Urbanístico c/Detalhamento	87.000,00
Loc. eixo Ruas c/Detalhamento p/ Aterro Base	1.525,50
Aterro c/caminhões	21.113,63
Compactação de Base e sub-base ...	750.729,58
Execução de Meios Fios	62.467,47
Pavimentação de Ruas	83.789,63
Levant. Planimétrico c/Cadastro local	14.689,70
Execução do Projeto Sanitário e Pluvial	305.028,84
Execução do Projeto de Iluminação Pública	401.679,41
terrenos	8.293.394,69
TOTAL	10.021.418,45

A conclusão total dessa obra está prevista para o 1º trimestre do exercício de 1973.

SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

Apesar da deficiência quantitativa de pessoal e da insuficiência de área para suas instalações, a Secretaria do Trabalho e Promoção Social executou com êxito, através de seus diversos órgãos, o programa elaborado no campo da assistência social para o ano de 1972.

A atuação dos setores, quer administrativos ou técnicos, foi eficiente e harmônica, fazendo com que a Secretaria se apresentasse como um conjunto homogêneo e entrosado com os demais órgãos da Administração do Estado.

1 — DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ENCARGOS DIVERSOS

A Divisão de Administração e Encargos Diversos, encarregada da execução das atividades relacionadas com o pessoal, comunicações, material, transporte, portaria, zeladoria e vigilância, teve uma atuação marcada pelo fato de garantir o funcionamento de todos os setores da Secretaria.

O desenvolvimento das atividades técnicas da SETRAPS no âmbito das comunidades da Grande Vitória e do interior do Estado exigiu um constante e dinâmico trabalho da Divisão de Administração e Encargos Diversos para atender o deslocamento do pessoal, fornecer o material indispensável para a execução dos programas e conservar os veículos em condição de funcionamento satisfatório a fim de evitar o estranhamento das atividades planejadas.

2 — DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO SOCIAL

Para a consecução de seus objetivos, a programação da D.O.S. e o desenvolvimento de suas atividades

exigiram o emprego de métodos específicos, valorizados pelo empenho e pela dedicação do pessoal que compõe seus dois Serviços:

- Serviço de Orientação Familiar e
- Serviço de Relações com Instituições.

2.1 — SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR

Através do seu setor de Plantão ou através do setor de Recuperação Social, o Serviço de Orientação Familiar atendeu 1.755 pessoas encaminhando-as, de acordo com suas necessidades, para o trabalho ou para a assistência médica, resolvendo algumas vezes desajustes familiares ou finalmente concedendo ajuda financeira para a solução de problemas mais urgentes e imediatos. Empregou neste serviço Cr\$ 13.953,08.

Dificuldades encontradas:

- Carência de recursos humanos
- Falta de condições para atendimento ao problema de habitação.

Sugestões:

- Ampliação da Equipe de Serviço, com mais um técnico para dar seguimento aos casos de readaptação ou adaptação profissional até à sua efetivação.
- Dotação de uma verba para solucionar o problema de habitação.

AJUDA SUPLETIVA CONCEDIDA DURANTE O ANO DE 1972

Programa	Nº Clientes	Modalidade Aux.	Nº Aux.	Valor
Melhoria Habitação	2	Madeira	4	872,82
	1	Ref. Barraco	3	200,00
	1	Amplia. Barraco	3	164,50
	1	Conserto Barraco	2	55,30
	2	Telhas	2	163,80
	2	Al. emergência	2	55,00
Melhoria Saúde	13	Órtese	13	840,00
	29	Al. emergência	29	551,48
	248	Medicamentos	258	4.001,54
Habilitação ao Trabalho	78	Documentação	78	1.915,38
	20	Instrumental	20	753,60
	06	Fotografias	06	41,00
Melhoria Condição Civil	04	Casamento	04	240,00
	06	Reg. nascimento	06	180,00
	02	Cert. casamento	02	32,00
		(2ª via)		
Outros	02	Auxílio Funeral	02	80,00
Transporte	208	Transporte	208	3.758,68
TOTAL	625		642	13.953,08

Merece um destaque especial a atuação do Serviço de Orientação Familiar na área da Grande Vitória com o objetivo de proporcionar os meios para a recuperação social dos mendigos.

Foram recolhidos 481 mendigos, aos quais se deu um atendimento básico com encaminhamento para o trabalho e com orientação para o reajustamento familiar.

ANEXO Nº 1

LEVANTAMENTO TOTAL — 1972

Especificação	Total Geral
1 — Nº DE RECOLHIDOS	481
Casos em estudo	45
Novos	346
Reincidentes	72
2 — LOCAL DE ORIGEM	481
Espírito Santo	244
Minas Gerais	168
Bahia	17
Rio de Janeiro	21
Outros Estados	31
3 — PROCEDÊNCIA	481
Secretaria do Governo	11
P.M.V.	04
SETRAPS	09
Recolhimento	448
Espontâneo	04
Outros	05
4 — ENCAMINHAMENTOS	—
Santa Casa de Misericórdia	133
Hospital das Clínicas	104
Hospital Santa Rita	03
Centro Saúde — Amb. Psiquiatria ..	46
Centro Saúde — Clínica Geral	03
Raio X	140
5 — INTERNAMENTO HOSPITALAR	—
Santa Casa	14
Hospital Osvaldo Monteiro	03
Hospital Colônia "Adauto Botelho" ..	46
Hospital das Clínicas	02
6 — ENCAMINHAMENTO PARA	—
Retorno ao domicílio	221
Retorno ao local de origem	188
7 — ATIVIDADES REALIZADAS	—
Entrevista com o cliente	1.505
Entrevista com o médico do C.R.T. ..	70
Orientação aos agentes	523
Ajuntamento Profissional	46
8 — VISITAS	—
Domiciliares	155
Obras e Instituições	100
Articulação recurso do meio	523
Providências diversas	350
9 — ATIVIDADES	—
a) Pelo Técnico:	
Entrosamentos	312
Orientação Individual	948
Entrevistas	645
Providências diversas	219
b) Pelo Grupo:	
Trabalhos manuais	320
c) Atividades diversas	66

2.2 — SERVIÇO DE RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES

A assessoria técnica deste serviço criou as Obras Sociais com relação ao cumprimento do Decreto 078-N/70, que regulamenta a concessão pelo Estado de ajuda financeira às Entidades. Efetivou o registro de 75 Obras Sociais e prestou assessoramento a 126 Organizações de caráter social operantes no Estado, concedendo, ainda, ajuda financeira a 93 entidades.

A orientação dada pela Assessoria Técnica destina-se à elaboração de planos e programas, utilização de recursos e enfatizando a importância do entrosamento com outras entidades atuantes na mesma área, possibilitando uma ação integrada e evitando duplicidade de trabalho.

2.3 — ATUAÇÃO NO INSTITUTO DE

READAPTAÇÃO SOCIAL

A atuação é feita pela Divisão de Orientação Social, através de dois Assistentes Sociais que, em colaboração com a equipe de técnicos e funcionários do Instituto de Readaptação Social, exercem atividades diversas, tais como estudo das condições sócio-econômicas dos internos e familiares, mobilização dos internos para a frequência aos cursos de alfabetização, educação para o lar ou para a participação de comemorações cívicas e festas religiosas.

3 — DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

COMUNITÁRIO

Através de seu pessoal especializado, a SETRAPs prestou assessoria técnica na área da Grande Vitória a 61 núcleos comunitários, desenvolvendo 191 projetos. Participou com a Unidade Comunitária de Integração Social na realização do Natal Comunitário dos Municípios.

A atuação da SETRAPs objetivou mudar a mentalidade em relação ao antigo Natal dos Pobres, conscientizando os líderes municipais para a elaboração de projetos de interesses comunitário, evitando a distribuição desordenada de alimentos e artigos de vestuário.

Com o objetivo de mobilizar a população do Estado em favor do Natal Comunitário, a Unidade Comunitária de Integração Social realizou, com pleno êxito, a Feira dos Municípios, na qual participaram quase todos os Municípios capixabas além de alguns Estados brasileiros e de algumas Nações amigas.

A Divisão de Desenvolvimento Comunitário fez realizar vários cursos, alguns destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de seu pessoal e outros orientados para a conscientização dos líderes dos movimentos comunitários. Para o treinamento do pessoal foram ministrados os cursos para Agentes Sociais e para a equipe de Assistentes Sociais. Em benefício da comunidade a Divisão de Desenvolvimento Comunitário proporcionou três cursos:

- Curso de Desenvolvimento da Comunidade
- Curso de Treinamento em Técnicas de Liderança e
- Seminário de Desenvolvimento de Comunidade.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO DA DIVISÃO

DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

ANO 1972

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
01/72 Assessoria Técnica	4.1 Coordenação Direta	- Orientação técnica na SETRAPS	191
		- Orientação técnica na Com	540
		- Reuniões Comunitárias	134
		- Elaboração de documenta	564
		- Contatos informais	456
ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
01/72 Assessoria Técnica	4.2 Coordenação Indireta	- Orientações técnica na comunidade	270
		- Contatos informais	140
		- Participação em reuniões comunitárias	20
		- Orientações técnica na SETRAPS	172
		- Participação técnica em reuniões de diretoria	32
		- Atendimento às lideran	3
		- ças do Interior do Estado	

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
01/72 Assessoria Técnica	4.3 Natal Comunitário	- Entrega de projetos do Natal Comunitário	21
		- Contatos informais	220
		- Orientações técnica na SETRAPS	47
		- Elaboração de documenta	295
		- Entrega do material do Natal Comunitário	49
		- Reuniões de Avaliação	2
		- Reuniões com lideranças	2
		- Orientações técnicas na comunidade	167
		- Reuniões Comunitárias	18
		- Complementação do Natal Comunitário de 1971	6
		- Reuniões de avaliação - do Natal Comunitário a nível do voluntariado	1
		- Visitas aos Municípios do Interior do Estado	37

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
02/72 Treinamen to e Aper feiçoamen to de Pes soal	4.1 Treinamen to Profis sional	- Contatos informais	13
		- Entrevistas individuais	27
		- Consultas à documenta	21
		- gão	
		- Entrosamentos com Insti	12
		- tuições	
		- Abertura de cursos	2
		- Supervisão de cursos	12
		- Encerramento de cursos	2
		- Consultas bibliográficas	11
		- Elaboração de documenta	19
		- gão	
		- Círculos de Estudo	4

DO DO ESPÍRITO SANTO

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
02/72 Treinamen to e Aperfeiço amento de Pessoal	4.3 Treinamen to do Comunitário	- Abertura de cursos	6
		- Supervisão de cursos	61
		- Encerramento de cursos	6
		- Visitas às Comunidades	6
		- Contatos informais	28
		- Seminários da Comunidade	3
		- Elaboração da documenta	10
		- ção	

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
02/72 Treinamen to e Aperfeiço amento de Pessoal	4.4 Treinamen to do Estagiá rio	- Círculos de Estudo	2
		- Conferências em grupo	5
		- Orientação técnica no estagiários	102
		- Elaboração de documenta	32
		- ção	
		- Contatos informais	5

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
03/72 Estudo e Pesquisa	4.1 Investigação das Unidades Ecológicas Naturais	- Coletas de dados	14
		- Visitas às Comunidades	6
		- Análise de dados	13
		- Elaboração de documenta	13
		- ção	
		- Consulta à documentação	9
		- Contatos informais	6
		- Caracterização das comuni	4
		- dades	

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
03/72 Estudo e Pesquisa	4.2 Investigação das Unidades Ecológicas Planejadas	- Complementação e análise de dados	1
		- Elaboração de documenta	4
		- ção	
		- Coletas de dados	2

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
04/72 Divulgação e Intercâmbio	4.1 Intercâmbio Institucional	- Contatos informais	200
		- Entrosamentos c/ a chefia do DDC	183
		- Entrosamentos c/ a coordena	58
		- ção de serviço	
		- Elaboração da documentação	1.510
		- Despachos de processos	13
		- Encontros de lideranças	3
		- Palestras	2
		- Reuniões de equipe técnica - de Movimentos Comunitários	13
		- Reuniões de serviço	59
		- Reuniões de Projeto Rondon	12
		- Entrosamentos com Institui	457
		- ções c/on Divisões da SETRAPS	

ATIVIDADE	SUB- ATIV.	A Ç Õ E S	TOTAL
04/72 Divulgação e Intercâmbio	4.2 Divulgação dos Trabalhos	- Encontros de lideranças	1
		- Interpretação dos trabalhos da SETRAPS	16
		- Elaboração de documentação	26

4 — UNIDADE DE TRABALHO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

denar as atividades da SETRAPS na Região Administrativa que tem como sede aquela Cidade.

Durante o curto período de funcionamento a Unidade de Cachoeiro de Itapemirim desenvolveu as atividades relacionadas no cronograma seguinte

C R O N O G R A M A D E A T I V I D A D E S

SETRAPS — UNIDADE DE TRABALHO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — Período: Novembro e Dezembro de 1972

ATIVIDADES	ETAPAS	PERÍODO	PONTES	INSTRUMENTAL	PESSOAL
1. Organização preliminar do funcionamento da Unidade de Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim	- Revisão do material relativo ao funcionamento da SETRAPS. - Esquematização do sistema de trabalho a ser adotado tendo em vista a programação subsequente.	13, 14, 16 e 17 de novembro	- Atos do Governo (Decretos Nos 099-N-078 - 118 e 2778). - Relatórios - Ante-projeto de instalação das Centrais Regionais. - Planejamentos - Outros.	- Consultas bibliográficas - Discussão em grupo - Elaboração de documentação	- Assistentes Sociais - Agentes Sociais - Datilógrafo
2. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal	- Participação em curso de atualização para Assistentes Sociais.				- Assistentes Sociais
3. Caracterização avaliativa do município de Cachoeiro de Itapemirim e cadastramento dos recursos existentes.	- Estudo das monografias existentes. - Atualização e complementação de dados. - Preenchimento de formulários. - Reformulação das monografias e dos formulários específicos das Entidades Sociais.	20/11 21 de novembro a 19 de dezembro 20 a 26/12	- Levantamentos existentes (documentos SETRAPS). - Líderes naturais e institucionais locais. - Prefeitura Municipal - ACARIS - IRGE - FES-DEM - BENEFAM - SESI - SENAI - DNER - SAAE - ESCELSA - DER - Delegacia de Polícia - Entidades Sociais - Outros	- Consultas bibliográficas - Entrevistas - Reuniões de Serviço - Observação - Contatos - Visitas a Obras - Elaboração de Formulários - Preenchimento de formulários.	- Assistentes Sociais - Agentes Sociais - Datilógrafo - Assistentes Sociais da sede da SETRAPS.
4. Avaliação dos trabalhos realizados na Unidade de Cachoeiro de Itapemirim e proposição de metas.	- Análise das atividades desenvolvidas. - Elaboração de relatório avaliativo. - Encaminhamento do relatório à sede da SETRAPS.	27, 28 e 29 de dezembro	- Documentação elaborada, relacionada às atividades executadas.	- Discussão em grupo - Observações - Consulta à documentação - Reunião de Serviço - Elaboração de documentação.	- Equipe da Unidade de Trabalho de Cachoeiro de Itapemirim.

5 — ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DA SECRETARIA DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL

5.1 — IBES — INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL

Funciona no quarto andar do edifício do Sindicato dos Arrumadores. Tem prestado algum trabalho de caráter educativo e social à comunidade do núcleo residencial Alda Santos Neves, no Município de Vila Velha. A atual diretoria tem encontrado dificuldades para reorganizar os setores de atuação do Órgão.

No setor industrial está recuperando a fábrica de blocos e telhas com o objetivo de reiniciar brevemente o seu funcionamento.

Assistência Social e Educacional vem sendo exercida através de cursos de artes práticas.

Está ultimamente a edificação de quatro casas e com a colaboração da Unidade de Integração Comunitária, construiu a praça "31 de Março".

5.2 — COMPANHIA HABITACIONAL DO ESPÍRITO SANTO

A COHAB-ES, executora, no Estado, da política habitacional adotada pelo Governo, vinculada à SETRAPS, tem como suporte financeiro, para suas realizações, o Banco Nacional de Habitação, que lhe proporciona os meios indispensáveis ao êxito da filosofia Governamental, que é a construção em massa de residências.

No ano de 1972 as atividades da Companhia Habitacional do Espírito Santo podem ser representadas pelas seguintes realizações:

A — CONSTRUÇÃO

1) — foram concluídas e negociadas 425 casas residenciais que integram o núcleo habitacional "Goiabeiras III", no bairro de Goiabeiras, Município da Capital, no custo total de Cr\$ 4.551.425,90 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e um mil quatrocentos e vinte cinco cruzeiros e noventa centavos);

2) — início, em novembro, de obras do projeto SANTA MÔNICA II, no Município de Vila Velha, constituídas de 650 (seiscentos e cinquenta) unidades residenciais, inclusive terreno terraplanagem, rede de abastecimento de água, esgoto sanitário e infra-estrutura complementar, no valor total de Cr\$ 6.192.743,11 (seis milhões, cento e oitenta e dois mil setecentos e quarenta e três cruzeiros e onze centavos);

3) — foi processada a licitação para a construção de 100 (cem) unidades residenciais, correspondente à primeira etapa do projeto LINHARES III, que se compõe de 190 (cento e noventa) casas.

O custo total das obras, que serão realizadas em terreno dado pela Prefeitura de Linhares, será de Cr\$ 1.007.428,45 (um milhão, sete mil, quatrocentos e vinte oito cruzeiros e quarenta e cinco centavos), inclusive execução de obras de infra-estrutura;

4) — com o anteprojeto já aprovado, encontra-se em fase de conclusão o projeto SÃO MATEUS, com 83 (oitenta e três) unidades a serviços de infra-estrutura, terreno doado pela Prefeitura de São Mateus;

5) — aprovado o anteprojeto, está em elaboração o projeto SANTANA. Município de Cariacica, com 190 (cento e noventa) unidades residenciais, que serão construídas em terreno já adquirido, por compra, pela COHAB-ES.

B — EMPRÉSTIMO — REPASSE

Com o objetivo de solucionar problemas relacionados com a complementação de urbanização (meios-fios, pavimentação e águas pluviais) de núcleos residenciais concluídas, a COHAB-ES manteve entendimentos com algumas Prefeituras, oferecendo-lhes, caso pretendessem executar aqueles serviços, empréstimos, sob modalidade relativamente vantajosa.

Assim é que as Prefeituras de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim foram concedidos pelo BNH, por intermédio da COHAB-ES, empréstimos no valor de Cr\$ 2.529.271,74 (dois milhões, quinhentos e vinte e nove mil, duzentos e setenta e um cruzeiros e setenta e quatro centavos) e Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), respectivamente.

As obras da Prefeitura de Vitória estão quase todas concluídas, assim como o empréstimo já foi quase totalmente recebido.

A Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim já concluiu todas as obras e recebeu o empréstimo integralmente.

C — AJUDA E CONTRIBUIÇÃO

A título de ajuda na execução de serviços relativos a redes de abastecimento de água nos núcleos, a COHAB-ES concorre, normalmente com 60% (sessenta por cento) do valor total do orçamento apresentado pela Empresa.

Assim, a COHAB-ES contribuiu para a CESAN, executora do serviço de rede de água do núcleo SANTA MÔNICA II, com a quantia de Cr\$ 108.205,00 (cento e oito mil, duzentos e cinco cruzeiros), totalmente paga.

Serviço em ritmo normal.

5.3 — FUNDAÇÃO ESPÍRITO-SANTENSE DO BEM ESTAR DO MENOR

A FESBEM no exercício de 1972, desenvolveu suas atividades em três áreas distintas ou sejam: a primeira relacionada com o atendimento e atualização de sua rede oficial; a segunda relacionada com a conscientização da sociedade capixaba para com o problema do menor e a terceira referente à implantação do Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores — PRAM.

a) Rede Oficial: Compõe-se a rede oficial de três unidades em funcionamento (Instituto Profissional "Francisco Schwab", Centro de Formação Profissional "Caboclo Bernardo" e Centro de Recepção e Triagem) e uma quarta, que é o Centro de Reeducação Masculino, com inauguração prevista para maio de 1973.

O Instituto Profissional "Francisco Schwab", a partir do exercício de 1972, passou a funcionar em regime de internato para o sexo masculino e do externato para ambos os sexos com o objetivo de estabelecer um melhor entrosamento dos alunos com a comunidade.

Foi instalado um pavilhão de artes com oficinas de madeira, couro, cerâmica e tipografia, com a finalidade de despertar nos alunos as vocações profissionais. Foi construída uma nova praça de esportes, com duas quadras de basquete, voleibol e futebol de salão.

O Centro de Formação Profissional "Caboclo Bernardo", obedecendo os preceitos da Lei 5.692 do Governo Federal, foi transformado em estabelecimento de ensino fundamental, com a implantação de classes-laboratório equipadas com modernas aparelhagens de áudio-visuais. Na parte profissionalizante foi instalada mais uma oficina para formação de técnicos em eletricidade.

O Centro de Recepção e Triagem desenvolveu suas atividades, fazendo a triagem de cerca de 500 menores encaminhados pelo Juizado de Menores e pelo plantão do Escritório Central.

Em virtude da carência de unidades especializadas em educar menores com problemas de má conduta social, tentou-se no Centro de Recepção e Triagem um trabalho terapêutico para com tais menores, com os quais se vem obtendo um êxito animador.

b) Conscientização da Sociedade em relação ao problema do menor.

Neste sentido a FESBEM procurou divulgar o trabalho realizado, participando do desfile cívico-escolar em comemoração à Semana da Pátria, no qual obteve a primeira colocação entre 27 colégios participantes. Com esse mesmo objetivo foi organizada a II Exposição de trabalhos manuais, cujos produtos foram vendidos, sendo o lucro distribuído entre os próprios menores.

c) Programa de Recreação e Aprendizagem de Menores.

A FESBEM, preocupada em prevenir os menores contra os descaminhos, está iniciando um trabalho nos próprios bairros onde os menores são atendidos em regime de semi-internato, recebendo assistência social integral, conservando, porém, a ligação direta com a família.

Uma experiência, neste sentido, foi realizada em Porto de Santana, onde a FESBEM deu assistência a sessenta menores de ambos os sexos.

